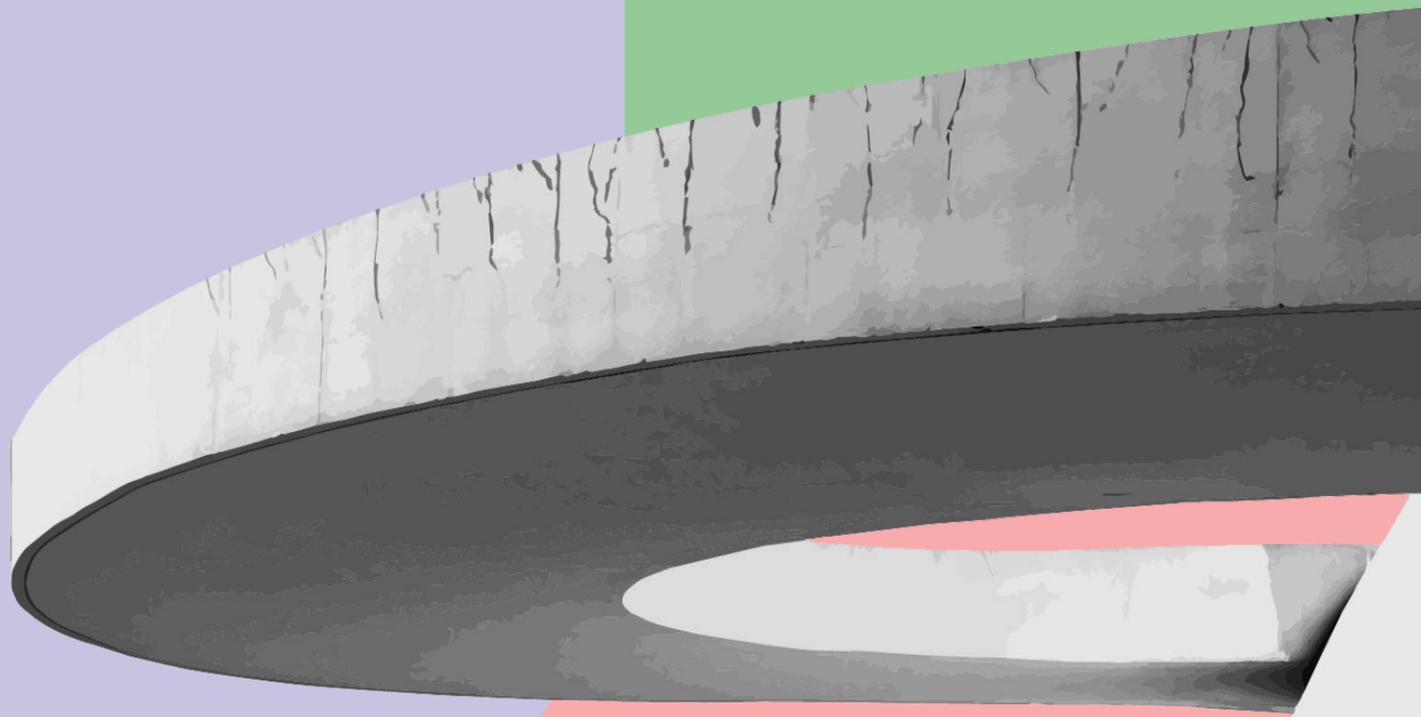


Revista

# EPÍGRAFE

EDIÇÃO

CINCO  
2018





Revista de Graduação em História  
Edição Cinco  
Ano 6 | Agosto de 2018  
Brasil – São Paulo

A revista *Epígrafe* é uma publicação eletrônica de caráter científico organizada por estudantes de graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Pretendemos que a revista seja um instrumento sustentado pelos alunos, direcionado especialmente à publicação de artigos, ensaios e resenhas na área de História, que tenham sido desenvolvidos essencialmente por graduandos. Além disso, almeja-se que haja um espaço para a apresentação de traduções de textos essenciais às disciplinas de graduação, bem como entrevistas realizadas com grandes historiadores.

## **EQUIPE EDITORIAL**

### **COMISSÃO EDITORIAL**

---

Anna Maria Greco de Carvalho  
Beatriz Nowicki Galera  
Jean Gomes de Souza  
José Bento Camassa  
Lucas da Costa Mohallem  
Luís Felipe Vilhora Correia Neves  
Luiz de Lucca Neto  
Matheus de Paula Silva  
Paulo Roberto Marques de Oliveira  
Pedro José Carvalho  
Renata Furió  
Vinícius Quintas Massimino

## CONSELHO EDITORIAL

---

Andréa Slemian - Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Eduardo Natalino dos Santos - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Flávio de Campos - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Gabriela Pellegrino Soares - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Henrique Soares Carneiro - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

João Paulo Garrido Pimenta - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Marcelo Rede - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Márcia Regina Berbel - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Maria Lêda Oliveira Alves da Silva - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Miguel Palmeira - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Rafael de Bivar Marquese - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Rodrigo Monteferrante Ricupero - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

## EXPEDIENTE

**Revisão:** José Bento Camassa

**Diagramação e Capa:** Luiz de Lucca Neto

**Foto da capa:** *Museu de Arte Moderna de Brasília, autor: Luiz de Lucca Neto, Ano: 2014*

### Universidade de São Paulo

**Reitor:** Prof. Dr. Vahan Agopyan

**Vice-Reitor:** Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandes

### Pró-Reitoria de Graduação

Prof. Dr. Edmund Chada Baracat

### Pró-Reitoria de Pesquisa

Prof. Dr. Sylvio Roberto Accioly Canuto

### Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

**Diretor:** Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda

**Vice-Diretor:** Prof. Dr. Paulo Martins

### Epígrafe - Revista de Graduação em História

[www.revistas.usp.br/epigrafe](http://www.revistas.usp.br/epigrafe)

[revepigrafe@gmail.com](mailto:revepigrafe@gmail.com)

[www.facebook.com/RevistaEpigrafe](https://www.facebook.com/RevistaEpigrafe)

Twitter - @RevistaEpigrafe

<b>EDITORIAL</b>	<b>_05</b>
<b>ARTIGOS</b>	
<i>Aspectos sobre a representação feminina na história da arte</i> Paola Sayuri Prado	<b>_11</b>
<i>Concepções de educação nacional durante o Regime Civil-Militar</i> Francislaine Soledade Carniel	<b>_27</b>
<i>Tradições abandonadas. Como “O Povo” revela a França de Michelet</i> Erick Caixeta de Carvalho, Frank Rudiger Lopes, Luís Henrique Cordeiro Alves Martins e Pedro Mitsugui Vidal Yoshimatu	<b>_45</b>
<i>Os tempos n’O Diabo de Poe</i> Thomáz Fortunato	<b>_65</b>
<i>Apresentação do dossiê Relatos de Viagem</i> Stella Maris Scatena Franco	<b>_89</b>
<i>As alteridades em Cetshwayo: um estudo sobre representações em disputa</i> Isabel de Oliveira Filier	<b>_95</b>
<i>Preparações do olhar: leituras sobre terras estrangeiras nos relatos de viagem de latino-americanos à Europa e aos Estados Unidos no século XIX</i> Graziela Mazzeo Madeira	<b>_117</b>
<i>Imigração como relato: experiências de viajantes croatas</i> Milan Puh	<b>_139</b>
<i>A viagem de Thomas Russel Ybarra (1938-1939): New York Times e a política da boa-vizinhança</i> Edson Bossonaro Júnior	<b>_173</b>
<b>ENTREVISTA</b>	
Fernando Novais	<b>_209</b>

É com grande satisfação que nós da Comissão Editorial da Revista Epígrafe publicamos nossa quinta edição. O lançamento deste volume – o sexto, a contar do piloto de número zero, lançado em 2013 – denota, antes de mais, o sucesso que o projeto tem logrado. O êxito desta empreitada se atribui, simultaneamente, ao apoio constante de docentes do Departamento; à colaboração de nossos autores e leitores e ao trabalho perseverante dos alunos e alunas da Comissão Editorial, tanto ativos quanto progressos.

O contexto em que publicamos a presente edição merece algumas considerações, pelos impactos que ele traz para o exercício do ofício de historiador e de lente de história. Como se sabe, o país vive um momento de retração dos investimentos públicos, em que, sob a égide da crise, são feitos muitos cortes no orçamento de setores específicos, dentre os quais se encontram a Educação e a Pesquisa. Para além dos efeitos nefastos que esta postura de austeridade seletiva acarreta para as áreas que atinge, ela traz consigo, também, uma escalada de um discurso de valorização do prático e do imediatamente útil, em detrimento das demais atividades, tidas como secundárias ou prescindíveis. Naturalmente, este tipo de discurso, quando distorcido ou exacerbado, leva a uma desvalorização de todo tipo de atividade intelectual e, por conseguinte, da História.

Diante deste quadro, tomamos a liberdade de propor, a seguir, uma breve reflexão acerca de um dos muitos aspectos que fazem da História um saber de grande importância, tanto enquanto disciplina escolar quanto como campo de pesquisa.

Conforme sugere Jörn Rusen, o tempo já transcorrido só passa a ser concebido como passado quando aqueles que o observam do presente identificam nele algo que o distinga do tempo em que vivem, o que os leva a cindir o que veio antes do que então existe no presente.

Assim, o passado, na condição de um tempo que se define por oposição ao presente, é sempre um *outro*, pois só se torna passado na exata medida em que não se identifica ao presente.<sup>1</sup>

A História nos oferece uma oportunidade de nos debruçarmos sobre o passado numa perspectiva crítica e, ao fazê-lo, nos coloca diante deste *outro*. O contato com realidades, processos e estruturas distintas daquelas que conhecemos nos leva, ainda que aos poucos, a compreender que tudo o que pertence ao mundo humano está sujeito a transformações. Esta é uma das principais potencialidades da crítica histórica: desontologizar as formas, e pulverizar tudo que se apresenta como eterno. Assim, ao nos colocar em contato com a alteridade do passado, a História concorre para aguçar nossa capacidade de apreender a diferença e a transformação, e com isso, nos torna mais aptos a pensar em uma realidade distinta daquela em que vivemos. Isto porque, quando constatamos que o passado é tão distinto do presente, é consequente que projetemos no futuro um mundo que destoe daquele que hoje conhecemos. Eis a vocação cidadã da História, que por vezes se perde de vista: fornecer às pessoas uma sensibilidade crítica, que as permita compreender a realidade em que vivem por um recorte diacrônico, sensível às transformações.

Com o presente lançamento, a Revista Epígrafe pretende reafirmar seu comprometimento com a tarefa de oferecer, ao nível da graduação, um espaço de diálogo e divulgação de um conhecimento histórico produzido por historiadores e historiadoras em formação – espaço este que se mostra tanto mais valoroso quando se leva em conta o período de crise e desprezo em que vivemos. Esperamos, com isso, dar nossa pequena contribuição para o desenvolvimento desta sensibilidade crítica que só a História é capaz de prover.

Feitas estas considerações, passemos, agora às atividades desenvolvidas pela Revista nos últimos dois semestres, bem como aos textos e a entrevista que compõe a presente edição. Dando continuidade ao projeto *Seminário Permanente: Os Caminhos da Pesquisa*,

---

1 RUSEN, Jörn. "Utopia, alteridade, *kairos* – o futuro do passado", in *História Viva. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010, p. 135-150.

espaço no qual professores e professoras do Departamento de História da USP são convidados a falar sobre a trajetória das pesquisas que desenvolvem, contamos com a participação, para a quarta edição do evento, do Prof. Dr. Marcos Napolitano, que proferiu a palestra **A pesquisa em História do Brasil Republicano: compartilhando uma trajetória pessoal**. Na edição subsequente, realizada em novembro de 2017, a convidada foi a Profa. Dra. Gabriela Pellegrino Soares, que discorreu sobre a **História da América Latina nos Séculos XIX e XX: o desafio de adensar a narrativa acerca das dinâmicas culturais e políticas da modernização**.

Entre os dias 6 e 9 de novembro de 2017, nas dependências da FFLCH-USP, organizamos o evento intitulado *História e Novas Mídias*, que teve por objetivo discutir a relação da história com as mídias digitais e eletrônicas em uma dupla perspectiva: de um lado, foram postas em causa as transformações pelas quais tem passado a escrita da história em face da crescente importância das mídias eletrônicas; do outro, buscou-se tratar das condições de publicação e divulgação da pesquisa histórica no mundo dos suportes digitais. Além de mesas redondas compostas por especialistas, o evento também contou com comunicações, nas quais os alunos e alunas da graduação apresentaram seus trabalhos.

Os leitores e leitoras desta edição poderão apreciar um total de oito artigos. Quatro deles versam sobre os mais variados temas: as maneiras pelas quais as mulheres foram retratadas na história da arte ao longo dos tempos; aspectos da educação nacional durante a ditadura civil-militar; análise documental dos tempos sociais no conto *O diabo no campanário* (1839) de Edgar Allan Poe; estudo de *O povo*, de Jules Michelet, através das suas perspectivas históricas, metodologia e relação com o surgimento da História como disciplina no século XIX. A outra parcela de artigos compõem um dossiê, pois possuem em comum o fato de trabalharem os relatos de viagem como fontes históricas. Para a apresentação do dossiê **Relatos de viagem** convidamos a Profa. Dra. Stella Maris Scatena Franco, professora de História da América Independente do Departamento de História da Universidade de São Paulo e que se dedica a estudar as viagens e os viajantes, as relações de gênero e a formação dos Estados nacionais na América Latina.

Nesta edição tivemos o privilégio de ter como entrevistado o Prof. Dr. Fernando A. Novais, Professor Emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Fernando Novais foi professor desta universidade de 1961 a 1986, e da Universidade Estadual de Campinas de 1986 a 2003. É autor do clássico *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, defendido como tese de doutorado em 1973 e que teve a sua primeira edição em 1979, diretor da coleção *História da vida privada no Brasil* e um dos organizadores da *Nova História em Perspectiva*, dentre outros. Orientou diversos pesquisadores e pesquisadoras que hoje compõem os quadros docentes de diversas universidades do Brasil e do exterior. A nós, estudantes da graduação em História, as menções ao seu nome são constantes logo nos primeiros semestres da graduação, seja em História do Brasil Colonial, em História Ibérica ou História Moderna.

Sendo a *Epígrafe* uma revista de graduandos e graduandas para graduandos e graduandas, nesta entrevista buscamos conhecer os anos iniciais da formação do professor Fernando Novais, o ambiente universitário do período em que ela ocorreu, a fim de que o nosso público leitor pudesse conhecer um pouco mais desse historiador que nos é referência. Essas questões iniciais, como será possível constatar, foram apenas a centelha necessária para que o nosso entrevistado discorresse sobre uma série de outros temas da maior importância, tanto do passado quanto da contemporaneidade.

Por fim, como não poderia deixar de ser, gostaríamos de prestar homenagem a um querido amigo e colega que nos deixou em janeiro deste ano: José Heleno Barbosa. Heleno, como todos o conhecem – e aqui empregamos todos em sentido literal – foi, sem dúvida, um sujeito notável: de voz grave e um bom humor inabalável, sempre cativou a atenção daqueles a seu redor com a boa prosa que tinha. Durante os cinco anos em que estive na Universidade de São Paulo, fez dessa experiência, para si e os demais, algo singular. Heleno sempre demonstrou um entusiasmo contagiante por aquilo que estudava, como bem exemplificam seus estudos sobre Francisco das Chagas, o Cabra, escultor da segunda metade do século XVIII, ou sua marcante passagem pelo arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros

(IEB USP), onde trabalhou com a coleção Djalma Forjaz/Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, em cujo trato exerceu sua paixão pela paleografia.

Contudo, para além de sua estimulante atividade intelectual, que sempre motivou seus colegas, Heleno foi inigualável, também, pela relação que estabeleceu com a Universidade e pelo tipo de convivência que cultivou nesse espaço. Falante e extrovertido, nunca se privou do prazer de tecer relações que extrapolassem o ambiente da sala de aula. Fosse no corredor, na fotocopiadora ou no Restaurante Universitário, era comum flagrá-lo a conversar com professores, funcionários e alunos. Tamanho era seu afeto pela Universidade que nem a vida dos pássaros e o florescer das árvores lhe passavam despercebidos: não raro, o víamos a percorrer o *campus*, com a câmera pendurada no pescoço, a fim de registrar estes fenômenos que para muitos passam batidos.

Descrever a trajetória de alguém em alguns poucos parágrafos é, sem dúvida, uma tarefa que beira o impossível. Contudo, para nós, seus colegas e amigos, Heleno foi, e sempre será, este sujeito bem-humorado, entusiasmado e companheiro, cujo legado nos esforçaremos para cultivar. A Heleno, nós da Comissão Editorial da Revista Epígrafe, dedicamos a presente edição.

Abril de 2018

Esta página  
foi deixada  
propositalmente  
em branco

**Aspectos sobre a representação feminina na história da arte**

Paola Sayuri Prado\*

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo discutir algumas questões referentes a maneira pela qual as mulheres foram representadas na história da arte ao longo dos tempos, atentando especialmente para o quanto essas formas de representação denotam diversos tipos de relações de dominação entre os sexos. Desse modo, o artigo se divide em duas partes. Na primeira delas, pretendemos analisar as teorias de dois críticos de arte que tematizam o papel da mulher nas representações artísticas, a saber, John Berger e George Duby. Na segunda parte, nosso objeto serão as atividades de dois grupos feministas que denunciam essa atitude excludente do mundo da arte em relação às mulheres, são elas: as sufragistas de Londres e Manchester e o coletivo Guerrilla Girls. Pretendemos evidenciar, por meio do estudo comparado entre os referidos críticos e grupos feministas, que há uma clara postura do *establishment* artístico ocidental de relegar as mulheres a uma condição de objeto de contemplação masculina, negando-lhes qualquer protagonismo ou autonomia intelectual e criativa.

**Palavras-Chave:** dominação, relações de gênero, História da Arte, pintura

As discussões acerca de minorias sociais, tais como as raciais e religiosas, por exemplo, estão, através do advento da tecnologia, alcançando novos meios e permeando espaços antes pouco explorados. Essa onda de debates que se ergue tem como cerne a necessidade de levantar questões sobre relações de dominação diversas, cuja influência e reflexo são indissociáveis de seu desenrolar histórico. Diante disso, a proposta desse artigo é a de tratar sobre temas que abordam questões de gênero a partir de uma óptica voltada aos modos de

---

\*Graduanda em Letras pela Universidade Estadual de Campinas. Contato: lp.sayuri@gmail.com

atuação e de representação da mulher na história da arte. Assim como afirma Duby (1992), acreditamos na potência das representações figurativas como um reflexo das convenções do passado e, por isso, como importantes recursos historiográficos para que se possa saber mais sobre as mulheres de outrora, podendo atuar como complemento ou retificação dos ensinamentos transmitidos pelos documentos escritos.

Seguindo por esse caminho, observaremos algumas ideias propostas pelo crítico de arte John Berger, desenvolvidas em 1972 em seu trabalho *Ways of seeing*. Tal obra surgiu a partir de esboços para uma série televisiva homônima, dividida em quatro episódios e exibida pela BBC no mesmo ano, cuja principal proposta foi a de elaboração de um conteúdo que discute questões relevantes para uma introdução aos estudos de crítica de arte. Quanto ao suporte, é inegável a importância da ferramenta audiovisual para a imersão do espectador nas teorias de Berger: as exemplificações utilizadas por ele nos permitem analisar como a recepção das obras pode variar conforme a sua interação com outras mídias e suas formas de veiculação. Assim sendo, a diversidade de conteúdo sonoro e imagético coloca o receptor diante da possibilidade de testar; de experienciar de forma prática ao que está sendo proposto pelo autor. Para a publicação do livro, o conteúdo foi adaptado de forma a priorizar um aprofundamento teórico, mas manteve a linguagem irreverente contida na série. Além disso, foram acrescentados, ainda, três capítulos compostos apenas por imagens. Apesar de a obra de Berger ser significativa em diversos aspectos para os interessados em questões acerca da imagética – tal como assuntos sobre reprodutibilidade, na qual Berger se apoia nas ideias de Benjamin –, vamos nos ater especificamente ao capítulo 3, em que o autor versa sobre o feminino na história da arte.

É importante ressaltar que o recorte temático escolhido por Berger se situa na arte europeia produzida entre 1400 e 1800. De forma introdutória, o capítulo é iniciado com a afirmação de que, por costumes e convenções que ainda estão longe de serem superados, existe uma diferença entre a presença social e comportamental feminina em contraste com a presença masculina; segundo o autor, enquanto a presença masculina está diretamente

## Aspectos sobre a representação feminina na história da arte

relacionada à promessa de poder que o homem corporifica, a presença feminina se relaciona com a imagem que ela transmite de si para os outros e, principalmente, para os homens. Todas as suas atitudes contribuem para a formação de sua presença e determinam o que pode ou não lhe ser feito. Por esse motivo, a mulher está constantemente em estado de fiscalização sobre o próprio corpo e sobre o seu modo de agir: seus gestos, sua voz, suas opiniões, suas roupas e tudo o que diz respeito ao feminino é fiscalizado minuciosamente por ela. Segundo Berger, essa dualidade presente no ego feminino entre a fiscal e a fiscalizada é estimulada desde a infância para prepará-la ao modo como o homem fiscaliza a mulher antes de se relacionar. Isso acontece para que a mulher possa alcançar o que supostamente é o seu êxito na vida: ser apreciada como a mulher que é e/ou deseja ser e ter certo controle sobre o modo como ela quer ser tratada, principalmente em sua relação com o sexo masculino:

Ter nascido mulher é ter nascido, num determinado e confinado espaço, para a guarda do homem. A presença social da mulher desenvolveu-se como resultado de sua habilidade em viver sob essa tutela e dentro desse espaço delimitado, mas isso se deu a custo de uma divisão de sua pessoa em duas. Uma mulher deve vigiar-se constantemente. Ela está quase que continuamente acompanhada pela própria imagem de si mesma. (BERGER, 1999, p. 48).

E ainda, em outro fragmento:

*“Os homens atuam e as mulheres aparecem”*. Os homens olham as mulheres. As mulheres vêem-se olhadas. Isso determina não só a maioria das relações entre homens e mulheres, mas ainda a relação entre elas. O fiscal que existe dentro da mulher é masculino: a fiscalizada, feminino. Desse modo, ela vira um objeto – e mais particularmente um objeto de visão: um panorama. (BERGER, 1999, p. 49 grifos do autor).

Assim sendo, a ideia construída socialmente durante eras de que a mulher deve ser submetida à tutela do homem é o que configura parte essencial do universo feminino. Berger expõe fragmentos da passagem bíblica referente ao episódio do pecado original, no qual Eva, após comer o fruto proibido, é punida por Deus através da ordem de que o seu marido Adão reinasse sobre ela como um agente divino. Além de a história constituir uma das

primeiras temáticas a utilizar o nu na pintura (cf. BERGER, 1999, p.49), tal passagem representa uma relação entre os sexos construída socialmente a partir de uma justificativa divina. Mais do que isso, ela simboliza também o momento em que o casal, após ingerir o fruto, passa a se enxergar de uma forma diferente; eles tomam consciência da nudez um do outro, algo até então desimportante ou até despercebido. Essa consciência de estar nu diante do outro, descrita na passagem bíblica, pode ser encarada como o gérmen de um tipo de mentalidade que contribui para a existência dessa postura fiscalizadora da mulher diante do olhar e do desejo masculino.

Segundo Duby (1992, p. 17), a mulher sempre foi o tema preferido para os produtores de imagens. Segundo ele, a vasta quantidade de materiais produzidos sobre o tema permite ao historiador entrever aspectos sobre as mulheres do passado sob diferentes perspectivas. Uma delas, visa analisar vestígios do cotidiano e de sua vida material: como se vestiam, como se ocupavam dos trabalhos domésticos, qual posição social ocupavam em relação aos homens, entre outros. A outra, visa considerar as suas representações mentais, manifestadas sob a influência da construção de um imaginário. É fundamental, nesse momento, ter em mente que esse imaginário é exclusivamente masculino. Na cultura ocidental, se por um lado, havia a pressão para que as mulheres fossem preparadas para atividades tomadas como “lavors femininos”, tais como a renda e o bordado, por outro, as que se interessavam pela criação de motivos artísticos, transgredindo proibições colocadas pela tradição, eram apontadas na rua e denunciadas como excêntricas (cf. DUBY, 1992, p. 17). Dessa forma, o autor afirma que não existe uma espécie de autorretrato das mulheres, restando apenas o que foi representado a partir do imaginário masculino. Mostra-se, através da história da arte, que esse imaginário criado acerca das mulheres possuía três principais obsessões: a amante, a mãe protetora e uma espécie de “associada”, sendo essa última definida como uma figura indispensável ao homem devido às hierarquias e convenções sociais, mas que ainda assim deveria ser mantida em posição de submissa. É essa primeira categoria de mulheres, a de amantes e companheiras dos jogos eróticos que, segundo Duby, ocupa a maior parte das

## Aspectos sobre a representação feminina na história da arte

representações femininas: “Com efeito, para todos os homens que pintaram, esculpiram, gravaram [...] e para todos aqueles que esperaram que lhes mostrassem a imagem da mulher, o seu corpo, objeto de desejo, e sujeito que inspira o terror, [a mulher] foi evidentemente o tema por excelência” (DUBY, 1992, p.19). E, como um desdobramento já imaginável, a mulher é o principal tema do nu na pintura a óleo europeia.

A partir desse postulado, Berger também explora alguns critérios e convenções pelos quais a mulher nua é olhada e julgada na representação pictural. A mais forte delas supõe essa espécie de consciência por parte da retratada de que está sendo observada. Desse modo, assim como usufrui de disfarces quando é examinada em seu cotidiano na sociedade, ela mostra-se para o observador da forma como quer ser admirada: “Ela não está nua como ela é. Ela está nua como o observador a vê” (BERGER, 1999 p. 52). A sua nudez; o estar nua, atua como um disfarce para o observador, tal como uma máscara ou uma forma de vestuário. Essa nudez se distingue da ação banal e cotidiana de estar meramente despido, o que fazemos com naturalidade quando estamos sozinhos e não há observadores para analisar ou julgar os nossos traços e comportamentos. Estar nu, diferentemente de se estar despido, possui a potência de apelar à sexualidade; de provocar o anseio pela figura admirada. Observemos o caso da pintura *Nell Gwynne*:



Imagem 1: Nell Gwynne, de Lely 1618-1680

Entre os diversos recursos aplicados para a produção de nus, a pintura Nell Gwynne pode ser citada como um modelo exemplar e recorrente. Produzida pelo holandês Sir Peter Lely, o quadro foi encomendado ao artista pelo rei Carlos II para retratar a sua amante Eleanor Gwyn. Na composição, Eleanor é disposta de forma a exibir seu corpo tal como uma Vênus e olha de forma passiva para o observador da obra. Segundo Berger, a pintura era exibida pelo rei como um demonstrativo da submissão de Eleanor e para que seus convidados o invejassem por ambas as posses: o quadro e a mulher (cf. BERGER 1999, p. 54). Em exemplos como esses, as mulheres nuas possuem um papel secundário: a obra é protagonizada pelo observador que, supõe-se, é do sexo masculino. Toda a pintura é configurada levando em consideração a presença desse homem protagonista; desse espectador desconhecido que está fora do quadro, como um *voyeur* que assiste a cena retratada e que fora criada e configurada para ele. Ao lado de Eleanor, há somente a figura de um menino, remetendo ao Cupido, e que não pode oferecer risco algum ao homem observador. A mulher nua está ali para o homem e a composição das pinturas que seguem esse padrão esquemático é realizada de modo a apelar para a sexualidade masculina e mascarar os indícios de paixão sexual feminina.

Em uma outra configuração, a composição da obra é realizada de forma com que o homem-observador se identifique com a figura masculina retratada ou que possa, em sua fantasia, destituí-lo em benefício próprio. Em outras, quando há a inserção de um amante na pintura, é comum que a mulher representada apareça com a atenção dispersa, ou ainda, voltada para o homem espectador-proprietário, externo ao quadro, o seu verdadeiro amante. Na pintura *Baco, Ceres e o Cupido*, por exemplo, apesar de ser tocada por Baco, Ceres, a representação feminina do quadro, parece ignorá-lo para dar atenção a um outro ponto da obra.

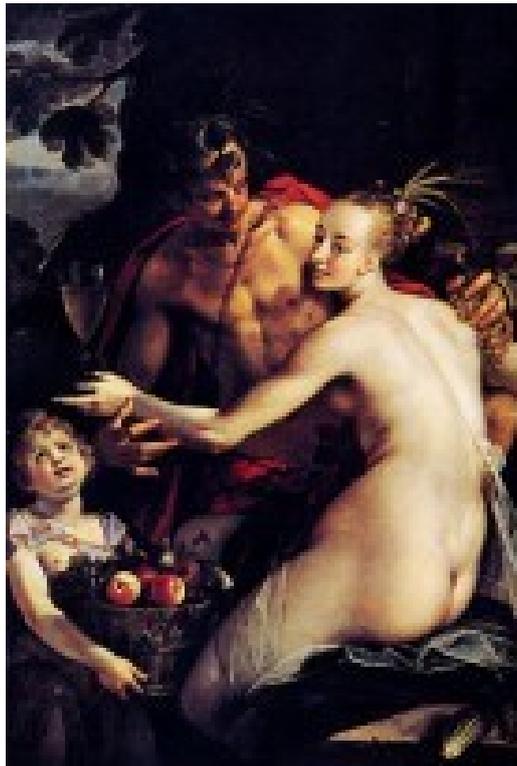


Imagem 2: Hans Von Aachen. *Baco, Ceres e o Cupido*.

É importante ressaltar que Berger assume que existem exceções para os padrões identificados anteriormente, mas afirma também que, entre centenas de milhares de pinturas do gênero que compõem a tradição, há em torno de cem que não atuam dentro desses moldes (cf. BERGER, 1999, p. 59). São casos em que o artista introduz na pintura um olhar tão pessoal sobre a mulher representada e de forma tão indissociável a ele, que se cria um forte vínculo entre o pintor e a retratada, de modo a não deixar espaço para o observador enxergar-se como um possível amante:

[...] A visão do pintor acorrenta a mulher a si de tal modo que ambos se tornam inseparáveis, como amantes esculpidos em pedra. O espectador pode testemunhar esse relacionamento – mas não pode fazer mais do que isso: ele é forçado a reconhecer-se como é, um estranho à cena. (BERGER, 1999, p. 59).

Em *Dânae* de Rembrandt, por exemplo, o pintor utiliza uma temática mitológica como pretexto para retratar a sua esposa, Saskia. Assim como na pintura *Nell Gwynne*, de Lely, a

mulher representada está com o corpo exposto e em repouso, mas, diferentemente do primeiro caso, o seu gesto e sua expressão transmitem uma naturalidade que parece já ser conhecida pela subjetividade do pintor. Ela não posa como se estivesse sendo admirada por outro, assim como ocorre na representação de Eleanor, pelo contrário. Ela posiciona seu corpo como se estivesse levantando-se de um repouso corriqueiro; como se não estivesse sendo observada; e, de acordo com a antinomia proposta por Berger, como se não estivesse nua, mas meramente despida: “o artista está vendo a mulher revelada em si mesma” (WAYS...1972).



Imagem 3: Dânae, de Rembrandt, 1636.

Em suma, o gênero nu foi edificado na história da arte como um reflexo de costumes e convenções sociais que atribuem uma diferenciação bem marcada entre homens e mulheres. A arte, aqui, atua como um registro histórico não só do desenvolvimento e do primor

## Aspectos sobre a representação feminina na história da arte

artístico, mas de modos de dominação explícita que determinam os papéis que cada um dos sexos deve desempenhar. A mulher, subjugada ao homem, é representada da forma como foi condicionada a ser: como submissa e como um simples objeto de apreciação. Nessa situação, os modos de dominação aparecem de forma atípica: a figura dominada é o insumo e inspiração para o fazer artístico de seu dominador. Ela foi parte fundamental para a consolidação do gênero, menos por sua própria produção do que por agir sobre a sexualidade masculina. As ideias de Berger denunciam essa simultânea importância e passividade da participação feminina na arte. Duby (1992) confirma essas afirmações explicitando a posição marginalizada destinada às mulheres no que tange a criação artística: “[...] as mãos femininas cooperaram na fabricação de imagens que hoje interrogamos. Mas a maior parte das vezes eram meras executantes, não sendo chamadas para conceber o motivo” (DUBY, 1992, p.14).

Nesse ponto, é válido apresentar dois grupos compostos por mulheres e que, de modos e em épocas distintas, tiveram significativa importância para uma produção artística que visa romper com os paradigmas dominantes e que questionam os papéis e impostos às mulheres pela tradição. O primeiro deles é formado pelas sufragistas de Londres e Manchester, nos anos 1910. Em exposição levada ao MASP (Museu de Arte de São Paulo) em 2015, a artista e pesquisadora brasileira Carla Zaccagnini apresentou o seu trabalho *Elementos de Beleza: um jogo de chá nunca é apenas um jogo de chá*, fruto de pesquisas sobre crimes relacionados à arte e que culminou em seus estudos sobre a atuação das sufragistas. A proposta de instalação foi composta por demarcações do espaço expositivo que remetem ao tamanho das obras que sofreram as intervenções realizadas pelo grupo. Ao público, foram oferecidos materiais impressos contendo imagens, reportagens de jornal e registros criminais sobre a ação dessas mulheres, acompanhados de audioguias que narram as suas declarações e o contexto dos acontecimentos. Entre eles, foi disponibilizado ao público a seguinte passagem:

“No dia 10 de março de 1914, às 11 horas da manhã, Mary Richardson entrou na National Gallery de Londres e parou diante da pintura de Velázquez

conhecida como a Vênus do espelho. Olhou o quadro, talvez não pela primeira vez, durante alguns minutos, antes de deixar escorregar até sua mão o cutelo que trazia escondido na manga e desferir uma série de golpes secos sobre a tela. O primeiro quebrou o vidro de proteção e chamou a atenção de guardas e visitantes, os seguintes tiveram que ser rápidos e resultaram em sete cortes limpos sobre a área da pintura que representa o dorso nu da deusa” (ZACCAGNINI, 2012, p.07)

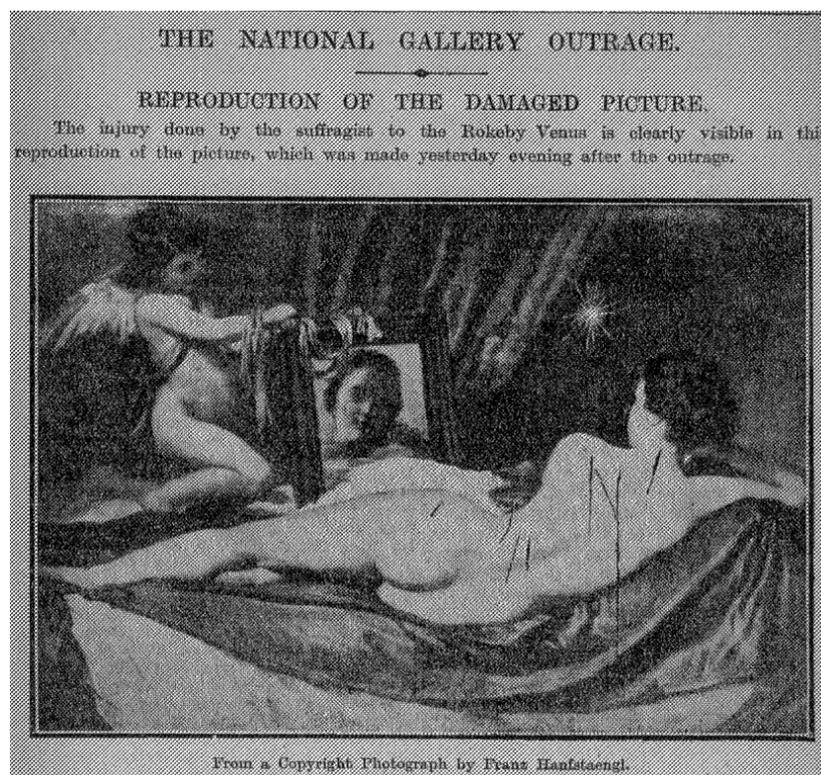


Imagem 4: Pintura de Velázquez após o ataque de Mary Richardson

O ocorrido descreve uma das vinte e nove ações realizadas pelo grupo de mulheres feministas que, unidas e impulsionadas pela reivindicação do direito ao voto, levantou também questões sobre o sexismo e a sua influência nas distintas formas de representação entre homens e mulheres. As obras atacadas, em sua maioria pinturas e artefatos históricos, remetiam, de algum modo, aos ideais que supostamente compõem o universo feminino e que representam papéis socialmente aceitáveis. Entre os objetos, estão representações de mulheres rezando ou tocando instrumentos; pinturas de mulheres nuas nas quais, assim como resalta Berger, atuam somente como objeto de apreciação; e pinturas de figuras

## Aspectos sobre a representação feminina na história da arte

mitológicas cuja existência gira em torno da dependência de um personagem masculino. Ao se ater a essas intervenções em seu minucioso projeto de pesquisa, Carla Zaccagnini desvela outra faceta dos modos de atuação das sufragistas, que não se limita à luta pelo voto, motivo principal pelo qual são conhecidas, mas que evidencia também a preocupação em questionar e desestabilizar um *establishment* artístico dominado por homens e que coloca a mulher em posição de dependência e submissão. O direcionamento dos ataques a essas obras e artefatos demonstra o reconhecimento por parte dessas mulheres da potência artística de agir como um influente, capaz tanto de refletir como de consolidar convenções:

“Eu estudei Arte e, imagino, me importo tanto com a arte quanto qualquer pessoa que tenha estado na galeria naquela terça-feira de manhã. Porém, me importo mais com justiça do que com arte e, acredito firmemente que quando uma nação fecha os olhos à justiça e prefere torturar, maltratar e abusar de mulheres que lutam por justiça, ações como a minha são compreensíveis. Não digo que devam ser perdoadas, mas devem ser entendidas.” (ZACCAGNINI, 2015. Depoimento de Mary Richardson disponibilizado no audioguia da exposição)

O segundo grupo, cuja obra é pertinente comentar para a nossa discussão, é o Coletivo feminista Guerrilla Girls. Com uma atuação mais recente, o grupo nova-iorquino foi fundado em 1985 como uma forma de militância artística e política cujo foco principal foi, a princípio, evidenciar e contestar as formas de dominação masculina nas esferas artísticas, ou seja, na temática, na produção e no mercado. O grupo, composto exclusivamente por mulheres, usa máscaras de gorila para manter anônima a identidade das participantes. Além disso, os nomes das integrantes foram trocados por nomes de artistas do passado e que são símbolos de força, tais como Frida Kahlo e Käthe Kollwitz. O principal objetivo de tais cuidados para manter o anonimato é a tentativa de romper com a tendência de serem analisadas por suas aparências, tal como um panorama, como diria Berger, para serem notadas pelas ideias que disseminam.

O conjunto de obras do grupo é composto, em sua maioria, por cartazes repletos de ironia e exibidos através de suportes diversos, como lambe-lambes colados pela cidade e em

projeções feitas em edifícios com grande visibilidade. O conteúdo é embasado no levantamento estatístico sobre a participação feminina nos museus e no mercado de arte, sobretudo naqueles situados em Nova York – cidade cede do grupo. Os dados numéricos são expostos de forma irreverente e criativa, evidenciando o caráter indissociável entre a produção artística e a militância feminista adotada pelo grupo. Em sua primeira obra, por exemplo, o coletivo mostra a quantidade de exposições individuais realizadas por mulheres nas principais instituições de arte em Nova York, no ano 1895. Trinta anos depois, o mesmo levantamento foi realizado e os números haviam aumentado em apenas uma exposição por museu.



Imagem 5: Guerrilla Girls, 2015

Se os números demonstrados pelas Guerrilla Girls revelam uma participação mínima das mulheres em museus e galerias como produtoras de arte, em contrapartida, outro cartaz, realizado quatro anos depois, revela onde está o verdadeiro espaço destinado a elas nessa esfera. Com a indagação “As mulheres têm que estar nuas para entrar no Metropolitan?”, os dados apresentados expõem a discrepância entre os números de artistas mulheres em contraste com a quantidade de nus femininos.

Aspectos sobre a representação feminina na história da arte



Imagem 6: Guerrilla Girls, 1989

Posteriormente, como um desdobramento, o cartaz recebeu versões diversas, com dados sobre o acervo de vários museus dos Estados Unidos e de outros países por onde o grupo passou. Inclusive, em exposição montada no Brasil em 2017, o coletivo produziu uma versão com os números do acervo do MASP (Museu de Arte de São Paulo).



Imagem 7: Guerrilla Girls, 2017

Em todas as versões da série que tratam sobre as esferas artística, a Grande Odalisca de Ingres, um cânone na história da arte, recebeu uma máscara de gorila como a das integrantes do grupo. É interessante perceber que a mesma pintura que passou por intervenção pelas Guerrillas para criticar um tipo de participação secundária na arte, foi a utilizada por Berger como um exemplo de representação na qual a mulher parece ter consciência de que está sendo observada. A pintura é colocada pelo crítico lado-a-lado com a fotografia de uma

revista pornográfica para estabelecer aproximações entre os modos de configuração de ambas as cenas, em que se supõe que o observador seja masculino. Já quando a pintura é utilizada pelo coletivo, ela é deslocada de sua posição de cânone artístico e símbolo de sensualidade, para ser ressignificada de forma a ironizar a essas mesmas posições. Ao acrescentar uma máscara grotesca na representação de um corpo delicado, o coletivo estabelece um contraste cômico e que, a partir de suas posições como mulheres e artistas, parece recusar a essa atmosfera erotizada transmitida pela imagem, para dar enfoque aos números discrepantes dos dados levantados. Coincidência ou não, a escolha em comum entre o coletivo feminista e o crítico de arte, assim como a relação entre as ideias trabalhadas por um e outro, reafirma a existência de um espectro que tende a encarar o feminino mais como um objeto estético e menos como uma figura com capacidade de criação e reflexão.

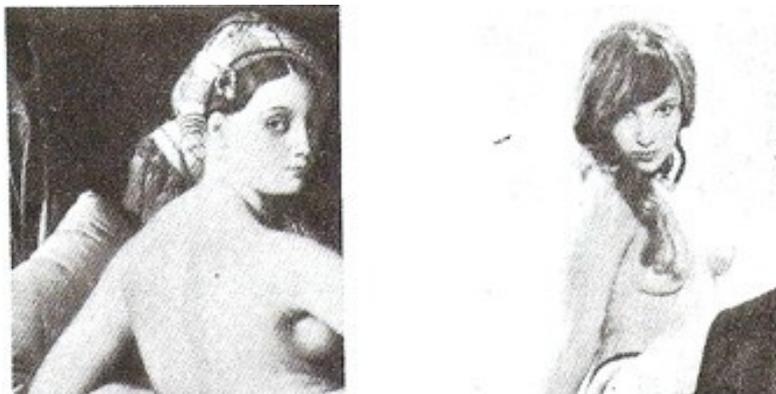


Imagem 8: *A Grande Odalisca* ao lado de imagem de revista pornográfica.

A necessidade desses grupos de chamar a atenção para a forma como a mulher tem sido recebida no âmbito artístico e para as maneiras como tem sido observada na sociedade (e, por consequência, em suas diversas representações), mostra fortes indícios de que, entre um intervalo de mais de cem anos entre a existência de um grupo e do outro, os traços dessas convenções ainda continuam fortemente enraizados. Apesar de no decorrer dos anos essas relações terem sido mascaradas devido à evolução de uma suposta igualdade de direitos (ainda um tanto tímida e ilusória em alguns aspectos), as noções básicas desse tipo de mentalidade da cultura ocidental, denunciada por ambos os grupos, continuam as

Aspectos sobre a representação feminina na história da arte

mesmas. De forma prática, a ação dessas mulheres confirma os paradigmas históricos levantados por Berger e Duby e, ao mesmo tempo, protesta contra eles. Esse padrão que se arrasta há séculos e confirmado estaticamente pelas Guerrilla Girls, é também ressaltado por Duby: “Hoje em dia a mulher continua a ser vista através do olhar do homem. As representações figuradas que permitem aprofundar a história das mulheres oferecem, na realidade, pouquíssimas imagens da feminidade que não sejam criações masculinas.” (DUBY, 1992, p. 17). Em síntese, apesar de abordarem o assunto em épocas e de formas distintas, os dois autores e os dois grupos de mulheres citados, em suas reflexões acerca da representação feminina, são unânimes: é fundamental rever os papéis imposto às mulheres na arte.

### Referências bibliográficas

BERGER, J. *Modos de ver*. Trad. L. Olinto. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

ZACAGNINI, Carla. *Elements of beauty*. Catálogo de exposição, 2012.

DUBY, George. *Imagens da Mulher*. In: DUBY, George; PERROT, Michelle (Orgs.). *Imagens da mulher*. Lisboa: Afrontamento, 1992. p.8-33.

### Referências audiovisuais

ZACAGNINI, Carla. *Sem título*, 2015 (audioguia disponibilizado pela autora).

*WAYS of seing*. Roteiro: John Berger. S. I.: BBC, 1972. 4 episódios, son., color. Legendado. Série de TV.

### Imagens

Imagem 1: *Nell Gwynne*, Sir Peter Lely, 1668, coleção Denys Bower. Chiddingstone Castle, Kent.

Imagem 2: *Baco, Ceres e Cupido*, Hans von Aachen, 1600, 180,4 x 131,7. Kunsthistorisches Museum, Viena.

Imagem 4: *The national galery outrage*. The Times. Londres, p. 8-9. 11 mar. 1914

Imagem 5: *sem título*, Guerrilla Girls 2015, cartaz, 25,5 x 66 cm, e adesivo, 7 x 18 cm, campanha para as ruas de nova York.

Imagem 6: *sem título*, Guerrilla Girls, 1989, cartaz, 28 x 71 cm.

Imagem 7: *sem título*, Guerrilla Girls, 2017, cartaz, 150 x 340 cm.

Imagem 8: *A Grande Odalisca*, J.A.D, Ingres, 1814, 91cm x 1,62. Museu do Louvre, Paris (detalhe).

## Concepções de educação nacional durante o Regime Civil-Militar

Francislaine Soledade Carniel\*

**Resumo:** Neste trabalho objetivamos apresentar os aspectos da educação nacional durante o Regime civil-militar através das concepções de cidadania, de educação e de participação político-cidadã instauradas no Brasil entre os anos de 1964 a 1985 por meio dos ideais inseridos pelos militares no país ao longo dos anos, procurando compreender a conjuntura política nacional e as possíveis interferências ideológicas na educação. Através da metodologia qualitativa de análise documental, pontuaremos alguns aspectos da educação nacional, a partir do discurso do primeiro presidente do regime civil-militar Humberto de Alencar Castelo Branco, e também, as iniciativas políticas educacionais, para identificar o possível intuito do regime civil-militar que embasavam o controle sobre a população por meio do ideário conservador da “segurança nacional”. Pretendemos discutir a construção da cidadania brasileira através dos ideais inseridos pelos militares no Brasil ao longo dos anos, procurando compreender a conjuntura política nacional e as possíveis interferências no campo educacional.

**Palavras-Chave:** Políticas educacionais; Regime civil-militar; Educação

### Aspectos da educação nacional: discurso do presidente Humberto de Alencar Castelo Branco

Após ter sido tomado o poder presidencialista de João Goulart, em abril de 1964 foi empossado o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. De acordo com Boris Fausto “[...] o presidente Castelo fora diretor do Departamento de Estudos da Escola Superior de

---

\* Graduada em História pelo Centro Universitário Barão de Mauá. Graduada em Pedagogia pela Universidade de São Paulo. Membro do grupo de pesquisa Estudos da Localidade de Ribeirão Preto – ELO e secretária da Associação Amigos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto (AAAPHRP). Contato: francarniel@usp.br

Guerra entre abril de 1956 e novembro de 1958” (1994, p. 468) o que impulsionou a escolha dele para o cargo presidencial. Segundo o historiador José Murilo de Carvalho (2002),

Pode-se explicar a atitude mais radical em 1964 pela ameaça que a divisão ideológica significava para a sobrevivência da organização militar. Para fazer o expurgo dos inimigos, era necessário controlar o poder. Mas havia também razões menos corporativas. Os antivarguistas tinham-se preparado para o governo dentro da Escola Superior de Guerra. Lá elaboraram uma doutrina de segurança nacional e produziram, junto com técnicos civis, estudos sobre os principais problemas nacionais. Além disso, tinham-se aproximado de lideranças empresariais por meio de uma associação chamada Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), fundada em 1962 por empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo. O IPES lutava contra o comunismo e pela preservação da sociedade capitalista. Mas, ao mesmo tempo, propunha várias reformas econômicas e sociais. No Rio, mantinha estrito contato com a ESG. Vários membros do IPES participaram do governo Castelo Branco, e muitas das idéias desenvolvidas no Instituto foram aproveitadas pelo primeiro governo militar. Os militares tinham, assim, em 1964, motivos para assumir o governo, julgavam-se preparados para fazê-lo contavam com aliados poderosos. (CARVALHO, 2002, p. 160).

A Escola Superior de Guerra foi criada no ano de 1949 através da lei nº 785 de 20 de agosto de 1949. O principal objetivo, além de estudos sobre política, defesa e estratégia militar, era o de planejar uma defesa consistente de segurança nacional, considerando a bipolaridade ideológica em que o mundo vivia após a Segunda Guerra Mundial.

Foi durante o governo de Dutra que ocorreu a criação da Escola Superior de Guerra - ESG, inspirada numa escola militar norte-americana, o “National War College”. Em viagem aos Estados Unidos em 1948, o então chefe do Estado Maior Geral, general Salvador Cesar Obino, estabeleceu contatos com militares norte-americanos que resultaram num acordo militar entre os dois países. Em julho de 1948, firmou-se um contrato militar com os Estados Unidos, o qual visava à formação de uma missão norte-americana. Com a contribuição dos militares norte-americanos, buscou-se reorganizar o curso de Alto Comando [...] com o decreto de 1948 que criou a ESG, visava-se ministrar um curso de Alto Comando para os oficiais das Forças Armadas. No entanto, em agosto de 1949, a ESG foi oficializada sob nova configuração. Não se limitava a formar militares para o exercício de alto comando, mas passava a ser uma instituição que deveria formar civis e militares para o exercício de direção, assim como para o planejamento da segurança nacional. (KUNHAVALIK, 2009, p. 97).

De acordo com José Murilo de Carvalho,

[...] organizaram a Escola Superior de Guerra (ESG), que se tornou centro de doutrinação anticomunista e antivarguista. Vinha, finalmente, de parte do empresariado brasileiro ligado ao capital internacional, e do próprio capital internacional, representado na época, sobretudo pelas grandes multinacionais do petróleo, pejorativamente chamado de “trustes”. (CARVALHO, 2002, p. 160).

Na esfera educacional, a ESG considerava necessário “[...] estabelecer uma política educacional focada no desenvolvimento da força de trabalho qualificada em detrimento do ensino com excessiva preocupação teórica” (OLIVEIRA, 2010, p. 150) deixando claro que seria muito mais interessante uma escola que objetivasse a preparação técnica da posterior mão de obra.

Com o funcionamento da Escola Superior de Guerra - ESG, em 1961 surge Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES, por iniciativa de empresários de São Paulo e Rio de Janeiro, funcionando como “[...] um verdadeiro partido ideológico do empresariado” (SAVIANI, 2000, p. 22) que juntamente com a ESG, exerceu forte influência no regime civil-militar de 1964. As relações entre ESG, IPES e o regime militar são representativas das complexas articulações que caracterizam esse período histórico marcado ideologicamente. Na descrição de Briso Neto (2008) trata-se de um,

[...] contexto de acirramento do conflito político e ideológico, e de crise econômica crescente (com desaceleração do crescimento do produto e recrudescimento de desequilíbrios monetários, cambiais e fiscais), que um punhado de empresários de São Paulo e do Rio de Janeiro, unidos a militares da ESG, decidiram fundar o IPES [...] a fundação do IPES já envolveu, portanto, um movimento conjunto de setores civis e militares conservadores. No início, trabalhando com apenas oitenta associados, os “intelectuais orgânicos” enfrentaram grandes dificuldades organizacionais para que o Instituto adquirisse robustez e projeção nacional para a ação política. [...] A disseminação da doutrina geral dependia de uma ampla rede de comunicações que o IPES logrou construir. A doutrinação específica dizia respeito às questões relacionadas às reformas de base, tendo como objetivo erigir um bloco de poder ancorado num programa de modernização da

economia revestido de argumentos liberais falaciosos. Visando alcançar esse objetivo, técnicos versados em economia foram recrutados pelo IPES e, posteriormente, pelo regime militar. (BRISO NETO, 2008, p. 9).

No campo educacional, o IPES via a educação como instrumento fundamental para a formação do trabalho e ascensão social, visando sempre o aumento da produtividade da economia, uma vez que a criação do instituto se deu no contexto de uma crise econômica crescente. Nesse sentido,

[...] julgava a rede educacional insuficiente para atender as necessidades do desenvolvimento sócio-econômico brasileiro, e o conteúdo do ensino inadequado. Dividia a educação em dois grandes blocos: educação de massa e processo educativo sistemático. O primeiro incluiria somente os níveis elementar e médio, tendo por objetivo arregimentar a maior parte da população para a “educação de base” e “treinamento profissional”; seria expandido pelo setor privado. O segundo objetivava uma educação integral – do ponto de vista intelectual, físico, moral, social e político – nos níveis elementar, médio e superior. Além disso, seria incentivado o melhor entrosamento entre as universidades e as empresas. (BRISO NETO, 2008, p. 37).

Nota-se que tanto o IPES e a ESG tiveram uma forte influência na preparação para o golpe civil-militar de 1964, visto que as formações de ambos foram massivamente influenciadas por ideais da elite, influência externa americana e de militares conservadores, a fim de moldar o Brasil para os seus interesses mais pertinentes, tais como o de segurança nacional e êxito econômico.

Estruturado o “novo” modelo político nacional, no dia 23 de junho de 1964, o primeiro presidente do regime civil-militar Humberto de Alencar Castelo Branco proferiu um discurso na Universidade do Ceará no qual apontou situações diversas nos aspectos educacionais. Castelo Branco afirmou:

É do conhecimento de todos a grave e lamentável situação que a Revolução encontrou no setor da educação, onde o poder público não pecou apenas pela omissão, mas também pela complacência e, por vezes, pela ação deletéria. Era com a própria orientação, com o apoio ostensivo e, mais do que isso, com a ajuda perdulária do Ministério da Educação e Cultura, que se desenvolvia uma obra de agitação e subversão. (BRANCO, 1964, p.5).

## Concepções de educação nacional durante o Regime Civil-Militar

Castelo Branco discorre também sobre o alto índice de analfabetismo no Brasil e os possíveis planos que o governo tem para a Educação Nacional. Segundo ele,

Nenhum problema mais grave do que o dêste ensino, pois o Brasil não pode continuar a apresentar-se entre as Nações com mais de 30 milhões de analfabetos. Relegar ao analfabetismo metade das novas gerações equivale a perdermos metade de precioso elemento com que poderemos contar para o progresso econômico, cultural e social. Governos anteriores já assumiram compromissos internacionais no sentido de proporcionar escolas a tôda a nossa população em idade escolar. Agora vamos criar condições para que tal objetivo seja alcançado. É o que prometemos hoje, solenemente, perante a Nação, que não mais suporta ser enganada na observância dos direitos mais sagrados do povo. (BRANCO, 1964, p. 6).

As palavras enunciadas por Castelo Branco evidenciam o sentimento de frustração com o governo anterior. Nesse contexto foi que “[...] nos meios militares, cresceu a conspiração contra Jango, fortalecida pelos partidários de uma "intervenção defensiva" contra os excessos governamentais” (FAUSTO, 1994, p. 458).

Ao falar sobre os aspectos educacionais, Castelo Branco afirma que o Ministério da Educação e Cultura “desenvolvia uma obra de agitação e subversão” (BRANCO, 1964, p. 5). Todavia, como ressalta Ghiraldelli Júnior (2015) os anos que antecederam o regime civil-militar foram importantes na educação nacional. Exemplo disso é construção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Plano Nacional da Educação, Plano Nacional de Alfabetização e uma grande participação de projetos de educação popular.

Mesmo administrando o país sob o fogo cruzado dos setores conservadores e assistindo ao solapamento das instituições democráticas por tais elementos, o presidente Jango conseguiu desenvolver medidas importantes para o avanço nas áreas sociais. De 1961 a 1964 o governo federal aumentou em 5,93% seus gastos com educação. Em 1962 veio ao público o Plano Nacional da Educação (PNE) que, seguindo as prescrições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n 4.4024/1961), impôs ao governo federal a obrigação de investir no mínimo 12% dos recursos dos impostos arrecadados pela União para a educação. Tal plano, contendo metas quantitativas e qualitativas, era um instrumento claro e concreto de objetivos que deveriam ser alcançados em oito anos. [...] surgiram os Centros Populares de Cultura (CPCs), os

Movimentos de Cultura Popular (MCPs) e o Movimento de Educação de Base (MEB). (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2015, p. 136-138).

Sobre o analfabetismo no Brasil, Castelo Branco promete solucionar o problema nas escolas, deixando subentendido que o PNA vigente não atendia as expectativas do novo governo. O PNA surgiu em janeiro de 1964 (Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964) a fim de oficializar, a nível nacional, o Sistema Paulo Freire que segundo Goés (1994, p. 15) “chegou a operacionalizar-se em Brasília, projeto-piloto nordeste (Sergipe) e projeto-piloto sul (Baixada Fluminense, Rio)”.

O Sistema Paulo Freire foi desenvolvido no início dos anos 1960 no Nordeste e consistia em alfabetizar os educandos através de um método baseado nas experiências cotidianas. O método era tido como perigoso pelo novo governo, pois ao suplantiar os métodos tradicionais de alfabetização, Paulo Freire oportunizava a conscientização política da população, o que de fato era seu objetivo e, que evidentemente para os conservadores não era interessante, pois significa a emergência de uma população pensante, que questiona e reivindica direitos.

O contexto anterior a 1964 era de disputa acirrada entre dois grandes projetos políticos antagônicos para o país. Na esteira dessa disputa e

No clima das Reformas de Bases do Governo Jango, o Sistema Paulo Freire foi um verdadeiro achado. Através dele seria possível - era a previsão - acrescentar cinco milhões de eleitores ao corpo eleitoral em 1965 [...] e assim desequilibrar o poder da oligarquia a favor do movimento popular. (GOÉS, 1994, p. 21).

Não por acaso o PNA, programa encabeçado por Freire foi excluído no dia 14 de abril de 1964. Segundo o Decreto nº 53.886, considerou-se a:

[...] necessidade de reestruturar o Planejamento para a eliminação do analfabetismo no país;

CONSIDERANDO ainda que o material a ser empregado na Alfabetização da População Nacional deverá veicular idéias nitidamente democráticas e preservar as instituições e tradições de nosso povo; CONSIDERANDO, finalmente, que o Departamento Nacional de Educação é o órgão do Ministério

## Concepções de educação nacional durante o Regime Civil-Militar

da Educação e Cultura ao qual incumbe, por lei, a administração dos assuntos de educação. (DECRETO Nº 53.886, DE 14 DE ABRIL DE 1964).

Conseqüentemente,

Todas as atividades do PNA, tanto no Nordeste como no Sudeste, foram paralisadas. O ministro Júlio Sambaqui e toda a sua equipe, inclusive Paulo Freire, foram afastados do Ministério da Educação. O PNA acabou antes mesmo de ser colocado em prática, no Rio ele parou no treinamento dos cerca de 1000 monitores, em Sergipe foi paralisado na fase de seleção dos mesmos. (TEIXEIRA, 2008, p.160).

Depois de pouco tempo de governo militar, vários programas educacionais foram extintos. Segundo Wagner da Silva Teixeira (2008, p. 161) "A ideia era pôr fim de forma imediata a toda política educacional do governo anterior, considerada já há algum tempo como subversiva". Nesse sentido, Moacyr de Goés (1994, p.34) afirma que "[...] os movimentos de educação e cultura popular foram destruídos e os seus educadores e aliados cassados, presos e exilados [...]", inclusive, Paulo Freire.

Segundo a socióloga Barbara Freitag (1986),

As primeiras diretrizes formuladas por este governo, norteadoras da futura política educacional, já foram fixadas no início do Governo Castello Branco. Estão contidas nas declarações feitas pelo Presidente aos Secretários de Educação de todos os Estados, em meados de 64: o objetivo do seu governo seria restabelecer a ordem, a tranquilidade entre estudantes, operários e militares. (FREITAG, 1986, p. 78).

No ano de 1967, o governo criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL. O objetivo era "[...] criar, pela via "doce" da alfabetização, uma base política de novos eleitores (alfabetizados, portanto) para a sustentação política do regime." (CUNHA, 1994, p.58-59). Entretanto, segundo Cunha (1994) a ideia do governo fracassou, conforme o,

[...] resultado das eleições legislativas de 1974. Abandonando a opção equivocada do "voto nulo", as oposições do regime militar apresentaram plataformas e candidatos que conseguiram amplo apoio popular. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) derrotou o outro movimento, o de alfabetização (MOBRAL), que pretendia formar eleitores do governo autoritário, a Aliança Renovadora Nacional. (CUNHA, 1994, p. 59).

Mesmo tendo a alfabetização “[...] 6,3 milhões de pessoas de 15 a 35 anos de idade, em apenas quatro anos de funcionamento, os militares viram que o MOBRAL, se estava preparando eleitores, era para o MDB.” (CUNHA, 1994, p.59). Além do mais, os dados ocultavam as elevadíssimas taxas de evasão “[...] e os métodos pedagógicos eram inadequados aos analfabetos visados.” (CUNHA, 1994, p. 59).

### **As iniciativas políticas educacionais do Regime Civil-Militar**

As consequências iniciais do Regime civil-militar no plano educacional foram impactantes para a população brasileira, principalmente no que diz respeito aos cidadãos de baixa renda em detrimento da manutenção da classe dominante. Nos anos seguintes aos de 1964, houve várias mudanças que alteraram o quadro educacional brasileiro. Discorreremos sobre algumas mudanças neste trabalho.

De acordo com Goés (1994) o que houve no Brasil em 1964 não foi um simples golpe para “arrumar e defender” o país, mas sim uma articulação política de raízes internas e externas, sempre vinculadas aos interesses econômicos específicos e permanências sociais.

Tanto é assim que, passados os primeiros momentos de perplexidade, o novo Estado emergiu do figurino do IPES com objetivos programados, metas estabelecidas e, naturalmente, com os homens que se apossaram do poder. (GOÉS, 1994, p. 32).

O novo governo precisava encontrar novos sistemas que “[...] facilitassem a divulgação da nova ideologia condizente com os interesses do capitalismo [...]” (GOÉS, 1994, p. 32). A opção feita foi um acordo com a United States Agency for international Development – USAID, que auxiliaria nessa nova missão. Nesse sentido,

1964 é o oposto de 1958, mas, a bem da verdade, diga-se que a interferência norte-americana nas coisas da educação nacional, camuflada de “assistência técnica”, já vinha de longe e não era um fenômeno exclusivamente brasileiro. Esses interesses se manifestaram desde a Guerra Fria e cresceram no final dos governos Dutra e JK. Todavia, foi no governo Castelo Branco que a desnacionalização do campo educacional tomou formas nunca vistas. (GOÉS, 1994, p. 33).

## Concepções de educação nacional durante o Regime Civil-Militar

Segundo José Oliveira Arapiraca (1982),

O objetivo político de inculcação dos ideais (ideologia) americanos, como a livre iniciativa, o culto da propriedade privada, o anticomunismo, deveria servir ao objetivo econômico que consistia em garantir o mercado para as empresas americanas e a livre expansão interna do capitalismo. A universalização do mercado, exigência do capitalismo monopolista, supõe a transformação de todos os bens em mercadoria, inclusive a educação que passa a ser fundação do capital, sujeita a lei da oferta e procura. O sistema escolar forma "recursos humanos" para a indústria e a universidade, torna-se, ela própria, a indústria. (ARAPIRACA, 1982, p. 7-8).

Os acordos entre MEC e USAID envolveram toda a educação nacional, ou seja, o ensino do 1º Grau (Primário e Secundário), 2º Grau e Ensino Superior, produção e veiculação de livros didáticos e também o treinamento de professores. "A proposta USAID não deixava brecha" (GOÉS, 1994, p. 33) e só não houve "[...] total submissão brasileira no processo decisório da educação nacional" (GOÉS, 1994, p. 33) porque os estudantes, os professores e políticos nacionalistas que denunciaram tal processo, o que evitou o pleno êxito do projeto.

O MEC-USAID teve acordos firmados de junho de 1964 a janeiro de 1968 baseados na ideologia capitalista americana. "Todo esse equívoco pedagógico, misturados aos estereótipos conservadores, assumiu ares de modernidade [...] com as bênçãos do imperialismo pelos acordos MEC-USAID" (CUNHA, 1994, p. 65).

A Constituição de 1967, promulgada sob o governo de Castelo Branco, norteou as leis 5540/68 (Reforma Universitária) e 5692/71 (Reforma 1º e 2º graus). Segundo Bárbara Freitag (1986),

A Constituição de 67 antecipa alguns aspectos que nortearão a lei de reforma, tanto do ensino superior como o de 1º e 2º graus, de 1968 e 1971. Reforça a Constituição em seu Art. 168 § 2, o que a LDB, de 1961, havia estabelecido: fortalecer o ensino particular assegurando-lhe explicitamente "ajuda técnica e financeira do governo, inclusive bolsas de estudo". (FREITAG, 1986, p. 81).

Parte das camadas médias buscavam mudanças na educação e, entendendo a dinâmica das novas demandas educacionais, o governo elaborou e impôs a reforma universitária de 1968 para supostamente atender a necessidade de reformar a estrutura do ensino superior,

pois a LDB de 1961 “[...] não reestruturou o ensino superior de acordo com as necessidades da época [...]” (FREITAG, 1986, p. 83).

Os estudantes não participaram da elaboração da reforma universitária, pois o grupo representava o único foco de resistência ao regime civil-militar no campo da educação e, também tinha como proposta uma outra Reforma Universitária, o que segundo Saviani (2000) obrigou o governo a apressar-se, pois,

Em 1968, levando ao extremo suas pretensões, os estudantes decidiram fazer a reforma pelas próprias mãos. No mês de junho ocuparam as principais universidades e instalaram cursos-piloto e comissão partidárias, ficando algumas escolas sob o controle dos alunos durante o mês de julho e praticamente todo o segundo semestre. É nesse quadro que o governo, como que raciocinando em termos de “façamos a reforma antes que os outros façam” apressou-se a desencadear o processo baixando, em 2 de julho, portanto no auge da crise estudantil, o Decreto nº 62.937 que instituiu o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária. (SAVIANI, 2000, p. 22).

De acordo com Saviani (2000) a reforma universitária procurou atender duas exigências contraditórias,

[...] de um lado, a demanda dos jovens estudantes ou postulantes a estudantes universitários e dos professores que reivindicavam a abolição da cátedra, a autonomia universitária e as verbas e mais vagas para desenvolver pesquisas e ampliar o raio de ação da universidade; de outro lado, a demanda dos grupos ligados ao regime instalado com o golpe militar de 1964 que buscavam vincular mais fortemente o ensino superior aos mecanismos de mercado e ao projeto político de modernização em consonância com os requerimentos do capitalismo internacional. (SAVIANI, 2000, p. 22).

Portanto, no dia 28 de novembro de 1968, foi promulgada a Lei 5.540/68, pelo então presidente Costa e Silva, e ficou conhecida pela Reforma Universitária. A implantação da lei se deu pelo Decreto-Lei 464 de 11 de fevereiro de 1969, após haver uma série de vetos pelo presidente da república, para se ajustar melhor aos interesses do estado. Em 1964, anos antes da reforma ser finalmente instaurada, o então ministro da educação anuncia que “[...] os estudantes devem estudar e os professores ensinar (não fazer política)” (FREITAG, 1986, p.83).

## Concepções de educação nacional durante o Regime Civil-Militar

Uma referência que contribui para a melhor compreensão do contexto político da época é o Ato Institucional nº 5 – AI-5, instaurado exatamente no mesmo ano da implantação da reforma universitária, 1968, quando teve início o período mais duro da ditadura civil-militar. O AI-5 afirmava em seu preâmbulo que,

[...] a Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, "os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direito e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria" (Preâmbulo do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964); (ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968).

Segundo o AI-5, quaisquer atos,

[...] nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la; [...] que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária. (ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968).

Fica evidente a tensão decorrente das ações do governo para impedir qualquer contestação ou tentativa de diálogo, pois o texto afirmava categoricamente que qualquer comportamento que o regime militar julgasse inapropriado, em nome do interesse de preservar a nação, o próprio governo teria o direito de “[...] suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.” (Art 4º - ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968).

Tendo em vista o AI-5, no ano de 1969 foi publicado o Decreto-Lei Nº 477 que define “infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de

estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências” (Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969).

Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que: I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento; II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dêle; III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dêle participe; IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza; V - Seqüestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno; VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública. (Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969).

Nesse momento de repressão, pessoas que demonstrassem características ou comportamentos considerados subversivos nas organizações escolares corriam o risco de serem punidas com as seguintes medidas:

§ 1º As infrações definidas neste artigo serão punidas: I - Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco (5) anos; II - Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro, estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos. § 2º Se o infrator fôr beneficiário de bolsa de estudo ou perceber qualquer ajuda do Poder Público, perdê-ia-á, e não poderá gozar de nenhum desses benefícios pelo prazo de cinco (5) anos. § 3º Se se tratar de bolsista estrangeiro será solicitada a sua imediata retirada de território nacional. (DECRETO-LEI Nº 477, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1969).

Em conturbado momento político e social, no mesmo molde da reforma universitária, a reforma de ensino dos 1º e 2º graus foi impactante para a educação básica. A lei nº 5692/71 surgiu no governo do então presidente Emilio Médici, que teve como

“[...] objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania” (LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971).

## Concepções de educação nacional durante o Regime Civil-Militar

De acordo com FREITAG (1984), a lei 5.692/71 procurou corrigir “[...] inadequações do ensino médio anterior, mas também [...] dar reformulação do ensino superior a fim de ajustar ideológica, estrutural e funcionalmente os três níveis de ensino” (FREITAG, 1984, p.93-94).

Em 1971, o governo Médici completou a configuração do projeto educacional que vinha sendo desenhado desde 1964 e implantado, mais detalhadamente, à partir de 1968. A reforma do ensino de 1º e 2º graus (hoje níveis fundamental e médio), implantada por meio da lei 5.692 de 11 de agosto de 1971, tinha como fundamento o mesmo ideário e os mesmos objetivos que nortearam a reforma universitária. Dentre as mudanças destacaram-se 1) a associação do período de escolaridade obrigatória, prevista na Constituição Federal (7 a 14 aos), ao que passa a denominar-se como 1º grau, ou seja, o ensino da 1ª a 8ª séries; 2) o ensino de 2º grau da rede pública voltado para a habilitação profissional dos alunos. Tornou-se compulsória a profissionalização técnica em nível médio, praticamente eliminando dos currículos de 2º grau a parte de formação geral, especialmente a da área de ciências humanas. (FONSECA, 2012, p. 23).

No âmbito do ensino de História e da Geografia Escolar houve explícita desvalorizando ao desconsiderar suas especificidades e fundi-las em uma única disciplina no 1º Grau, Estudos Sociais, diminuir sua carga horária e intensidade no 2º grau, bem como, a adoção da obrigatoriedade da disciplina de Educação Moral e Cívica, entre outras. A Lei 5.692/71

[...] foi anunciada como instrumento de grande renovação no ensino. No entanto, ao investigarmos detalhadamente a história do período, constatamos que, na prática, a reforma de 1971 consolidou uma série de medidas e estratégias educacionais adotadas, paulatinamente, após o golpe militar de 1964, entre elas, a obrigatoriedade do estudo de EMC como disciplina e prática educativa; institucionalizaram-se, em nível nacional, experiências curriculares que já estavam sendo realizadas em alguns estados, como, por exemplo, os Estudos Sociais. A nova organização curricular também efetivou outras disciplinas obrigatórias constantes no artigo 7º da lei 5692/71, ao mesmo tempo que efetivamente desprestigiou o ensino de História e Geografia. No nível médio, 2º grau, admitia-se o tratamento de História e Geografia como disciplinas, desde que diminuídas sua “duração” e sua “intensidade”, pois as disciplinas da área da formação especial deveriam ter duração superior àquelas de formação geral. (FONSECA, 2012, p. 29).

Outro levantamento feito por Selva Guimarães Fonseca (2012) é que o ensino de Estudos Sociais não tinha a pretensão de estudar, analisar ou refletir sobre o conjunto da

história, mas apenas de interpretar os fatos, aos moldes positivistas com o intuito de não induzir a juventude escolar à reflexão.

Nos conteúdos mínimos é evidente a dimensão doutrinária e conservadora da EMC e da OSPB, além de uma série de noções e conceitos gerais de História, Geografia, Política, Sociologia, Filosofia etc. Isso nos leva a concluir que, no seio da deliberada tentativa de substituir História e Geografia por Estudos Sociais, havia uma intenção de dissolução desses campos do saber como disciplinas autônomas formadoras do espírito crítico. (FONSECA, 2012, p. 29-30).

Outro ponto impactante na Lei nº 5692/71 foi a obrigatoriedade do ensino profissionalizante para o 2º grau. Como visto no seguinte texto, “[...] para o ensino de 2º grau, o Conselho Federal de Educação fixará, além do núcleo comum, o mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações afins.” (LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971).

§ 1º Observadas as normas de cada sistema de ensino, o currículo pleno terá uma parte de educação geral e outra de formação especial, sendo organizado de modo que: a) no ensino de primeiro grau, a parte de educação geral seja exclusiva nas séries iniciais e predominantes nas finais; b) no ensino de segundo grau, predomine a parte de formação especial. § 2º A parte de formação especial de currículo: a) terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau; b) será fixada, quando se destina a iniciação e habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados. (LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971).

Houve resistência em boa parte dos setores sociais, no que diz respeito aos integrantes da classe média, por exemplo, que não queriam ter os seus filhos associados a trabalhos manuais, e sim na universidade. Já a classe operária e rural via no estudo uma oportunidade de se desvincular do trabalho braçal (GÓES, 1994). Além do mais, as escolas não possuíam estrutura básica para comportar oficinas de estudos para habilitação profissional.

Após fortes críticas à obrigatoriedade do ensino profissionalizante, que na prática se mostrou inviável, o Parecer 860/81 modificou a lei deixando-o como opcional. Logo depois, o MEC sancionou a lei nº 7.044 de 1982, alterando alguns dispositivos da lei nº 5.692/71. No

âmbito do ensino profissionalizante, coube à instituição de ensino torna-lo obrigatório ou não.

Nesse novo contexto de desgaste do regime civil-militar, houve o surgimento e fortalecimento de movimentos contestadores da ditadura no campo educacional. Segundo Selva Guimaraes Fonseca (2012),

No final da década de 1970 e ao longo dos anos 1980, ocorreram mudanças significativas no ensino de História, fazendo com que a configuração por ele assumida (Estudos Sociais) durante os anos de autoritarismo fosse paulatinamente alterada. Nos anos 1980, vivenciamos uma realidade contraditória e rica. De um lado, um amplo debate, troca de experiências, um movimento de repensar as problemáticas nas várias áreas. De outro, a permanência de aparato legal elaborado em plena ditadura, o chamado "entulho autoritário". EMC e OSPB permaneceram disciplinas obrigatórias para o ensino de 1º grau, assim como EPB para a graduação, embora esvaziadas dos projetos para os quais foram criadas. Foram definitivamente "invadidas pelos conteúdos de História" (FONSECA, 2012, p. 31).

### **Considerações finais**

As consequências iniciais do Regime Civil-Militar no plano educacional foram impactantes para a população brasileira, principalmente no que diz respeito aos cidadãos de baixa renda para a manutenção da classe dominante.

O regime civil-militar alterou, excluiu e recriou aos seus moldes diversos programas educacionais por uma questão de "segurança nacional" evitando uma possível revolta da classe dominada. De acordo com Goés (1994) o que houve no Brasil em 1964 não foi um simples golpe para "arrumar e defender" o país, mas sim uma articulação política de raízes internas e externas, sempre vinculadas aos interesses econômicos elitistas, o que implica em permanências sociais.

Pode-se compreender que o teor do discurso de Castelo Branco vocaliza o descontentamento de setores conservadores da população e o oportunismo político. Os programas e os novos sistemas educacionais populares propostos no período anterior ao

regime ditatorial eram vistos como perigosos, pois ameaçavam a ordem estabelecida com o golpe, aos moldes do estado ditatorial, pautado pela doutrina da Segurança Nacional. "Castelo Branco já havia alertado [...] sobre o perigo que representava o método de alfabetização de Paulo Freire: estaria "engordando cascavéis" no sertão do Nordeste" (TEIXEIRA, 2008, p.161), mas, aparentemente, a ideia de fazer um novo programa de alfabetização que visasse à conquista de novos eleitores, não funcionou, tendo em vista que a má preparação do método pedagógico juntamente com a elevada taxa de evasão não sustentou o projeto político do governo e seu partido, a Aliança Renovadora Nacional – ARENA.

Sendo assim, as reformas educacionais que ocorrem entre 1964 a 1985 sugerem a forma como a educação se moldou ao interesse do Estado para controlar a população brasileira por meio de um ideário conservador de "segurança nacional" que visava no campo educacional a submissão dos brasileiros e a formação de mão de obra para o crescimento da economia, mas sem políticas de diminuição da desigualdade.

### Referências Bibliográficas

- ARAPIRACA, J. O. *A USAID e a Educação Brasileira: Um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano*. São Paulo: Cortez Editora, 1982.
- BRISO NETO, J. L. P. *O conservadorismo em construção: o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e as reformas financeiras da ditadura militar (1961-1966)* Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=v> Acesso em: 27 out. 2017.
- CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- CUNHA, L. A.; GÓES, M. de. *O Golpe na educação*. 11. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1994. FREITAG, B. *Escola, Estado & Sociedade*. São Paulo: Editora Moraes, 1986.

FREITAG, B. *Escola, Estado & Sociedade*. São Paulo: Editora Moraes, 1986.

FONSECA, S. G. *Caminhos da história ensinada*. Campinas: Papirus, 2012.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. *História da educação brasileira*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

KUNHAVALIK, J. P. *Os militares e o conceito de nacionalismo: disputas retóricas na década de 1950 e início dos anos 1960*. Florianópolis, 2009. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – PPGSP, UFSC.

OLIVEIRA, N. D. *Os Primórdios da Doutrina de Segurança Nacional: A Escola Superior de Guerra* Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v29n2/v29n2a08.pdf> Acesso em: 22 out. 2017.

SAVIANI, D. *A nova lei da educação: Trajetória, limites e perspectivas*. Campinas. Editora Autores Associados, 2000.

TEIXEIRA, W. da S. *Educação em tempos de luta: História dos movimentos de educação e cultura popular*. Niterói, 2008. Tese (Doutorado em História Social) – UFF.

### Fontes

BRASIL, *Ato institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm) Acesso em: 20 out. 2017.

BRASIL, *Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969*. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm) Acesso em: 22 out. 2017.

BRASIL, *Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5692.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm) Acesso em: 20 out. 2017.

BRASIL, *Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968*. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5540.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm) Acesso em: 20 out. 2017.

BRASIL, *Decreto-lei nº 53.886 de 14 de abril de 1964*. Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1964-04-14;53886> Acesso em: 20 out. 2017.

BRASIL, *Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del0869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0869.htm) Acesso em: 07 set. 2016.

RIBEIRÃO PRETO – Arquivo Público e Histórico. BRANCO, H. C. *Aspectos da Educação Nacional*. Universidade Federal do Ceará. Ceará, 1964.

Esta página  
foi deixada  
propositalmente  
em branco

**Tradições abandonadas. Como “O Povo” revela a França de Michelet**

Erick Caixeta de Carvalho\*

Frank Rudiger Lopes\*\*

Luís Henrique Cordeiro Alves Martins\*\*\*

Pedro Mitsugui Vidal Yoshimatu\*\*\*\*

**Resumo:** No artigo apresentado, trabalhamos com *O Povo* de Jules Michelet, estudando as suas perspectivas históricas, sua metodologia, e as relações com o período de formação da história como disciplina, no século XIX. Para compreender o pensamento do autor, descartamos uma concepção anterior do historiador como positivista, analisando seu pensamento pela sua obra e alguns trabalhos relacionados às suas concepções teóricas da história. Operação feita por meio da análise da obra de Giambattista Vico, *Scienza Nuova* (Nova Ciência), pensador italiano do século XVIII que trabalhou com a construção de uma nova forma de estudar a ciência do homem, em oposição ao método experimentalista de Descartes e Newton. Assim, apresentando uma proposta de análise cultural, de estudos dos povos e costumes. Também consideramos outros elementos do momento histórico da criação de *O Povo*, como entendimentos de “povo” do pensamento alemão, o *Volksgeist* (Espírito do Povo), além da noção específica de Pátria, como nas ideias de “França e Anti-França”. Desse modo, revisitando Michelet como mais do que simplesmente um “positivista”, mas um pensador dentro de seu tempo que também foi original e possuiu outros métodos e enfoques que o distanciaram e o tornaram um historiador bastante particular no século XIX.

---

\* Graduando em História pela Universidade de São Paulo. Contato: erick.carvalho@usp.br

\*\* Graduando em História pela Universidade de São Paulo. Contato: frank.kgb88@hotmail.com

\*\*\* Graduando em História pela Universidade de São Paulo. Contato: luis.henrique.martins@usp.br

\*\*\*\* Graduando em História pela Universidade de São Paulo. Contato: pedro.yoshimatu@usp.br

Erick Caixeta de Carvalho

Frank Rudiger Lopes

Luís Henrique Cordeiro Alves Martins

Pedro Mitsugui Vidal Yoshimatu

**Palavras-Chave:** Jules Michelet; Giambattista Vico; França; Teoria da História; Século XIX

## Introdução

O presente trabalho tem por objetivo trazer uma análise concisa do livro *O Povo*, de Jules Michelet<sup>1</sup>. Esse livro foi produzido no ano de 1846; portanto, dois anos antes das revoluções europeias de 1848<sup>2</sup>. É importante, inicialmente, contextualizar o trabalho do autor em seu período, entendendo as particularidades deste, para poder encaixá-lo dentro da sua própria realidade de escrita.

Jules Michelet nasce em 1798, na passagem para o século XIX. Diferentemente da maioria dos intelectuais da época, seu desenvolvimento foi marcado por características peculiares. Notavelmente, cresceu em família pobre, inclusive inserindo em sua produção relatos de miséria e fome; contudo, ainda teve seus estudos priorizados pela família, permitindo que aprendesse a ler e escrever ainda jovem apesar de suas origens como filho de mestre-impressor. Ele dedicou sua vida aos estudos históricos, possuindo um doutorado em letras, com uma visão de sociedade se desenvolvendo em torno da relação entre o povo e a França; tal tratamento o inspira a escrever *O Povo*, retratando essa parte da sociedade falada por poucos. A relevância de tais elementos para o trabalho é que, em 1830, após completar os estudos e já ser professor, Michelet, por conta da publicação e recepção favoráveis de obras como *Compêndios de História Moderna*, em 1827, recebe a posição de chefe do Arquivo Nacional da França. Tal posição o inspira a escrever trabalhos como *História de França* (obra de dezessete volumes iniciada em 1833 e finalizada em 1868) e *Introdução a*

---

<sup>1</sup>Michelet nasce em Paris em 21 de outubro de 1798 e morre em 9 de fevereiro de 1874. A edição em português utilizada para o trabalho é de 1988, traduzida por Gilson Cesar Cardoso de Souza.

<sup>2</sup>Inserido, portanto, no contexto da "era das revoluções", nomenclatura apresentada por Eric Hobsbawm. Na obra do historiador britânico, o ano de 1848 é central pois serve como transição de tal período para a chamada "era do capital".

Tradições abandonadas. Como “O Povo” revela a França de Michelet

*História Universal* (publicado em 1831), levando-o a ser um autor com grande preocupação no uso de fontes históricas (BARTHES, 1987, p. 6).

O século XIX é por excelência o século da História, e também, o lugar social marcado pelo cientificismo. No entanto, Michelet carrega leituras que fortalecem suas peculiaridades; ao aprender italiano tendo contato com as obras de Giambattista Vico<sup>3</sup>, inicia suas leituras sobre ele. E o francês é, inclusive, o primeiro a traduzir as obras do italiano, em que este propunha uma ciência da história<sup>4</sup>. Vico tentava mostrar que a história funciona de forma particular, possivelmente como uma espiral e com um sentido evolutivo dos processos históricos. Sua conclusão, portanto, é a de que a história teria um sentido: o de gerar a razão. Ele torna-se um crítico, ainda no século XVIII, dos historiadores que buscam somente ressaltar histórias pequenas e fragmentadas sobre personalidades e batalhas, ressaltando o caráter de uma sociedade de heróis. Seu objetivo é o de gerar uma história centrada no homem como um ser social e seus desenvolvimentos em sociedade.

Essa influência leva Michelet a ser um historiador que busca a racionalidade, de modo a se desvincular de outros modos de fazer história, principalmente no mundo francês, das civilizações de Voltaire, essencialmente acreditando que as fontes históricas são as únicas coisas que revelarão a verdade. Tais aspectos de sua vida são fortes indicadores do trabalho que ele realiza em *O Povo*. Seu exercício fundamental é de tentar mostrar as relações da sociedade (especialmente no contexto francês) em oposição a histórias fragmentadas de heróis ou de indivíduos; o próprio título do livro, dessa forma, nos apresenta tal perspectiva. O autor propõe-se, por excelência, a fazer uma ciência da história. Portanto, o objetivo desse trabalho é o de analisar a construção que Michelet faz da história e as ideias integradas por ele. Para isso, será feita uma leitura e análise cuidadosas, buscando historicizar o autor e seu livro, tratando de três pontos fundamentais: a visão que Michelet possuía da história; como a

---

<sup>3</sup>Giambattista Vico nasceu em 1668 e viveu até 1744.

<sup>4</sup>Ou uma filosofia, conforme o título proposto por Michelet em sua tradução de *Scienza Nuova* parecia indicar (Princípios de uma Filosofia da História).

sua visão do “povo” se aproxima ou se distancia de outras do período, como a do *Volksgeist*; e, por fim, compreender a visão de Pátria do autor, também interligada com os elementos anteriores, da História, do “povo” e do objetivo que propõe com sua obra e da conexão entre as três questões.

### **Concepção de História**

A concepção de história de Michelet, tal como trabalhada em *O Povo*, é elucidada pelos elementos de seu tempo. Trabalhando no século XIX, com a conclusão desse livro em 1846, trata-se de uma época marcada pelo fenômeno da indústria, com o aumento do poderio inglês e a consolidação da burguesia industrial. Há também presente, no livro, uma ideia que posteriormente seria pensada como nacionalismo, mas que se apresenta sobre outro prisma, com uma defesa muito frequente do autor sobre sua pátria, a França; é possível observar nisso como a obra se encontra repleta de diversos elogios e exaltações tanto da nação francesa como do povo francês, principalmente o camponês. Contudo, tal visão de uma França patriótica possui uma noção anterior, relacionada à questão da Revolução Francesa e a presença justamente desse povo, em uma união, como aparece logo na introdução do livro.

A própria introdução, ou dedicatória a um amigo pessoal de Michelet, Edgar Quinet, já é elucidativa de como o autor de *O Povo* considera a noção de estudos históricos e o que pode e deve ser trabalhado pela história. Tal perspectiva constata sua originalidade frente seus contemporâneos; por ter vivido junto ao “povo”, não somente conhece a fundo a questão de classe mas também a questão de nação, assim, sendo capaz de apresentar uma perspectiva distinta, sem relegar aos camponeses, que constituem a maior parte da nação, um campo secundário. Concluindo, inclusive com sua ideia de França, unida, não em um nacionalismo construído do ponto de vista do governo, mas da população, com a

Tradições abandonadas. Como “O Povo” revela a França de Michelet

proximidade da Revolução Francesa como significativa para o autor, e que se relaciona com a importância e relevância do povo.

Um povo! Uma pátria! Uma França!... Não nos tornemos nunca duas nações, eu vos peço. Sem unidade pereceremos. Como não o sentis? Franceses de qualquer condição, de qualquer classe ou partido, guardai bem uma coisa: só tendes nesta terra um amigo seguro, a França. Sereis sempre culpado perante a coalizão eterna das aristocracias de ter desejado, há cinquenta anos, libertar o mundo. [...] Perante a Europa, sabeis-o bem, a França só terá um nome, inextinguível, que é seu verdadeiro nome eterno: A Revolução! (MICHELET, 1988, p. 23)

Na primeira parte, pela análise dos diferentes tipos de trabalho na França, o autor nota na figura camponesa de seu país o que ele chama de “força vital”, algo essencialmente do povo, e que se encontra mais forte nesse ambiente rural. Trata-se de um elemento humano que estaria em falta tanto no ambiente urbano como em outras nações que não sejam a França; o principal contraexemplo de Michelet é a Inglaterra, com sua burguesia, suas indústrias e seus operários. No entanto, quando o autor trabalha com essa característica e quando comenta sobre “o povo”, tal como ele o constitui, há uma grande valorização do sentimento, mas não qualquer sentimento (questão elucidada principalmente na última parte do livro “Da Libertação pelo Amor. A Pátria”, no primeiro capítulo desta). “A Amizade” um tipo de companheirismo e proximidade que é mais marcante no camponês, mas também existe entre os operários. Trata-se de um “sentimento do povo”, mais digno e que inclusive consiste na glorificação que o autor faz da Pátria.

Quereis julgar nossos camponeses? Observai-os de volta do serviço militar. Verei esses soldados terríveis, os primeiros do mundo, que, recém-chegados da África, da guerra dos leões, põem-se suavemente a trabalhar [...]. Ireis vê-los sem queixas ou violências buscar, pelos meios mais honrosos, a realização da obra sagrada que constitui a força da França: o casamento do homem com a terra. A França inteira, se tivesse o verdadeiro sentimento de sua missão, auxiliaria os que dão prosseguimento a essa obra. (MICHELET, 1988, p. 41)

Assim, essa união que existe entre “o povo” e sua Pátria, também no “povo” consigo mesmo, é posto como um elemento relevante e fundamental para a compreensão tanto da França quanto da própria concepção de história de Michelet.

Erick Caixeta de Carvalho

Frank Rudiger Lopes

Luís Henrique Cordeiro Alves Martins

Pedro Mitsugui Vidal Yoshimatu

Na primeira parte e no primeiro capítulo, respectivamente, “Da servidão e do ódio” e “Servidões do camponês”, o autor apresenta o camponês com a emoção de forma bastante notável:

Se quisermos conhecer o pensamento íntimo, a paixão do camponês da França, nada mais fácil. Basta passearmos no domingo pelo campo, sigamo-lo. Ei-lo que vai à nossa frente. São duas horas; sua mulher está na reza; ele está endomingado; garanto que vai ver a amante. Que amante? Sua terra. (MICHELET, 1988, p. 27)

Assim, logo no começo da obra, Michelet utiliza o sentimento como forma de descrever o papel que a posse da terra (mesmo que pequena, como ele elabora posteriormente) é fundamental para manter o camponês “livre” e “vivo”; o amor que ele possui pela sua terra atua como evidência e fato marcante da superioridade do povo francês. Não se trata de uma preocupação financeira, que no caso da esparsa burguesia francesa Michelet descreve como efetivamente medíocre, mais do que mesquinha, da mesma forma que a burguesia inglesa – camada populacional que o autor frequentemente aponta e critica; como poderá ser observado nas subseções seguintes.

[...] Ela é muito egoísta, é verdade, mas rotineira, inerte. Salvo em alguns breves acessos, apegase comumente às primeiras aquisições que receia comprometer. É inacreditável como essa classe, sobretudo na província, resigna-se facilmente à mediocridade, em todos os aspectos. (MICHELET, 1988, p. 95)

Assim sendo, há uma clara identificação desse “povo” como fundamental para o autor, e que se prova necessário compreender essa importância do “povo”, de modo a analisar a concepção histórica apresentada e utilizada ao longo do trabalho de Michelet. Ela consiste em uma realidade que progride, possuindo etapas, por exemplo, na ideia de que há “povos jovens”, de certa concretude com abstrações vazias presentes neles, que se racionalizaria e se

Tradições abandonadas. Como “O Povo” revela a França de Michelet tornaria mais complexa e precisa com o “amadurecimento”, comparação que Michelet constrói ao falar também da criança como análoga aos povos desse tipo. Nota-se, nessa noção sobre os povos em geral, que há uma visão da história, que por mais que o autor fale de progresso e civilização, não é a “história das civilizações”, de Voltaire, mais forte na tradição francesa e que possui até mesmo conceitos similares. Porém, há maiores elementos de aproximação com o pensamento do italiano Giambattista Vico<sup>5</sup>, que apesar de haver uma dissonância no que se trata de uma concepção histórica específica, Michelet retira de Vico questões importantes, como a possibilidade dos homens moldarem seu próprio destino, pela criação, destruição ou transformação de instituições na superação de obstáculos para a realização plena do homem, ou no caso, do “povo” e da França. (BERLIN, 1982).

Para contextualizar o italiano, faz-se necessário apontar o seu pensamento histórico. Ele adota o modelo das três idades de Varão para tentar depreender, para a história entendida como desenrolar das sociedades humanas ao longo do tempo, um modelo de inteligibilidade; são elas a idade dos deuses, a idade dos heróis e a idade dos homens. A primeira consistiria em um pensamento verdadeiramente inicial humano, com uma forte presença e influência da mitologia, os deuses gregos, por exemplo. A segunda seria justamente o momento com os semideuses e heróis, essas figuras imponentes e poderosas que definiriam o curso humano, marcada por abstrações e pela criatividade. E a terceira, tendo seu começo demarcado pela criação das leis, a idade dos homens seria quando ocorre a prevalência da razão, como forma última, e que teria seu recomeço em uma nova idade dos deuses, não como um ciclo tradicional, mas em espiral, pela incorporação de elementos anteriores e novos. Que, mesmo não tendo feito uso estrito dessa visão histórica, Michelet reconhece e identifica sem desacreditá-la (MICHELET, 1847, p. 21).

Em Michelet, por mais que não haja uma utilização das ideias de Vico tal como o autor as pensou rigorosamente, elementos do pensamento do autor italiano permaneceram,

---

<sup>5</sup> Escritor da *Scienza Nuova* (Nova Ciência) – em que Vico discute a questão do conhecimento verdadeiro, do que seria possível conceber como verdade.

Erick Caixeta de Carvalho

Frank Rudiger Lopes

Luís Henrique Cordeiro Alves Martins

Pedro Mitsugui Vidal Yoshimatu

repensando-se conceitos com um toque próprio e singular de Michelet. Um exemplo a ser mencionado é a concepção dos povos possuindo “fases de desenvolvimento” e a criança também como representação disso, como passando por esse percurso do gênero humano. Isto é, assim como em Vico, também em Michelet encontra-se essa ideia de que há uma passagem dos povos por esses estágios. Existem povos que estariam ainda nesse período de criatividade e abstrações vazias, que ficariam por se realizarem na razão, e que ainda encontrariam a racionalidade por meio do progresso humano. Além disso, o autor francês conceitua esse momento da razão com elementos negativos, também avaliados por Vico, de uma tirania no exercício da lei de forma democrática – o italiano possuía uma visão crítica e contrária da democracia, como indica Isaiah Berlin (1982) ao dele tratar. – Essa tirania, que levaria a uma queda e a um recomeço do ciclo. Em contrapartida, em Michelet há uma possibilidade de continuação, de melhora da realidade mesmo com esse momento racional e impositivo, que é quando se apresentam os elementos da união pela Pátria e um avanço do “povo”, como pensado no que diz respeito à Revolução Francesa, que apesar do Terror, foi positiva e não levou a uma dissolução social.

Efetivamente, Michelet considera a história como possuindo um sentido de avanço. No entanto, não se trata nem de um círculo recorrente ou de uma linha sem mudanças, mas tortuosa, repleta de atalhos e becos escuros (ATHERTON, 1965, p. 221). A história caminha com um objetivo, no entanto, não prossegue continuamente, mas com avanços e retrocessos. Por exemplo, o autor cita a Idade Média como um momento que teve de ser superado, vista de forma negativa e ainda como um possível problema.

Primeiro a Idade Média, na qual passei a vida, da qual reproduzi em minhas histórias a comovente, a impotente aspiração. Precisei dizer-lhes: *Para trás!*, hoje que mãos impuras a arrancam do túmulo e colocam essa pedra diante de

Tradições abandonadas. Como “O Povo” revela a França de Michelet

nós para nos fazer tropeçar no caminho do futuro (grifo do autor). (MICHELET, 1988, p. 231)

Isto é, nesse caso Michelet reflete como há a possibilidade de se retomarem ideias desse período (o que para ele seria negativo, pois provocaria dificuldades para o futuro e o progresso desejados). Assim, acredita que a Idade Média ainda pode ser uma forma de se tropeçar, de se dificultar o “caminho do futuro”, de forma que haverá um desenvolvimento, mas ele será complicado ou até mesmo um retrocesso. Porém, que não compromete o sentido histórico de avanço em sua forma inespecífica marcada por obstáculos, tal como um “labirinto de eventos” (ATHERTON, p. 221).

Além disso, para comentar a questão da Pátria, da caracterização da França por Michelet e como ele trata da comparação entre povos (principalmente franceses e ingleses) aspectos de seu método serão trabalhados mais adiante. Para encerrar esta subseção, faz-se necessário considerar o elemento do gênio, tal como foi apresentado anteriormente, como um conciliador entre o “povo” mais simples e as pessoas mais cultas e de maiores recursos. Essa capacidade de compreender a simplicidade que Michelet exalta do “povo”, e, de ao mesmo tempo entender as camadas mais abastadas é no que constitui esse personagem, capaz de unir a humanidade mediante as camadas e os conflitos. Porém, mais do que isso, o “gênio”, da forma que é elaborado pelo autor, possui proximidade com outro pensamento de sua época, o romantismo. Nessas ideias, esse personagem aparece como fundamental, criador, intérprete do mundo e da humanidade; e que constitui a possibilidade de progresso para o qual, segundo Michelet, a história conduz, considerando também o “povo” em sua forma mais simples, com os seus méritos engrandecendo as camadas mais abastadas e permitindo uma melhora e um avanço conjunto.

### **Volksgeist em Michelet**

O objetivo dessa subseção é avaliar uma possível noção de *Volksgeist* em Michelet, observando se existe uma tentativa de utilização deste conceito no livro *O Povo*. No entanto, iremos buscar entender: quem é esse povo? Trata-se de descobrir se Michelet,

necessariamente, está tentando descobrir o *Espírito do Povo* (*Volksgeist*), algo comum em seu período, ou se ele busca entender outros aspectos da sociedade.

As noções de *Volksgeist*, *Espírito do Povo* ou até *Caráter Nacional*, são temas que são amplamente debatidos durante os séculos XVIII e XIX. É possível atribuir uma origem do conceito ao filósofo germânico Johann Gottfried Herder; que, no entanto, não empregou o termo em específico ao longo de seu trabalho. Apesar disso, o termo em si se difunde e ganha maior amplitude em outros autores. Para efeito deste trabalho, encarar-se-á o conceito como a busca por uma ideia de nação, isto é, qual a cultura do povo de uma determinada região. Procuramos entender se Michelet quer dar um rosto para cada Estado-Nação, ou então se ele ultrapassa essa noção e busca uma nova ideia de povo.

Iniciemos a análise através de uma citação do livro.

Os remédios parciais são bons, sem dúvida, mas o remédio essencial é um remédio geral. Seria preciso curar a alma.

O pobre supõe que prendendo o rico com essa lei tudo termina, o mundo caminha bem. O rico pensa que, devolvendo o pobre a uma forma religiosa, morta há dois séculos, consegue fortalecer a sociedade... Belos paliativos! Eles imaginam, aparentemente que essas fórmulas políticas ou religiosas, possuem uma certa força cabalística capaz de unir o mundo, como se sua força não residisse no acordo que encontram ou não em seus corações!

O mal está no coração. Que também o remédio esteja no coração! Deixai vossas receitas. É preciso que o coração se abra, e também os braços... Ora, são vossos irmãos, afinal. Esquecestes?... (MICHELET, 1988, p. 110)

Nessa passagem é possível fazer um avanço na análise. Percebe-se lendo atentamente como o “povo” de Michelet não é necessariamente o mesmo do *Volksgeist*. Ao falar sobre a situação que ele observa no mundo, verificamos que o “povo” é a camada mais baixa da sociedade, o rico e o pobre. Diferentemente do *Volksgeist*, há certo nível de generalização

Tradições abandonadas. Como “O Povo” revela a França de Michelet geográfica, algo que independe de barreiras nacionais; trata-se de uma característica comum a todos os países. Michelet identifica uma luta entre o pobre e o rico e dá sua solução universal, independente da nacionalidade.

De minha parte, espero que minha ciência, meu querido estudo, a história, se revitalize com essa vida popular e se torne, graças a esses recém-chegados, a coisa grande e salutar com que eu havia sonhado. Do povo sairá a história do povo. (MICHELET, 1988, p. 101)

Sua preocupação principal é que a sociedade seja compreendida, em toda sua complexidade. Ele critica o estudo que era feito em sua época, pois focava somente em estudar as altas classes e grandes figuras, renegando a população de sua agência histórica e, portanto, de sua importância. No entanto, isso deve ser mudado; as características positivas da população e as positivas das altas camadas devem ser reconhecidas e aplicadas, para que assim toda a sociedade prospere em conjunto. Há somente uma receita para isso, de acordo com Michelet, abrir o coração e reconhecer seus irmãos.

Porém, ao tratar da população, percebemos que existem sutilezas na noção de “povo” do autor: existe tanto o entendimento do povo como uma camada social comum a todas as sociedades, como também uma tentativa de entender as peculiaridades no “povo” de cada nação.

[...] é que os economistas passaram a estudar o que chamavam de *povo*. Para eles, o povo é principalmente o operário, mais especificamente o operário das fábricas. Tal forma de expressão, que não seria de todo imprópria na Inglaterra, onde a população industrial constitui dois terços do total, o é singularmente na França, uma grande nação agrícola onde o operário perfaz um sexto apenas da população. Quem vai aí buscar seus modelos não tem o direito de escrever em baixo que se trata do retrato do povo. (MICHELET, 1988, p. 117)

Neste trecho é possível observar essa dupla característica do povo de Michelet; ao mesmo tempo em que é desejoso por estudar o povo em si, (isto é, suas características gerais) trabalha tais questões sem ser generalizante. Percebe as nuances que cada cultura pode gerar, o que cada nação pode gerar de “povo” e como a história cria diferentes culturas

Erick Caixeta de Carvalho

Frank Rudiger Lopes

Luís Henrique Cordeiro Alves Martins

Pedro Mitsugui Vidal Yoshimatu

e diferentes camadas baixas. Porém, é necessário diferenciar esse conceito de povo do conceito de *Volksgeist*, uma vez que um *Volksgeist* nos indicaria as características específicas de cada nação, não necessariamente só a classe baixa, mas aquilo que une toda uma população sobre um mesmo Estado. Vemos, portanto, que a diferenciação em Michelet não é feita nesses termos, mas sim em características estruturantes da camada mais baixa da sociedade de cada país e como cada uma dessas nações condiciona a própria população<sup>6</sup>.

A metodologia de Michelet para analisar o povo, porém, é peculiar:

O povo, em sua concepção mais elevada, dificilmente se encontra no povo. Quer eu o observe aqui ou ali, não se trata dele, mas de uma classe, uma forma parcial do povo, alterada e efêmera. Em sua verdade, em seu poder maior, ele só existe no homem de gênio; neste é que mora a grande alma... Todos se espantam ao ver as multidões inertes vibrarem à menor palavra que ele diz, o alarido do Oceano esmorecer perante essa voz, a vaga popular arrastar-se a seus pés... Por que espantar-se? Essa voz é a voz do povo; mudo por si, ele fala pela boca deste homem, e Deus com ele. É aqui que, verdadeiramente, se pode dizer: Vox Populi, Vox Dei [a voz do Povo é a voz de Deus]. (MICHELET, 1988, p. 158)

Michelet propõe uma metodologia para analisar o “espírito do povo”; dessa forma, não pretende analisá-lo parcialmente, através de pequenos fragmentos, e sim o observar naquilo que o representa, ou em quem o representa. Através do gênio – que de acordo com Michelet é aquele que produz uma obra capaz de ser apreciada e reconhecida universalmente – o povo encontra sua voz, representado como um conjunto, e assim é possível estudá-lo de forma não fragmentada – sem generalizações imprecisas. Nessas palavras, é evidente seu esforço de tentar ver o povo em sua forma mais “pura”.

---

<sup>6</sup>Seria possível usar o conceito de classe social, mas nesse trabalho se reluta a usá-lo pois o termo não foi usado no mesmo sentido que se conhece nos dias de hoje. Seria necessário traçar uma história dos conceitos para usá-lo com precisão e isto não faz parte do foco desse trabalho, portanto, preferimos abandonar a terminologia.

Tradições abandonadas. Como “O Povo” revela a França de Michelet

Entretanto, o autor não só realiza esse amplo esforço em tentar encontrar o seu povo, como também o coloca como uma entidade que necessita de um estudo aprofundado para que seja possível solucionar diversos problemas de seu tempo. O povo é uma força vital para o conjunto da sociedade, que apesar de ser visto majoritariamente por suas deformidades e negatividades, possui seu valor, e que é, de acordo com o autor, inspirador.

Queria caracterizar o instinto popular, mostrar-lhe a fonte vital onde as classes cultivadas devem buscar hoje seu rejuvenescimento; pretendia provar a essas classes, nascidas ontem e já desgastadas [burguesia], que elas precisam aproximar-se do povo de onde saíram. (MICHELET, 1988, p. 166)

Sua intenção final é falar sobre o instinto popular, os elementos que unem essa classe e como essa mesma classe que foi subjugada e maltratada pode ser o elemento capaz de revitalizar uma sociedade em chagas. Na visão de Michelet, o povo, por ser um portador nato dos instintos, é o único remédio para uma burguesia que caminha incansavelmente em busca da reflexão. É onde esse grupo recém-nascido deve buscar inspiração para a resolução de seus problemas.

“O divórcio do mundo consiste principalmente na absurda oposição atual, na era da máquina, entre instinto e reflexão, no desprezo destas pelas faculdades instintivas, as quais pensa poder dispensar” (MICHELET, 1988, p. 111). Michelet identifica “na era das máquinas”, o divórcio entre o instinto e a reflexão, uma burguesia que rejeita as características populares, de instinto e ação, mas que se beneficiariam amplamente de tais visões de mundo; há uma harmonia a ser alcançada que seria o remédio para essa sociedade que ele identifica como doente.

Pareceu-me que, antes de ministrar um remédio exterior e local, seria útil descobrir o mal interior que provoca todos os sintomas. A meu ver, esse mal é o enregelamento, a paralisia do coração, causadora da insociabilidade; esta se prende sobretudo à falsa ideia de que podemos impunemente nos isolar, de que não temos nenhuma necessidade uns dos outros. As classes ricas e cultivadas, principalmente, imaginam que nada têm a ver com o instinto do povo, que lhes basta a ciência dos livros, que nada lhes podem ensinar os homens de ação. Para esclarecê-las, foi preciso que eu aprofundasse a investigação do

Erick Caixeta de Carvalho

Frank Rudiger Lopes

Luís Henrique Cordeiro Alves Martins

Pedro Mitsugui Vidal Yoshimatu

que há de fecundo nas faculdades instintivas e ativas. A estrada era longa, mas legítima, e nenhuma outra o era. (MICHELET, 1988, p. 121)

Dessa forma, não seria possível falar de *Volksgeist* em Michelet, já que ele não busca caracterizar a nação francesa; ele não tenta entender, necessariamente, as características específicas de cultura, arte, língua ou costumes de cada local. Michelet busca entender o que é aquela imagem desfigurada que chamam de povo, independentemente de ser francês, inglês, ou alemão. No final, ele pensa ter encontrado uma figura: é aquele que não só reflete, mas que se lança ao instinto e à ação ao invés de se paralisar; é a inspiração para a solução dos problemas de seu tempo. Apesar disso, ele ainda entende as nuances possíveis para esse povo, como cada cultura e forma de organização de trabalho cria características diferentes nesse aglomerado de pessoas. Michelet expande sua interpretação além do *Volksgeist*, estudo tradicional de sua época, e cria um trabalho inovador e inspirador.

## **A França e a Anti-França**

Na última página de *O Povo*, na parte do livro intitulada “Da Libertação pelo amor. A Pátria”, Michelet apresenta com clareza um dos inimigos contra o qual lutou no decorrer da obra: “Uma outra religião, o sonho humanitário da filosofia, que crê salvar o indivíduo destruindo o cidadão, negando as nações, abjurando a pátria... imolei-a também” (MICHELET, 1988, p. 231). A partir dessa perspectiva de combate, o livro todo é marcado pela dura crítica às tentativas dos franceses de imitar a “anti-França”, a Inglaterra, da qual a monarquia constitucional de Luís Filipe havia se aproximado. Possivelmente relacionada com a “monarquia burguesa” que o rei realizava, nas palavras de Marx, alguns anos depois (MARX, 2011, p. 34), no estreitamento de relações da monarquia com a burguesia, com a primeira atendendo as demandas da segunda.

Tradições abandonadas. Como “O Povo” revela a França de Michelet

A pátria é a iniciação necessária à pátria universal. Assim, a união progride sempre, sem riscos de jamais chegar à unidade, porquanto cada nação, a cada passo que dá rumo à concórdia, mostra-se mais original em si mesma. Se, por hipótese, as diversidades cessassem, se a unidade adviesse e toda nação entoasse a mesma nota, o concerto estaria acabado; a harmonia confusa não passaria de um ruído vão. O mundo, monótono e bárbaro, poderia então morrer, sem deixar qualquer saudade.

O elemento que, entre todos, era para nós o mais heterogêneo – o elemento inglês – foi exatamente aquele que preferimos. (MICHELET, 1988, p. 199 e 204)

Desse modo, a existência da diversidade nas características de cada um dos elementos constitutivos de cada povo é um aspecto de grande importância para o bom funcionamento das nações. E, justamente, as tentativas de eliminar essas especificidades são o caminho “do suicídio e da morte” (MICHELET, 1988, p. 204). Com base nisso, a França não deve buscar na riqueza material inglesa, proveniente da industrialização, uma fonte de inspiração para seu progresso, pois “os produtos materiais da França, os resultados duradouros de seu trabalho, nada são em comparação com seus produtos invisíveis, [...] estes, o mais das vezes, foram atos, movimentos, palavras e idéias” (MICHELET, 1988, p. 206). A partir desses comentários nas páginas que se aproximam do final do livro, podemos compreender melhor o primeiro capítulo, quando Michelet exalta a figura de um camponês francês, amante da terra (MICHELET, 1988, p. 27), em oposição ao que se via na Inglaterra, onde havia uma forte industrialização e a terra estava concentrada nas mãos de poucos. Para Michelet, no entanto, a riqueza da França era muito maior do que a sua produção de bens materiais, pois estava justamente no instinto de seu povo, o qual o autor busca encontrar na obra por meio de três métodos de exame, os quais serão expostos a seguir.

O primeiro é o da *observação do presente*. Michelet buscava no meio do povo de seu próprio tempo o seu “instinto”, pois entendia que a maioria dos autores de sua época somente tratava dos aspectos negativos e exóticos do povo, ignorando o que era realmente importante (MICHELET, 1988, p. 115). O segundo trata da utilização das fontes do passado, tema ao qual retornaremos logo adiante. O terceiro era um método de comparação entre os povos. Esse cuidado em demonstrar empiricamente suas ideias pode ser relacionado, de

Erick Caixeta de Carvalho

Frank Rudiger Lopes

Luís Henrique Cordeiro Alves Martins

Pedro Mitsugui Vidal Yoshimatu

algum modo, com a busca por um método científico que sustentasse com rigor aquilo que o autor se propunha a apresentar. Nesse contexto, tratando da necessidade de preservação dos elementos próprios de cada povo, em especial do francês, Michelet enfatiza a importância da história: “Para recuperar a fé na França, para ter esperança em seu futuro, é preciso voltar a seu passado, aprofundar seu gênio natural. [...] Da dedução do passado decorrerá para vós o futuro, a missão da França” (MICHELET, 1988, p. 221). Assim, ele busca nos últimos dois mil anos da história do povo francês, que na visão dele já existia com os gauleses, alguns elementos do povo que eram únicos deles, apresentando, por outro lado, sua oposição: os elementos da “anti-França”.

Há muito tempo acompanho a França, convivendo diariamente com ela ao longo de dois mil anos. Juntos assistimos aos piores dias, e desta vez sei com certeza que este é o país da esperança invencível.

Quando nossos camponeses gauleses expulsaram por um momento os romanos e fizeram das Gálias um império, gravaram em sua moeda a primeira palavra deste país (e a última): Esperança. (MICHELET, 1988, p. 207-208)

*Esperança*, um elemento que para Michelet esteve presente em toda a história da França, mesmo “por entre as terríveis sombras tão presentes na Idade Média” (MICHELET, 1988, p. 207). O autor afirma perceber na França uma tradição mais contínua do que ele vê em qualquer outro país, o que torna possível traçar relações entre César, Carlos Magno, São Luís, Luís XIV e Napoleão, o que “fez da história da França a história da humanidade” (MICHELET, 1988, p. 209).

No dia em que, lembrando-se de que foi e deve ser a salvação do gênero humano, a França cercar-se de seus filhos e lhes ensinar a França, enquanto fé e religião, reencontrar-se-á viva, sólida como o globo. [...] [A França] é o único [país] com direito a ensinar-se a si mesmo, pois é o único que confundiu seu interesse e destino com os da humanidade. É o único capaz de fazê-lo, pois sua grande legenda nacional, e, no entanto, humana, é a única completa e

Tradições abandonadas. Como “O Povo” revela a França de Michelet

contínua, aquela que, por seu encadeamento histórico, melhor responde às exigências da razão. (MICHELET, 1988, p. 210)

Para Michelet, existe uma “natureza” da França (MICHELET, 1988, p. 210), e tal natureza precisava ser buscada no passado e no próprio povo. Em resposta aos que achavam que as nacionalidades desapareceriam logo, Michelet afirma que estes ignoravam a história e a natureza, pois para cometerem tais equívocos era preciso:

[...] esquecer que os caracteres nacionais não derivam de forma alguma de nossos caprichos, mas enraízam-se profundamente na influência do clima, da alimentação, das produções naturais de um país, que se alteram um pouco, mas não desaparecem nunca. (MICHELET, 1988, p. 210)

Sendo assim, observamos que Michelet entende que a natureza de uma nação também era fruto de questões geográficas, e estas se alteram pouco no decorrer do tempo. Desse modo, mesmo nos tempos dos gauleses e do Império Romano, a França já possuía características nacionais que se relacionavam com aspectos climáticos, por exemplo, que teriam mudado pouco no decorrer de seus dois mil anos de história. Ou seja, aqueles do sonho humanitário da filosofia, que creem salvar o indivíduo destruindo o cidadão, negando as nações, abjurando a pátria, ignoram que as nações têm naturezas próprias, muito mais do que apenas “caprichos” de alguns que tentam forçar a identidade nacional. É a essa natureza da França, ao instinto do povo, que Michelet propõe que os franceses regressem com o “amor a pátria”.

## Conclusão

O século XIX é um período ímpar na história da historiografia. Marcado pelo cientificismo, pelo evolucionismo social etapista e pelo nacionalismo exacerbado, os anos oitocentos, sem dúvida, evocam reações de caráter misto e multifacetado nos múltiplos comentaristas da história e da vida social. Inicialmente, havia sido entendido como um período de consolidação das práticas e dos métodos científicos; posteriormente, foi criticado como época do engessamento e do enrijecimento das formas de como o conhecimento pode ser perseguido.

De qualquer forma, entender a obra de Jules Michelet somente através das lentes das principais correntes intelectuais de seu período parece simplista. Sim, em muitas vezes ao longo de sua produção a filiação a tais correntes é cristalina: sua interpretação ufanista e patriótica da história da França é o exemplo primordial. No entanto, em muitos momentos sua obra se distancia da produção romântica de seus contemporâneos: obviamente, o enfoque de Michelet no povo francês, é de certa forma, distinto do foco em grandes eventos e indivíduos (algo que, mais tarde, Fernand Braudel notavelmente criticaria como *histoire événementielle*). São elementos intelectuais desta natureza que nos permitem vislumbrar a complexidade da produção teórica de Michelet; ao mesmo tempo em que é sensível às discussões e deliberações de seu período, também consegue desenvolver ideias de caráter significativamente original e de grande alcance explicativo.

É em tal contraste, portanto, que podemos entender o impacto e a relevância da produção historiográfica de Michelet. Entre o perene binômio da inscrição e da oposição entre as correntes intelectuais *mainstream* de seu período, o historiador francês tece uma teoria de grande importância para nosso entendimento contemporâneo de questões como classe, nação e o papel do comentarista social. *O Povo*, com todos os seus elementos típicos da produção oitocentista, ainda deve ser entendido como obra canônica da história das ciências sociais.

### Referências bibliográficas

ATHERTON, John. "Michelet: Three Conceptions of Historical Becoming". *Studies in Romanticism*, Vol. 4, Nº 4 (Verão, 1965), pp. 220-239. Boston University.

BARTHES, Roland. *Michelet*. Tradução por Richard Howard. Toronto: Collins, 1987.

Tradições abandonadas. Como “O Povo” revela a França de Michelet

BERLIN, Isaiah. *Vico e Herder*. Tradução por Juan Antonio Gili Sobrinho. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era das Revoluções: 1789-1848*. Tradução por Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Tradução por Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MICHELET, Jules. *O Povo (1846)*. Tradução por Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

MICHELET, Jules. *History of the Roman Republic (1839)*. Tradução por William Hazlitt. Londres: David Bogue, 1847.

Esta página  
foi deixada  
propositalmente  
em branco

**Os tempos n'O Diabo de Poe<sup>1</sup>**

Thomáz Fortunato\*

**Resumo:** O objetivo deste artigo é realizar uma análise documental dos tempos sociais presentes em um conto de Edgar Allan Poe, *O diabo no campanário*, escrito em 1839. A partir da identificação de formas de pensar, conceber e representar o tempo neste conto podemos caracterizar uma estrutura temporal complexa na qual se relacionam múltiplas formas de tempo simultaneamente e que elucidam uma nova experiência temporal. Desse modo, enquanto alegoria de um mundo em transformação, este conto nos permite perquirir uma experiência moderna de tempo na qual ordem, regularidade, coesão social e revolução estão relacionadas ao relógio mecânico e à mensuração matemática dos eventos.

**Palavras-Chave:** Edgar Allan Poe; O diabo no campanário; The Devil in the Belfry; História Social do Tempo; tempo na literatura

What o'clock is it?

- Old Saying

Poe, *The Devil in the Belfry* (1839)

Quando falamos sobre o tempo, no mais das vezes, somos capazes de conceber um sem número de figuras e funções na organização da vida cotidiana. O tempo, enquanto categoria abstrata organizadora de ideias, é fundamental em um pensamento que pretenda formular qualquer análise sobre uma sociedade. Todavia, quando o tempo é concebido ele mesmo como um fenômeno não natural, mas sim como produto socialmente construído,

---

<sup>1</sup>Este artigo é uma versão adaptada do trabalho desenvolvido em 2014 na disciplina de "História Social do Tempo" ministrada na Universidade de São Paulo pelo Prof. Dr. João Paulo G. Pimenta. Agradeço a ele e a meus colegas que leram e comentaram versões anteriores deste texto.

\*Graduando em História pela Universidade de São Paulo. Pesquisador do Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial (LabMundi-USP). Contato: thomaz.fortunato@usp.br

então é que somos capazes de realizar um movimento reflexivo meta-histórico. Isto é, perguntar-se *o que é* o tempo *no e para* o próprio objeto-sujeito em estudo é desnaturalizá-lo evitando assim o equívoco – se partimos de um prisma histórico de pensamento – de pressupor uma a-historicidade do tempo. Em outras palavras, historicizar o tempo é, basicamente, temporalizá-lo no espaço. O objetivo deste artigo é realizar uma análise documental dos tempos sociais presentes em um conto de Edgar Allan Poe, *O diabo no campanário*, escrito em 1839 (POE, 2008). Aqui, não esqueçamos, o *tempo é o* personagem investigado na literatura e a unidade de análise. Contudo, como o presente escrito também é uma crítica histórica, inevitavelmente, o tempo é também, simultaneamente, categoria organizadora de ideias, pois é a partir de categorias temporais que se pensa (KOSELLECK, 2012, p.125) o próprio tempo. Nesse sentido, para rastrear seus vestígios – do tempo enquanto unidade de análise empírica – sem confundir-lo com seu semelhante – o tempo como categoria analítica abstrata –, se fazem necessários apontamentos de ordem teórica e metodológica.

Uma sociedade vive, necessariamente, distintas formas de tempo simultaneamente (Idem, *ibidem*, p.14 *et seq.*). Cria-os e, ao mesmo tempo, é influenciada por sua criação. De maneira geral, em cada grupo social se formam estruturas temporais complexas, cada qual com características singulares que se alternam historicamente. Formas de se pensar, conceber, representar, perceber, reproduzir, produzir e viver o tempo. Esta pluralidade de tempos concomitantes não é necessariamente equivalente entre si, nem apresenta uma sinonímia de qualidades (Idem, *ibidem*, p.23), tampouco uma congruência de extensões ou durações (KOSELLECK, 2001, p.35). É a partir da somatória assimétrica e contraditória das ideias distintas de tempo ensejadas pelas pessoas de uma sociedade ou grupo, que se constrói uma estrutura temporal que é histórica, hierárquica e correlacionada. Imaginemos metaforicamente um mosaico de diferentes peças justapostas. Estas, por sua vez, exercem “pressão” umas sobre as outras e assim constituem um “quadro de forças”. O conjunto dessas “forças” imprime certa dinâmica fluida ao mosaico. É dessa dinâmica que surgem as

diferenças entre as “peças”, pois a diferença só existe na relação entre uma e outra e não de maneira isolada. Ou seja, a “dinâmica fluída” do mosaico é o próprio movimento de diferenciação das peças. Essa diferenciação, por seu turno, tem momentos distintos na medida em que as peças em relação se alternam, e dessa forma há uma variação temporal das próprias diferenças. Além disso, a diferenciação da “pressão” tem uma gradação, visto que a cada conjunto singular de peças relacionadas temos uma “pressão” específica entre elas. Formulamos, então, uma diferença que é temporal, gradativa e relativa. Essas “peças” são as distintas formas de tempos sociais que se determinam reciprocamente, se diferenciam, se alternam e se hierarquizam historicamente, construindo, dessa forma, um conjunto singular histórico e dinâmico a que chamamos “estrutura temporal”.

Indicados, de maneira geral, os pressupostos teóricos, indiquemos os de ordem metodológica. Consideramos que este conto em particular não é, necessariamente, uma metáfora da sociedade na qual o escritor vive, mas sim expressão individual de arte literária na qual a sensibilidade de Poe se faz notar. Desse modo, e lembrando nossas premissas teóricas, as temporalidades descritas no conto são manifestações de um sujeito que está dentro de uma sociedade na qual há uma “estrutura temporal”. Sua obra artística, assim como o seu autor, estão, portanto, culturalmente embebidos nesses tempos coexistentes. Nesse sentido, seu conto de natureza literária, produz, reproduz, expressa, concebe, representa e pensa essa estrutura particular à sociedade que habita, evocando, assim, tempos socialmente relevantes e suas caracterizações em sua produção textual individual. Assim, a análise de uma experiência temporal a partir de um relato ficcional, na paisagem literária do conto, nos abre uma janela para ver o tempo enquanto personagem histórico.

Toda peça literária, ao ser apresentada em uma sequência narrativa, é portadora de alguma estrutura temporal (RICOEUR, 1997, *passim*). O tempo é uma ferramenta de fundamental importância na narrativa literária (MEYERHOFF, 1976, *passim*), pois figura como uma das variáveis na elaboração de efeitos planejados pelo autor e condiciona a leitura de seu texto (PAULA, 2012, p.8). Em Poe, o papel formal do tempo, enquanto ferramenta

narrativa, é central uma vez que diferentemente da maioria dos românticos norte-americanos e ingleses de sua época, a composição formal é de suprema importância (PHILIPPOV, 2004, p.90). A importância que Poe atribui à forma de seu texto é tamanha que “todos os acontecimentos narrados, todas as imagens e metáforas, o campo lexical utilizado, a temática escolhida, enfim, todos os elementos constitutivos da prosa e poesia deveriam ser cuidadosamente criados visando a um efeito final.” (Idem, ibidem, p.91). Segundo Poe, a própria duração da leitura e sua ininterrupção devem ser levados em consideração pelo autor como variáveis para se atingir o efeito almejado por um texto literário em seu leitor: “The brevity must be in direct ratio of the intensity of the intended effect” (LEITCH, 1993, p.744 *apud*. VILAÇO, 2010, p.37); “But simple cessation in reading would, of itself, be sufficient to destroy the true unity.” (POE, 1984, p.572 *apud*. TEIXEIRA, 2010, p.255).

No conto que analisaremos, bem como em outros do autor, temos um narrador autodiegético (PAULA, *op.cit.*, p.75) que instaura no texto uma narratividade específica, pois relata eventos retrospectivamente. O narrador fala a partir de um determinado futuro a respeito de eventos ocorridos em um certo passado, cria, portanto, uma diacronia entre o passado da história que relata e o presente da narração que enuncia (Idem, ibidem). Particularmente no conto selecionado por nós, o narrador relata acontecimentos desconhecidos para o leitor como forma de convocá-lo a agir, isto é, seu relato retrospectivo serve de justificativa para uma ação que sucede sua narração. Diferentemente do famoso *O gato preto* (1843), por exemplo, em que o tempo é marcado a partir de “impressões” (Idem, ibidem, p.80), n’*O Diabo no campanário* os marcos temporais são, predominantemente, representados na forma de um relógio mecânico. A escolha de um narrador autodiegético, a opção por marcos temporais regidos pela regularidade de um relógio mecânico, a construção de um enredo com base em muitas representações de tempo na obra de um escritor em que os acontecimentos, as imagens, as metáforas, o léxico, o tema, ou seja, na qual todos os elementos constitutivos de sua escrita são expressão de uma forma estética e poética formalmente rigorosas (PHILIPPOV, *op.cit.*, p.110-111), nos apresenta elementos singulares

para perquirir uma experiência moderna de tempo - na qual ordem, regularidade, coesão e revolução estão relacionados ao relógio mecânico e a mensuração matemática dos eventos.

### **Vondervotteimittiss, o diabo e as horas**

Esse conto, publicado em 1839, no *Saturday Chronicle and Mirror of the Times* (SILVA, 2006, p.89), conta os acontecimentos fictícios ocorridos em um isolado burgo holandês chamado Vondervotteimittiss<sup>2</sup>. O narrador, que começa assumindo o lugar de um historiador para nos contar o passado do burgo, nos descreve seu processo investigativo de indícios presentes - medalhas, manuscritos, inscrições, etimologia - que se referem à história do lugar. Passado esse momento de "posicionamento" discursivo, começa a nos apresentar a arquitetura da cidade: trata-se de um perfeito círculo, sendo que sua circunferência é preenchida por sessenta casas, todas iguais umas às outras, tanto seu interior quanto sua parte externa. Em seguida passa a descrever os habitantes do burgo, suas características físicas, suas roupas e adornos. Descreve, por fim, o cotidiano do burgo que será interrompido por um "revés!" - que nos compete narrar no devido momento.

O texto se inicia com os dizeres "Que horas são? Velho ditado" (POE, 2008, p.146)<sup>3</sup>. O narrador, aqui, já atribui uma longa duração ao tempo matematizado<sup>4</sup>. O narrador nos revela também a velhice da própria pergunta e, portanto, da própria ação que a questão enseja: perguntar pelas horas para se *situar* no tempo matemático. Quando compara sua narrativa à

---

<sup>2</sup>Segundo Oscar Mendes, este nome é uma adaptação da expressão "Wonder what time it is?", feita de acordo com a pronúncia que os holandeses empregavam para a expressão "what time is it?" (SILVA, *op.cit.*, *loc. cit.*).

<sup>3</sup>No original: "What o'clock is it? Old Saying" (POE, 2009, p.423). Grifo no original.

<sup>4</sup>O termo "tempo matematizado" se refere a uma forma de mensurar a vida cotidiana dividindo-a em conjuntos de unidades equivalentes, por exemplo, a hora, o minuto de um relógio. É uma maneira de organizar atividades sociais e individuais na medida em que o tempo articula certas relações, como as de trabalho. Difere, por exemplo, da divisão do tempo pautada pelos ritmos da natureza. Porém, por mais que sejam formas diferentes, não são maneiras indiferentes uma à outra: as horas - matemáticas - dividem o dia - movimento natural da Terra em relação ao Sol -, assim como a sequência de cada dia pode ser organizada em um calendário. Ambas as formas de mensuração do tempo ensejam determinadas experiências temporais e é importante ressaltar que essa interação entre duas formas de tempo é apenas uma dentre tantas outras, ver: LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Estampa, 1993, p. 61-8; THOMPSON, Edward P. "Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial". In: *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 280; ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p.11.

de um historiador, para convencer o público leitor da veracidade dos fatos narrados, já se delineia uma modernidade no conceito de história na medida em que a história do enredo no texto consiste tanto no ocorrido em si – empírico, os “acontecimentos calamitosos” (POE, 2008, p.146)<sup>5</sup> – quanto na narração do ocorrido – “dar-lhes eu alguns informes a seu respeito” (POE, 2008, p.146)<sup>6</sup> – através do “exame cauteloso dos fatos e a diligente citação de autoridades” (POE, 2008, p.146)<sup>7</sup>, duplo sentido do conceito moderno de história (KOSELLECK, 2012, p.41-60).

O próprio ato de relatar contém em si mais de uma temporalidade. Aquele que narra sobre o passado traz o que não está para onde se está – o passado no presente (SARLO, 2007, *passim*). Não nos esqueçamos de que o conto fundamentalmente se pretende um relato de uma experiência ficcionalmente vivenciada a partir de sua rememoração. No entanto, quando o narrador utiliza um estilo narrativo com o propósito deliberado de se apresentar como um historiador, aquele então transita entre o campo da memória e o da história.

Vondervotteimittiss, desde suas origens até os dias do narrador, “sempre existiu [...] precisamente nas mesmas condições” (POE, 2008, p.146)<sup>8</sup>. Não há, portanto, sinonímia entre diacronia e mudança. Em outro trecho vemos também relações entre mudança e diacronia: “Seu mais velho habitante não pôde recordar-se da mais leve diferença na aparência de qualquer porção dele [burgo] e, de fato, a simples sugestão de tal possibilidade é considerada um insulto” (POE, 2008, p.147)<sup>9</sup>. A pessoa mais velha não se recorda de mudança alguma. Ou seja, a idade traz consigo autoridade na medida em que esta se baseia na *extensão* da memória do idoso. Outro elemento importante a destacar deste trecho e que retornaremos

---

5No original: “calamitous events” (POE, 2009, p.423).

6No original: “I should enter into some account of it” (POE, 2009, p.423).

7No original: “cautious examination into facts, and diligent collation of authorities” (POE, 2009, p.423).

8No original: “has existed [...] in precisely the same condition” (POE, 2009, p.423).

9No original: “The oldest man in the borough can remember not the slightest difference in the appearance of any portion of it; and, indeed, the very suggestion of such a possibility is considered an insult” (POE, 2009, p.424).

adiante é a *imutabilidade* como valor positivo. A origem do burgo escapa à precisão de sua datação, até a "velha" mensuração matemática do tempo, de que falávamos anteriormente, não tem a capacidade de datar – como categoria analítica – o evento sucedido: "essa data [...] não pode ser menor que qualquer quantidade determinável" (POE, 2008, p.146)<sup>10</sup>. A concepção do narrador, por conseguinte, é a de que o tempo é quantificável e, mesmo assim, nem todo o passado é datável matematicamente, pois "a obscuridade que, assim, envolve a data da fundação" (POE, 2008, p.147)<sup>11</sup> torna incapaz a localização do sucedido, tamanha distância entre os tempos.

Podemos perceber uma analogia entre a disposição geográfica do burgo e um relógio mecânico: sessenta casas ao longo de uma circunferência de quatrocentos metros. A quantidade de casas pode representar tanto a quantidade de minutos em uma hora quanto a quantidade de segundos em um minuto, jogo de proporções característico de um relógio mecânico. A característica fundamental é a de padronização e homogeneização das casas: "As próprias construções são tão exatamente parecidas que é impossível distinguir uma da outra." (POE, 2008, p.148)<sup>12</sup>. Logo, assim como as unidades matemáticas do relógio – hora, minuto, segundo –, a arquitetura das casas e, portanto, uma esfera da organização social, obedece a *um padrão de conjuntos uniformes*, tanto o exterior da casa como seu interior: "o mobiliário obedece a um só modelo" (POE, 2008, p.148)<sup>13</sup>. Esse padrão está em contraste com a paisagem das "gentis colinas" (POE, 2008, p.147)<sup>14</sup> que circundam o burgo, que não estão "matematizadas" e que jamais foram ultrapassadas pelos habitantes. As próprias casas dão os fundos para as colinas, ao passo que se voltam para o centro do burgo. Mais adiante retornaremos a essa oposição entre as colinas e o burgo. Essa arquitetura causa um

---

10No original: "The date [...] cannot be less than any assignable quantity whatsoever" (POE, 2009, p.424).

11No original: "The obscurity which thus envelops the date of the foundation" (POE, 2009, p.424).

12No original: "The buildings themselves are so precisely alike, that one can in no manner be distinguished from the other" (POE, 2009, p.424).

13No original: "the furniture is all upon one plan" (POE, 2009, p.425).

14No original: "gentle hills" (POE, 2009, p.424).

estranhamento ao narrador por razões temporais: "*Devido a sua extrema antiguidade, o estilo arquitetônico é um tanto esquisito*" (POE, 2008, p.148)<sup>15</sup>, ensejando assim uma alteridade entre o tempo presente do narrador e os tempos passado e presente – já que supostamente nada muda – da aldeia. Outra característica dos tempos que podemos inferir desse trecho são suas gradações. Estas hierarquizam extensões temporais definindo-as reciprocamente: o extremamente antigo só é extremo em relação ao pouco antigo. Mais antigo que o “extremo antigo” é o “tempo imemorial” , e alguns eventos extrapolam a datação e do registro mnemônico. O que escapa à memória e aos indícios não chega ao presente do narrador e é, portanto, “obscuro” como a data de fundação do burgo. Há uma alteridade importante aqui: o imemorial é o não-matematizado, *desorganizado*.

Na casa de cada morador há um relógio de sol. Este ilustra a relação entre o tempo da natureza e o tempo matematizado: a contagem de horas depende do posicionamento do sol. Estabelecendo, assim, uma interface entre duas qualidades de mensuração do tempo. Essa interface não se dá somente na sombra do relógio de sol, visto que o dia é dividido em vinte e quatro horas; essa unidade – dia – reporta-se a um ciclo da natureza: o movimento rotacional da Terra. Essa mescla de tempos se expressa mais acentuadamente no seguinte trecho: "Anteontem, faltavam cinco para o meio-dia" (POE, 2008, p.151)<sup>16</sup>, em que fica evidente a possibilidade de referência tanto matemática – calendário – quanto natural – movimentos da natureza. O que representa as horas de um dia nesse relógio solar são couves, pois ao redor dele há vinte e quatro couves, o mesmo número de horas em um dia. É curioso o fato de a couve ser, por sua vez, um alimento cuja produção tem tempo indefinido, isto é, cujo plantio não esgota os nutrientes do solo, podendo ser plantada em qualquer época do ano, com algumas variações segundo as condições climáticas necessárias para a sua plantação<sup>17</sup>. Nesse

15No original: "Owing to the vast antiquity, the style of architecture is somewhat odd" (POE, 2009, p.424). Grifo nosso.

16No original: "It wanted five minutes of noon, on the day before yesterday" (POE, 2009, p.426).

17As informações sobre o cultivo de couve apresentadas no texto são de conhecimento comum na agricultura. Cf. <https://www.cpt.com.br/cursos-horticultura-agricultura/artigos/horta-como-plantar-couve-brassica-oleracea> acessado em 18/08/2017.

sentido, talvez possamos aferir uma produção indefinida do tempo matemático, ou uma "plantação" de horas, em que necessariamente, a planta precisa de um plantador. No caso, os humanos seriam os produtores de um tempo matematizado produzido por período indefinido. Além de uma alteridade nas qualidades de mensuração do tempo, há um conflito nesse burgo, expresso em formas de tempo e que ganhará tons mais acentuados com o "revés!", no final do texto.

Entremos agora nas casas do burgo. Ornamentando a casa há relógios esculpidos nas chaminés, uma representação dentro de outra representação. O "tique-taque" do relógio é "prodigioso" (POE, 2008, p.148)<sup>18</sup>, sugerindo certo gozo por parte dos burgueses em relação a esta *forma de medir* e representar o tempo. Há entre o relógio e as couves na chaminé, um "homenzinho de porcelana" (POE, 2008, p.148)<sup>19</sup> que tem um relógio na barriga. Na medida em que esse homenzinho é caracterizado como portador de um relógio em sua barriga, podemos interpretar conotativamente que ele seria "alimentado" por um consumo do tempo? Nesse processo de ingestão, o relógio passaria a integrar seu organismo? Veremos adiante indicações para uma resposta afirmativa. Em cima da lareira há uma marmitta de chucrute – conserva de couve e/ou repolho – que a trabalhadeira, dona da casa, vigia. Lembrando que a couve está ligada a produção do tempo matemático em nossa interpretação, a conserva da couve pode, portanto, representar uma maneira de conservar ou guardar o próprio tempo e, para que o tempo matemático indefinidamente produzido – horas e couve – seja preservado – chucrute –, ele necessita ser vigiado pelo *trabalho*. Assim sendo, o trabalho da vigia possibilita a preservação da produção indeterminada das horas.

Todos os habitantes do burgo carregam "reloginhos"; contudo, há um conjunto de diferenças nos relógios de cada grupo. Nossa hipótese é a de que se tratam de tempos particulares a cada grupo: as donas de casa, os meninos, os animais, os velhos. O relógio da velha dona de casa trabalhadeira *pesa*, leva-o na mão esquerda, já os meninos levam seus

---

18No original: "prodigious" (POE, 2009, p.425).

19No original: "China man" (POE, 2009, p.425).

relógios na mão direita. Ou seja, nem todos se encontram na mesma posição em relação ao tempo: o trabalho da dona de casa qualifica o seu tempo particular como um tempo pesado. Os meninos da casa, por sua vez, têm seus pequenos relógios barrigudos, cheios de tempo, tempo o suficiente para fumar seus cachimbos e brincar com o tempo: "A seu lado [da trabalhadeira], aninha-se um gordo gato malhado, trazendo amarrado à cauda, pelos 'meninos' e por pilhéria, um dourado relógio de repetição de brinquedo" (POE, 2008, p.149)<sup>20</sup>. Não é qualquer tipo de relógio que é colocado pelos meninos no gato. O descanso do gato, representado por um tempo dourado pelos meninos, repete-se em alusão ao ciclo biológico do organismo animal que necessita do repouso (vale lembrar que o próprio ciclo metabólico tem sua variação linear no decorrer da vida). A condição de brinquedo do relógio no gato se deve ao estatuto exclusivamente humano do tempo matematizado e que não pertence aos animais. Dado que a abstração matemática da realidade é obra humana, o gato não pode organizar sua experiência real de maneira matemática e, por isso, seu relógio é um brinquedo para os meninos. Outro animal vítima de pilhéria no conto é o porco, caracterizado por sua preguiça. Ele tenta se livrar do relógio de brinquedo que os meninos querem colocar-lhe. Tentativa de imposição de um tempo matemático naqueles cuja lógica temporal é outra. A preguiça é refratária ao relógio mecânico. O tempo dos meninos, portanto, é gasto em brincadeiras, o das donas de casa em trabalho e o dos animais em descanso e preguiça. Podemos inferir desses elementos uma oposição entre o ócio e a produtividade: se considerarmos que o "ócio" está no mesmo campo semântico da "preguiça" e do "descanso", e que o relógio ao organizar as atividades dos personagens determina sua produtividade, então, a alteridade entre o relógio de brinquedo dos animais e os relógios dos outros personagens pode indicar uma oposição de natureza entre esses tempos. Isto é, o tempo matematizado não comportaria intervalos de ócio que obedecem a estímulos cujo ritmo é impreciso e variável (como a preguiça e o repouso) uma vez que sua lógica seria a da produtividade. Os que não trabalham vigiam o seu tempo a cada instante: "Solta uma

---

<sup>20</sup>No original: "By her side there stands a fat tabby cat, with a gilt toy-repeater tied to its tail which 'the boys' have there fastened by way of a quiz" (POE, 2009, p.425).

baforada e dá uma olhadela para o relógio, outra baforada e outra olhadela." (POE, 2008, p.149)<sup>21</sup>, atividade rotineira dos meninos, que manifestam sua constante vigia do momento presente.

Os velhos homens, diferentemente dos demais grupos, carregam seus tempos no bolso, e ao invés de seus "reloginhos" serem barrigudos como o dos meninos, seus corpos o são. O narrador aqui parece apontar para uma ação do tempo no organismo do sujeito. Isto é, os velhos são barrigudos em detrimento dos relógios, não estão cheios de futuro como os meninos, mas sim cheios de passado, como se o transcorrer do tempo levasse ao acúmulo físico de experiência, de modo que a imagem de um "relógio barrigudo" parece indicar metaforicamente o acúmulo da experiência temporal guardada no próprio relógio. Em outras palavras, a experiência temporal ocupa espaço. Dessa forma, os corpos idosos são barrigudos pois estão preenchidos por essa passagem de tempo, ao passo que os corpos jovens ainda têm sua experiência temporal porvir, nesse sentido, seus relógios são "barrigudos". A idade biológica engendra uma diferente atitude em relação ao tempo, "ele [velho, dono da casa] tem algo mais importante do que o relógio para cuidar" (POE, 2008, p.149)<sup>22</sup>, que adiante voltaremos a analisar. Além das diferenças das relações dos grupos com o tempo, há também uma distinção de posição social. As casas podem representar, como já apontamos, segundos ou minutos, aqueles que já acumularam experiência com o *passar* do tempo tem prevalência sobre os jovens: os(as) velhos(as) são donos(as) das casas, têm posse, portanto, de uma unidade matemática de um relógio<sup>23</sup>.

Essa descrição do cotidiano de Vondervotteimittiss é fundamental para que o narrador construa o conflito do burgo que se expressa em formas de tempo. Ao descrever um cotidiano, o narrador elabora características regulares e cíclicas que indicam uma situação de

---

21No original: "He takes a puff and a look, and then a look and a puff" (POE, 2009, p.425).

22No original: "he has something of more importance than a watch to attend to" (POE, 2009, p.425).

23A sentença envolve os gêneros masculino e feminino, pois ambos, velha trabalhadeira e velho barrigudo são donos da casa.

*ordem* para que, em seguida, esta ordem seja *revolucionada*. E o tempo matemático dos relógios é o marcador principal desses movimentos e é a partir dele que podemos perceber esta transição.

Como ápice da regularidade a anteceder o conflito, temos no centro do burgo um Conselho Municipal onde se reúnem os conselheiros para formular resoluções para os habitantes: 1. "Que é errado alterar o *bom e velho* curso das coisas" (POE, 2008, p.150)<sup>24</sup>. Sendo que bom é o velho, o reverso da fórmula tende a ser verdadeiro: o novo é ruim. A "velhice" segue um *curso* e este deve ser mantido, pois sua continuidade é importante; 2. "Que nada existe de tolerável fora de Vondervotteimittiss" (POE, 2008, p.150)<sup>25</sup>. Excluindo outras formas de organização social – distintas do burgo holandês – reforça-se pela negação dos outros a lógica social do burgo; 3. "Que juramos *fidelidade* aos nossos relógios e couves" (POE, 2008, p.150)<sup>26</sup>. Essa última resolução indica uma hierarquia entre coisas e humanos: aqui são os habitantes da vila que se submetem às coisas, ao tempo matemático e sua produção. O narrador constrói o enredo com base em muitas imagens de tempo. O tempo engendra a regularidade do burgo – como vimos nas resoluções dos conselheiros –, mas, simultaneamente, o tempo engendra a quebra da dinâmica reiterativa e cíclica do burgo, como veremos adiante.

Em cima do Conselho há uma torre onde se encontra o campanário, o "orgulho e a maravilha da aldeia: o grande relógio do burgo de Vondervotteimittiss." (POE, 2008, p.150)<sup>27</sup>. O período de existência desse relógio no tempo é indeterminado, assim como o próprio burgo. "E é para esse objeto que se voltam os olhos dos velhos" (POE, 2008, p.150)<sup>28</sup>, essa é a

---

24No original: "That it is wrong to alter the good old course of things" (POE, 2009, p.426). Grifo nosso.

25No original: "That there is nothing tolerable out of Vondervotteimittiss" (POE, 2009, p.426).

26No original: "That we will stick by our clocks and our cabbages" (POE, 2009, p.426). Grifo nosso.

27No original: "the pride and wonder of the village – the great clock of the borough of Vondervotteimittiss" (POE, 2009, p.426).

28No original: "And this is the object to which the eyes of the old gentlemen are turned" (POE, 2009, p.426).

coisa mais importante que estes têm a fazer. Em contraste com todos os relógios até agora evocados, este é um grande relógio, sua disposição se divide em sete faces – o que pode representar a abstração matemática chamada semana – e pode ser visto de qualquer lugar, é inevitável, portanto, se relacionar com o grande relógio: tempo que envolve todos os outros e – veremos adiante – regula-os.

O relógio do Campanário de Vondervotteimittiss representa um *tempo social*. Por sua grandiosidade e sua centralidade no burgo, supor alteração no funcionamento deste, assim como da aldeia, era considerado um insulto, visto que "nunca, ao que se saiba, precisou de conserto" (POE, 2008, p.150)<sup>29</sup>. Vemos então a condição de imutabilidade, continuidade, ancestralidade da aldeia e dos habitantes incrustada na própria perfectibilidade do relógio. Entretanto, se são os habitantes os fiéis aos seus pequenos relógios e estes são "obedientes seguidores" (POE, 2008, p.150)<sup>30</sup> do grande relógio, a lógica dos burgueses não está representada no grande relógio, mas do contrário, a lógica matemática, padronizada que ordena conjuntos uniformes, particular ao relógio, é que está incrustada na sociedade do burgo holandês, *regulando-a*. O sino do campanário batia para *demarcar* as horas, notificando assim aos cidadãos que horas eram, tornava a experiência de *situar-se* no tempo matemático um fenômeno coletivo sem deixar, no entanto, de ser também um fenômeno individual, já que cada grupo tinha seu "reloginho" de características diferentes. Mesmo assim a hierarquia estava dada, é o grande relógio que "diz" as horas, metáfora da sociedade que se quer conservar, reiterativa, cíclica e previsível.

Também é digno de análise o fato de que os habitantes tidos como sábios entoavam os dizeres: "nada de bom pode vir de além das colinas" (POE, 2008, p.151)<sup>31</sup>. Essas palavras, segundo nosso narrador, "continham em si algo de profético" (POE, 2008, p.151)<sup>32</sup>. O futuro

<sup>29</sup>No original: "was never yet known to have any thing the matter with it" (POE, 2009, p.426).

<sup>30</sup>No original: "obedient followers" (POE, 2009, p.426).

<sup>31</sup>No original: "no good can come from over the hills" (POE, 2009, p.426).

<sup>32</sup>No original: "had in them something of the spirit of prophecy" (POE, 2009, p.426).

pode ser parcialmente enunciado num prognóstico presente, contudo, a profecia só é evocada pelos sábios do burgo que tem acúmulo “barrigudo” de experiência temporal – e por isso autoridade – e sabem mais do que ninguém que o *bom é o velho*. Aqui chegamos ao nosso “revés!”. A despeito da importância e superioridade do “velho” sobre o novo, este primeiro não é capaz de suprimir o irromper do último. Surge no horizonte leste – mesmo ponto cardeal de nascimento do Sol – uma criatura vinda das colinas, o lugar inexplorado pelos habitantes, onde qualquer coisa é para eles *nova* e *desconhecida*. As colinas parecem exercer a função de “fronteira”, como um símbolo do isolamento do burgo e de sua proteção contra mudanças em sua ordem social. A estranheza da criatura, chamada de “diabo”, que rompe o isolamento do burgo, se deve a sua rebeldia a qualquer conjunto uniforme comum a Vondervotteimittiss. A novidade do diabo só o é quando determinada em relação ao burgo. Isto é, o diabo é novo e estranho no e para o burgo e os aspectos dessa novidade e estranheza são expressos nas características que surpreendem os habitantes: sua forma de andar, seus passos de dança, os objetos trazidos por ele, nada disso se *conformava* aos padrões, regras e medidas uniformes comuns aos burgueses. Era, portanto, um descompassado sem medida.

Invadindo o burgo, o diabo sobe no campanário e começa a agredir o sineiro que ali fumava. Ali, tem a atenção de todos voltada para ele. Os habitantes revoltados por essa injúria se viram incapacitados de reagir, pois “o decisivo fato de faltar agora apenas meio segundo para o meio-dia” (POE, 2008, p.153)<sup>33</sup> tornava de “absoluta e superior necessidade que todos olhassem bem para seus relógios” (POE, 2008, p.153)<sup>34</sup>. A necessidade da *sincronização* e *padronização* dos horários em Vondervotteimittiss impediu de agirem contra aquilo, pois “*tinham* todos de contar as pancadas do sino” (POE, 2008, p.153)<sup>35</sup>. O grande

---

33No original: “important fact that it now wanted only half a second of noon” (POE, 2009, p.427).

34No original: “absolute and pre-eminent necessity that everybody should look well at his watch” (POE, 2009, p.427).

35No original: “they had all to count the strokes of the bell” (POE, 2009, p.428). Grifo nosso.

relógio tocava e "repetiam todos os repetidores" (POE, 2008, p.153)<sup>36</sup>: relógios das casas, dos meninos, velhos, conselheiros, donas de casa – nenhum animal. Todos estavam envolvidos em um tempo matematizado que é, por excelência um tempo comum a todos, pois indica um único posicionamento no tempo que é compartilhado por todos. Todos *estão no* meio-dia.

O inesperado do já surpreendente ocorreu quando todos estavam a repetir as horas até a décima segunda badalada do sino, eis que "o sino grande não dera ainda a coisa por terminada. – TREZE! – disse ele" (POE, 2008, p.153)<sup>37</sup>, fazendo com que os velhotes empalidecessem deixando cair seus cachimbos e gemendo ao repetir "Dretce! Dretce! Mein Gott! Zong dretce horras! [sic]" (POE, 2008, p.153)<sup>38</sup>. Obra do diabo no campanário. A *aceleração* do tempo social – ocorrida quando do acréscimo de uma hora – engendrou uma aceleração também dos ritmos individuais que refletiam as rotinas sincronizadas das ações: todos os meninos fumavam cachimbo ao mesmo tempo; os velhos todos olhavam com um olho para o grande relógio; todos os gatos tinham um relógio de brinquedo nas caudas, etc. A aceleração do primeiro acabou por acelerar as próprias ações dos habitantes. Como *eram* treze horas, segundo o grande relógio, era hora de realizar as atividades *das* treze horas. Os burgueses gritavam que estavam com fome já há uma hora – "Esdou gom vome vaz una horra! [sic]" (POE, 2008, p.154)<sup>39</sup> –, as trabalhadeiras reclamavam do repolho que já virava mingau – "Esdá firando mingau vaz una horra! [sic]" (POE, 2008, p.154)<sup>40</sup>. A norma – hora – que regulou a realidade – as atividades. A exclamação de estar com fome, pois já batiam treze horas no sino do campanário, evidencia uma subversão dos ritmos biológicos pelo tempo matemático, pois a percepção corporal se *adequou* a contagem matemática que normatizava as atitudes rotineiras. Houve aqui uma espécie de *revolução*, na medida em que se inaugurou um novo tempo que "não mais conduz de volta a situações anteriores" (KOSELLECK, 2012, p.68).

36No original: "repeated all the repeaters" (POE, 2009, p.428).

37No original: "'Thirteen!' said he" (POE, 2009, p.428).

38No original: "'Dirteen! Dirteen!! - Mein Gott, it is Dirteen o'clock!!' [sic]" (POE, 2009, p.428).

39No original: "'I've been onry for dis hour!' [sic]" (POE, 2009, p.428).

40No original: "'It has been done to rags for dis hour!'" (POE, 2009, p.428).

O descompasso e desordem gerais que se seguiram à décima terceira badalada desencadeou a confusão que reconfigurou a sociedade tirando-lhe a *antiga* ordem. O sino tocando ordenadamente "dizia as horas", o sino descontrolado faz "barulheira" (POE, 2008, p.154)<sup>41</sup>, o primeiro é compreensível, o segundo não. O tempo, agora fora do ritmo compassado, é *novo, incerto e desconhecido*. O próprio processo de irrupção do novo tem sua temporalidade: "entregou-se *de pronto* a lamentável tumulto" (POE, 2008, p.154)<sup>42</sup>, de maneira veloz. Tal tumulto se espalhava na medida em que o "Coisa-Ruim tomara posse de tudo quanto tinha forma de relógio" (POE, 2008, p.154)<sup>43</sup>, dessa forma, o diabo tornara-se de certo modo o possuidor do tempo. Instaurando, portanto, um tempo que é *novo* e, conseqüentemente, *ruim* para o nosso narrador e para os habitantes do burgo holandês.

O narrador, no final do conto, convoca os "amantes da hora certa e do bom chucrute" (POE, 2008, p.155)<sup>44</sup> a banir o diabo de Vondervotteimittiss para restabelecer a antiga ordem. Portanto, nesse universo a mudança é *reversível*. Lembrando que o tempo do tempo compassado se fora – pois o diabo continuava no campanário – e a mudança é reversível, nesse burgo os habitantes têm a agência de *fazer* história instituindo até a própria forma de mensuração do tempo. A restauração do "velho" se atingiria "jogando aquele sujeitinho pela torre abaixo" (POE, 2008, p.155)<sup>45</sup>.

Por fim, em se tratando da sequência textual é a sucessão cronológica dos eventos que pauta o fluxo do relato retrospectivo. Em um primeiro momento os eventos são os pontos de referência para o narrador, depois o próprio tempo matemático que os organiza utilizando os

---

41No original: "clatter" (POE, 2009, p.429).

42No original: "flew at once into a lamentable state of uproar" (POE, 2009, p.428). Grifo nosso.

43No original: "Nick himself had taken possession of every thing in the shape of a timepiece" (POE, 2009, p.428).

44No original: "lovers of correct time and fine kraut" (POE, 2009, p.429).

45No original: "ejecting that little fellow from the steeple" (POE, 2009, p.429).

segundos, minutos e horas tanto como categoria analítica para datar os fenômenos, quanto como fenômeno em si no enredo da obra enquanto agente.

### **O tempo no relato e *O diabo* na história**

Podemos depreender desse conto, a partir do relato ficcional sobre uma experiência de tempo, um conjunto de metáforas e simbolismos que comunicam os aspectos da dinâmica de uma estrutura temporal particular. O narrador de Poe nos mostra um tempo que é agente social, um tempo em que o relógio de Vondervotteimittiss determina a vida de seus habitantes. Nesse lugar fictício, portanto, são as horas a comandar a sequência e sucessão dos eventos na realidade social do conto, ou seja, é o "tique-taquear" do ponteiro que dá início à rede de causalidade "histórica". O tempo, enquanto personagem nesta obra, é metáfora da vida social e de sua coesão. Ele não é "elástico", a dimensão subjetiva e pessoal de mensuração dos momentos é sobredeterminada pelo tempo matematizado que passa a pautar o ritmo da experiência, ou seja, a percepção do transcorrer dos momentos é a mesma para todos os habitantes. Assim, o dia não passa "mais rápido" ou "mais devagar" para um ou para outro, daí a ausência de "elasticidade". Desse modo, o movimento regular do ponteiro passa a corresponder ao tempo pessoal e, assim, estabelece o critério de mensuração temporal até a nível subjetivo. O relógio, então, controla a *sucessão*, o *ritmo* e a *ordem* das atividades de maneira *cíclica*, *regular* e *reiterativa*. Este é o aspecto material da abstração matemática do tempo, quando a norma formata a realidade (no caso, ficcional). É precisamente neste sentido que levantamos a hipótese de que a imagem de ingestão do relógio descrita no conto retrata essa inextricabilidade, na qual o relógio passa a integrar o organismo dos demais personagens preenchendo suas experiências de modo a necessitarem deste "alimento" para continuarem a viver tradicionalmente. Esses habitantes de Vondervotteimittiss introjetam a ordem reguladora da sociedade em que vivem: o tempo matemático, novamente, é metáfora dessa ordem. O diabo é também metafórico, quebra essa ordem, revoluciona essa coesão.

O relógio não apenas organiza as atividades cotidianas, ele as controla. Este controle, por sua vez, é exercido por um poder, o poder de *posse*. O diabo quebra a continuidade das ações rotineiras porque “[toma] posse de tudo quanto tinha forma de relógio” (POE, 2008, p.154)<sup>46</sup> e, assim, indiretamente, de todos os seguidores fiéis das horas. Se, como vimos, são os ponteiros do relógio a comandar e ter controle sobre as atividades dos habitantes, então o possuidor do tempo matematizado é, por conseguinte, comandante das atividades de todos submetidos a esta estrutura temporal. A tomada de posse do relógio pelo diabo é um momento de *descontinuidade* acentuada da estrutura temporal, e esta é reconfigurada, pois seu ritmo passa a ser determinado por um sujeito que pertence a outra lógica que não é comum aos habitantes. Trata-se, como já indicamos, de uma *revolução* (KOSELLECK, 2012, p.61 *et seq.*). Por outro lado, o relógio continua a ter horas, minutos e segundos; assim sendo, os elementos constitutivos são os mesmos, a própria mudança tem sua relatividade dado que contém certa continuidade. Mesmo assim, com essa forte descontinuidade entre uma experiência de tempo antiga e outra nova abre-se a possibilidade de autodiferenciação de um grupo, e é esta transformação do diferenciar-se de si mesmo no tempo que constitui a base do que chamamos de experiência de tempo histórico.

Ao olharmos o contexto norte americano em meados do século XIX, somos capazes de enxergar diversos "donos do tempo", sobretudo onde a regularização e padronização precisas das atividades de trabalho se faziam cada vez mais necessárias no mundo do capitalismo desde a Inglaterra (THOMPSON, 1998, p.280). Poe escreve do lugar histórico em que as noções e ideias de sequência, sucessão, ordem, ritmo, ciclo, regularidade, repetição são fundamentais nas relações sociais, principalmente nas relações de trabalho: não esqueçamos, no conto, a importância do trabalho, em que o tempo *pesa*, para a preservação da produção do tempo matematizado. A articulação das ideias de tempo no conto de Poe deve ser compreendida, portanto, dentro do conjunto de transformações da primeira metade do século XIX. De acordo com a historiadora Maria Stella M. Bresciani, no decorrer século XIX

---

46No original: “taken possession of every thing in the shape of a timepiece” (POE, 2009, p.428).

o ajuste entre o ritmo do mundo natural e as atividades humanas é desfeito e progressivamente substituído pela ideia de um tempo abstrato, linear e uniformemente dividido para ser produtivamente aproveitado. Assim, diz a historiadora, o tempo “aparece como imposição de uma instância captada pelo intelecto, porém presa à uma lógica própria, exterior ao homem, que o subjuga.” (BRESCIANI, 1984-1985, p.38). Dessa forma, delinea-se uma exterioridade substantiva do tempo que passa a regular a vida social. O conto pode ser entendido, então, como uma metáfora dessa obediência da organização da vida social perante o tempo matemático do relógio.

A produção literária de Poe também guarda relações com outras transformações do século XIX. O autor escreve durante um período de grande crescimento do mercado editorial nos Estados Unidos da América e de intensa modificação nas relações entre escritores, editores e proprietários de periódicos (VILAÇO, 2016, p.11)<sup>47</sup>. A cultura popular ocupava um lugar central dentro do mercado editorial e foi fundamental para o desenvolvimento de uma literatura nacional de escritores como Henry David Thoreau, Nathaniel Hawthorne, Herman Melville, Poe, Walt Whitman e Emily Elizabeth Dickinson que fariam frente à influência inglesa (Idem, ibidem, p.20-21). De acordo com Robert Tally Jr., havia um contingente da produção literária nacional marcado por uma "retórica de ascensão" dos Estados Unidos (TALLY JR., 2014, p.1 *apud*. VILAÇO, 2016, p.27), de cunho moralista (VILAÇO, 2016, p.130), e cujo objetivo era "agradar" e "instruir" seus leitores (HAYES, 2002, p.225). Ao mesmo tempo, no entanto, havia escritores como Poe que elaboraram críticas à sociedade norte americana (VILAÇO, 2016, p.26-27)<sup>48</sup>. É nesse cenário que um novo idioma literário passava a se estruturar nos Estados Unidos, no qual a literatura popular ocupava-se de “narrar histórias, baseadas em fatos reais ou não, enfatizando na linguagem e na montagem dos enredos tudo aquilo que

---

47Esse mercado editorial em expansão era composto pela literatura popular e pelo jornalismo (VILAÇO, 2016, p.11).

48Tally Jr. chega a afirmar que Poe adota uma postura subversiva frente a uma agenda cultural nacionalista (TALLY JR., 2004, p.14 *apud*. VILAÇO, 2016, p.64). Edgar L. Doctorow também reconhece o caráter subversivo da obra de Poe em suas críticas à cultura popular norte-americana e às desfavoráveis relações de trabalho dos escritores de sua época (DOCTOROW, 2007 *apud*. VILAÇO, 2016, p.287).

causasse repugnância, horror, fortes emoções” (Idem, ibidem, p.31)<sup>49</sup>. Esse caráter sensacionalista da literatura popular (também presente no jornalismo) pode ser caracterizado pela mobilização de um repertório de temas como a necrofilia, o vampirismo, o incesto e o gótico (Idem, ibidem, p.35), mas igualmente de crimes, julgamentos e animais ferozes (Idem, ibidem, p.81). Trata-se de uma narrativa dotada de uma linguagem orientada para provocar sensações (Idem, ibidem, p.98) ao explorar medos e superstições irracionais (Idem, ibidem, p.106) enfatizando aquilo que é repulsivo (Idem, ibidem, p.129) com o objetivo de figurar uma experiência de choque e de medo (Idem, ibidem, p.133) em seus leitores. Ou seja, a cultura popular dos Estados Unidos no contexto de Poe tinha se tornado uma fusão conflituosa entre moralidade, nacionalismo, crítica social, sensacionalismo e vulgaridade, embaralhando valores contraditórios em um turbilhão (REYNOLDS, 1988, p.214 *apud*. VILAÇO, 2016, p.130).

Escritores como Poe, Nathaniel Hawthorne, Emily Dickinson e Herman Melville aproveitavam o material fornecido por essa literatura popular e o transformavam “para elevá-la a maiores patamares de crítica, comentário social e posicionamento político” (VILAÇO, 2016, p.36), criando, assim, um novo material estético. Dessa forma, Poe foi um dos escritores capaz de reelaborar crítica e criativamente o material fornecido pela literatura popular de apelo sensacionalista e lhe conferir um novo sentido composto por reflexões estéticas sobre o fazer literário e sobre as difíceis relações profissionais dentro do mercado editorial (Idem, ibidem, p.36 e 54)<sup>50</sup>. Ao reestilizar temas comuns da literatura popular a partir de um rigor formal (Idem, ibidem, p.134), Poe modifica o sentido de temas sensacionalistas acrescentando a eles uma camada crítica dotada de um novo sentido alegórico (Idem, ibidem, p.54). Para descrever a forma com a qual Poe realizava esse procedimento é importante

---

49A literatura popular norte americana foi marcada também pela *penny press*, caracterizada por seu baixo custo e linguagem sensacionalista. Segundo David S. Reynolds, a *penny press* expandiu-se rapidamente nos Estados Unidos devido à liberdade de imprensa e o desenvolvimento de novas tecnologias de impressão e distribuição (REYNOLDS, 1988, p.169-170 *apud*. VILAÇO, 2016, p.28).

50Em se tratando da profissão de Poe, é importante indicar que escritores como ele tendiam a trabalhar em revistas editando jornais, escrevendo pequenas ficções e muitas resenhas (TOMC, 2002, p.23 e p.25), pois dependiam desses serviços para ganhar dinheiro. Diferentemente de uma elite letrada, que dispunha de capital para publicar seus próprios livros e com a qual Poe disputava leitores (TOMC, 2002, p.27).

destacar o papel do absurdo como ferramenta de crítica ao sensacionalismo (ROYOT, 2002, p.70) e a função estruturante da "teoria da unidade de efeito". Para Poe, todos os elementos que compõem uma obra literária devem ser organizados em função de um único efeito o qual o escritor pretende gerar em seu leitor (VILAÇO, 2016, p.98-99). A literatura, portanto, era concebida como uma complexa ilusão rigorosamente organizada em função do efeito almejado (POLONSKY, 2002, p.43), dispendo de uma linguagem hiperbólica que conduz ao absurdo como forma de crítica ao sensacionalismo. Por essas razões, Poe é considerado um dos autores que desempenhou um papel fundamental na definição do conto moderno e da literatura nacional norte-americana (VILAÇO, 2016, p.100).

De forma mais abrangente e genérica, os Estados Unidos durante o período da vida de Poe foi caracterizado por rápidos ciclos de desenvolvimento e de grandes crises econômicas<sup>51</sup>; pelo crescimento do comércio de escravos na Virgínia e pelo desenvolvimento de linhas férreas (VILAÇO, 2012, p.26-27). Por volta de 1840, os Estados Unidos estavam em uma importante fase de sua revolução industrial (HOBBSAWM, 2012, p.269).

*O diabo no campanário* pode ser entendido como alegoria desse mundo em transformação, um conto no qual as inúmeras imagens de tempo são metáforas da ordem e coesão social<sup>52</sup>. O diabo, por sua vez, é metáfora do rompimento dessa ordem, de ruptura dessa coesão. Somado a isso, a condição de estrangeiro do diabo, vindo de além-muros, de um horizonte desconhecido, também suscita o contexto histórico onde Poe se encontra, afinal os Estados Unidos da América experimentavam tanto o processo de transformação social intensa com a progressiva industrialização (HOBBSAWM, 2012, p.269-271), como era também destino para muitos imigrantes (Idem, ibidem, p.271). Mas Poe é capaz de

---

<sup>51</sup>Segundo Terence Whalen, a crise de 1837 seguida pela depressão até 1843, parece ter afetado diretamente a vida de Poe, cuja produção durante esse período mais do que dobrou (WHALEN, 1999, p.271 *apud*. VILAÇO, 2012, p.27).

<sup>52</sup>É importante indicar que existem outros contos escritos por Poe que articulam representações do tempo matemático através da imagem do relógio que mobilizam ideias de previsibilidade, regularidade, repetição e organização das atividades humanas. Exemplos disso são: "A Predicament" (1838), "A Descent into the Maelsröm" (1841), "The Masque of the Red Death" (1842), "The Angel of the Odd" (1844) (EDDINGS, 1994).

universalizar a representação dessa nova experiência de tempo engendrada por essas novas condições. Ao “desespacializar” o burgo de Vondervotteimittiss, isto é, ao não revelar aos leitores a exata localização geográfica do burgo, não reduz a associação dos eventos relatados a apenas uma realidade singular. Em outras palavras, a localização indeterminada de Vondervotteimittiss é pré-condição para que o burgo possa transitar por diferentes lugares, universalizando, portanto, a representação de uma nova experiência temporal. É precisamente em sua condição de ficção que este conto de Edgar Allan Poe serve de testemunho para acessar uma realidade histórica, a facticidade do fictício nos comunica uma experiência histórica na qual a ficção foi forma expressiva de sentido real (KOSELLECK, 2012, p.254 *et.seq.*), a elaboração ficcional dessas metáforas de tempo nos permitiu acessar o testemunho de uma nova experiência temporal: o tempo da modernidade.

### Fontes

POE, Edgar Allan. “O diabo no campanário”. In: *Histórias extraordinárias*. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp.146-155.

POE, Edgar Allan. “The Devil in the Belfry”. In: *The collected tales and poems of Edgar Allan Poe*. Hertfordshire: Wordsworth Library Collection, 2009, pp.423-429.

### Referências bibliográficas

BRESCIANI, Maria Stella Martins. “Metrópoles: As Faces do Monstro Urbano (as cidades no século XIX)”. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.5, n.8/9, p.35-68, set. 1984/abr. 1985.

DOCTOROW, E. L. *The book of Daniel*. New York: Random House, 2007.

EDDINGS, Dennis W. *Poe's Tell-Tale Clocks*. Baltimore: The Edgar Allan Poe Society of Baltimore, 1994.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

HAYES, Kevin J. “One-man modernist”. In: *Cambridge Companion to Edgar Allan Poe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções, 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2012.

\_\_\_\_\_. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: I.C.E. de la Universidad Autónoma de Barcelona, 2001.

LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Estampa, 1993.

MEYERHOFF, Hans. *O tempo na literatura*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976.

PAULA, Breno Rodrigues de. *Estudo comparativo acerca do espaço e do tempo em "O gato preto" e O Processo*. 2012. 115 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Araraquara, 2012.

PHILIPPOV, Renata. *Edgar Allan Poe e Charles Baudelaire: trajetórias e maturidade estética e poética*. 2004. 140 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo, 2004.

POLONSKY, Rachel. "Poe's aesthetic theory". In: *Cambridge Companion to Edgar Allan Poe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

REYNOLDS, David S. *Beneath the American Renaissance: the subversive imagination in the age of Emerson and Melville*. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa* – Tomo III. Campinas: Papyrus, 1997.

ROYOT, Daniel. "Poe's humor". In: *Cambridge Companion to Edgar Allan Poe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. SP: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SILVA, Ana Maria Zanoni da. *Humor e sátira: a outra face de Edgar Allan Poe*. 2006. 178 f. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Araraquara, 2006.

TALLY JR, Robert. *Poe and the subversion of American literature*. New York: Bloomsbury, 2014.

TEIXEIRA, Ivan. "O conceito de conto em Poe & Machado de Assis: O Alienista como novela". In: *Revista da Academia Brasileira de Letras*, v. 63, p. 247-268, 2010.

THOMPSON, Edward P. "Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial". In: *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp.267-304.

TOMC, Sarah M.. "Poe and his circle". In: *Cambridge Companion to Edgar Allan Poe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

VILAÇO, Fabiana de Lacerda. *A figuração da experiência histórica em Edgar Allan Poe*. 2016. 296 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

\_\_\_\_\_. *A figuração da História em um conto de Edgar Allan Poe*. 2012. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. "A Filosofia da Composição': O Poeta como Trabalhador". In: *Revista Crop* - nº 15 Revista de Estudos Linguísticos e Literários em Inglês, pp. 26-40, 2010.

WHALEN, Terence. *Edgar Allan Poe and the Masses - The Political Economy of Literature in Antebellum America*. Princeton: University Press, 1999.

## Apresentação do dossiê Relatos de Viagem

Profª Drª Stella Maris Scatena Franco\*

As viagens, sabemos, guardam múltiplos significados. Podemos entendê-las de forma mais objetiva, como o ato de deslocar-se espacialmente, sob certas condições concretas, levando em consideração os recursos disponíveis e o arsenal tecnológico existente num determinado período. Esta dimensão revela principalmente as condições materiais que envolvem as viagens. Em outra acepção, são compreendidas como oportunidades para que os viajantes expressem representações construídas sobre o “Outro”, que ora é descrito de forma positiva, ora negativa, o que, em regra, se faz para julgar, discriminando ou valorizando as populações dos países conhecidos. Neste ato, parece estar sempre implicado o jogo de relações entre identidade (o que é da cultura do viajante) e alteridade (aquilo que é percebido como “corpo estranho” no espaço visitado). Num terceiro viés, elas podem ainda motivar uma experiência transcendente do ponto de vista individual, por representarem um caminho para o conhecimento ou o alargamento de horizontes.

Mais conectada com esta última dimensão, a escritora e crítica literária argentina Beatriz Sarlo, a seu modo, definiu as viagens de forma intrigante. Ela as entende como “saltos fora do programa”. Para explicar esta ideia utilizou como exemplo uma situação vivenciada pessoalmente. Encontrava-se em Viena, em 1995, e ansiava conhecer a Igreja de São Leopoldo, que tem, nas proximidades, um hospital psiquiátrico. Ao final da visita, depois de observar todos os detalhes arquitetônicos do monumento, já fechada a Igreja, andou por suas dependências externas, quando se deu conta de estar sendo seguida por um paciente do hospital das adjacências. Este tocou-lhe o ombro, sumindo depois de ambos trocaram olhares. Esta é uma das lembranças evocadas em seu livro *Viajes*, que serve de pretexto para a autora elaborar sua concepção sobre o “viajar”. Sarlo defende que:

Se viaja buscando esa intensidad de la experiencia, algo que asalta de modo inesperado y original, fuera de programa y, por lo tanto, imposible de ser

---

\*Professora do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Stella Maris Scatena Franco

integrado en una serie... No pasa por el discurso, sino por el cuerpo. Es inesperada, pero sin embargo toda la tarde me había preparado para un suceso que no sabía que podía ocurrir... No era una aventura, sino un acontecimiento... Actuaba fingiendo que reconocía todo, que todo me resultaba familiar porque antes lo había visto en los libros. Pero algo saltó fuera de programa.<sup>1</sup>

Todas as acepções mencionadas acima são válidas como possibilidades de análise. As duas primeiras são mais comuns e apropriadas à construção historiográfica. Pretendi, no entanto, incorporar também a terceira perspectiva nesta *Apresentação*, por acreditar que a forma encontrada por Sarlo para definir “viagem” representa muito bem o processo que levou à elaboração deste dossiê: um “salto fora do programa”.

No segundo semestre de 2016, ministrei uma disciplina optativa sobre o tema das viagens para alunos e alunas de graduação do Departamento de História da USP. Vinha finalizando a pesquisa que resultou em minha Tese de Livre-Docência.<sup>2</sup> A turma não era tão numerosa, mas os presentes se mostraram muito envolvidos. Nas aulas, pude compartilhar leituras teóricas que vinha fazendo para a realização da Tese. As discussões brotavam nos seminários de textos em um diálogo coletivo, um verdadeiro laboratório de ideias. Também realizamos análises de excertos de relatos, procurando entendê-los como fontes históricas e buscando utilizar os textos teóricos como ferramentas que ajudavam na interpretação daqueles documentos. Como trabalho final, solicitei uma análise de um relato de viagem de livre escolha dos(as) alunos(as). Ele devia ser lido como fonte histórica e, além disso, ser analisado a partir das chaves interpretativas presentes nos textos teóricos, da mesma maneira como havíamos “testado” com os excertos em sala de aula.

---

<sup>1</sup>SARLO, Beatriz. *Viajes: De la Amazonia a Malvinas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Seix Barral, 2014, pp. 13-14.

<sup>2</sup>FRANCO, Stella Maris Scatena. *Viagens e relatos: materialidade e representações nos périplos de latino-americanos pela Europa e pelos Estados Unidos no século XIX*. São Paulo: Editora Intermeios, 2018.

Não estava previsto, mas ocorreu-me abrir a possibilidade, aos que desejassem, de entregarem o trabalho em formato de artigo, sugerindo, inclusive, que mandassem para a *Epígrafe* – revista de alunos do Departamento de História –, para a qual eu já havia colaborado algumas vezes como parecerista. Para a minha grata surpresa, um dos editores da Revista – José Bento Camassa – era um dos alunos do curso. Foi de uma conversa nossa que a ideia deste dossiê surgiu, como um verdadeiro e feliz “salto fora do programa”. O número ora apresentado reúne alguns trabalhos selecionados no processo avaliativo da disciplina mencionada.

Os artigos se concentram em relatos produzidos por autores de diferentes nacionalidades, que realizaram viagens para destinos também variados durante os séculos XIX e XX.

No artigo de Isabel Filier de Oliveira somos apresentados a um intrigante diário produzido no contexto da Guerra Anglo-Zulu (1879), na África do Sul, pelo comerciante holandês Cornelius Vijn e traduzido em 1880 pelo bispo britânico John William Colenso. Intitulado *Cetshwayo's Dutchman*, o livro passa uma visão positiva sobre o monarca zulu Cetshwayo kMpande, com o objetivo de rebater a imagem pejorativa que o oficial britânico, Sir Bartle Frere, tinha construído sobre ele. Frere tinha sido designado para efetivar planos britânicos que auxiliassem na exploração de diamantes na região, o que tornou a relação entre ingleses e zulus bastante tensa. Dessa maneira, atacar o monarca zulu, caracterizando-o como “bárbaro”, era uma estratégia para efetivação dos planos políticos e econômicos britânicos na porção sul-africana. Mas o relato aqui analisado fazia justamente o contrário: defender o monarca zulu dessas críticas. Os enfoques que a autora dá ao interpretar esta guerra de imagens positivas e negativas projetadas sobre o monarca zulu recaem sobre a questão fronteiriça (se Cetshwayo teria ou não sido responsável pela instabilidade na região, como era alegado pelo britânico Frere); o caráter da luta do monarca na Guerra Anglo-Zulu, apontada no relato analisado como “justa e honrada”; e a crítica feita aos missionários, que teriam divulgado histórias atrozmente supostamente cometidas por Cetshwayo, como a de

assassinatos em massa de africanos convertidos. Esse intrincado jogo de representações é analisado por Filier.

Graziela Mazzeo Madeira analisa relatos de viagem de latino-americanos à Europa e aos Estados Unidos no século XIX, com o intuito de investigar a utilização, por estes viajantes, dos guias de viagem, frequentemente citados em seus relatos. A autora incorporou à pesquisa 14 relatos de viajantes de diferentes países da América Latina (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba e México), que visitaram a Alemanha, a Espanha, a França, a Grécia, a Inglaterra, e Itália os Estados Unidos. Segundo Mazzeo, os guias, quando lidos pelos viajantes, “preparavam seus olhares através da descrição prévia dos locais e possibilitavam maior independência, visto que, por meio desses materiais, os indivíduos podiam criar seus próprios roteiros de viagem”. Mas o estudo também conclui que havia uma diversidade grande de tipos de impressos que serviam como guias, e que suas funções foram variadas. O artigo traz ainda uma interessante síntese bibliográfica sobre trabalhos voltados para os guias turísticos.

Milan Puh trata de relatos de croatas, relacionados à história da imigração desse grupo para o Brasil, entre 1890 e a segunda década do século XX. O primeiro texto foi produzido por um grupo de imigrantes croatas em Minas Gerais, tendo sido publicado por uma companhia de propaganda de navegação; o segundo é um relato de um imigrante-regressado, que voltou de São Paulo para a Croácia em situação desfavorável; o último é um texto escrito por dois irmãos, os Seljan, contratados pelo governo brasileiro para mapearem a região do Mato Grosso. De acordo com o autor, apesar das diferenças entre as três narrativas, as relações entre alteridade e identidade perpassam todos os textos. Tendo essa ideia como premissa, afirma que “a construção do outro e de si é um elemento fundamental para a criação desses relatos”.

Por fim, Edson Bossonaro Júnior toma como fontes os textos de viagem de um norte-americano, Thomas Russell Ybarra, enviado como correspondente do *The New York Times* para

diferentes países da América Latina no final dos anos 1930, momento da chamada Política de Boa-Vizinhança. A preocupação principal era averiguar o crescimento do nazi-fascismo no continente. Entre 1938 e 39 o autor percorreu 13 países da América do Sul e da América Central, publicando suas impressões no aludido periódico. Na primeira parte, Bossonaro trata da questão identitária de Russell Ybarra, cuja família paterna era proveniente da Venezuela. Na sequência, analisa mais propriamente os relatos sobre a América do Sul, enfocando a passagem pelo Brasil, Argentina, Uruguai, Chile e Peru, nos quais são destaques temas como a influência nazista, o anti-americanismo, as relações comerciais e o nacionalismo. O último item compõe uma análise do relato sobre países da América Central, tendo o viajante revelado que a presença norte-americana na região significava uma situação de vantagem, uma vez que a supremacia norte-americana podia representar um anteparo à ameaça nazista. Este artigo está conectado com as produções que analisam as representações dos norte-americanos sobre a América Latina como parte importante da construção de uma cultura imperial.

Os textos apresentados neste dossiê, apesar de serem voltados para temáticas específicas (dominação inglesa na África; guias turísticos que circularam entre América e Europa; imigração croata; Política da Boa Vizinhança), têm em comum o fato de tomarem relatos de viagem como fontes históricas, analisando-os a partir de uma perspectiva crítica e com o amparo de aportes teórico-metodológicos caros aos estudos de viagem, como os textos de Mary Louise Pratt, François Hartog, Edward Said e Tzvetan Todorov. Estes trabalhos atentam para a necessidade de se buscar as intencionalidades presentes nos discursos, seus lugares de enunciação, as vinculações dos autores com as instituições e os núcleos de poder. Em suma, todos, de alguma maneira, alertam para a necessidade de se desconfiar de uma suposta neutralidade dos relatos, ainda que muitas vezes os viajantes tenham se colocado como imparciais e como meros narradores da experiência testemunhada. Nos artigos desta coletânea, a ideia da neutralidade do discurso não está presente, sendo a leitura crítica prevalecente.

Stella Maris Scatena Franco

Enquanto exercício acadêmico, a publicação da *Revista Epígrafe* é uma iniciativa rica e louvável de parte dos alunos de graduação do Departamento de História, que se dedicam, em tempos tão penosos em vários âmbitos, incluindo o da produção científica, a elaborar um pensamento crítico e contestador das verdades estabelecidas como imutáveis e inquestionáveis. Espero que este dossiê – primeiro da Revista – ajude a manter viva esta chama.

Stella Maris Scatena Franco

São Paulo, fevereiro de 2018

**As alteridades em Cetshwayo: um estudo sobre representações em disputa**

Isabel Filier de Oliveira\*

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo analisar a formação de um discurso de alteridade sobre o monarca zulu Cetshwayo kaMpande, contido na obra *Cetshwayo's Dutchman*, de 1880, escrita pelo comerciante holandês Cornelius Vijn e pelo bispo anglicano, John William Colenso. Pautado nos aportes teóricos de François Hartog e Tzvetan Todorov sobre a retórica da alteridade, assim como no trabalho de Roger Chartier sobre representações, a análise é realizada a partir de três temáticas principais, nomeadamente a questão fronteiriça, a relação entre Cetshwayo e seus súditos e a questão missionária. É objetivo do artigo explicitar a relação da obra com a Guerra Anglo-Zulu de 1879, verificando como o relato busca responder às críticas feitas ao monarca zulu, pelo oficial inglês Sir Bartle Frere. Também é foco do artigo comentar a fonte à luz da bibliografia sobre relatos de viagem, em especial a discussão sobre o caráter dos relatos de autoria feminina e masculina, e quanto ao trabalho de Mary Louise Pratt sobre o olhar imperial.

**Palavras-Chave:** Alteridade; Representações; Relatos de viagem; Guerra Anglo-Zulu; Cetshwayo kaMpande

**Introdução**

Este artigo tem como problemática central explorar como se deu a elaboração de um discurso de alteridade acerca do monarca zulu Cetshwayo kaMpande no relato de viagem escrito pelo comerciante holandês Cornelius Vijn, publicado em livro intitulado *Cetshwayo's Dutchman*, de 1880, em Londres. Observar-se-á a relação desse discurso com o advento da Guerra Anglo Zulu de 1879 e as estratégias narrativas utilizadas pelo autor e pelo bispo John William Colenso, com quem publicou o livro, para desenvolver uma defesa do monarca zulu frente às acusações feitas por um oficial inglês, Sir Bartle Frere.

---

\*Graduanda em História pela Universidade de São Paulo. Contato: isabel.filier.oliveira@usp.br

A retórica da alteridade, como nomeou François Hartog em sua obra *O Espelho de Heródoto*, é própria das narrativas que tratam do “Outro”, como é o caso do relato de viagem. Nestas fontes podemos distinguir dois polos: “o mundo em que se conta e o mundo que se conta” (HARTOG, 1999, p. 229). Para que esse mundo seja contado, o autor lança mão de diversas estratégias como a inversão e a comparação, para que possa traduzir esse “Outro” para os seus semelhantes, a quem escreve, e fazer crer que essa tradução é fiel (*Ibidem*, p. 273). Em adição a isso, Tzvetan Todorov aponta ainda três eixos nos quais a problemática da alteridade se situa: julgamento de valor, aproximação ou distanciamento ao “Outro”; e reconhecimento ou rejeição da identidade do “Outro” (TODOROV, 1999, p. 158); sendo que os três aparecem em diferentes gradações e se inter-relacionam.

Para realizar a análise, distinguir-se-ão quais são os temas presentes na descrição do caráter do monarca e quais são os argumentos e estratégias que integram a defesa que se busca fazer deste. Além disso, preocupar-se-á em averiguar a indissociabilidade do âmbito das representações da realidade material em que estas se configuraram e a influência que elas exerceram sobre essa realidade. Roger Chartier define a representação como um conjunto de figuras através das quais a sociedade dá sentido a sua vida, sendo matrizes de discursos e práticas que constroem o mundo social e as contraditórias identidades (CHARTIER, 1990, p. 18). Nas palavras do autor:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. (*Ibidem*, pp. 16-17)

As alteridades em Cetshwayo: um estudo sobre representações em disputa

Complementariamente a esta questão central serão comentados alguns aspectos da obra à luz da bibliografia sobre literatura de viagem a fim de apresentar as potencialidades dessa obra que é ainda pouco explorada, questões estas que se preocupam primariamente com o caráter que o relato de viagem assume com destaque para o conceito de olhar imperial, cunhado por Mary Louise Pratt, e as discussões sobre o caráter dos relatos de viagem de autoria feminina. Por fim, far-se-á um balanço das conclusões obtidas sobre esse relato específico e sobre o trabalho com essa tipologia de fontes.

### **Alteridades em disputa**

Apesar de algumas tensões, desde a instauração de um grande reino zulu por Shaka, entre 1817 e 1824, a relação com os ingleses – principalmente com Natal, que fazia fronteira com o reino – havia sido relativamente pacífica. O estopim da guerra entre ingleses e zulus teve início com a pretensão de realizar uma confederação na África do Sul<sup>1</sup> – plano elaborado por políticos, em Londres, seguindo o modelo implantado no Canadá – que possibilitaria a exploração de diamantes descobertos na região em fins da década de 1860, uma vez que lá não havia a infraestrutura necessária para movimentar trabalhadores e bens e a variedade de chefaturas, colônias e repúblicas independentes dificultava a integração da região. Nesta conjuntura, o então procônsul inglês Sir Henry Bartle Frere foi enviado à África do Sul no ano de 1877, para dar continuidade à realização desse esquema, iniciado em abril, com a anexação da região que veio a ser a colônia do Transvaal (KNIGHT, 2003, pp. 15-16).

---

<sup>1</sup>Ao longo de todo o artigo utiliza-se África do Sul não para referir-se à região do atual país homônimo, mas à porção sul do continente africano, que, na época em questão (fins do século XIX), abrigava as colônias do Cabo, Natal e Transvaal, o Estado Livre de Orange, a Suazilândia e o reino Zulu (KNIGHT, 2003, p. 14; MAGNOLI, 1992, p. 25), como pode-se observar no mapa acima.

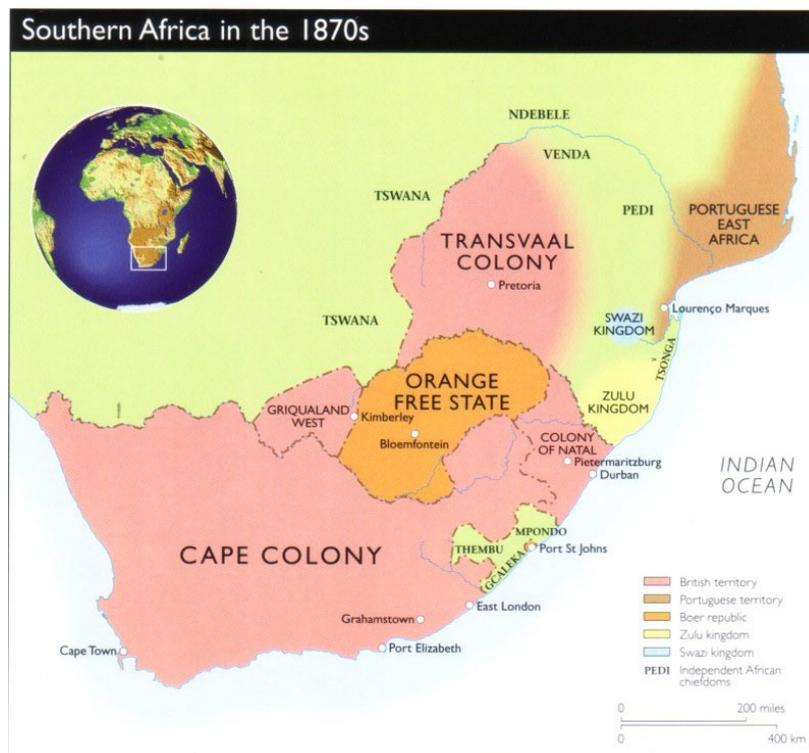


Imagem 1. Sul da África na década de 1870

Logo, Frere (agora Alto Comissário inglês na África do Sul) chegou à constatação de que o reino Zulu era o seu principal obstáculo (COPE, 1995, p. 249). Na década de 1870 ele constituía o grupo africano mais poderoso que restara na região e a questão fronteiriça com o Transvaal havia prejudicado a relação entre ingleses e zulus. Na década de 1840, o então monarca zulu, Mpande kaSenzangakhoma, pai de Cetshwayo, havia permitido que os bôeres usassem seu território para que seu gado pastasse, mas estes ultrapassaram a região que lhe fora cedida, causando tensões entre bôeres e zulus. O conflito encontrou seu ápice na década de 1870, quando Cetshwayo, agora rei, empenhou-se para a retirada dos bôeres, e os ingleses, que até então haviam apoiado as reivindicações zulus, deixaram-no de fazê-lo quando os bôeres tornaram-se seus súditos com a anexação do Transvaal (KNIGHT, 2003, p. 16).

Apesar dessas questões era preciso justificar uma guerra que seria muito custosa para a Inglaterra e que gozava de pouco apoio. Eis que Frere empenhou-se em colocar o monarca

As alteridades em Cetshwayo: um estudo sobre representações em disputa

Cetshwayo kaMpande como o principal responsável pela instabilidade na região – tanto entre os povos africanos quanto em relação à questão fronteiriça. Seu discurso representava Cetshwayo como um déspota, de caráter cruel e bárbaro, responsável por inúmeras mortes inclusive de zulus (COPE, 1995, p. 247).

Entretanto, o que este discurso tinha em convicção também o possuía em resistência, havendo vozes que discutiam com Frere, propondo uma diferente retórica da alteridade acerca do monarca Zulu, refutando essa visão negativa: trata-se do discurso proferido pelo bispo de Natal, John William Colenso, que visava defender o monarca Zulu das acusações proferidas contra ele. Matemático e religioso, Colenso ficou conhecido por suas ideias pouco ortodoxas, bastante influenciadas por Frederick Denison Maurice, um teólogo de pensamento livre que acreditava numa Igreja que transcendia as diferenças entre indivíduos e raças. Colenso foi consagrado bispo de Natal em 1853 e, mesmo após ser processado por heresia ao expor o caráter ahistórico da Bíblia – o que fez com que ele perdesse grande parte do apoio dos colonos –, permaneceu como tal até sua morte, em 1883 (O'CONNOR; ROBERTSON, 2008).

O debate entre Colenso e Frere sobre o caráter de Cetshwayo desenrolou-se antes, durante e depois da guerra Anglo-Zulu de 1879. Entre os veículos utilizados por Colenso nesse debate está a publicação da obra em questão neste artigo, *“Cetshwayo's Dutchman: being the private journal of a White trader in Zululand during the british invasion”*, publicada em 1880 – portanto, após o término da guerra<sup>2</sup>.

Colenso apresenta a obra como a tradução, edição e adição de notas explicativas do diário pessoal do comerciante holandês Cornelius Vijn, afirmando que fora este quem levara seu diário até ele para verificar “se valeria a pena publicá-lo na Inglaterra, durante a presente crise das questões zulu” (COLENZO; VIJN, 1880, p. vi, tradução nossa)<sup>3</sup>. No diário, Vijn relata

---

<sup>2</sup>A guerra entre ingleses e zulus tem início em janeiro de 1879, terminando em setembro do mesmo ano.

<sup>3</sup>Original: “whether it would be worth while to publish it in England, at the present crisis of Zulu affairs”.

sua viagem da Colônia de Natal até a Zululândia, com o propósito de fazer comércio, viagem que se passa durante a guerra Anglo-Zulu, sendo que a primeira entrada do diário data de 29 de outubro de 1878, e a narrativa é concluída pouco tempo após o término da guerra, como nota-se no *post-scriptum*.

Apesar de o bispo colocar-se como o único responsável pela edição e publicação do livro, a leitura do mesmo permite-nos levantar a hipótese de que a sua publicação consistiu em um esforço conjunto. Um primeiro indício para tal são as “subnotas” feitas por Cornelius Vijn às notas adicionadas pelo bispo, o que nos levou a supor que Vijn leu as notas adicionadas por Colenso após a edição do seu relato.

O outro indício é que há trechos sendo narrados no tempo presente nos quais Vijn inclui informações obtidas posteriormente, como, por exemplo, informações que ele só dispôs ao final da guerra. Esse fenômeno pode dever-se a uma questão pragmática: num ambiente de guerra não era sempre possível escrever sobre um fato logo após este ter ocorrido. Porém, uma hipótese que deve ser levantada é de que tais partes tenham sido adicionadas durante a edição do relato para torná-lo mais persuasivo ou simplesmente uma leitura mais prazerosa e compreensível – é surpreendente o quão coeso é o seu diário, levando-se em conta que foi escrito durante uma guerra, na qual ele esteve envolvido.

O importante é frisar que o livro é entendido, pois, como a união num todo indivisível, composto pelo relato escrito por Vijn em seu diário e pelas notas elaboradas pelo bispo, tendo sido resultado de um esforço conjunto e consciente de contribuição para o debate sobre o caráter de Cetshwayo. Problemático para essa abordagem é o fato de que enquanto as informações e trabalhos escritos sobre Colenso são numerosos, o mesmo não se pode dizer sobre Vijn. As únicas informações sobre ele são aquelas contidas no relato, repetidas por Colenso:

Cornelius Vijn é um jovem holandês, de 23 anos, que viveu 4 anos e meio em Natal, durante três quartos dos quais (como diz) ele tem negociado na Zululândia e **assim aprendeu a falar a língua zulu bem (...) e se tornou**

As alteridades em Cetshwayo: um estudo sobre representações em disputa

**completamente familiarizado com o povo zulu**, e seus hábitos e costumes comuns. (...) ele é um jovem de boa educação e boa inteligência; E seu caráter é tal (...) que **garante a confiança inteira que está sendo colocada em suas indicações a respeito do que ouviu, ou viu, ou sabe, na Zululândia**<sup>4</sup> (*Ibidem*, pp. v-vi, tradução e grifos nossos)

O trecho que inicia o livro consiste numa primeira indicação de legitimidade do discurso de alteridade contido no relato de Vijn. Não apenas suas afirmações provinham daquilo que ele ouviu, viu ou ficou sabendo na Zululândia, como ele também tinha bom caráter e educação, sabia falar bem zulu e relacionava-se frequentemente com eles. Estes fatores fizeram com que o bispo conferisse total confiança àquilo que ele dizia, convidando o leitor a fazer o mesmo. Como colocou François Hartog, a repetição de frases como “eu vi, eu me encontravam, isso me aconteceu” (HARTOG, 1999, p. 276) não consiste em marcas de vaidade do autor, mas de cientificidade.

Em seu diário Vijn abordou diversos temas, entre os quais destacaremos três que dizem respeito à discussão sobre o caráter de Cetshwayo e nos permitem apreender o discurso de alteridade elaborado por ele. São temáticas que dizem respeito principalmente à sua conduta como um governante e através das quais se busca responder às acusações feitas sobre ele por Frere.-

O primeiro dentre os três temas diz respeito à questão fronteiriça e à ideia de que Cetshwayo foi responsável pela instabilidade na região. Aparece prioritariamente no início do relato, antes do começo da guerra e o que se reitera ao longo da narrativa é a ideia de que Cetshwayo não pretendeu, ou melhor, proibiu a invasão de Natal. Desde os primeiros rumores de conflitos vindos de pessoas que acreditavam que a ameaça de guerra estava no lado zulu da fronteira, Vijn mostrou-se calmo devido ao seu conhecimento sobre o que acontecia na Zululândia:

---

<sup>4</sup>Original: “Mr. Cornelius Vijn is a young Hollander, 23 years old, who has been 4 ½ years in Natal, during three-fourths of which time (as he states) he has been trading in Zululand, and has thus learned to speak the Zulu language well (...) and has become thoroughly conversant with the Zulu people, and their ordinary habits and customs. (...) he is a young man of fair education and good intelligence; and his character is such (...) as to warrant entire confidence being placed in his statements as to what he has heard, or seen, or know, in Zululand”.

...eu tinha retornado recentemente da Zululândia, e tinha deixado tudo quieto lá... e como as conversas sobre guerra eram meros rumores e tinham sido recorrentes nos últimos dois anos, eu dei pouca atenção a ela.<sup>5</sup> (COLENZO; VIJN, 1880, p. 4, tradução nossa)

...Sr. Jackson me disse que **o perigo estava ameaçando do lado zulu do Tugela**, não do lado de Natal, referindo-se, sem dúvida, aos "grupos de caça", que o rei havia ordenado, para mostrar que ele tinha um exército como os brancos, mas não com a intenção de invadir Natal.<sup>6</sup> (COLENZO; VIJN, 1880, p. 4, tradução e grifos nossos)

Pouco a frente, em nota, Colenso demonstra ao leitor que não apenas Cetshwayo não pretendeu atacar, como os ingleses tiveram conhecimento desse fato ao dizerem que “parece que alguém informou ao rei que o governo de Natal pretende invadir a Zululândia com o propósito de levá-lo, e que o armamento dos Zulus é uma medida **de precaução**”<sup>7</sup> (COLENZO; VIJN, 1880, p. 84, tradução e grifos nossos).

O trecho, um documento assinado por Sr. Fynney, agente do estadista britânico Theophilus Shepstone (COPE, 1995, p. 253), datado de 24 de outubro de 1878, mostra a preocupação de Colenso em provar as afirmações feitas por Vijn, uma vez que no prefácio afirmou que as acusações feitas sobre Cetshwayo não tinham embasamento. As notas adicionadas por ele são em sua maioria excertos de documentos, como o citado acima, apresentados como provas das afirmações feitas por Cornelius Vijn. Além disso, a própria existência de notas já pode ser considerada uma marca de legitimidade se seguirmos a linha de análise de François Hartog, segundo o qual estas assumem o sentido de dizer “eu li”, “eu sou crível” (HARTOG, 1999, p. 279). Começa-se a delinear uma primeira oposição entre a imagem de Cetshwayo e dos ingleses, na qual os últimos foram retratados como responsáveis pela eclosão da guerra, enquanto o primeiro foi mostrando como tendo se

<sup>5</sup>Original: “... I had only lately returned from Zululand, and had left everything quiet there... and as the war-talk was mere rumour and had been current for the last two years, I gave little heed to it”.

<sup>6</sup>Original: “...Mr. Jackson told me that danger was threatening from the Zulu side of the Tugela, not from the Natal side, referring, no doubt, to the ‘hunting parties’, which the King had ordered, to show that he had an army as well as the Whites, but not with any intention of invading Natal.”

<sup>7</sup>Original: “It would appear that some one has informed the King that the Natal Government intends to invade Zululand with the purpose of taking him, and that the arming of the Zulus is a precautionary measure.”

As alteridades em Cetshwayo: um estudo sobre representações em disputa

preocupado apenas em defender seu território. Tal ideia é fortalecida no seguinte trecho que se passa durante a guerra e consiste numa fala de Cetshwayo reproduzida por Vijn:

O rei também estava enraivecido porque seu povo havia ultrapassado a fronteira da Zululândia até Natal; porque **ele disse**: 'São os brancos que vieram lutar comigo em meu próprio país, e não eu que vou lutar com eles. **Minha intenção (...) é apenas me defender em meu próprio país**, onde eles mesmos me fizeram rei há alguns anos"<sup>8</sup> (COLENSO; VIJN, 1880, p. 31, tradução e grifos nossos)

Duas coisas chamam atenção no trecho acima. Em primeiro lugar, está a estratégia, repetitivamente utilizada no livro, de inserir falas de Cetshwayo, de modo a tornar as informações mais fidedignas e persuasivas. A segunda diz respeito ao conteúdo da fala na qual Cetshwayo diz-se bravo, pois seu povo cruzou a fronteira. A separação das ações dos zulus e das intenções de Cetshwayo é uma das estratégias recorrentes do relato. Uma segunda oposição se cria, agora entre zulus e Cetshwayo. Conforme esta contraposição, todos os momentos em que se verificam atitudes negativas vindas dos zulus, deixa-se claro que ou deveram-se às ordens de um dos demais chefes zulus,<sup>9</sup> ou foi uma ação isolada de alguns indivíduos.

Outro fator reiterado sobre o caráter de Cetshwayo foge um pouco ao presente tema, mas vem logo em seguida no relato e diz respeito à ideia de que ele promoveu uma luta justa e honrada, ao contrário dos ingleses. Em determinado momento, Vijn narra como um médico ofereceu a Cetshwayo seus serviços na guerra para, por exemplo, matar os ingleses através do envenenamento das águas, a cuja proposta o monarca respondeu que "ele não iria lutar

---

<sup>8</sup>Original: "The King was angered also because his people had gone over the Zulu Border into Natal; for he said 'It is the Whites who have come to fight me in my own country, and not I that go to fight with them. My intention... is only to defend myself in my own country, where they themselves made me King a few years ago (10)".

<sup>9</sup>Desde o fim do século XVIII a região da Zululândia era ocupada por diversas chefaturas (*chiefdom*) cada qual governada de forma autônoma por uma casa real até que na década de 1790 elas entram em conflitos e passaram a se agrupar em grupos militares mais seguros, processo que durou 30 anos. Os zulus eram um desses agrupamentos que sob o reinado de Shaka estabeleceu conglomerado desses grupos e chefias sob seu poder, instituindo um poderoso reino em meados da década de 1820 (KNIGHT, 2003, p.11-2).

com os brancos de qualquer maneira desumana, mas ele iria lutar em forma honrosa...”<sup>10</sup> (*Ibidem*, p. 31, tradução nossa).

Novamente, o contraponto com os ingleses foi estabelecido através das notas quando Colenso afirma que “Cetshwayo estava correto em sua decisão de acordo com os ordinários princípios da humanidade”<sup>11</sup> (*Ibidem*, p. 99, tradução nossa), mas que era difícil traçar um limite dos modos através dos quais se pode matar seu inimigo frente aos horríveis métodos já utilizados pelos ingleses para matar os zulus. Colenso inverte completamente a balança, colocando os ingleses como os bárbaros e não detentores dos “ordinários princípios da humanidade”.

Convém agora pensar na relação de Cetshwayo com seu povo, o que constituiu o segundo tema a ser aqui abordado, como também o mais frequente na obra. A ideia disseminada pelo discurso de Frere foi de que Cetshwayo era um monarca mais sanguinário que seus predecessores e responsável por inúmeras mortes tanto de zulus quanto de nativos de Natal, muitas vezes daqueles que haviam se convertido à fé cristã. No *post scriptum* de seu relato Vijn comenta diretamente os rumores de que Cetshwayo teria assassinado inúmeros convertidos afirmando crer que tais histórias eram falsas, visto que nos quase quatro anos que passou na Zululândia jamais ouviu algo que pudesse confirmar essas suspeitas. Conclui dizendo que:

Nego enfaticamente, e totalmente não acredito, que Cetshwayo era um tirano sanguinário; embora ele tivesse, obviamente, de fazer cumprir de tempos em tempos as **leis** de seu condado e, se não o tivesse feito, onde eu deveria estar, eu quem devia a minha segurança à ordem mantida pelo rei?<sup>12</sup> (*Ibidem*, pp. 80-81, tradução e grifo nosso)

---

10Original: “he would not fight with the Whites in any inhuman manner, but he would fight in honourable fashion...”.

11Original: “Cetshwayo was right in his decision, according to ordinary principles of humanity”.

12Original: “I deny emphatically, and totally disbelieve, that Cetshwayo was a bloodthirsty tyrant; though he had, of course, to enforce from time to time the laws of his county, and, if he had not done so, where should I have been, who owned my safety to the order maintained by the King?”

As alteridades em Cetshwayo: um estudo sobre representações em disputa

Além de negar a caracterização de Cetshwayo como um tirano sanguinário, Vijn justifica e legitima as vezes nas quais o monarca teve de fazer cumprir as leis em seu país e que foi a ordem imposta por essa ação que permitiu a sua sobrevivência. Sua argumentação baseia-se no direito do monarca governar em seu país e na ideia de que havia leis sendo defendidas por este. Soma-se a isso a preocupação em disseminar a ideia de que os zulus aprovavam seu monarca enquanto Frere alegava que eles estavam cansados de seu governo (*Ibidem*, p.80). Busca-se provar que os zulus apoiavam incondicionalmente o monarca como, por exemplo, quando Vijn diz que, após a derrota sofrida pelos zulus em Ulundi, em que lhes foi oferecido a possibilidade de rendição, estes “teriam entregue todas as suas armas a comando do rei”<sup>13</sup> (*Ibidem*, p. 62, tradução nossa). Não apenas o obedeciam, como o respeitavam. O argumento é bem resumido por Colenso na seguinte passagem:

De fato, quando lemos o tocante relato da devoção do Povo Zulu ao **seu** Rei em sua hora de extrema necessidade (Nota 32), e do respeito que sentiam por ele mesmo depois de sua queda - das pessoas que deveriam abominá-lo como um tirano cruel e almejar apenas ser liberado de seu governo sangrento (...).<sup>14</sup> (*Ibidem*, pp. viii-ix grifo e tradução nosso)

Contrasta assim a ideia posta por Frere com o argumento, baseado em relatos sobre o momento de captura do monarca publicados no jornal *Cape Times* e reproduzido em nota (*Ibidem*, pp. 169-181), de acordo com o qual “nem a perda de seu gado, o medo da morte, nem a oferta de grandes propinas, os tornariam [os zulus] falsos ao seu Rei”<sup>15</sup> (*Ibidem*, p. 172, tradução nossa).

Por último trataremos da questão dos missionários, tema que tem relação com o já citado rumor do assassinado dos convertidos. O tema aparece pouco no relato, mas é bastante importante devido ao papel que os missionários tiveram na disseminação de

<sup>13</sup>Original: “would have given up all their guns at the King’s command”.

<sup>14</sup>Original: “Indeed when we read the touching account of the devotion of the Zulu People to their King in his hour of utmost need (Note 32), and of their respect for him even after his fall, - of the people who were supposed to abhor him as a cruel tyrant and to long only to be released from his bloody rule (...).”.

<sup>15</sup>Original: “neither the loss of their cattle, the fear of death, nor the offering of large bribes, would make them false to their King”.

representações injuriosas do monarca zulu. O testemunho dado pelos missionários sobre a Zululândia dependia de dois fatores: as circunstâncias reais e a expectativa de intervenção inglesa – buscavam-na para auxiliar nos trabalhos missionários, proibidos pelo monarca zulu que a via como incompatível com a lealdade ao rei (COPE, 1995, p. 251). Quando essa intervenção mostrava-se possível disseminavam-se “atrocity stories” (história de atrocidades) que supostamente teriam sido cometidas por Cetshwayo (*Ibidem*, p. 255) e que justificariam tal intervenção; uma história de que cerca de 100 convertidos haviam sido assassinados a mando de Cetshwayo foi obra dos missionários.

A primeira menção ao assunto vem logo no prefácio, quando Colenso comenta a opinião do missionário Robert Moffat de que a guerra teria atrasado em cinquenta anos o trabalho missionário no sul da África. Concordando, Colenso se questiona, porém, sobre o fato dos homens que levaram a guerra por ordens de governantes cristãos e no nome de uma nação cristã poderem ensinar cristandade aos nativos. Mais uma vez, ele inverte a balança colocando os ingleses no lado negativo. Afirma como ele e outros habitantes de Natal tinham acreditado que Frere traria as desejadas melhoras ao sistema militar e de casamentos zulu<sup>16</sup>, mas que não esperavam que uma guerra fosse desencadeada para esse propósito nem que “ele dirigiria um feroz ataque a ser feito sobre os zulus despreparados e inofensivos”<sup>17</sup> (COLENZO; VIJN, 1880, p. xiii, tradução nossa).

No relato, Vijn permite que Cetshwayo se pronuncie sobre a questão dos missionários e do sistema militar e de casamentos. Diferente das outras falas citadas, as quais Vijn obteve através de terceiros, aqui se trata de uma conversa direta com o monarca, quando este o chamou para que escrevesse duas cartas, uma para Sir G. Wolseley e outra para o Sr. Fynney.

---

16Os jovens zulus formavam os chamados *amabutho* (*ibutho*, no singular), regimentos organizados por idade aos quais eles deviam servir por cerca de três a quatro anos, só sendo liberados desse serviço nacional quando se casassem pela primeira vez. Os monarcas zulus reservavam para si o direito de permitir ou não que o zulu se casasse, permissão que era dada ao regimento como um todo (KNIGHT, Ian, 2003, pp. 22-24).

17Original: “he would direct a ferocious onslaught to be made on unprepared and unoffending Zulus”.

As alteridades em Cetshwayo: um estudo sobre representações em disputa

Ao levantar a questão de que talvez os ingleses estivessem bravos com Cetshwayo por ele ter expulsado os missionários, esse diz:

Bem! Os missionários eram muito problemáticos; Eles queriam ser Rei sobre mim e, quando eu quis conversar com o Governador de Natal, eles vieram e me disseram que eu devia fazer assim, e assim, como se eles fossem reis na terra, **enquanto que não era o seu país, mas o meu.**' Quanto ao casamento dos jovens, ele disse que "**ele estava bastante disposto** a deixar que todos os regimentos se casassem, exceto os três mais jovens.<sup>18</sup> (*Ibidem*, pp. 55-56, tradução e grifos nossos)

Novamente, dá-se destaque para a importância do direito de governar de Cetshwayo e, além disso, mostra-o como um monarca disposto a atender às reivindicações postas a ele, um monarca sensato. Outros fatores se fazem presentes no relato quanto à construção de um discurso de autoridade sobre Cetshwayo e é verdade que ele é percorrido por várias ambiguidades. A mais gritante dessas é que, à medida que se buscou apresentar uma imagem positiva de Cetshwayo, formou-se uma negativa do povo zulu. A seleção desses três grandes temas, entretanto, permitiu-nos observar algumas tendências nesse discurso que vem a conformar uma defesa do monarca zulu.

Ao estabelecer uma primeira comparação entre zulus e Cetshwayo e outra entre Cetshwayo e os ingleses, desconstruíram-se ao longo da obra os argumentos postos por Frere para justificar a guerra. De acordo com a primeira, são os zulus que levam a culpa por qualquer mal vindo da Zululândia; e, de acordo com a segunda, Cetshwayo é representado como um monarca justo, respeitado e estimado por seus súditos, que buscou apenas defender o seu reino, e quando não lhe restou alternativa embarcou numa guerra de forma justa e honrada, ao passo em que os ingleses são os responsáveis por uma guerra custosa, violenta e desnecessária. Podemos, pois, considerar que o argumento central é que se tratou de uma guerra injusta. Tudo isso ainda se embasa em uma concepção legalista do seu direito

---

<sup>18</sup>Original: "Well! The Missionaries were very troublesome; they wanted to be King over me, and, when I wished to talk with the Governor of Natal, they came and told me that I must do so, and so, as if they were kings in the land, whereas it was not their country, but mine." As to the marrying of the young men he said that "he was quite willing to let all the regiments marry, except the three youngest."

de governar frisando que Cetshwayo fora coroado rei pelos próprios ingleses e reinava conforme leis pré-estabelecidas (*Ibidem*, pp. 249-250). Traduzindo em termos teóricos à luz do trabalho de François Hartog, Vijn busca traduzir esse outro aos seus semelhantes utilizando-se de comparações e inversões entre os três elementos em jogo – Cetshwayo, os ingleses e os zulus – assim como de uma chave interpretativa compreensível ao seu público alvo – a monarquia constitucional e os ingleses, respectivamente.

Entre essas várias estratégias argumentativas utilizadas, além de outras como a inserção de falas do monarca e as notas do bispo que conferem um caráter verídico aos fatos narrados, a mais elementar de todas é o fato de tratar-se de um relato de viagem o que não apenas conferia autenticidade ao discurso de alteridade acerca de Cetshwayo, mas também se encaixava numa prática recorrente nesse debate: jornais que circulavam na região de Natal publicavam cartas de viajantes e residentes na Zululândia que também negavam as histórias injuriosas sobre Cetshwayo (COPE, 1995, p. 252).

O discurso de Vijn mostra-se, pois, completamente indissociável da realidade na qual vivia tanto por responder a temas de um debate contemporâneo sobre a questão zulu, quanto por sua publicação constituir-se num artifício recorrente nesse debate. Portanto, apesar de ser permeado por um caráter pessoal – na medida em que faz avaliações das situações de acordo como elas o afetam como também pela presença de menções a sua família e amigos, e a seus sentimentos – o relato de Vijn adquire um caráter de expressão política ao tratar de temas políticos e ao ter sua publicação motivada pela defesa de Cetshwayo<sup>19</sup>.

---

19A escassez de informações sobre Cornelius Vijn torna difícil afirmar quais foram suas motivações em promover a defesa do monarca zulu. Devido a sua origem holandesa, ele poderia identificar-se com os bôeres (ou africâneres, como ficaram conhecidos posteriormente) e posicionar-se contra os ingleses, com os quais eles tiveram recorrentes conflitos. Entretanto, não só as menções que Vijn faz aos bôeres não são suficientes para afirmarmos isto, como também na ocasião da guerra eles eram súditos ingleses, e como tais lutavam ao mesmo lado, contra os zulus. Há a possibilidade de uma motivação religiosa, ligada a sua origem holandesa ou por sua relação com o bispo na publicação da obra. Porém, a ausência de argumentos de teor religioso torna-a pouco provável: ele trata da questão dos missionários como uma questão legal e não uma questão religiosa. Por fim, sabe-se que ele é um comerciante, o que leva-nos à última hipótese, mais pragmática que ideológica: seu comércio ficaria prejudicado na ausência de Cetshwayo. Tal hipótese é corroborada pelo fato de Vijn afirmar, ao

## As alteridades em Cetshwayo: um estudo sobre representações em disputa

O relato de Vijn nos mostra, pois, que há uma conexão indubitável entre a realidade e a produção de representações, âmbitos que são intrinsecamente ligados como demonstrou Roger Chartier: as representações não apenas dão sentido ao mundo como também o influenciam, gerando discursos e práticas que constroem esse mundo. Nesse sentido é curioso ainda citarmos a colocação que Chartier faz sobre as representações serem utilizadas como instrumentos de poder em situações nas quais não há o recurso a uma violência imediata (CHARTIER, 1990, p. 17, p. 22). Ora, não fora este o caso de Frere? Frente à necessidade de promover uma guerra que possuía pouco apoio e, portanto, poucos recursos, ele se empenhou em representar o monarca zulu como um déspota sanguinário. Observamos, portanto, como as representações são criadas a partir do seu contexto material; mas, e quanto ao inverso? Como essas representações geraram ações materiais? É muito difícil afirmar se essa obra em particular teve grande repercussão e sucesso entre o público inglês, mas sabe-se que, no contexto mais amplo do debate sobre o caráter do monarca zulu, no qual a obra está inserida, o discurso a ele favorável foi vitorioso.

A própria obra já nos traz indícios de que essa representação de Cetshwayo foi bem sucedida, quando Colenso, afirma em uma de suas notas, que a ideia de que o monarca zulu não pretendia invadir Natal já era algo incorporado pelo senso comum no momento em que escreve (imediatamente após a guerra) (COLENZO; VIJN, 1880, p. 96). Outro indício, este mais concreto, é que a Cetshwayo foi dada a permissão de viajar até Londres, em 1882, após ter ficado um tempo em cativeiro para defender o seu direito como rei e o restabelecimento do seu reino. Por fim, a prova cabal vem quando R. L. Cope, que estuda o impacto que as duas representações sobre Cetshwayo tiveram na historiografia sobre seu reinado, coloca:

... a **vitória** intelectual deste bispo vitoriano [Colenso] resultou em uma tendência para entender o reinado de Cetshwayo em termos inadequados da

---

final do relato, que estava dirigindo-se para a Suazilândia para comerciar “como no sistema presente é impossível negociar na Zululândia” (Original: “as under the presente system it is impossible to trade in Zululand” IN: COLENZO; VIJN, 1880, p. 79, tradução nossa). Sem o poder centralizador de Cetshwayo, Vijn teria de negociar com cada chefe africano além dos oficiais britânicos. A volta do monarca Zulu, que no momento era uma possibilidade, seria, pois, benéfica para os seus negócios.

propriedade constitucional do século XIX. A história da monarquia Zulu de Shaka a Cetshwayo veio a ser vista em termos de uma transição de tirania violenta sem lei para a **monarquia constitucional e o Estado de direito**<sup>20</sup> (COPE, 1995, p. 248, tradução e grifos nossos)

Foi apenas em fins da década de 1990 que essa interpretação começou a ser revista, de modo que se conclui que a influência da representação foi tanta, que perdurou por mais de um século. Observa-se como a chave interpretativa utilizada por Cornelius Vijn para traduzir os zulus – a monarquia constitucional – foi assimilada acriticamente pela primeira historiografia que começou a se utilizar desse e outros relatos como fontes históricas. Trata-se de uma tendência que marcou a utilização dessas fontes até a década de 1970 de acordo com a qual “os relatos [de viagem] ‘tinham sido aceitos sem maiores análises críticas ou fora de uma perspectiva histórica’” (FRANCO, 2009, p.71). Desde então os relatos de viagem vieram a constituir um campo próprio de investigação historiográfica, no qual importantes avanços foram realizados. Tomemos então essa deixa para comentarmos o diário de Vijn à luz de alguns desses trabalhos.

### **Algumas palavras sobre o livro como relato de viagem**

Como se verificou, o cerne desse artigo foi a questão da alteridade, de diferentes representações em disputa. Entretanto, o relato escrito por Cornelius Vijn sobre sua passagem pelo Reino Zulu durante a guerra de 1879, traz elementos que possibilitam o diálogo com a bibliografia sobre relatos de viagem. Falar-se-á agora um pouco sobre essa questão para expor algumas das potencialidades dessa fonte. Primeiramente, é preciso frisar que o diário configura-se como um relato de viagem em dois sentidos: primeiro, na medida em que trata de ocorrências durante a permanência temporária de Vijn na África do Sul<sup>21</sup>; e

---

20Original: “...the intellectual victory of this Victorian bishop [Colenso] resulted in a tendency to understand the reign of Cetshwayo in the inappropriate terms of nineteenth-century constitutional propriety. The history of the Zulu monarchy from Shaka to Cetshwayo came to be seen in terms of a transition from violent lawless tyranny to constitutional monarchy and the rule of law”.

21Colenso utiliza no prefácio o termo *soujourn*, que significa precisamente “permanência temporária” (VIJN, COLENZO, 1880, p.v).

As alteridades em Cetshwayo: um estudo sobre representações em disputa

segundo, pois narra sua incursão partindo da Colônia de Natal até a Zululândia, com o propósito de fazer comércio com os zulus.

Como apontado anteriormente, o relato assume um viés pessoal, primeiro por vir em forma de um diário e, segundo, pelo seu conteúdo. Vijn comenta ao longo do relato se sente medo ou não, quais são suas preocupações e, em certo momento, chega a mencionar sua família e amigos: “embora meu coração mais de uma vez começou a bater, e eu pensei que meus pais, irmãos e família, que eu deveria morrer sem que eles nunca chegar a saber onde e de que forma eu tinha perecido”<sup>22</sup> (COLENSO; VIJN, 1880, p. 44, tradução nossa). É interessante citar esse elemento do relato, pois contraria a noção de que esse caráter autobiográfico era exclusivo de relatos escritos por mulheres. Como afirma Mónica Szurmuk, os relatos de viagens escritos por mulheres foram por muito tempo vistos como “uma aventura interior meramente pessoal” (SZURMUK, 2007, p. 13), o que a levou a querer mostrar como as mulheres utilizavam-se desse gênero para discutir temas políticos, por exemplo. O relato de Vijn quebra também com a ideia, neste caso aceita por Szurmuk, de que ao escreverem relatos de viagem os homens se colocavam como testemunhas não comprometidas com os fatos narrados, ao contrário das mulheres, que se colocavam cuidadosamente dentro de suas narrativas (*Ibidem*, p. 22-23). Como pudemos observar ao longo do artigo, Vijn não é apenas observador da guerra e eventos que narra, mas também personagem central que se relacionou com cada um dos lados em disputa à medida que tal interação o favoreceu.

Ainda pensando no caráter do escrito de Vijn podemos considerar que este se apresenta como um relato de aventura ou, para usar o termo de Mary Louise Pratt, como literatura de sobrevivência. Pratt define-o como um gênero popular no qual se fazem presentes “os sofrimentos e perigos [da viagem], de um lado, e as maravilhas exóticas e curiosidade, do outro.” (PRATT, 1999, p. 48). Esse elemento faz-se muito presente nos

---

<sup>22</sup>Original: “...though my heart more than once began to beat, and I thought my parents, brothers, and family, that I should die without their ever coming to know where and in what way I had perished.”

momentos narrados durante a guerra nos quais Vijn fala dos diversos perigos que corre, como também das dificuldades encontradas para se locomover no território (curiosamente inexistente antes do início da guerra).

Vale também um breve comentário sobre o conceito de Pratt de “olhar imperial”, uma vez que se trata de um viajante vindo do “centro” (Europa) para as “margens” (África). Estaria este olhar presente na obra? Como se viu, a obra ocupa-se em realizar uma defesa do monarca zulu, representando-o como um bom e justo governante. Mas é importante não idealizar. Tal visão positiva não se verifica, como já foi apontado, quando Vijn trata do povo zulu. Apesar de todo o conhecimento que ele expressa ter sobre o povo zulu (conhece sua língua, reconhece suas vestimentas, etc), Vijn emprega termos como “selvagens”, “insolentes” e “imprudentes”.

O mesmo cuidado deve estar presente quando se trata de Colenso. Buscando rejeitar a análise liberal que o vê como um grande tributo à liberdade africana, o estudioso Jeff Guy trata-o como um produto de seu tempo, que via o colonialismo de maneira positiva e acreditava ser seu dever subordinar as vidas africanas de acordo com a sua visão de mundo. Mesmo assim, não deixa de considerá-lo um homem corajoso e de princípio que apenas foi incapaz de ver que a essência do colonialismo era a injustiça (O'CONNOR; ROBERTSON, 2008). Ainda assim, não é possível dizer de forma categórica que o discurso proferido em *Cetshwayo's Dutchman* consiste em um exemplar do “olhar imperial”. Ele deve ser tratado pelo que é: ambíguo.

É muito difícil classificar Cornelius Vijn quanto a sua atitude frente ao “Outro” e talvez nem o devêssemos fazer. Porém, não fazê-lo também incorre no perigo de cairmos em análises detalhistas, em extremarmos o estudo de caso. Talvez seja possível encaixá-lo no perfil do “aproveitador”, proposto por Todorov: a ideia de um homem de negócios que se adapta bem a todos os contextos, utilizando os outros ao seu favor e aproveitando-se da posição excepcional que tem entre estes (TODOROV, 1991, p. 338) parece se encaixar muito

As alteridades em Cetshwayo: um estudo sobre representações em disputa bem no que falamos até então sobre Vijn. Mas, como vimos, há ambiguidades, sutilezas e uma classificação tão taxativa corre o risco de ser simplista.

Frente a isso, quando tratamos de relatos de viagem, ou melhor, de construções representativas, um caminho possível é pensar nas tendências que configuram esse discurso – sem perder de vista as contradições que ele carrega – e a dominante em *Cetshwayo's Dutchman* é justamente aquela de apresentar uma visão sobre Cetshwayo diametralmente oposta àquela posta por Frere – que, por sua vez, contém diversos elementos de um “olhar imperial”.

### **Considerações finais**

Procurou-se explorar neste artigo como a elaboração de uma representação acerca do monarca Cetshwayo kaMpande foi influenciada pelas circunstâncias que o cercavam e como essa representação influenciou a realidade sul africana. Verificou-se como a relato de viagem apresenta-se como ferramenta privilegiada para a elaboração desse discurso de alteridade e como essa literatura de viagem constitui não apenas uma leitura de lazer, mas um estratagema político. Certificou-se da importância de assumir o caráter ambíguo do relato de viagem e, portanto, de buscar quais são as tendências presentes no seu discurso.

O que se quis fazer também foi explorar a obra *Cetshwayo's Dutchman* do ponto de vista do estudo das representações e não apenas da História Social que se utilizou do relato como um depósito de informações factuais – abordagem muitas vezes acrítica que se verificou ser a norma nas pesquisas realizadas para esse artigo – além das contribuições que essa abordagem é capaz de trazer para o estudo da Guerra Anglo Zulu e os diversos fatores que influíram sobre ela.

É importante também a constatação de que um discurso proferido por alguém vindo do “centro” sobre as “margens” não é essencialmente e inevitavelmente negativo, sendo preciso sempre esforçar-se para perceber as nuances nesses discursos sem, tampouco, idealizá-los. De maneira geral é preciso cuidado para não realizar análises de relatos de

viagem que busquem plasmá-los em conceitos e classificações pré-elaboradas, que são sim ótimos instrumentos, mas não devem ser nossos pontos de chegada.

O texto aqui apresentado tinha como temática um recorte muito específico, mas há coisas ainda que restam a fazer. Uma questão que podemos sugerir para aqueles que desejem se aventurar no estudo dessa fonte, ou dessa tipologia de fontes, é prestar atenção aos circuitos de circulação da obra. A tarefa, central e difícil, traria grandes contribuições para a análise do discurso, pois, como diz Roger Chartier, “os autores não escrevem livros: não, escrevem textos que outros transformam em objetos impressos” (CHARTIER, 1991, p. 182). O sentido desses textos depende, pois, de diversos fatores desde o suporte material deste às práticas de leituras através das quais são transmitidos. Fica agora o convite a quem quiser embarcar nessa viagem.

### Referências bibliográficas

CHARTIER, Roger. *A história cultural; entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1990.

\_\_\_\_\_. “O mundo como representação”. IN: *Estudos Avançados*, v.11, n.5, 1991, pp.173-191.

COPE, R. L.. *Written in Characters of Blood? The Reign of King Cetshwayo Ka Mpande 1872-9*. *Journal Of African History*, Cambridge, v. 36, n. 2, p.247-269, 1995. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/182312>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

[FRANCO, Stella Maris Scatena](#). “Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental”. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena. (Org.). JUNQUEIRA, Mary A.; FRANCO, Stella Maris Scatena (Orgs.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa*. 1aed. São Paulo: Humanitas, 2011, v. II, p. 62-86.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: Ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

KNIGHT, Ian. *The Zulu War 1879*. Oxford: Osprey Publishing, 2003. (Essential Stories).

MAGNOLI, Demétrio. *África do Sul: Capitalismo e apartheid*. São Paulo: Contexto, 1992. (Repensando a geografia).

As alteridades em Cetshwayo: um estudo sobre representações em disputa

O'CONNOR, J. J.; ROBERTSON, E.F. *John William Colenso: biography*. July/2008. Disponível em: <<http://www-groups.dcs.st-and.ac.uk/history/Biographies/Colenso.html>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru/são Paulo: Edusc, 1999.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Nosotros y los otros*. Reflexión sobre la diversidad humana. México: Siglo Veintiuno Editores, 1991.

### Fontes primárias

COLENZO, John William; VIJN, Cornelius. *Cetshwayo's Dutchman: being the private journal of a white trader in Zululand during the british invasion*. London: Longmans, Green, And Co., 1880. Disponível em <<https://archive.org/details/cetshwayosdutchm00cornrich>> Acesso em: 09 jan. 2017.

### Imagens

Imagem 1: Southern African in the 1870's, IN: KNIGHT, Ian. *The Zulu War 1879*. Oxford: Osprey Publishing, 2003. (Essential Stories), p.14.

Esta página  
foi deixada  
propositalmente  
em branco

## Preparações do olhar: leituras sobre terras estrangeiras nos relatos de viagem de latino-americanos à Europa e aos Estados Unidos no século XIX<sup>1</sup>

Graziela Mazzeo Madeira\*

**Resumo:** Neste artigo apresenta-se a análise de apropriações específicas de leituras realizadas antes e durante os périplos dos viajantes latino-americanos com destino à Europa e aos Estados Unidos ao longo do século XIX. Dentre os diferentes materiais lidos e citados por estes autores em seus relatos destacam-se os guias de viagem, devido ao fato da maioria deles ter feito um amplo uso destas publicações, que serviam para preparar seus olhares no decorrer de suas andanças. Assim, objetiva-se compreender os diferentes usos dos guias empreendidos pelos viajantes. Considera-se que, ao fazerem uso desses materiais, os viajantes buscavam obter informações sobre os locais visitados; ao mesmo tempo, é possível afirmar que esse tipo de leitura não se restringia apenas a isso, pois a leitura é uma atividade dinâmica, em que o leitor é afetado pelas obras que lê e, simultaneamente, interage com ela, podendo negar ou assimilar o conteúdo veiculado. É nessa chave que analisamos as menções feitas aos guias de viagem no interior dos relatos de viagem de latino-americanos à Europa e aos Estados Unidos.

**Palavras-Chave:** América Latina; Viajantes; Relatos de viagem; Leitura; Guias de Viagem.

---

<sup>1</sup>O artigo se baseia em um trabalho de Iniciação Científica realizado com vínculo firmado no Departamento de História da Universidade de São Paulo, que contou com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e foi realizada entre fevereiro de 2016 a janeiro de 2017, sob orientação da Profa. Dra. Stella Maris Scatena Franco.

\*Graduada em História pela Universidade de São Paulo. Contato: graziela.madeira@usp.br

## Introdução

O presente artigo procura analisar relatos de viagem de latino-americanos que se dirigiram à Europa e aos Estados Unidos no século XIX e, mais particularmente, a recorrência do uso de um tipo específico de impresso pelos viajantes: os guias de viagem<sup>2</sup>.

No interior dos relatos compulsados, podemos observar uma diversidade de usos e funções desses impressos. É possível vislumbrar ainda a circulação dos mesmos e o posicionamento distanciado em que o viajante se coloca perante o turista, apontado como o principal público alvo dos guias. Esta verificação resultou da análise de 14 autores, dentre eles duas mulheres (vide Anexo).

Os viajantes analisados pertenciam a uma alta camada social, sendo provenientes de diferentes países da América Latina (como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba e México) e viajaram para diversos locais da Europa (por exemplo, Alemanha, Espanha, França, Grécia, Inglaterra e Itália), além dos Estados Unidos. Viajaram por diferentes motivos, tais como exílio, trabalho, aprimoramento de seus estudos ou simplesmente a disposição para vivenciar novas aventuras. É válido destacar também que os relatos analisados estão concentrados entre os anos de 1815 e 1897, como consta na listagem em anexo.

Este tipo de *corpus* documental é caracterizado por Mary Louise Pratt, em sua obra *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*, como propício a investigações que evidenciam a “própria compreensão de mundo” dos viajantes (PRATT, 1999, pp. 234). Stella Maris Scatena Franco, em seu artigo *Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental* destaca a diversificação temática em relação aos estudos dos relatos de viajantes. A pesquisadora também aponta apreciações sobre textos de viajantes latino-americanos e estadunidenses preocupados “(...) em repensar as relações entre ‘centro e periferia’, e rever a perspectiva dualista e dicotômica sobre a qual essa discussão se sustentou em seus primórdios.” (FRANCO, 2011, pp. 74). Esta relação é um dos aspectos fundamentais que

---

<sup>2</sup> Entende-se por guias de viagem, além dos próprios guias (oficiais), variados impressos como os catálogos, folhetos e atlas que os viajantes utilizavam para obter informações descritivas e auxiliá-los em sua orientação nas localidades visitadas.

Preparações do olhar: leituras sobre terras estrangeiras nos relatos de viagem de latino-americanos à Europa e aos Estados Unidos no século XIX

nortearam este estudo, o qual foi orientado principalmente a partir da concepção destas pesquisadoras.

A utilização de relatos produzidos ao longo deste extenso período justifica-se pela observação das mudanças e continuidades nas relações socioculturais, políticas e econômicas registradas pelos viajantes durante seus deslocamentos nas diversas conjunturas históricas entre o início e o fim do século XIX<sup>3</sup>. Um exemplo que podemos apontar como presente naquele período e que permanece ao longo do século XIX (chegando até os dias atuais), é a recorrente utilização de guias de viagem por viajantes, não importa de que região. Aqui nos deteremos especificamente sobre material produzido durante o século XIX.

### **1. Guias de viagem: leituras e usos feitos pelos viajantes**

No século XIX já era bastante comum a um viajante lançar mão de um recurso como um guia de viagem, para que pudesse se orientar em seus périplos. A leitura de guias e folhetos é citada com certa frequência nas fontes analisadas; portanto, devido ao seu destaque e recorrência, pode-se dizer que este material tornou-se alvo de uma investigação mais pormenorizada.

A análise deste tema baseia-se nas referências que são feitas, no interior dos relatos de viagem, a impressos como guias e folhetos sobre os locais visitados. Dentre os investigados, principais viajantes que fizeram essas menções a esses materiais são: José Miguel Carrera (*Diario de viaje a Estados Unidos de América*); Francisco de Paula Santander (*Santander en Europa. Cartas de viaje, 1829-1832*); Gertrudis Gómez de Avellaneda (*Memorias inéditas de la Avellaneda. Epistolario a su prima Eloisa de Arteaga y Loinaz*); Florencio Varela (“Diario de viaje por Inglaterra y Francia (1843-1844)”); Domingo Faustino Sarmiento (“Viajes en Europa, Africa i

---

<sup>3</sup> De acordo com René Rémond, que aborda a história política renovada, os estudos nessa linha podem privilegiar recortes mais amplos, inclusive para levar em consideração os aspectos simbólicos, que têm uma permanência no tempo. Sobre isso, ver: RÉMOND, 2003, pp. 16.

América, 1845-1847”); Nísia Floresta (*Itinerário de uma viagem à Alemanha*); Alberto Blest Gana (*De Nueva York al Niágara*) e Paul Groussac (*Del Plata al Niágara*).

Por meio destas referências evidenciou-se a leitura dos guias que os viajantes latino-americanos realizavam durante seus deslocamentos pelo continente europeu e pelos Estados Unidos. Esta leitura revelou ser de grande importância para os viajantes, pois preparava seus olhares através da descrição prévia dos locais e possibilitava maior independência, visto que por meio desses materiais os indivíduos podiam criar seus próprios roteiros de viagem.

Com o intuito de obter maiores informações sobre as origens dos guias de viagem, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, da qual foi constatada que seu desenvolvimento está estreitamente relacionado com a história do turismo, pois muitos estudiosos referem-se aos guias de viagem como “guias turísticos”, mesmo quando se voltam àqueles que foram produzidos anteriormente ao século XIX. Estas observações podem ser constatadas, por exemplo, em Marc Boyer (2003), Flávia Roberta Costa (2009) e Rudy Koshar (2002).

O mais antigo guia de viagem de que se tem notícia é o primeiro guia impresso utilizado no *Grand Tour*, elaborado para viajantes ingleses e escrito por Richard Lassels, sendo publicado em Paris (no ano de 1670), e intitulado *The Voyage of Italy, or A Complete journey through Italy* (BRINTRUP, 1993, pp. 58). O *Grand Tour* era a denominação dada a um tipo específico de viagem, que possuía duração aproximada de seis meses a dois anos, realizada pelos jovens ingleses pertencentes às altas camadas sociais, que buscavam expandir seus conhecimentos através de viagens pelos países europeus, principalmente Itália e França. Estes viajantes podiam ser acompanhados de seus preceptores.

A pesquisadora Valéria Salgueiro, em seu artigo “Grand Tour: uma combinação à história do viajar por prazer e por amor à cultura”, aponta que ocorreu uma ampliação de público que percorria o *Grand Tour*, no final do século XVIII (este século foi caracterizado como o período em que o *Grand Tour* atingiu seu auge). Esta mudança se deu em razão dos jovens ingleses de classe média urbana começarem a viajar por prazer, principalmente à Itália

Preparações do olhar: leituras sobre terras estrangeiras nos relatos de viagem de latino-americanos à Europa e aos Estados Unidos no século XIX

e à França. Salgueiro também declara que os primeiros guias impressos possuíam a forma de “(...) coleções de vistas de lugares, sem o formato dos guias atuais, bastante informativos e sistematizados em seções específicas para facilitar a consulta.” (SALGUEIRO, 2002, pp. 307). Isso pode ser exemplificado com o impresso intitulado *The Grand Tour*, cuja autoria pertence a Thomas Nugent, publicado em Londres (1749).

Existem outras coletâneas de guias de viagem que merecem destaque, como o *Handbook Murray* (publicado em 1836) e o *Guias Baedeker*, publicados em 1843. Estes passaram a ser alguns dos mais acessíveis e utilizados pelos viajantes, pois possuíam atualizações regulares e um formato que facilitava seu transporte (ou seja, formato de bolso), além da interação com os leitores, visto que o editor Karl Baedeker estimulava o envio de sugestões que poderiam ser incorporadas nas futuras edições (COSTA, 2009, pp. 27). Além disso, essas coletâneas de guias geravam uma padronização dos locais visitados através das recomendações apontadas em suas publicações.

Esses textos, que correspondem aos primeiros guias, não foram exatamente os citados pelos viajantes. Como demonstrado acima, as fontes indicam que no século XIX já havia uma grande diversidade de guias. Explorar o leque de possibilidades de usos desses impressos pelos viajantes e refletir como eles podem ser entendidos pela chave da história do livro e da leitura é um desafio.

Como bem lembra o historiador Roger Chartier, há uma relação mútua entre leitores e textos. Para ele, a obra adquire significado através de sua leitura, pois os leitores se inspiram nos autores que leem e, por sua vez, estes têm os leitores em suas expectativas quando da confecção de suas obras. Deste historiador abstrai-se ainda a noção relevante de que as diferenças nas formas de leitura são passíveis de ser capturadas analisando-se as identidades dos leitores e suas formas de ler (CHARTIER, 1994, pp. 08). Na mesma linha, destacam-se as importantes reflexões de Robert Darnton sobre a temática da história do livro e da leitura.

Segundo ele, a leitura altera-se no decorrer do tempo, sendo necessário, inclusive, considerar as condições sociocultural, econômica e política nas quais os autores, os leitores e as próprias obras encontravam-se inseridos (DARNTON, 1990, pp. 121).

### 1.1 Diversidade de impressos e funções dos guias de viagem

Por meio da leitura dos relatos de viagem – nossas fontes primordiais – vislumbra-se a diversidade de impressos e funções dos guias utilizados pelos viajantes latino-americanos durante suas andanças. Em certas oportunidades, os autores analisados usavam guias que podiam ser considerados mais tradicionais, isto é, livros publicados com o fim de informar sobre questões práticas a respeito dos lugares.

Toma-se o exemplo do viajante argentino Florencio Varela<sup>4</sup>, que publicou um relato intitulado “Diario de viaje por Inglaterra y Francia (1843-1844)”. Este texto retrata a viagem de Varela para a Europa como representante do governo de Montevideu para buscar apoio político e militar, britânico e francês para os liberais unitários nas disputas que ocorriam na região do Rio da Prata. Apesar de viajar com este propósito diplomático bem específico, Varela aproveitou a oportunidade da viagem à Europa para realizar um *tour* e conhecer diversos lugares que julgava interessantes para “enriquecer seu espírito”, isto é, para adquirir um repertório cultural mais amplo. Ao referir-se a sua viagem pela Inglaterra, o viajante mencionou que obtinha informações sobre o local que visitava através da descrição contida no “guía de Liverpool”, como observa-se no seguinte trecho:

He visitado, sin embargo, la Lonja o Bolsa, edificio hermoso y sumamente cómodo, (...) la sala de leer periódicos y demais noticias mercantiles, es hermosa y perfectamente provista de todo.

---

4 Florencio Varela nasceu em Buenos Aires, no ano de 1807. Formou-se na Faculdade Maior de Jurisprudência, em 1827. Devido a seu posicionamento político unitário e liberal, exilou-se no Uruguai, vindo a residir em Montevideu até a sua morte. Ao regressar de sua viagem, continuou a se posicionar contra os governos argentino de Juan Manuel de Rosas e uruguaio, chefiado pelos Blancos através do periódico *Comercio del Plata*, do qual era redator. Em 1848, faleceu vítima de um assassinato articulado por um inimigo político. Informações contidas no banco de dados *Viajantes latino-americanos pela Europa e Estados Unidos no século XIX. Dados biográficos, informações sobre viagens e relatos, bibliografia e imagens*, disponível no site: <<http://leha.fflch.usp.br/node/76>>. Acesso em: 10 de setembro de 2017.

Preparações do olhar: leituras sobre terras estrangeiras nos relatos de viagem de latino-americanos à Europa e aos Estados Unidos no século XIX

(...) Una descripción de él se halla en la guía de Liverpool (VARELA, 1974, p. 272).<sup>5</sup>

Várias informações sobre a cidade eram acessadas pelos viajantes por este tipo de guia, mas ele não era o único. Algumas vezes, os viajantes lançavam mão de outras modalidades de guias de viagem, como aconteceu com o próprio Varela, que mencionou um catálogo específico sobre as peças expostas no Museu Britânico, como pode ser verificado no fragmento a seguir:

Hoy he pasado algunas horas en el justamente celebrado *Museo Británico* (...) a la Gran Biblioteca – no tuve tempo ni aún de entrar, por lo que tengo que volver varias veces.

Como hay y tengo, un extenso catálogo de todo lo que el Museo contiene no me detengo en descripciones, que serían por otra parte, imposibles (*Ibidem*, p. 359)<sup>6</sup>.

Como se nota, trata-se de um material mais volátil do que o primeiro guia, certamente maior e mais amplo. Enquanto o primeiro aborda toda a cidade de Liverpool, o segundo é específico sobre um museu. Apesar de não ser um guia *avant la lettre*, cumpre as funções de um, na medida em que seleciona objetos, almeja direcionar olhares dos visitantes, enfim, ajuda a guiar os seus passos durante as visitas.

Além de serem usados para ajudarem os viajantes a se situar nas cidades e pontos de visita<sup>7</sup>, utilizações bem mais específicas também se delineavam, como notado no uso que

---

5 Outro exemplo de utilização de guias considerados mais tradicionais que se pode destacar é o uso do *Guide universelle de L'étranger dans Paris*, por este mesmo viajante.

6 Além deste catálogo, no segundo volume de sua obra, Varela mencionou outro exemplar – contido no interior de “La guía de Londres” – que apresentava a descrição das peças expostas na Galeria Nacional de Pinturas.

7 É válido destacar a interessante discussão sobre monumento e patrimônio histórico que a historiadora Françoise Choay desenvolveu em sua obra *A alegoria do patrimônio*. Segundo a autora, o conceito de patrimônio histórico foi cunhado tal como se entende hoje, na década de 1960. Este designa “(...) um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum (...)”. Já o conceito de monumento, começou a ser cunhado no século XIX, expressa “(...) tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer

foi feito de um tipo de guia utilizado pelo colombiano Francisco de Paula Santander.<sup>8</sup> O político, que viajou entre 1829 e 1832, encontrava-se exilado e circulou por diversas localidades da Europa, como Alemanha, França, Inglaterra, Bélgica, Holanda, Áustria, Itália, Suíça, Escócia e Irlanda, seguindo depois para os Estados Unidos. Esta viagem é relatada em sua obra denominada *Santander en Europa. Cartas de viaje, 1829-1832*.

Este viajante, durante sua estadia no povoado de Soltau (localizado ao longo do percurso de Hamburgo a Paris), comentou que teve problemas de comunicação com o dono da casa onde estava hospedado, no momento de tomar seu desjejum. Para auxiliá-lo nesta questão cotidiana, Santander recorreu ao uso de um “manual” que continha diálogos escritos na língua local. O autor identificou este material como “manual do viajante”, como demonstra o seguinte trecho: “(...) nos desayunamos con té, leche y pan; para pedir esto fue preciso ocurrir al manual del viajero y mostrarle al dueño de la casa la parte escrita en alemán en los diálogos.” (SANTANDER, 1989-1990, p. 61). Pelo descrito, é possível perceber que se trata de uma publicação que traz frases prontas no idioma do local visitado e na língua materna do viajante. Muito mais do que orientação no espaço, este material ajudava nas questões prosaicas do dia-a-dia, mas que não eram menos importantes para aqueles que estavam em condição de viagem.

---

que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos (...). A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória.” (CHOAY, 2006, respectivamente p.11 e p. 18). Ademais, Choay menciona que na Europa o monumento era comumente associado ao urbano. Entretanto, observa-se que um dos locais de visitação mais evocado pelos viajantes foram as Cataratas do Niágara, ou seja, um “monumento natural”. Por isso, levando em consideração essa discussão, prefere-se utilizar a expressão “pontos de visitação” a “monumentos”.

<sup>8</sup> Santander nasceu na Villa del Rosario de Cúcutua (Colômbia), no ano de 1792. Participou ativamente das movimentações políticas e militares que ocasionaram o surgimento da República da Colômbia, em 1819. Neste mesmo ano, Santander foi eleito vice-presidente desta, cargo que executa por oito anos até seu desligamento devido ao estremecimento de sua relação com o presidente Simón Bolívar. No ano de 1829, Santander foi exilado devido à suspeita de conspirar contra Bolívar. Após regressar de sua viagem, o mesmo foi eleito Presidente Interino pelo Congresso de Nova Granada e no ano seguinte elegeu-se presidente constitucional, cargo em que permaneceu até 1837. Em 1840, na cidade de Bogotá, faleceu devido a uma infecção hepática. Estas informações estão contidas no banco de dados *Viajantes latino-americanos pela Europa e Estados Unidos no século XIX. Dados biográficos, informações sobre viagens e relatos, bibliografia e imagens*, disponível no site: <<http://leha.fflch.usp.br/node/70>>. Acesso em: 15 de setembro de 2017.

Preparações do olhar: leituras sobre terras estrangeiras nos relatos de viagem de latino-americanos à Europa e aos Estados Unidos no século XIX

É interessante notar a menção a outro tipo de material, buscado pelos viajantes consultados: os Atlas. Não são propriamente guias, mas cumprem a função de orientação espacial. Santander mencionou que se tornou assinante do *Atlas general de Europa*, usando-o para se orientar espacialmente, mas também para elevar seu *status* social, pois por meio dele poderia aprofundar seus conhecimentos sobre a história da região visitada. Além do que, comentava que era uma obra adquirida por pessoas ilustres, como destacado no seguinte trecho:

Vino también un caballero a proponerme me suscribiese al *Atlas general de Europa* y lo hice por decencia, en vista de que no sólo es una obra útil, sino que el catálogo de los suscriptores comprende los soberanos y las personas más distinguidos de la Europa (*Ibidem*, p. 37).

Pode-se salientar ainda outro viajante latino-americano que adquiriu o mesmo tipo de material. Trata-se de José Miguel Carrera,<sup>9</sup> que entre 1815 e 1816 viajou aos Estados Unidos com o objetivo de angariar apoio para a causa emancipadora chilena. Esta viagem foi retratada pelo autor em um diário, que veio a ser publicado postumamente sob o título *Diario de viaje a Estados Unidos de América*. Em suas páginas, Carrera mencionou que utilizou uma obra histórico-geográfica, como demonstrado na seguinte citação: “Lunes 5. Compré una obra histórico-geográfica de los Estados Unidos, dos tomos en pasta, con cartas topográficas, en 5 pesos y un manual de la población en 2 1/2 pesos.” (CARRERA, 1996, p. 42). Lamentavelmente, o autor não dá maiores detalhes sobre a obra, como título, autor ou edição, mas percebe-se que a mesma foi usada com fins semelhantes aos de Santander: para adquirir maiores conhecimentos sobre o país que estava visitando.

---

9 José Miguel Carrera nasceu na cidade de Santiago, no ano de 1785. Pertenceu a uma família de alta posição social, ocupou cargos militares e tornou-se uma figura de destaque no processo de Independência do Chile. Entretanto, devido a sua atuação política, em 1821 foi condenado à morte por fuzilamento em Mendoza. . Informações contidas no banco de dados *Viajantes latino-americanos pela Europa e Estados Unidos no século XIX. Dados biográficos, informações sobre viagens e relatos, bibliografia e imagens*, disponível no site : <<http://leha.fflch.usp.br/node/69>>. Acesso em: 14 de setembro de 2017.

Um uso inusitado de um guia se apresenta em um dos relatos. Trata-se da sua utilização como disfarce para facilitar a entrada de livros considerados proibidos. Esta situação foi explicitada no relato de viagem escrito por Domingo Faustino Sarmiento<sup>10</sup>, onde narrou seu plano para passar pela polícia veneziana, do qual participaram seus dois companheiros de viagem, como demonstrado pelo seguinte parágrafo:

Tuvimos con Emilio i Champgobert una sesion secreta. Cada uno tenia su pecado i su cabeza de proceso. Por lo pronto dispusimos arrojar los libros a las lagunas; pero el miedo nos inspiró i los libros fueron salvados. En Italia el viajero lleva siempre el guia en las manos. Tomando cada uno de nosotros debajo del brazo un volúmen de los prohibidos, nos presentamos impávidamente en el resguardo para el registro de los equipajes; andábamos los tres juntos, listos para pasarnos de uno a otro el libro; i gracias a este ardid, Gioberti, Lamartine, Michelet i Luis Blanc hicieron su entrada triunfal en Venecia (SARMIENTO, 1996, p. 265).

Como é possível perceber, Sarmiento buscava entrar na Itália com livros franceses, considerados subversivos. Com medo de ser parado na alfândega, mascarou-os como se fossem guias de viagem, já que na Itália, segundo o viajante, “todos andam com um guia”. Percebe-se, por meio desta citação, que tanto os guias eram livros bastante triviais na Europa ocidental já na primeira metade do século XIX, e atrelados ao turismo, como era um tipo de impresso considerado desprovido de conteúdo político.

Para encerrar o leque de tipos e formas de uso destes impressos que estamos denominando genericamente de guias, mas que, como se pretende mostrar, ganham contornos e funções específicos, aponta-se um último caso. Sarmiento, ao conhecer Roma, citou em seu célebre relato de viagem do qual se lembrava de memória e que informa ter lido

---

10 Domingo Faustino Sarmiento nasceu em San Juan, Argentina, no ano de 1811. Durante a década de 1840, devido a seu posicionamento político, foi forçado a exilar-se no Chile. Neste, assumiu o cargo de diretor da *Escuela Normal*. No período de 1845 a 1847, viajou à Europa e aos Estados Unidos, financiado pelo governo chileno, com o intuito de estudar seus respectivos sistemas educacionais. Sendo este o tema do primeiro relato analisado. O segundo retrata sua vinda dos Estados Unidos para a Argentina, sendo esta viagem realizada em 1868 e, ao regressar, é eleito Presidente da República argentina (1868-1874). Faleceu em Assunção, no ano de 1888. Informações contidas no banco de dados *Viajantes latino-americanos pela Europa e Estados Unidos no século XIX. Dados biográficos, informações sobre viagens e relatos, bibliografia e imagens*, disponível no site : <<http://leha.fflch.usp.br/node/81>>. Acesso em: 19 de setembro de 2017.

Preparações do olhar: leituras sobre terras estrangeiras nos relatos de viagem de latino-americanos à Europa e aos Estados Unidos no século XIX

em sua infância. Segundo o autor, esta fora a sua primeira aquisição em livro e, por meio dele, teria nutrido, desde tenra idade, expectativas de conhecer a cidade. Diz o autor, a respeito deste livro:

Así adquiriré muchas nociones históricas en la edad, en que el comun de los niños solo piensa en sus pasatiempos, i ahora que he visitado a Roma, he podido reconocer a primera vista los monumentos por la imájen que de ellos conservaba grabada en la memoria desde la primera infancia en que pasaba horas enteras, recorriendo una *Guia romana* impresa dos siglos há, i que fué mi primera adquisicion en libros (*Ibidem*, p. 241).

Este caso demonstra claramente que os guias foram um tipo de publicação com intuito de orientar o olhar do viajante, inspirando-o a conhecer a realidade visitada e a relatar o que vira com os próprios olhos. Embora Sarmiento tenha descrito os guias na passagem anterior como um objeto tão inócuo do ponto de vista político, nesta última citação nota-se que eles contribuíram para a conformação de um imaginário idealizado em relação à Europa. A Itália, como mencionado anteriormente, era um lugar tradicional de visitação dos europeus desde o *Grand Tour*. Essas notícias corriam pela América do Sul por meio de guias como os mencionados por Sarmiento e contribuíam para disseminar ideias a respeito do almejado e sonhado “mundo civilizado”. O guia, neste caso, pode não ter sido confeccionado com um fim deliberadamente político, mas é inegável que a sua apropriação, neste caso, está permeada por uma leitura atravessada por um caráter político.

## 1.2 Circulação e modos de aquisição dos guias de viagem

A leitura dos relatos de viagem permite visualizar como se dava a circulação dos guias de viagem. Estes podiam ser comprados no próprio local da viagem, como ocorreu, por exemplo, com Santander, que mencionou ter adquirido de um comerciante local, sediado em Bremen (Alemanha), uma “nota” que lhe serviria como guia, pois continha as “(...) posadas principales de aquí a Paris y de las curiosidades que hay que ver en Hannover, Gottinga, Cassel, Francfort, Bruselas, etc.” (SANTANDER, 1989-1990, p. 54).

Outro exemplo que podemos salientar é a aquisição local de um “mapa” pela viajante Nísia Floresta<sup>11</sup>, que utilizou este impresso com o intuito de auxiliar seu deslocamento, ou seja, este mapa serve como um guia durante sua viagem pela localidade alemã. Isto é evidenciado no trecho:

A vila de Rotschild, a mais elegante de suas residências em Frankfurt, ofereceu-nos novo quadro de encantos naturais e artísticos. Para visitá-la é necessário munir-se de um mapa que se obtém na cidade, na casa do proprietário (FLORESTA, 1998, p. 125).

Já o viajante Alberto Blest Gana<sup>12</sup>, ao chegar no cais da cidade de Albany (localizada em New York - Estados Unidos), informou que garotos locais ofereciam guias e periódicos aos visitantes:

(...) ofreciéndole los diarios de la mañana, el guia del viajero por el Hudson, la Gaceta de la Policía, i mil otras publicaciones (...) como:

*El Herald*: noticias de todo el mundo.

*La Tribuna*: relacion de las cuatro catástrofes de ayer em los ferrocarriles.

*La Gaceta de la Policía*: relacion de tres asesinatos, dos suicidios i alguns infanticidios.

---

11 Dionísia Gonçalves Pinto, conhecida como Nísia Floresta, nasceu no Rio Grande do Norte, em 1810. Tornou-se escritora de obras que destacavam a importância da educação feminina, como averiguado no interior dos relatos analisados: *Itinerário de uma viagem à Alemanha* (1856) e *Três anos na Itália seguidos de uma viagem à Grécia* (1858-1861). Nestas viagens foi acompanhada de sua filha Lívia, que mudou-se junto com sua mãe para Paris, no mesmo ano que empreenderam a curta viagem à Alemanha. Em 1872, retornou ao Brasil (desacompanhada de sua filha que permaneceu no continente europeu) e após três anos regressou definitivamente para a França, local em que faleceu (1885) devido às complicações de uma pneumonia. Informações contidas no banco de dados *Viajantes latino-americanos pela Europa e Estados Unidos no século XIX. Dados biográficos, informações sobre viagens e relatos, bibliografia e imagens*, disponível no site : <<http://leha.fflch.usp.br/node/103>>. Acesso em: 19 de setembro de 2017.

12 Alberto Blest Gana nasceu em Santiago, no dia 4 de maio de 1830. Estudou na *Escuela Militar*, formando-se como subtenente em 1847. Alberto Blest Gana tornou-se embaixador chileno, em 1866, e realizou viagens para a França, Inglaterra e os Estados Unidos. Neste local, o autor escreveu o relato analisado intitulado *De Nueva York al Niágara* (1867). Alberto Blest Gana, no ano de 1887, deixou a carreira diplomática e dedicou-se mais a sua produção literária. O autor faleceu em Paris, no dia 9 de novembro de 1920. Informações obtidas no banco de dados *Viajantes latino-americanos pela Europa e Estados Unidos no século XIX. Dados biográficos, informações sobre viagens e relatos, bibliografia e imagens*, disponível no site : <<http://leha.fflch.usp.br/node/90>>. Acesso em: 02 de agosto de 2017.

Preparações do olhar: leituras sobre terras estrangeiras nos relatos de viagem de latino-americanos à Europa e aos Estados Unidos no século XIX

*El World: opinion del general tal o del senador cual sobre la política del congreso* (BLEST GANA, 1867, p. 06).

Estes espaços de embarque e desembarque dos viajantes, especialmente a partir do final do século XVIII e como explicitado previamente, os cais e também as estações ferroviárias (principalmente, da Inglaterra e da França), foram apontadas por José Newton Coelho Meneses, no artigo “A patrimonialização da vida: vivências, memória social e interpretação do patrimônio cultural”, como locais privilegiados de venda dos impressos de guias (MENESES, 2012, p. 34). Assim, podemos inferir que esses materiais, tantos os guias de viagem como os folhetos, mapa, atlas e catálogos podiam ser obtidos com fácil disponibilidade por todos aqueles que necessitavam de informações sobre os locais visitados, ou seja, tanto os turistas quanto os viajantes.

Destaca-se ainda outro exemplo de circulação dos impressos de guias, mencionado por Paul Groussac<sup>13</sup>, em seu relato *Del Plata al Niágara*, durante sua permanência no trem que fazia a ligação entre o México e os Estados Unidos. Ele não comprou, mas ganhou o seu guia. Este autor declarou que recebeu o impresso (não identificado pelo mesmo) da própria administração ferroviária e lia-o para distração durante a viagem, outra função pontual delegada aos guias pelos viajantes, como exposto no trecho: “Para distraerme, tengo una *Guía*, regalo de la obsequiosa administración, confeccionada toda entera por un conocido literato (...)” (GROUSSAC, 1980, p. 223).

---

13 Paul Groussac nasceu na França em 1848. Mudou-se permanentemente para a Argentina, no ano de 1866. Groussac tornou-se diretor da Escola Normal de Tucumán e foi nomeado como diretor de ensino na cidade. Em 1874 conseguiu o cargo de Inspetor Nacional de Educação. No ano de 1893, foi enviado aos Estados Unidos como um dos representantes do pavilhão argentino na Exposição Universal, sediada em Chicago. Este foi o motivo da viagem retratada em sua obra *Del Plata al Niágara*. Após seu regresso, assumiu o cargo de diretor da Biblioteca Nacional Argentina, no qual permaneceu até a sua morte, em 1929. Informações extraídas no banco de dados *Viajantes latino-americanos pela Europa e Estados Unidos no século XIX. Dados biográficos, informações sobre viagens e relatos, bibliografia e imagens*, disponível no site : <<http://leha.fflch.usp.br/node/101>>. Acesso em: 01 de setembro de 2017.

Além disso, na citação acima, Groussac afirmou que o guia referido foi confeccionado por um importante autor, “un conocido literato”, que tentou obter maior reconhecimento perante o público e maior ganho financeiro através da comercialização de sua obra. Entretanto, essa publicação foi considerada pelo viajante como uma leitura menos expressiva de sua produção, visto que a utilizou como mera distração.

## 1.2 O guia como substituto da viagem

Nos relatos analisados, os guias de viagem foram utilizados por vários viajantes, por exemplo, Gertrudis Gómez de Avellaneda<sup>14</sup>, Paul Groussac, Francisco de Paula Santander, Domingo Faustino Sarmiento e Florencio Varela, como substituto da descrição dos pormenores vislumbrados em uma determinada localidade visitada, caracterizando, assim, sua função mais recorrente. Pode-se exemplificar, na citação abaixo, este uso através da fala de Gómez de Avellaneda, que se dirige a sua prima Eloisa (para quem dedicou o relato analisado) para lhe avisar que não faria uma descrição detalhada da Catedral de Sevilha, indicando para isto a leitura da obra *Descripcion artística de la Catedral de Sevil1a*, publicada em 1804, escrita por Juan Agustín Ceán Bermúdez (1749-1829):

Si quieres una descripcion mas detallada y completa, Heloysa mia, proporcionate la de Cean Bermudez (1), q<sup>e</sup> es la q<sup>e</sup> me ha servido de guia (como ya te he repetido) al trazar este bosquejo. Es tanto lo q<sup>e</sup> puede decirse, y tanto lo q<sup>e</sup> se ha dicho de esta grande obra, q<sup>e</sup> yo, pobre de mi, sin genio ni conocimientos de artista, nada me atrevo á añadir! (GÓMEZ DE AVELLANEDA, 1914, p. 33-34).

Outro caso análogo que pode ser destacado ocorre quando Paul Groussac visitou diversas localidades de São Francisco, Estados Unidos. Percebe-se que ele não realizou uma

---

14 Gertrudis Gómez de Avellaneda nasceu em Cuba, no ano de 1814. Mudou-se para a Espanha, com a família, em 1836. O primeiro relato analisado trata das impressões da autora durante esta viagem e sua posterior vivência na Europa - França, Espanha e Portugal. Retornou a Cuba em 1859, entretanto, antes realizou uma viagem aos Pirineus que é tema da segunda obra analisada. Contudo, após cinco anos, regressou à Espanha. Em 1873, faleceu nesta localidade. Informações contidas no *site*: <<https://www.escriitores.org/biografias/366-gertrudis-gomez-de-avellaneda>>. Acesso em: 15 de agosto de 2017.

Preparações do olhar: leituras sobre terras estrangeiras nos relatos de viagem de latino-americanos à Europa e aos Estados Unidos no século XIX

explicação detalhada destes lugares devido ao fato de que a apreciação já encontrava-se contida nos guias de viagem da cidade, como demonstrado na citação:

(...) he examinado con la debida prolijidad el enorme e inacabado City Hall, menos notable por su arquitectura achaparrada que por los manejos administrativos que han presidido a su edificación poco edificante... De todo eso y lo demás pensaba daros informe circunstanciado, pero a médio borrajear he descubierto que es materia ya descrita y que corre impresa en las guías de viajeros (GROUSSAC, 1980, p. 269).

Semelhante exemplo que merece ser destacado é a utilização do termo “etc.” pelos viajantes, usado para enfatizar e ressaltar os detalhes contidos nos impressos de guias de viagem, como apontado no seguinte trecho escrito por Varela: “Completa descripción del Palacio, Castillo, Parque, etc. etc. con todo los objetos que contienen está publicada en la *Royal Windsor Guide*.” (VARELA, 1974, p. 340).

Percebemos que Florencio Varela também utilizou este mesmo termo ao comentar sobre o folheto *On the Construction of Wooden Railways*. Destacamos que o folheto é outro formato de impresso usado pelos viajantes latino-americanos como guia de viagem. No impresso mencionado acima, havia uma explicação técnica sobre o uso do ferro nas estradas ferroviárias e da construção dos carros do trem, como evidenciado no seguinte parágrafo:

El sistema de substituir la madera al fierro, sus fundamentos y ventajas, como también la explicación de la construcción propuesta para los carros, están desenvueltos en un folleto titulado *On the Construction of Wooden Railways*, etc. etc., que agrega a estos apuntes (VARELA, 1974, p. 308).

O mesmo foi observado no relato de viagem escrito por Alberto Blest Gana, quando este utilizou o guia de viagem como fonte para indicação de informações técnicas, no caso, sobre aspectos espaciais e geológicos da formação natural “Cueva de los vientos”, localizada nas Cataratas do Niágara:

La Cueva há sido formada, segun la tradicion que apunta el - Guia -, por la accion de las aguas sobre la blanda roca del precipicio, de modo que le trecho de la Cueva se avanza como 30 piés sobre el plano horizontal del fondo i forma una bóveda circular (BLEST GANA, 1867, p. 52).

Assim, observa-se, durante a leitura das fontes analisadas, que por meio desta descrição apresentada nos guias de viagem havia uma padronização dos locais visitados. Contudo, percebemos que eles não conseguiam deixar de citar os guias, que serviam como base de informações para os futuros viajantes.

### 1.2 Posicionamento: viajante *versus* turista

Outra problemática constatada durante a leitura dos relatos foi o posicionamento distanciado entre os viajantes e o “turista”, caracterizado pelos primeiros como o principal público-alvo dos guias de viagem, pois sempre eram vistos andando pelas ruas da localidade visitada portando-os em mãos. Retomamos a frase de Sarmiento, apresentada anteriormente: “En Italia el viajero lleva siempre el guia en las manos.” (SARMIENTO, 1996, p. 265).

Ycarim Melgaço Barbosa, na obra *História das viagens e do turismo*, define o viajante como aquele que realiza seu próprio itinerário e interage com a cultura local, ao que o turista é caracterizado como o indivíduo que, durante a viagem, busca “sempre o conforto” (BARBOSA, 2002, pp. 74). Outra característica apontada por Tzvetán Todorov, no livro *Nosotros y los otros. Reflexión sobre la diversidad humana*, é a observação da pressa, pois o turista “anda apresurado” (TODOROV, 1991, p. 388)<sup>15</sup> e preferia vislumbrar a natureza a manter maior contato com a população do local visitado.

Já o pesquisador Cristóbal Pera aponta em sua análise intitulada “De viajeros y turistas: reflexiones sobre el turismo en la literatura hispanoamericana”, que esse afastamento é extremado, pois os viajantes (principalmente, no final do século XIX) denominados por este

---

15 É válido ressaltar que o termo em destaque encontra-se em seu idioma de origem, ou seja, o espanhol.

Preparações do olhar: leituras sobre terras estrangeiras nos relatos de viagem de latino-americanos à Europa e aos Estados Unidos no século XIX

autor como “viajeros tardíos” possuíam *status* privilegiado “(...) redefinido en oposición a estas instituciones dedicadas al turismo.” (PERA, 1998, p. 509).

Entretanto, esse distanciamento é evidenciado nos relatos analisados pois os viajantes intencionavam e nutriam expectativas de superar os guias através da escrita de novas informações sobre a mesma localidade. Isto é observado durante a leitura da obra de Paul Groussac, na qual afirma: “(...) espero que mi *vista* del Niágara congelado no se parecerá del todo a un extracto de la guía oficial.” (GROUSSAC, 1980, p. 441). Com isso, observamos que o viajante considera o guia de viagem como um objeto de menor importância em comparação com sua produção, isto é, o relato de viagem.

### **Considerações Finais**

A partir das análises empreendidas, conclui-se que a abordagem deste tema é pertinente para a melhor compreensão das apropriações das leituras realizadas pelos viajantes latino-americanos em suas viagens para a Europa e Estados Unidos ao longo do século XIX.

Nota-se que os indivíduos utilizavam os guias de viagem de maneiras distintas, sendo a principal finalidade a preparação do olhar do viajante, que desprezado da responsabilidade de descrever o local visitado podia atentar a outros detalhes do percurso não descritos pelos guias. Os viajantes atribuíam às próprias obras um valor superior ao destes impressos, apesar de não deixarem de citá-los ao longo de sua produção, com a finalidade de que outros possíveis viajantes consultassem seu relato também como fontes de informações.

Outro aspecto que distingue os relatos dos guias relaciona-se ao seu conteúdo, pois eram vistos pelos viajantes apenas como um material para consulta, seja para obter informações sobre o local visitado ou para disfarçar a leitura de obras portadoras de conteúdo político, proibidas em determinadas localidades, como em Veneza, no caso citado por Sarmiento. Assim, os guias eram concebidos apenas como suporte de dados, não lhes

sendo atribuído valor literário, como, em geral, almejavam os autores de relatos. Não se pode dizer, contudo, que os guias tenham sido totalmente inócuos no sentido político, tanto que cumpriram papel importante de inspirar autores a visitarem a “civilizada” Europa, com vistas à superação da “atrasada” América, tal como ocorreu com Domingo F. Sarmiento.

Tal característica está de acordo com o modo como a fonte trabalhada foi compreendida, ou seja, enquanto testemunho de uma experiência vivenciada e que ao ser relatada possuía seu próprio estilo de discurso e expressão textual. Em seu conjunto o relato de viagem é um mosaico (JUNQUEIRA, 2011, p. 60), pois este gênero abarca diferentes *corpus* textuais, por exemplo, cartas, diários e memórias. Ao mesmo tempo, as condições de publicações são variadas.

Diversas vezes estes escritos foram destinados para publicação pelos próprios autores ou essas publicações foram realizadas posteriormente, por outras pessoas, que não necessariamente levaram em conta a opinião do viajante quanto ao destino dado a sua obra. Neste último caso, costuma-se ter uma nota explicativa sobre os motivos que levaram à publicação tardia de determinado relato.

Portanto, compreende-se que os diferentes usos dos guias de viagem se dão a partir de concordância ou discordância da obra lida em um momento anterior ou no decorrer da viagem, daí dependendo-se que a leitura era realizada pelos viajantes como uma atividade dinâmica, sendo eles considerados “observadores móveis” (BRINTRUP, 1993, pp. 61), que interagem a partir de sua própria vivência com a obra lida.

### **Referências Bibliográficas**

- BARBOSA, Ycarim Melgaço. *História das viagens e do turismo*. São Paulo: Aleph, 2002.
- BOYER, Marc. *História do turismo de massa*. Trad.: Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC; Salvador: EDUFBA, 2003.

Preparações do olhar: leituras sobre terras estrangeiras nos relatos de viagem de latino-americanos à Europa e aos Estados Unidos no século XIX

BRINTRUP, Lilianet. "El libro móvil: viaje y escritura en algunos viajeros chilenos del siglo XIX.". In: *Revista Chilena de Literatura*. nº 42, agosto de 1993.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Trad.: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade, UNESP, 2006.

COSTA, Flávia Roberta. *Turismo e patrimônio cultural: interpretação e qualificação*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, Edições SESC SP, 2009.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FRANCO, Stella Maris Scatena. *Peregrinas de outrora: viajantes latino-americanas no século XIX*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul, Edunisc: 2008.

FRANCO, Stella Maris Scatena. "Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental". In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella M. Scatena. (Orgs.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa*. Volume II. São Paulo: Editora Humanitas, 2011.

JUNQUEIRA, Mary Anne. "Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador". In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella M. Scatena. (Orgs.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa*. Volume II. São Paulo: Editora Humanitas, 2011.

KOSHAR, Rudy (ed.). *Histories of Leisure*. Oxford, New York: Berg, 2002.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Livros de viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MENESES, José Newton Coelho. "A patrimonialização da vida: vivências, memória social e interpretação do patrimônio cultural". In: COSTA, Everaldo Batista da; BRUSADIN, Leandro Benedini e PIRES, Maria do Carmo (orgs.). [Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder](#). São Paulo: Outras expressões, 2012.

PERA, Cristóbal. "De viajeros y turistas: reflexiones sobre el turismo en la literatura hispanoamericana". In: *Revista Iberoamericana*. Universidade de Pittsburgh, Vol. LXIV, nºs 184-185, jul.-dez. 1998.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Tradução: Dora Rocha. 2ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SALGUEIRO, Valéria. "Grand Tour: uma combinação à história do viajar por prazer e por amor à cultura.". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Vol. 22, nº 44, 2002.

TODOROV. Tzvetán. *Nosotros y los otros. Reflexión sobre la diversidad humana*. México: Siglo XXI, 1991.

### Sites consultados

<<http://leha.fflch.usp.br/node/113>>. Acesso em: 01 de setembro de 2017.

<<https://www.escriitores.org/biografias/366-gertrudis-gomez-de-avellaneda>>.

Acesso em: 15 de agosto de 2017.

### Anexo

A seguir, apresenta-se a relação das fontes organizadas cronologicamente por data das viagens.

Relatos	Data da viagem	País de origem
CARRERA, José Miguel. <i>Diario de viaje a Estados Unidos de América</i> . Santiago, Editorial Universitária, 1996.	1815-16	Chile
HEREDIA, José María. "Carta del Niágara" (1824) e "Carta sobre los Estados Unidos" (1826). In: <i>Niagara y otros textos (poesía y prosa selectas)</i> . v. 147, Caracas, Biblioteca Ayacucho, 1990.	1824; 1826	Cuba
SANTANDER, Francisco de Paula. <i>Santander en Europa. Cartas de viaje, 1829-1832</i> . Bogotá, Fundación para la Conmemoración del Bicentenario del Natalicio y el Sesquicentenario de la Muerte del General Francisco de Paula Santander, 1989-1990.	1829-32	Colômbia
ZAVALA, Lorenzo de. <i>Viaje a los Estados Unidos del Norte de América</i> . Paris, Impr. de Decourchant, 1834.	1830	México
PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo.	Décadas	Brasil

## Preparações do olhar: leituras sobre terras estrangeiras nos relatos de viagem de latino-americanos à Europa e aos Estados Unidos no século XIX

<p>- "Carta de um joven brasileiro sobre a cidade de Roma". In: <i>Aurora Fluminense</i>. Rio de Janeiro, 13 de julho de 1835.</p> <p>- "Os contornos de Nápoles". In: <i>Niteroi: Revista Brasiliense de Ciências, Letras e Artes</i>. Paris, 1836. (pp. 161-89)</p> <p>- "A semana santa em Roma". In: <i>Aurora Fluminense</i>. Nº. 125, Rio de Janeiro, 26 de março de 1839.</p> <p>- "Fragmentos de notas de viagem: arquitetura". Nº. 3, Vol. 1, 1º de dezembro de 1843. (pp. 71-76)</p> <p>- "Diário de viagem". Manuscrito. (data inicial, 1859). 100pp numeradas. (Na Academia Brasileira de Letras, no Centro de Memória).</p>	de 1830, 40 e 50	
<p>GÓMEZ DE AVELLANEDA, Gertrudis.</p> <p>-<i>Memorias inéditas de la Avellaneda. Epistolario a su prima Eloisa de Arteaga y Loinaz</i>. La Habana, Imprenta de la Biblioteca Nacional, 1914.</p> <p>-"Mi última excursión por los Pirineos." In: <i>Obras</i>. Tomo VI (Miscelánea). La Habana, Imprenta de Aurelio Miranda, 1914.</p>	1836-38; 1859	Cuba
<p>SILVA, João Manuel Pereira da. "Viagem pela Alemanha em 1837". In: <i>Variiedades literárias. Obras literárias e políticas de J. M. Pereira da Silva</i>. Rio de Janeiro, B. L. Garnier; Paris, Garnier Irmãos, 1862, T. I</p>	1837	Brasil
<p>OCAMPO, Melchor. "Viaje de un mexicano a Europa". In: <i>Obras completas de Melchor Ocampo: Letras y Ciencias</i>. Tomo III. México, Universidad Autónoma de Nuevo León, 1901. Editor: Angel Pola. p. 03 – 88.</p>	1840	México
<p>VARELA, Florencio. "Diario de viajes". In: <i>Revista Histórica</i>, Montevideo, 1975, T. XLV e T. XLVI.</p>	1843-44	Argentina
<p>SARMIENTO, Domingo F.</p> <p>- <i>Viajes en Europa, Africa i América, 1845-1847</i>. Madrid, ALCA XX, 1996.</p> <p>- <i>Un viaje de Nueva York a Buenos Aires: del 23 de julio al 29 de agosto de 1868</i>. S.L. Belin Sarmiento, 1900.</p>	1845-47; 1868	Argentina

DE LA ROSA, Luis. <i>Impresiones de un viaje de México a Washington en octubre y noviembre de 1848</i> . Toluca, Instituto Mexiquense de Cultura, 2002. (1ª ed.: 1850)	1848	México
FLORESTA, Nísia. - <i>Itinerário de uma viagem à Alemanha</i> . (trad. Francisco das Chagas Pereira) Santa Cruz do Sul, Edunisc; Florianópolis, Ed. Mulheres, 1998. - <i>Três anos na Itália seguidos de uma viagem à Grécia</i> . Vol. 1 (trad. Francisco das Chagas Pereira). Natal, Editora da UFRN, 1998. - <i>Trois ans en Italie suivis d'un voyage en Grèce</i> . Vol. 2. Paris, E. Dentu: s/d.	1856; 1858- 1861	Brasil
BLEST GANA, Alberto. <i>De Nueva York al Niágara</i> . Santiago de Chile, Imp. Nacional, 1868.	1866-68	Argentina
GROUSSAC, Paul. <i>Del Plata al Niágara</i> . Buenos Aires, Ediciones Dicto, 1980.	1897	Franco-Argentino

**Imigração como relato: experiências de viajantes croatas**

Milan Puh\*

**Resumo:** Neste trabalho será realizada uma abordagem das relações entre o relato de viagem e as diversas experiências de imigrantes croatas no Brasil. Especificamente, trataremos das experiências migratórias ocorridas entre 1850 e o fim da Primeira Guerra mundial (até 1918), arco temporal tido como o primeiro período de imigração croata para o país. Nesse sentido, foram abordados os relatos, as histórias e dados referentes aos imigrantes croatas que chegaram com passaportes do Império Austro-Húngaro, sendo registrados, desta forma, como “austríacos”. Trata-se de três relatos: de imigrantes croatas produzido e publicado por uma agência propagandista de navegação, de um imigrante-regressado que volta alguns meses após a sua chegada na nova terra e de viajantes-exploradores contratados pelo Governo brasileiro para mapearem o Estado do Mato Grosso. O nosso quadro teórico-metodológico se baseia na historiografia croata sobre o século XIX e sobre as causas de emigração; e na historiografia brasileira, que trata do mesmo período em que procuramos entender as razões que caracterizam a sua imigração e o contato com a população já presente. Além disso, utilizamo-nos de autores que abordam os relatos de viagem e as imagens, entraves e questionamentos que eles nos trazem em nossa tentativa de analisar os relatos vinculados à imigração em sua multiplicidade.

**Palavras-Chave:** Relatos de viagem; Viajantes; Imigração croata; Império Austro-Húngaro; Propaganda imigratória

A proposta deste trabalho é analisar a complexidade do processo imigratório croata, relacionando-o ao tema das experiências de viagem. Este processo envolveu deslocamentos

---

\*Mestre em Filologia e Língua Portuguesa pela USP e graduando em História pela mesma universidade. Diretor cultural-educativo do clube croata Croatia Sacra Paulistana e coordenador do projeto de pesquisa “História da Croácia e da imigração croata no Brasil” na mesma instituição. Contato: milan.puh1@gmail.com

humanos, dos quais surgiram textos – os relatos – que podem ser considerados fontes ricas para se compreender mais a fundo esse processo<sup>1</sup>. A leva imigratória estudada é conhecida pelo senso comum da comunidade como “segunda escravidão”, uma vez que a maioria dos croatas chegados entre 1880 e 1910 vinha de uma estrutura social marcada ainda pelo feudalismo e a sua servidão, que perdurou por muito mais tempo no Leste europeu do que no Ocidente, sendo abolido na Croácia em 1848. O quadro sócio-econômico brasileiro se aproxima também dessa conjuntura, por ter o país ter abolido a escravidão em 1888, reproduzindo algumas práticas do trabalho coercitivo no tratamento aos imigrantes. O objetivo, assim, é entender e circunscrever a possível dinâmica entre os diferentes relatos de viagem que registram a vivência imigratória no começo da República.

Pela escassez de informações sobre a experiência primeira dos imigrantes-viajantes e da sua relação com o Estado, os grandes proprietários e os propagandistas emigracionistas das companhias de navegação, decidimos aproximá-los através da análise de relatos de viagens de diversas naturezas, respeitando a multiplicidade da imigração como um processo múltiplo e complexo. Assim, o nosso *corpus* documental é composto por um conjunto de relatos que fazem parte do que chamamos de uma experiência imigratória ampliada:

a) um relato de um grupo de imigrantes publicado por uma companhia de navegação, contando a experiência da criação de um núcleo imigratório no interior de Minas Gerais;

b) um relato de um imigrante-regressado que passou todo o processo de imigração no Estado do São Paulo para depois voltar à Croácia em uma situação financeira e emocional difícil;

---

1 O projeto integra o quadro de editais de pesquisa e extensão do "Departamento estatal para croatas fora da Croácia". da República da Croácia. Nomeadamente são 3 fases: a) desde 1850 até 1918 (com a dissolução do Império austro-húngaro e a formação da Iugoslávia monárquica); b) de 1918 até 1941 (dissolução da Iugoslávia monárquica e começo da Segunda Guerra mundial na região) e c) de 1945 adiante (com o fim da Segunda Guerra Mundial e a formação da Iugoslávia socialista), definidos por autores como Nikica Talan no livro "Croácia-Brasil: relações histórico-culturais"(1998) e Norma Marinovic Doro "A imigração iugoslava" (1987).

## Imigração como relato: experiências de viajantes croatas

c) um relato de viagem dos irmãos Seljan, exploradores profissionais que analisam a condição do imigrante nas suas viagens pelo Brasil em função de suas contratações pelo governo e da sua empresa de exploração.

Esses relatos se inserem na dinâmica migratória que teve como ápice o ano de 1897, quando a emigração da Croácia para o Brasil foi proibida em função da exploração (relatada e observada) do imigrante. Traçando diferentes olhares acerca dos viajantes, positivos e negativos, nosso intuito é depreender as tensões dos atores envolvidos no processo imigratório e compreender cada um com suas propostas e interesses de representação do que seria a emigração/imigração.

Tal perspectiva aproxima-se do que Mary Louise Pratt (1999) considera parte de um processo de transculturação. Tomando como ponto de partida o modo “como grupos subordinados ou marginais selecionam e inventam a partir de materiais a eles transmitidos por uma cultura dominante ou metropolitana” (*Ibidem*, p. 30), questionamentos possíveis perpassam até que ponto o viajante alterava sua visão original e até que ponto ele incorporava uma nova perspectiva do processo pelo qual passava. Ou então, de que modo esse viajante fazia uso dessa mudança para seus fins práticos e pessoais. Assim, não podemos desconsiderar, em meio a tal tema, a oportunidade de levar mais adiante os diferentes usos da transculturação na atuação dos nossos autores dos relatos e entender o conjunto de relatos também como um contínuo do processo aqui investigado. Isso pelo fato de termos relatos que não provêm de grupos marginalizados (o único cujas colocações podemos entender nesse sentido é dos imigrantes-regressados), mas também de um que parece estar entre os dois polos (os irmãos Seljan, que ora se colocam no papel do imigrante, ora na do latifundiário ou do político, situados entre o olhar imperial e o olhar local), e o último, que é das companhias de navegação que usam os seus agentes propagandistas para se apropriarem do discurso marginalizado e usarem a transculturação do imigrante como argumento de persuasão dos futuros clientes. Daí podemos observar os diferentes modos como a transculturação atinge grupos diversos nas suas experiências de viagem.

E é no contato entre esses grupos todos que localizamos a nossa análise, que foca na imigração como um espaço que transborda a relação metrópole-periferia, deslocando as lutas pela dominação para dentro e para fora do território nacional. Outro conceito que resume a proposta dessa discussão é a de “zona de contato”, definida por Pratt e tida como um lugar onde é possível “invocar a presença espacial e temporal conjunta de sujeitos anteriormente separados por descontinuidades históricas e geográficas cujas trajetórias agora se cruzam” (*Ibidem*, p. 31). Desse modo, os relatos ligados à imigração nos ajudarão a aproximar sujeitos/atores envolvidos neste fenômeno para criarmos um entrelaçamento de narrativas. E esses sujeitos viajantes também exigem que os olhemos dentro de suas condições individuais de viagem, com propostas e visões que ora incorporam ora transcendem as do patrão, policial ou chefe. Cada um deles, nesses distanciamentos e aproximações, constrói a visão de si e do outro, integrando uma espécie de tipologia de viajante que Tzvetán Todorov descreve bem na sua obra “Nosotros y los Otros”, de 1991. Procuramos fazer a nossa leitura da função do viajante-escritor recorrendo também à tipologia de Todorov, uma vez que ela pode nos dar pistas e modos de interpretar os relatos que nos ajudarão a entender o quadro mais amplo de relações e maneiras de se colocar num relato.

Diante dos principais termos norteadores da discussão, passaremos para a contextualização geográfico-histórica dos relatos, articulando-a com as concepções teórico-metodológicas que ajudarão a delinear melhor a análise posterior.

## II

Os relatos aqui analisados perpassam histórias presentes no final do século XIX e no começo século XX, localizados no sudeste brasileiro, isto é, no “novo Oeste”, região que está fora do alcance do Vale do Paraíba e as terras adjacentes. Um dos elementos-chave no processo da ascensão econômica brasileira é a implementação do café que, como uma nova cultura produtiva, desencadeou uma série de transformações estruturais, principalmente na

## Imigração como relato: experiências de viajantes croatas

província paulista em termos de deslocamento de mão-de-obra e desenvoltura do mercado interno.

Mas não só. O conjunto de narrativas presentes também possui o viés de uma geografia imaginária. Como aborda Edward Said, as viagens relatadas durante o processo de imigração envolvem a definição de um imaginário do que seria o país para o qual o imigrante está mudando e sobre o qual não há muita informação ou, no nosso caso, uma população croata vivendo especialmente em um meio rural onde o acesso ao mundo letrado era restrito. Baseados também na colocação de Luciana Martins (2001), aproximamo-nos dessa geografia específica pelo fato de olharmos para as descrições por meio de palavras como um modo de criar uma representação pictórica. Daí as narrativas dos relatos serem consideradas, em uma época com poucos registros visuais, como um modo de aproximar e posteriormente dominar o desconhecido, tido muitas vezes como o periférico ou o marginal. Procuramos, assim, mostrar a heterogeneidade das visões que compõem essa geografia imaginária croata do Brasil, mais ainda porque os próprios relatos fazem várias menções às características físicas e culturais do país, além dos textos oficiais que ofereciam dados “reais” sobre a geografia urbana e rural.

Além da transformação econômica, o século XIX modificou politicamente o Brasil com a passagem de colônia a país emancipado, trazendo uma série de ideias e preceitos em circulação nos países de economias mais desenvolvidas e que passaram agitar a vida cotidiana brasileira<sup>2</sup>. Dentro dessa complexidade conceitual que acompanhou as ideias do Liberalismo, a questão do elemento servil negro havia sido atingida também, sendo extinta em 1888, após muitas negociações. É justamente essa passagem que altera radicalmente a relação entre o Estado e os “novos chegados”.

---

<sup>2</sup>Conceitos de raça, identidade, projetos políticos e filosofias pessoais e de Ideias como o Liberalismo e sua vertente econômica que, como aponta Emília Viotti da Costa, apresentou-se de diversas facetas e, evidentemente, múltiplas interpretações por conta dos brasileiros. Vale a pena seguir a argumentação da autora sobre a recepção brasileira de tais ideias e as feições tomadas a partir de suas interpretações para as ações políticas concretas no país. CF. COSTA, Emília Viotti da. “Liberalismo: teoria e Prática”. In: *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007, pp. 133-170.

O processo de modernização do Brasil envolveu uma dialética entre o moderno e o arcaico, favorecendo o primeiro em detrimento do segundo e usando a modernidade para atrair os imigrantes e deslegitimar as críticas sobre o tratamento dos mesmos. A própria relação que os imigrantes colonos estabeleciam com os cafeicultores, habituados ao trabalho escravo, evidenciava a dinâmica do processo. As relações modernas de trabalho, associadas ao trabalho livre assalariado, não eram devidamente assimiladas por parte dos cafeicultores, que permaneceram com uma mente escravista gerando, em diversos locais, atritos entre estes e os imigrantes. A fim de sanar as divergências entre colonos e fazendeiros, em 1911 foi fundado o Patronato Agrícola, instituição cuja função era resolver essas divergências entre colonos e fazendeiros (obrigações, responsabilidades e eventuais explorações). Fazendo uso desse e de uma série de outros relatos, caracterizados muitas vezes por um tom pessoal e sempre se referindo a eventos específicos que marcaram um determinado período, decidimos chamar a atenção para as representações que estão por trás do que é narrado e que evidenciam de outra maneira as inúmeras visões de cada um dos envolvidos e a luta por dominá-las. Aqui é interessante nos determos sobre a relação entre as informações que dizem respeito à sociedade daquela época e a realidade em que ela estava inserida, com as decisões políticas, econômicas e/ou filosóficas, bem como seus efeitos. Pois, entendemos que uma análise que limite sua discussão no nível da factualidade não conseguiria alcançar usos outros que pressupõem, por exemplo, a persuasão e a manipulação, como foi o caso dos agentes propagandistas e das revistas das companhias de navegação/imigração. Distanciando-nos da abordagem da materialidade histórica como um fenômeno dado para análise e incorporando as diversas interpretações e representações que se fazem do mundo real, construiremos uma visão que consiga olhar nossos suportes materiais como indicativos de uma maior diversidade sobre a experiência imigratória. E mais, enxergamos a representação nesse caso, baseados em Luciana Martins (2001), como um processo complexo que dá sentido ao que é experienciado e que é capaz de produzir um saber a ser utilizado para a compreensão do mundo, redefinindo e sendo redefinida por ele.

## Imigração como relato: experiências de viajantes croatas

Ressaltamos que muitos desses relatos são publicados em jornais, revistas, incorporados em um discurso midiaticizado que assume para si a função de avisar, informar e construir imagens sobre o que acontece fora no escopo local da vivência dos camponeses croatas, às vezes se aproveitando desse discurso, às vezes sendo aproveitado por ele para fins propagandísticos. A importância desse tipo de olhar que interage na construção de visões, especialmente no que diz respeito à concepção de comunidade ou nação, faz com que consideremos as suas propostas como também um processo de imaginação. Aqui nos inspiramos em Benedict Anderson, que opera com o conceito de “comunidades imaginadas”. O autor se baseia na crença dos membros de determinada nação de que eles entre si possuem mais características em comum do que com membros de uma outra nação. Os textos jornalísticos em circulação naquela época contribuíam para formação e fortalecimento dessa noção que fez com que os emigrados e os não emigrados se sentissem pertencentes a uma comunidade global que não está restrita somente ao território nacional. Nesse sentido, esse tipo de discurso midiaticizado aproveita a voz do emigrante para criar laços de solidariedade e proximidade entre os croatas que ficaram e aqueles que saíram para: a) reforçar os perigos da viagem ao Brasil; b) reafirmar as vantagens e a veracidade do sucesso dos já emigrados como modo de atrair novas pessoas para essa empreitada. De certo modo, criava-se uma sensação de orgulho para as nações em processo de formação no século XIX, vendo seus membros prosperarem no exterior e, por outro, causava constrangimento e fortes críticas das políticas nacionais que não impediam a emigração como tal.

**III**

Convém, então, fazer algumas breves observações sobre a situação do outro lado do oceano, no Império Austro-Húngaro e na Croácia, como sua parte integrante, as quais nos ajudarão a contextualizar os relatos escolhidos para análise e as relações que estabelecem com o momento histórico.

A situação da Croácia na segunda metade do século XIX e nos primeiros dezoito anos do século XX – período abordado neste artigo –, é inseparável da história de poder do maior

Estado na Europa Central (que dominava também outras regiões da Europa e do Mundo). Mostra-se, pois, necessário contextualizar brevemente as relações, acordos e tensões entre a Croácia e a Monarquia de Habsburgo ou, depois de 1867, Império Austro-húngaro.

É preciso lembrar que a “vida” desse império foi bem peculiar e corresponde à conformação da Europa no período em questão. No entanto, interessa-nos seguir essa história a partir de 1526, expandindo a sua influência rapidamente para o Leste (incorporando a Hungria e alguns países eslavos como a Croácia, a Eslovênia, a República Tcheca, a Ucrânia e a Eslováquia). Essa dinastia também dominou a Espanha durante décadas, bem como os Países Baixos, e mostrou uma grande capacidade de controlar diferentes regiões do continente europeu, com povos etnicamente diversos, permanecendo monarquia até o seu fim em 1918.

A relação feudalismo-capitalismo, contextualizada por Antić (1995) nos ajuda a entender os porquês da saída de tantos croatas justamente no término do período dito feudal, por volta de 1848, quando começaram a deixar as terras que ocuparam durante décadas (ou até séculos) para se aventurar em novas terras. Quando as transformações sociais e políticas desintegraram o que ficou conhecido como feudalismo<sup>3</sup> e o camponês croata não se viu mais obrigado a permanecer nas terras de outro dono, ele decidiu sair em busca de melhores condições de vida.

A situação do camponês não mudou drasticamente pelo fato de a terra liberada não ter sido distribuída para a população geral pelo Governo. Assim, os antigos feudais e senhores das terras, ficaram com toda a terra que não estava sendo cultivada diretamente pelos agricultores-servos, incluindo pastos e florestas. Se um trabalhador rural quisesse ter

---

<sup>3</sup>Esse termo na historiografia croata, bem como na dos demais países do Leste da Europa é muito mais comum do que na da Europa Ocidental, assim o leitor não deverá estranhar o uso mais corriqueiro dele, por ser um dos principais conceitos explicativos do século XIX para o espaço focado nessa pesquisa. O feudalismo representava, como afirma Boutruche (1973), principalmente uma relação legal que subordinava o servos ao seu senhor pelo pertencimento à terra. Portanto, preferimos utilizar esse termo que enfoca mais a questão do impedimento legal do camponês croata sair da terra que cultivava para o senhor da propriedade, o que impossibilitava grandes deslocamentos populacionais emigratórios até a sua abolição em 1848.

## Imigração como relato: experiências de viajantes croatas

posse dessas terras para uma plantação de vinho, por exemplo, tinha que comprar do antigo senhor. Por ser pequeno proprietário, seus rendimentos raramente permitiam poupança, levando-o a se endividar para conseguir aumentar a sua propriedade rural, pois o pagamento só podia ser feito em dinheiro nos primeiros anos pós-abolição (1848-1853). Posteriormente, o Estado começou a auxiliar os camponeses que, mesmo assim, não conseguiram aumentar de modo significativo a terra que tinham à disposição, às vezes até perdendo o que tinham por conta de prestações altas que não conseguiram pagar. Aqui nos parece interessante a hipótese de Antić (2000), de que a principal causa da emigração nessa época era a endividamento dos agricultores.

Essa região passou por outras mudanças radicais na segunda metade do século XIX além do fim do feudalismo em 1848 e um início de industrialização e de expansão imperial austríaca ao leste europeu, com a incorporação da Bósnia, e a consequente desmilitarização das regiões fronteiriças croatas em 1870. As mudanças ultrapassaram a situação geopolítica e social e abarcaram também a econômica, como, por exemplo, a chamada “Cláusula do Vinho”, firmada em 1892, entre a Itália e o Império, permitindo a importação do vinho italiano com impostos baixos, o que causou graves problemas econômicos para as famílias croatas produtoras de vinho, ou ainda a mudança da legislação trabalhista agrícola em 1898, que redefiniu as obrigações e os direitos dos camponeses croatas, como descreve Braunnbauer (2016). E ainda na visão de Marinović Doro (1987), a intensificação desse processo incluiu ainda a concessão limitada do uso de terras livres (permanecendo nas mãos dos proprietários antigos), a desestruturação das cooperativas familiares (característica tipicamente eslava de convivência e subsistência) que diminuía as terras disponíveis para cultivo, o aumento populacional de 15% no período de 1880 a 1890 (com melhoramentos em saúde, alimentação etc.), além da política pró-húngara que dificultava o desenvolvimento do capitalismo, capaz de absorver o excedente da população camponesa croata. A esse conjunto de decisões políticas e econômicas negativas chamaremos de “fatores objetivos”, por

influenciarem diretamente no impulso à emigração em massa que teve seu início a partir de 1870.

Mas não são só os fatores objetivos que podemos destacar por meio de números, leis e gráficos, pois existem outros com características mais subjetivas que alimentavam a situação descrita acima. Uma das atividades desse caráter se aproveitava da situação e intensificava a emigração. Trata-se da propaganda emigracionista em formato de textos jornalísticos, realizada por grandes companhias de navegação na criação de uma visão mais idílica do Brasil para atrair os imigrantes. As Companhias “jogavam” com o imaginário e com as necessidades da população, oferecendo condições que pareciam perfeitas para um agricultor empobrecido croata que recém deixado de ser servo e sonhava com a possibilidade de ter a sua própria terra, mesmo se tivesse que se mudar para adquiri-la. Em revistas como a brasileira “O Imigrante”<sup>4</sup> encontramos chamadas como “Viajar para o Brasil sem fazer despeza” e “Hoje imigrante amanhã proprietário”, que reforçavam a imagem de uma terra de oportunidades sem grandes investimentos. Já na Europa, os propagandistas italianos, austríacos e alemães, contratados pelas grandes companhias de navegação, faziam circular cartas, textos jornalísticos e chamadas onde ofereciam travessia marítima gratuita para o Brasil, além de oito hectares para cada família, com direito a uma casa provisória, equipamentos para o trabalho agrário e pagamento do empréstimo parcelado (teriam dois anos para começarem a pagar).<sup>5</sup> A propaganda enganosa foi tamanha que os Governos federal e regional tiveram que propor uma legislação específica para reprimir os agentes propagandistas e dissuadir os futuros emigrantes<sup>6</sup>. Os mais afetados foram os provenientes das regiões agrícolas mais empobrecidas da Croácia, onde seus habitantes venderam casas e

4Um periódico de circulação mensal da Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo, editado de 1908 à 1922 em seis línguas (Português, Italiano, Francês, Alemão, Polonês e Russo),

5A revista “Imigrante” e seus vários números está disponível no Arquivo do Estado, enquanto a propaganda europeia referente à Croácia se encontra no Arquivo Nacional da Croácia em Zagreb.

6Alguns exemplos que mostram a complexidade da situação e a necessidade de especificar e controlar a atividade está em ações judiciais como as de: 13.01.1897 (leitura policial das cartas/telégrafos nas estações ferroviárias); 26.01.1897 (proibição de todo tipo de persuasão com a população); 27.04.1894 (confisco de todo material propagandístico vindo do propagandista Antonio Gregolet).

## Imigração como relato: experiências de viajantes croatas

terrenos inteiros para a compra da passagem até algum grande porto e pagamento dos agentes organizadores da viagem.

Essa contextualização nos permite analisar o primeiro relato do nosso *corpus* documental, uma vez que são os materiais propagandísticos espalhados pelo interior da Croácia que “vendiam” a imagem do Brasil como uma “Terra prometida”. O primeiro documento a ser analisado é uma carta, assinada por quatro imigrantes, que retratam sobre a viagem da Croácia ao Brasil. Esta carta compõe um conjunto no qual estão folhetos com valores das passagens para diversos países do continente americano e o material do propagandista Nodari Silvio<sup>7</sup>, dividido em dois panfletos que descrevem as condições para a aceitação do imigrante pelo governo brasileiro em que constam os valores a serem pagos pelo colono ao Estado, as profissões preferidas, garantias em caso de morte de algum membro da família, estimativas de pagamentos por dia, conselhos, documentação necessária etc.

Direcionamos-nos para a carta que possui formato de relato (Anexo 1) de autoria de quatro imigrantes sobre a travessia, colocada dentro dos dias previstos pela companhia de navegação. A autoria da carta é, na verdade, duvidosa, pois o texto apresenta características informativo-explicativas bastante elogiosas das condições de travessia – com afirmações como “uma terra fértil, colhemos duas vezes por ano em abundância, temos gado e de tudo o suficiente, bem como um pouco de dinheiro que recebemos pelos produtos vendidos” – de modo que fica duvidosa a autoria desse relato. Isso, argumentamos, pela estruturação textual da carta escrita na primeira pessoa do plural, incorporando um nós plural no qual consideramos ser mais fácil colocar esses elementos propagandísticos que favorecem a empresa, uma vez que a voz dos assinantes do documento pode se confundir com aquela da empresa na sua totalidade. Aqui vale fazer mais algumas observações a respeito do conteúdo da carta. Como observamos em outros relatos, essas viagens raramente aconteciam dentro

---

<sup>7</sup>A agência propagandista desse italiano fazia parte de um conjunto de monopolistas que atuavam nesse ramo econômico de transporte de pessoas a partir do Império austro-húngaro.

do tempo estimado, tal como narram na carta. Além disso, geralmente, as condições a bordo e as dificuldades das viagens costumam ser muito presentes nos relatos, ao passo que, nesta carta, a única dificuldade narrada é a necessidade de realizarem longas jornadas de trabalho, mas já atenuando a afirmação com a conclusão de que o mato havia sido transformado em terra fértil<sup>8</sup>. Essa última colocação também pode ser tida como uma estratégia persuasiva que reconhece que existem dificuldades, evitando mostrar-se como um relato inverossímil à realidade pelo otimismo extremado que já estava sendo fortemente contestado pelos imigrantes regressados.

Existe também uma cautelosa inclusão de informações sobre a viagem, com menção a dias, horas e localidades que tomam metade do relato. Quando o relato diz respeito ao momento da chegada na colônia, as informações são reduzidas a afirmações generalizadas, tal como: “tinham de tudo o suficiente”. Isso nos parece indicar que a empresa propagandística Nodari se preocupava em dar dados mais específicos sobre a viagem, que era de sua responsabilidade, evitando entrar em maiores detalhes sobre a atual situação dos colonos.

Assim, a geografia imaginária criada no relato procura criar uma visão de travessia tranquila até a colônia, enquanto ela em si é descrita como um lugar idílico que atenderia aos desejos dos camponeses pobres croatas que procuravam terras férteis para plantio. A empresa se aproveita da experiência do imigrante, utilizando o relato como um modo de dar legitimidade às afirmações factuais colocadas no início do material que era distribuído pelos municípios croatas. A narrativa do relato ajuda a construir um *ethos* de confiabilidade da empresa, onde as manipulações com os dados e fatos são descobertas com mais dificuldade, o que permite um melhor aproveitamento e eficiência do tráfico de pessoas (escravos e imigrantes) que foi o grande negócio da segunda metade do século XIX.

---

<sup>8</sup>Novamente, muitos relatos das famílias croatas entrevistadas no âmbito do projeto “História da Croácia e da imigração croata no Brasil” colocam como o período mais difícil da instalação dos imigrantes em que a fome e várias doenças acometiam os colonos.

## Imigração como relato: experiências de viajantes croatas

Portanto, podemos analisar esse relato na chave de Tzvetan Todorov (1991) como de “viajante aproveitador”, representado por um homem de negócios (Sílvio Nodari) que especula com a alteridade (apropriando-se de um relato de viajante imigrante), adaptando-se ao contexto histórico, com a falta de oportunidades na Croácia e a procura por imigrantes no Brasil, colocando de modo mais genérico essa relação de procura e demanda, mas com todas as condicionantes econômicas, sociais, histórias e políticas colocadas acima. Desse modo, interessa menos a verossimilhança do próprio relato, uma vez que a intenção com a qual o mesmo foi produzido, a questão da sua autoria, a materialidade em que ele está inserido e o discurso ali presente denotam uma série de pautas atuais daquele momento para a imigração croata no Brasil. Aqui terminamos a análise do primeiro tipo de relato de viagem, o de material propagandístico de uma agência de viagens que se apropriava desse gênero textual para estimular os possíveis emigrantes croatas a tomarem a decisão de viajar para o Brasil.

A relação entre a verdade histórica e a ficção literária ou publicitária se aproxima e cria uma tensão entre os usos e abusos do relato que, por um lado, era evidentemente a atuação baseada no olhar imperial, disfarçado de algo mais local. Essa visão imigratória construía uma imagem do Brasil pertencente à ordem imperial dominadora, eliminando ou manipulando outras experiências na representação do que entendia ser importante descrever nos seus relatos. Um exemplo-chave desse tipo de visão estaria na do explorador contratado pelo Estado para conhecer, entender e demarcar terra incógnita do Brasil, como os relatos dos irmãos Seljan, exploradores contratados pelo Governo brasileiro para explorar o Mato Grosso dos quais falaremos em terceiro momento. Porém, os relatos de viagem ligados à emigração parecem indicar outro caminho, ou seja, aquele que estaria representando o olhar local, do marginal, do imigrante sofredor que volta à terra natal após uma experiência traumatizante.

Diante da posição de dois tipos de viajantes descritos acima – a visão do imigrante-explorador dominador e a perspectiva do imigrante-camponês marginal –, voltaremos nosso olhar, agora, para um relato representativo desses imigrantes-sofredores, que depois de

realizarem todo o processo de travessia e de chegada no Brasil, não conseguem e/ou não querem permanecer aqui e acabam regressando à Croácia. Em um relatório policial feito no âmbito da proibição da emigração para o Brasil em 1897 (ANEXO 2), encontramos um registro escrito que relata tal experiência. É interessante observar que o relatório continha algumas cartas-convite mais simples enviadas pelo propagandista mais conhecido do momento – Antun Gregolet<sup>9</sup>. O relatório continha ainda uma lista de imigrantes (na sua maioria croatas, com alguns outros eslovenos, húngaros e sérvios) que seriam encaminhados para a formação de uma colônia no Rio Grande do Sul elaborada pelo consulado do Império Austro-húngaro. Ademais, trazia também alguns relatos de guardas com os nomes das pessoas com intenção de viajar ou que já haviam saído dos municípios, bem como a lista de indivíduos interditados de partirem ou que tiveram algum envolvimento com a propaganda emigracionista. Esses materiais inserem os relatos em um contexto complexo de relações e propostas específicas, definidas pela proibição de emigração e a consequente repressão policial na qual surgiram os relatos.

E de fato, não são poucos os casos de imigrantes que voltavam ao país de origem, alguns meses ou anos depois de emigrarem. Os relatos confirmam o senso comum de que “o imigrante era igual ao escravo de outrora”. No relato de Nikola Kučan<sup>10</sup>, um imigrante retornado em 1897, por exemplo, encontramos diversas referências ao tratamento recebido após a sua chegada no Brasil. Escolhemos esse relato dentre vários encontrados nos relatórios policiais pela quantidade de informações que nos traz, especialmente pelas referências ao caminho feito até o Brasil, bem como o tratamento que os grandes fazendeiros davam aos emigrantes. Além disso, o que nos chama atenção é o modo como o relato foi feito, características importantes que encaminham o nosso entendimento do assunto, expressas a seguir.

---

<sup>9</sup>Curiosamente, para esse personagem mencionado em diversos relatos de imigrantes não encontramos informações biográficas de algum tipo. Assim, todo o nosso conhecimento a respeito dele provém dos relatos analisados ou de análises de outros pesquisadores como o Braunnbauer (2016).

<sup>10</sup>Relato encontrado na correspondência policial do município de Mrkopalj (Croácia) em 1897, junto com mais 3 relatos de imigrantes-regressados.

## Imigração como relato: experiências de viajantes croatas

O relato de Nikola é bastante preciso em alguns momentos, mencionando o número de dias da viagem no navio (21 dias), a data que iniciou a viagem, especificando as horas. Numera as famílias que viajaram junto e a quantidade de dinheiro gasto na viagem (75 forintas para o agente Gregolet) e o total do investimento (570 forintas lucradas com a venda da casa e do terreno); menciona os lugares percorridos no caminho (estação de Lokve, porto de Rijeka, cidade de Udine, porto de Genova, porto de Santos, São Paulo) e faz comentários pontuais sobre as condições do navio, o tratamento recebido por parte de Gregolet e dos latifundiários brasileiros.

A visão construída pelo viajante se aproxima ao relato analisado acima, em que os propagandistas utilizam o relato do imigrante para construir uma imagem do que seria imigrar no Brasil. Os dois casos enfocam os deslocamentos e o tempo gasto para cada um deles, o que de certa maneira remete à preocupação principal das companhias de navegação em oferecer uma visão tranquilizante da viagem para o futuro imigrante. No caso do segundo, por se tratar de um relato incorporado no relatório policial, podemos especificar dois objetivos: a) a preocupação da vigilância policial em entender os caminhos percorridos pelos imigrantes, junto com a movimentação individual de cada um e b) uma estratégia de dissuadir o imigrante de emigrar, apresentando relatos desfavoráveis à emigração. E de fato, se olharmos para a quantidade de informações pontuais que são colocadas nesse relato, é de se estranhar a exatidão com a qual um imigrante-regressado (esfomeado e traumatizado) conta a sua viagem, mas por outro lado, trata-se de relatos feitos há pouco tempo da experiência realmente vivida.

Se pensarmos nos termos de Todorov, esse tipo de emigrante se aproxima mais de um relato de exilado do que de assimilado (considerado como posição do imigrante por excelência), pelo fato de não se sentir bem na nova pátria, evitando a assimilação, com razão própria muito forte para resistir à assimilação e a submissão à ordem exploratória do sistema latifundiário brasileiro. A parte mais carregada emocionalmente é aquela na qual Nikola conta a estadia na Hospedaria do Imigrante e a luta para conseguir evitar o “encaminhamento” para

alguma fazenda. Narra que os barões chegavam nos galpões adjacentes à Hospedaria do Imigrante para escolherem os imigrantes comprados, afirmando que “o barão nos inspecionava de cabeça ao pé, querendo ver quem ele tinha comprado, nos tratando como se fôssemos escravos”. Aqui vemos um maior detalhamento do relato com a descrição de uma cena que remete também à inspeção feita no momento da venda dos escravos, remetendo-se explicitamente a essa situação.

Outra cena que o imigrante também conta é a experiência dos colonos nas fazendas onde “colocados em casebres antigos, completamente destruídos, tivemos que compartilhar o espaço com os inúmeros negros que vagavam pela fazenda, fazendo trabalhos ocasionais”, dando a perceber que ficaram alocados nas antigas casas de escravos que ficaram abandonadas e que tiveram que compartilhar o mesmo espaço. Novamente, um forte sentimento de resistência a qualquer tipo de tratamento que os aproximaria de escravos se faz presente nessa parte do relato; porém, é complementada com afirmações de culpabilidade como no seguinte exemplo: “na partida houve muito choro das mulheres e dos filhos e nós homens nos sentimos culpados, porque nos deixamos sermos seduzidos e decidimos nos entregar à vontade de Deus”. Aqui o imigrante vai construindo uma representação de marginalização de si e de sua família. Retrata a mulher, por exemplo, como uma figura passiva, que apenas chora ao longo das descrições do relato inteiro. Na conclusão refere-se ao fato de que todo o dinheiro investido na emigração acabou sendo um grande gasto que deixou a família na miséria, pois ficaram sem a terra.

#### IV

A terra foi um dos principais estímulos para que os camponeses croatas se movessem até as Américas, especialmente para países como o Brasil, que oferecia lotes grandes para quem decidisse vir. A diferença entre o primeiro relato, dos relatos dos imigrantes incorporados no material propagandístico da empresa Nodari, e esse de Nikola Kučan em relação à terra, é que o imigrante-regressado estava inserido na situação de produção agrícola latifundiária, com a obrigação de trabalhar para os “barões”, enquanto o relato da

## Imigração como relato: experiências de viajantes croatas

empresa baseava-se na proposta do sistema de colonato, onde o imigrante recebia um terreno ocupado pelas matas originais, as quais tinha que desmatar e transformar em terra arável. Obviamente, existia uma grande diferença entre o que as empresas propagandistas ofereciam e a realidade que o imigrante vivia; daí a necessidade de se controlar a visão predominante sobre o que seria imigrar ao Brasil, sendo o relato pessoal do imigrante um dos mais confiáveis e aproveitáveis para se seguir um objetivo, tanto de estimular, como de desestimular a entrada dos camponeses nesse processo.

Um aprofundamento sobre a moradia/área de trabalho ou convívio como zona de contato entre o camponês negro e o camponês imigrante, nos permite expandir a questão migratória para as relações múltiplas que a escravidão e a imigração tiveram, relação subjacente ao nosso objetivo principal, mas de todo modo importante. Frequentemente, a visão que se tinha da escravidão procurava diminuir o contato do imigrante com o ex-escravo, focando no tratamento escravocrata que o imigrante recebia (e de fato, na maioria dos relatos os imigrantes se referem à escravidão como um processo ao qual eles foram submetidos, eliminando a presença do negro e as suas questões particulares). Para Sidney Mintz<sup>11</sup>, o quilombo seria o subproduto do desejo do escravo de ser camponês, ou seja, os escravos lutavam para ter acesso à terra e a um meio de subsistência a fim de que isso garantisse cidadania e a formação de raízes. Aqui vemos também que a posse da terra e seu cultivo não foi somente um grande objetivo de vida de muitos imigrantes e que sua negação faz com que certos direitos fossem reivindicados. Dito isso, aproximamos essa história àquela de quilombos que, segundo Flávio Gomes<sup>12</sup>, surgiram dos protestos e da ocupação da terra dentro das fazendas, representando uma relação duplamente tensa: dos fazendeiros com os colonos e negros e entre os próprios negros e os colonos. Gomes considera que crises socioeconômicas, como a Abolição, fizeram com que os senhores das terras procurassem

---

11MINTZ, Sidney. "Era o escravo de Plantação um proletário". In: *O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2003.

12GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

restringir e controlar mais as roças dos seus escravos e ex-escravos, obrigando-os a se deslocarem. E complementa afirmando que os negros aquilombados frequentemente pernoitavam nas antigas senzalas, enquanto de dia vagavam pelas matas ou mesmo faziam pequenos serviços em troca de comida ou dinheiro. Outros já coexistiram com essas comunidades de colonos nas fazendas, integrando-se e os próprios imigrantes à econômica local.

Assim, são múltiplas as explicações que poderíamos dar à observação do Nikola, além do fato de que o relato dele era usado para convencer os futuros imigrantes de não embarcarem para o Brasil, aproveitando os “fantasmas” da escravidão para construir uma representação negativa sobre as futuras experiências e contatos que esses camponeses teriam. Por fim, Nikola relata que conseguiu a permissão de sair do galpão (provavelmente fugindo) para ir ao consulado pedir seu retorno, uma vez que “(...) percebemos e sentimos decepcionados que fomos vendidos”. Esse é somente um dos relatos de viagem que começaram a circular nos anos 1890, fazendo com que a imigração ao Brasil fosse temporariamente suspensa pelo governo austríaco durante o ano de 1897. Esses relatos reais foram utilizados para construir representações positivas ou negativas que tinham como objetivo influenciar a decisão efetiva do camponês, inserida na narrativa que, seguindo a proposta de Todorov, seria mais próxima de um viajante-exilado que está tentando a todo custo voltar à terra da qual teve que sair, analisando a sua viagem a partir de uma comparação de contrastes, ressaltando principalmente o negativo.

Pelo fato de acreditarmos que esses relatos também eram usados seguindo determinada lógica e proposta, temos que deixar claro que nem todos os imigrantes foram tratados assim. Muitos deles conseguiram pagar as suas dívidas e economizar a ponto de poderem comprar antigas fazendas, criando os pequenos núcleos de imigrantes, como foi o caso das famílias Fijacki e Ban<sup>13</sup>, que habitaram a região de São José do Rio Preto e Mirassol,

---

<sup>13</sup>Depoimentos pessoais registrados pelos pesquisadores do projeto “História da Croácia e da imigração croata no Brasil” em 2015 e 2016.

## Imigração como relato: experiências de viajantes croatas

após a estadia na fazenda Veridiana, da família Prado. Eles se tornaram proprietários de terras, loteando as mesmas e vendendo para população ou continuando com a produção local, sendo que alguns membros das famílias, na impossibilidade de conseguirem terras ou por não concordarem com o tratamento recebido nas fazendas, migravam para a cidade de São Paulo, fazendo com que a comunidade croata nesta cidade fosse essencialmente urbana (ao contrário daquela que se estabeleceu no Paraná no princípio do colonato). Aqui, novamente, conseguimos aproximar os dois “caminhos”, do negro brasileiro e do croata imigrante, pois tanto um como outro se deslocava em busca de melhores condições, resistindo, negociando ou fugindo para conseguir realizar seu direito à terra. Portanto, não temos somente o campesinato negro itinerante, como encontramos nos estudos da Ana Rios e Hebe Mattos<sup>14</sup>, mas um campesinato imigrante europeu (croata) que foi extremamente fluido em seus destinos, e não só ele, porque temos casos de diversas comunidades de imigrantes cujas trajetórias se misturavam com as dos negros, indígenas e quilombolas<sup>15</sup>. Ambos se organizavam em famílias com parentesco ampliado para se protegerem, às vezes aceitando o pacto “paternalista” de ficar na terra, exigindo mais direitos e autonomia (como no caso das terras de preto ou no sistema do colonato imigrante).

Isso nos faz pensar na filiação que os próprios imigrantes croatas, ou quaisquer outros imigrantes teriam nessa multiplicidade de contatos e olhares, tanto com os ditos hegemônicos e os subalternos, pois olhamos para essa afirmação menos como um modo explicativo definitivo e mais como um ponto de partida para entendermos que tipo de relação o imigrante teria no decorrer da sua experiência imigratória. O que também ficou

---

14RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo*. Família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

15Três trabalhos que tratam em grande detalhe o tema campesino imigrante/negro, porém no contexto do Sul do país são do Núcleo de Estudos Agrários: “O acamponesamento como sinônimo de aquilombamento”: o amálgama entre a resistência racial e a resistência rurais do Rio Grande do Sul.; SEYFERTH, Giralda. “Colonização europeia, campesinato e diferenciação cultural do Vale do Itajaí”; BLOEMER, Neusa Maria Sens: “‘Colonos italianos’ e ‘caboclos’ no planalto catarinense”. Esses três trabalhos estão na seguinte coleção: GODOI, E.Pietrafesa; MENEZES, Matilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo. RUBERT, Rosane Aparecida; DA SILVA, Paulo Sérgio (orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009.

reconfigurado é a própria noção do Brasil e da vida agrícola, seguindo a lógica de Sidney Mintz, pois o imigrante teve que também mudar a sua visão da vida no campo, das suas expectativas e possibilidades (recriadas também pela propaganda emigracionista), porém esse não era o único modo de se dar sentido ao que foi experienciado como imigração porque as elites políticas e econômicas tinham os seus relatores.

## V

Aqui podemos voltar à discussão sobre a realidade e suas representações, colocando essas dimensões em uma relação dinâmica com as decisões políticas (radicais) que não tinham muitos outros modos para basearem suas ideias a não ser pelos relatos que chegavam com os imigrantes-regressados, com as cartas daqueles já instalados ou ainda com os relatos de “viajantes” croatas que não estavam na função de imigrantes (como no caso dos irmãos Seljan). Desse modo, chegamos ao último relato escolhido para análise, a saber, o relato dos irmãos Seljan, imigrantes-exploradores que foram contratados pelo governo brasileiro para explorarem as fronteiras a Oeste do país.

Mirko e Stevo Seljan, naturais da cidade de Karlovac, são os mais conhecidos viajantes croatas para as terras “desconhecidas” da África e América Latina pelo público leitor do Império austro-húngaro e europeu de modo geral. Durante um período de aproximadamente 30 anos, os irmãos percorreram vários países, principalmente a Etiópia, antes de chegarem ao Rio de Janeiro. Na cidade, fundaram em 1903 a empresa “Mision Científica Croata”. Iniciaram suas viagens pela região das Cataratas do Iguazu, onde exploraram a parte paraguaia e brasileira, descendo até Santa Catarina para depois se encaminharem para o norte do Mato Grosso, onde foram contratados para explorar um caminho de Cuiabá até Santarém no Pará. Pelo fato dessa expedição ter sido malograda e após mais algumas tentativas no Amazonas, os dois viajantes profissionais se mudam da região e começam a realizar trabalhos em outros países da América Latina, como o Peru, o Chile e a Bolívia, dedicando uma boa parte do seu tempo ao estabelecimento de contatos com as comunidades croatas daqueles países e percorrendo várias outros do continente inteiro.

## Imigração como relato: experiências de viajantes croatas

Mirko falece sob circunstâncias suspeitas em 1914 em uma expedição de alto risco no Peru (imagina-se que foi morto pelos indígenas contrários à presença de forasteiros e a uma possível exploração de suas terras, porém tudo ainda fica nas informações especulativas que circulavam pela imprensa da época), enquanto Stevo morre somente em 1936 em Ouro Preto, onde constituiu família.

Pela história pessoal acima esboçada, podemos afirmar que, levando novamente em consideração o sentido mais próximo do que a Mary L. Pratt expõe no seu livro “Os olhos do império”, a princípio os Seljan incorporavam ao olhar imperial, no sentido de se esperar que a perspectiva dos irmãos fosse distanciada, observando a realidade sem muito envolvimento inicial, domesticando com os relatos regiões distantes do Brasil. Mas, pela vasta produção escrita, muitas vezes perpassada pelas observações pessoais e relatos que não tinham como proposta principal a descrição naturalista da geografia brasileira, o imaginário dos exploradores expandiu-se para outras áreas, incorporando nas suas narrativas os indígenas (o “outro” evidente), mas também os imigrantes croatas (o “igual” no território do “outro”). Não podemos esquecer que eles eram também imigrantes, tanto que nunca voltaram para a Croácia e, no caso de Stevo, formou uma família e permaneceu no Brasil por mais 20 anos depois da morte de Mirko. Nesse sentido, o seu relato deverá ser lido em uma ótica dupla: de explorador contratado para agir como olho oficial da elite brasileira interessada em melhor definir suas fronteiras e dominar terras e povos, e de um imigrante croata que, embora esteja no país por meio de um contrato, está livre para observar a situação de seus conterrâneos e interferir na sua condição (ajudaram e/ou fundaram quatro sociedades de auxílio e cooperação croatas). Tais perspectivas corroboram a hipótese de que a condição de imigrante oriundo de um país que também estava nas margens da Europa ajudava a ter uma sensibilidade para com os outros povos marginais (o seu próprio lugar ou o dos outros).

Portanto, consideramos que estavam em um jogo constante de alteridades, o que se dava pelos deslocamentos entre diferentes zonas de contato nas quais tiveram experiências diversas e que constituía certo de tipo de “miradas cruzadas”, na definição de Monica

Szurmuk (2007). Cruzadas porque não cediam completamente a nenhuma das visões, mantendo-se distantes de uma visão completamente autobiográfica e de outras oficiais/científicas ao olharem para o ambiente de dentro e de fora. Embora estivessem numa posição de fora em que podiam apenas observar a situação do imigrante, o fato de estarem preocupados com tal situação fez com que se colocassem em uma posição de dentro, contando a sua experiência e a experiência de outros imigrantes que encontravam no caminho.

No que diz respeito ao legado escrito, as publicações dos Seljan abarcam livros (o mais famoso “O salto do Guaira”, publicado em Buenos Aires), contos (para mencionar um “Através de desertos e matos – contos” – onde o tema principal é o Brasil), cartas pessoais enviadas aos amigos e parentes, artigos científicos e midiáticos e diários de viagem. É interessante observar a consciência que os irmãos tinham do próprio ofício de escrever, isto é, da autoria dos textos. Por exemplo, em uma das correspondências encaminhadas para a Croácia<sup>16</sup>, Stevo Seljan diferenciou o seu legado escrito do irmão, ao constatar que

Tudo que os irmãos Seljan escreviam em croata, espanhol, português e inglês, fui eu, Stevo Seljan, quem escreveu. Tudo escrito em alemão e francês foi feito pelo meu irmão Mirko Seljan. Todas as correspondências pessoais enviadas a Zagreb para diversos amigos foram exploradas de modo mais abusado. Claro, alguns amigos literatos corrigiram alguma coisa, mais vezes ainda acrescentavam ao texto original algumas bobagens e depois plagiavam meu trabalho dizendo que foi ‘de acordo com os irmãos Seljan’. No Brasil, chamamos isso de ‘um roubo escandaloso’. Agora declaro que, todos os nossos relatos de viagens, dirigidos por mim em croata, são minha propriedade e autorizo o meu amigo prof. Zlatko Šulentić para que junte tudo desde 1899 até os dias de hoje em Prosvjeta, Vijenac, Obzor e outros jornais e que publique em um livro, ilustrado caso for possível.

Isso, de fato, nunca aconteceu. Embora existam coletâneas nas quais seja possível encontrar alguns relatos, a maioria das publicações encontra-se, no processo de digitalização, no Museu Etnográfico na cidade de Zagreb. A correspondência em si mereceria uma análise à

---

<sup>16</sup>O envio foi feito em 20 de maio de 1934 de Outro Preto e tinha como destinatário o Zlatko Šulentić, amigo de Stevo Seljan.

## Imigração como relato: experiências de viajantes croatas

parte, especialmente por conta do modo como os relatos de viagens eram plagiados e usados para fins mercadológicos de algumas revistas, editoras ou indivíduos que republicavam seus relatos sem a autorização dos autores. Também, seria interessante explorar o modo como o uso de línguas estrangeiras na escrita dos relatos definia a autoria (os irmãos dividiram a escrita entre si – Mirko escrevia em alemão e francês e Stevo em croata, espanhol, português e inglês) e o uso de revistas como modo de afirmação e divulgação do trabalho dos autores, considerada uma atividade econômica, pois pagava-se a publicação dos relatos nos principais meios de comunicação. Como este não é o nosso objetivo, só cabe ressaltar que os irmãos, na verdade apenas Stevo Seljan, tinham uma visão bastante conscientemente sobre a função do relato de viagem (de maneira que transformou-o em uma fonte de recursos financeiros) e os percalços que os relatos e eles como autores tiveram, o que ajuda a solidificar a nossa hipótese de ótica dupla (imperial/local) com miradas cruzadas (dentro/fora).

O relato de viagem escolhido para que possamos compreender os aspectos dos irmãos Seljan esboçados acima, e que diz respeito à situação dos imigrantes croatas no Brasil, foi publicado em 1910 no periódico *Jeka* com o título “Porque é que os imigrantes fogem do Brasil” (SELJAN, 1910). Cabe informar que os anos de 1909 e 1910 foram marcados por uma interrupção nas explorações oficiais e uma maior dedicação às publicações de suas experiências, as quais começarão a ser a base da sustentação da dupla. Ou seja, é um período posterior ao ápice de atividades imigratórias croatas no Brasil e às subsequentes proibições feitas pelo governo austríaco de 1897, quando a atenção passa para a transmissão escrita do tema dos imigrantes.

O texto em si não relata uma viagem específica, mas cria uma visão mais geral, abrangente dos porquês da difícil situação do imigrante croata, nos quais percebemos o envolvimento dos exploradores com as dificuldades do imigrante. Portanto, não aparenta ser um relato típico que narra o processo da imigração, como dos dois primeiros já abordados, mas nos interessa pelo fato de condensar as experiências de viagem dos Seljan, servindo como uma zona de contato das narrativas pontuais que eles, como imigrantes, tinham. Assim,

é o relato de uma experiência já vivida, condensada que consegue cruzar a visão oficial e as intenções do Estado Brasileiro ao afirmar que

perspicazes brasileiros entenderam, finalmente, que a sua Pátria não pode progredir sem vigorosa e sadia ajuda do emigrante europeu. Para fazerem chegar os emigrantes, eles criaram leis muito liberais. Porém, no Brasil, as leis são explicadas e respeitadas de uma maneira totalmente original. (SELJAN, 1910)

Nesse trecho temos uma afirmação da supremacia da política imigratória que trazia europeus, o que nos leva a pensar que os irmãos concordavam com a ideologia racista que entendia a presença negra como algo que podia atrasar o progresso à Pátria de modo “vigoroso e sadio” como o imigrante fazia. Eles tocam na temática das leis e da sua aplicação brasileira *sui generis*, pois nessa época, com mais de 10 anos da experiência de trabalho para o governo no Brasil, os irmãos tinham passado por diversas situações em que aplicação das leis não foram como esperavam.

O relato continua com o detalhamento do uso do poder legislativo, tanto para explicar o funcionamento do sistema (com as informações sobre a relação do governo federal e dos estados) como para fazer diversas observações sobre o uso e abuso das mesmas pela elite. Assim se constrói uma visão do Brasil que mistura as informações específicas sobre a realidade brasileira com os comentários dos exploradores-imigrantes que tentam aproximar esse mundo do leitor croata. Ao longo do texto, o tom das críticas vai se agravando com as leituras da sociedade brasileira em que “cada um a quem se oferece a mínima oportunidade, explora tudo em seu proveito”, fazendo conclusões até certo ponto generalistas, mas que tocavam em algumas características negativas do funcionamento do sistema sócio-político que deveria receber o imigrante. Ao falarem do imigrante, preocupam-se mais com a recepção (como em “Confiando em promessas legais dos propagandistas brasileiros na Europa, os emigrantes ficam pasmos ao entrar no Brasil”) e as condições de trabalho (“O emigrante ficará feliz se encontrar emprego em cafeeiras. Porém isso não seria o pior, se a

## Imigração como relato: experiências de viajantes croatas

jornada fosse paga honestamente”). Aqui encontramos uma indicação de dois sujeitos “exploradores” do imigrante: as empresas propagandistas na Europa e os proprietários dos latifúndios no Brasil, sendo assim o imigrante duplamente explorado no país. Eles citam mais alguns elementos negativos da relação trabalhador-dono (atrasos nos pagamentos, endividamento irregular, falta da possibilidade de reclamação etc.) e acabam mencionando mais alguns tipos de trabalhadores imigrantes croatas que se encontravam no país: os trabalhadores das ferrovias e os imigrantes inseridos no sistema do colonato no interior do país, para os quais se diz que não passavam melhor do que os camponeses das fazendas. Indo para o final do relato, os Seljan tocam também na temática geopolítica, uma vez que muitos imigrantes fugiam para outros países da América Latina (principalmente Argentina e Uruguai) e fazendo uma observação sobre a situação nos estados do Sul do Brasil, que ofereciam melhores condições – os autores argumentam isso pelo fato de existirem muitas colônias de diversas nações europeias que conseguem resistir a este tipo de exploração, reforçando mais uma vez a supremacia do europeu. Ao concluírem que “não há dúvida que a cultura, cada vez mais penetrante, com o tempo faz melhorar as circunstâncias brasileiras”, os imigrantes-exploradores se posicionam do lado da metrópole e suas ideias vigentes, reforçando as já mencionadas ideias do Liberalismo, colocando-se na posição chamada de “viajante-filósofo” por Todorov. Isso nos parece ser o caso por terem feito observações fundamentadas em algumas ideias mais abstratas de liberdade, civilização e progresso, que os colocam no nível de observadores que oferecem a sua visão benevolente para servir à população croata interessada em emigrar. Mas, ao mesmo tempo, colocam-se no nível local em que escutam e, após as suas elaborações, transmitem uma parte da experiência condensada de viagem de imigração, fugindo de uma visão focada somente no que acontece “em cima”.

**VI**

Desse modo, podemos chegar a uma conclusão de que a imigração, processo no qual relatos de viagem são produzidos, é em si uma zona de contato de diversas narrativas,

sujeitos narradores e objetivos com os quais são feitos e posteriormente aproveitados esses relatos. A imagem sobre o Brasil, pela qual se lutava discursivamente de muitos modos, residia na colocação de informações e dados “objetivos” que eram recontextualizados de acordo com a perspectiva positiva ou negativa dentro dos relatos dos sujeitos envolvidos no processo de imigração. Nenhum lado conseguia dominar o outro, pelo fato de a representação do país depender dos acontecimentos efetivos e esses acontecimentos ganhavam outra vida nos relatos que os usavam para representar uma outra realidade. Porém, o fato é que a imigração croata em massa continuará acontecendo nas próximas décadas, concentrando-se principalmente nos anos 1920, com vinda de mais imigrantes almejantes de terras e possibilidades de garantir uma vida melhor para si e suas famílias.

A geografia do país, expressa e visualizada exclusivamente através do texto escrito, procurava dar características pontuais do mapa geográfico (com distâncias, tempos e locais) ou construía cenas dramáticas em que se narravam as situações da imigração (chegada, primeiro contato, viagem, instalação, partida), marcando a vida do imigrante em etapas e momentos. Nenhum relato se encontra fora do meio em que foi publicado/escrito; assim, a sua base são texto publicitário (relato 1), relatório policial (relato 2) e artigo jornalístico (relato 3), cada um “imprimindo” suas características discursivas e ideológicas e, cruzando essas diferentes visões, procuramos construir uma heterogeneidade do processo de imigração croata (não esquecendo da realidade histórica, porém baseando-nos nas representações discursivas dos nossos viajantes). Porém, os três relatos nos parecem estar incorporados na ótica “nós e os outros”, a chave de análise proposta por Todorov, que no nosso caso, ajudou a entender a alteridade como a construção do outro e de si é um elemento fundamental para a criação desses relatos. O viajante se refere ao que vê, a partir daquilo que já conhecia, mas também seguindo uma proposta ideológica: a do viajante-aproveitador do primeiro relato, do viajante-exilado do segundo e do viajante-filósofo no terceiro caso. Entendemos necessário constatar que a predominância de uma das funções do viajante não significa que não houvesse características das demais, dado que a experiência imigratória é um fenômeno

## Imigração como relato: experiências de viajantes croatas

complexo que exigia dos indivíduos e dos grupos atitudes e visões diferentes sobre o que estava relatando.

Consideramos, assim, que desse modo conseguimos levar o relato do viajante-imigrante para dentro do campo de estudos sobre relato de viagem em que muitas vezes o aspecto imigratório não foi explorado (um exemplo notável de produção acadêmica nessa temática é a análise do viajante imigrante alemão feita por Karen Lisboa no livro *Mundo novo, mesmo mundo*, publicado em 2011), complementação de visões e cruzamento de olhares que não se encontram nem somente no imperial dominador, nem no local dominado. E por fim, esperamos que esse tipo de narrativa enriqueça o campo de estudos da imigração croata que ainda precisa avançar muito no entendimento das razões da vinda dos imigrantes, a sua vida como tal no Brasil e as características da atual comunidade croata.

**Referências bibliográficas**

- ANDERSON, Benedict. *As comunidades imaginadas*, São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANTIĆ, Ljubomir. *The Economic Causes of Emigration from Croatia in the Period from the 1880's to the First World War*. *Povijesne prilike*: Zagreb, n.14, pp.291-300, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Los Croatas y América*, Fundación para la Emigración Croata: Zagreb, 2000.
- BRAUNNBAUER, Ulf. *Globalizing Southeastern Europe: emigrants, America, and the state since the late nineteenth century*, Lexington Books: Lanham, 2016.
- BOUTRUCHE, Robert. *Señorio y feudalismo*. Trad. Alicia Entel, Griselda Vignolo, Maria Cristina Davolio. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.
- COSTA, Emília Viotti da. "Liberalismo: teoria e Prática". In: *Da Monarquia à Republica: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007, pp. 133-170.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.
- LISBOA, Karen Macknow. *Mundo novo, mesmo mundo*. Viajantes de língua alemã no Brasil (1893-1942). São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2011.
- PRATT, Marie Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*, Edusc: Bauru, 1999.

MARINOVIĆ DORO, Norma. *A imigração iugoslava no Brasil*. Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1987.

MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MINTZ, Sidney. "Era o escravo de Plantação um proletário". In: *O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2003

RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo: Família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PIETRAFESA, Emilia de Godói; MENEZES, Marilda Aparecida; MARIN, Rosa Acevedo (orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades*, v.1/- São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

SZURMUK, Mónica. *Miradas cruzadas: narrativas de viaje de mulheres em Argentina*. Instituto Mora: México, 2007

TODOROV, Tzvetan. *Nosotros y los otros*. Siglo XXI: México, 1991.

## ANEXO 1

Estado: Minas Geraes, vilarejo: Barbacena; colônia e posto: Ponta nuova<sup>17</sup>, 22 de julho de 1897

Estimado senhor

Com coração partido partimos em 1895, no mês de outubro, da nossa antiga pátria Croácia para uma viagem ao Brasil e chegamos saudáveis no Rio de Janeiro depois de 18 dias de viagem todos. Aqui a comissão brasileira nos colocou por dois dias onde recebemos comida, bebida e cama. Nós decidimos de partir para a Ponte nova porque lá há nossa gente e muitos eslovenos também. Fomos de trem e chegamos até a estação General

---

<sup>17</sup>Mantivemos a grafia original do relato do atual município de Ponte Nova que se assemelha à forma italiana de escrever novo, o que é possível explicar pelo fato de o croata ter muito mais contato com o italiano e a empresa propagandista ser italiana.

## Imigração como relato: experiências de viajantes croatas

Carneiro desde a qual andamos por mais duas horas até Ponte nuova onde nos encontramos com os colonos de lá. Vimos imediatamente que essa gente vai bem, porque tinham de tudo o suficiente e por isso também que decidimos iniciar o nosso trabalho com bastante esforço, trabalhamos, isso é verdade, da madrugada até o anoitecer, mas lamentamos porque antes aqui tinha um mato e agora temos uma terra fértil, colhemos duas vezes por ano em abundância, temos gado e de tudo o suficiente, bem como um pouco de dinheiro que recebemos pelos produtos vendidos. Não nos arrependemos por termos abandonado a nossa querida pátria croata e que aqui chegamos sem nada. Em pouco tempo chegarão outro conterrâneos nossos que vêm para cá porque conseguimos até um terreno, o qual não falta no nosso redor. Mandamos muitas lembranças para a nossa pátria e que vive bem, com cordiais saudações,

Janko Lesić

Josip Furlanić

Marko Milosević

Janko Oklobžia,

Kolonistas etc.

E mais 15 assinaturas de outros emigrados

**ANEXO 2**

Sobre a emigração para o Brasil eu descobri primeiro do povo do município de Ravna Gora que lá já tinha ido antes de mim, mas também eu li algumas cartas que nos chegavam do tal do agente Gergolet do qual recebi também o endereço.

Como dos relatos fiquei sabendo das promessas que diziam que o governo brasileiro dava 36 rala<sup>18</sup> ou mais e que podíamos pagar dentro do prazo de 8 anos sem nenhum tipo de imposto ou tributo e que lá havia muita terra fértil etc., decidi eu também me mudar com a

---

<sup>18</sup>Rala é uma medida croata que corresponde aproximadamente a meio hectare.

minha família inteira a qual também poderia ser colocada para bom uso nos serviços do cultivo do café etc. O que pensei, também realizei e para concretizar isso, vendi a minha casa e terreno, isto é, todo o meu patrimônio imóvel no município de Mrkopalj. O custo do trem de Lokve até Rijeka paguei na estação ferroviária de Lokve, depois, para continuar a viagem, mandei ao Gregolet 75 forintas<sup>19</sup> e quando cheguei a Udine, acrescentei mais 3 forintas.

Cheguei em Rijeka com a minha família, mais 5 outras com as quais no dia 23 de janeiro a uma hora da manhã tomei o trem até Udine. Lá fomos recebidos pelo Gregolet e lá esperamos o dia inteiro para continuar a viagem até Genova onde junto com o Gregolet viajei no dia seguinte.

Em Genova embarcamos no dia seguinte no vapor que foi diretamente para Santos. Foram vinte e um dias de viagem até chegarmos a Santos onde fomos encaminhados para São Paulo. Durante a travessia marítima nos davam alimento qualquer, assim se alguém morria ou ficava doente, era mais por conta da fome e não da doença, porque não havia nenhum atendimento para os doentes.

Quando percebemos em Genova que o Gregolet ia nos enganar, pedindo mais dinheiro e vários outros pagamentos adicionais, e nós ficamos apavorados com a partida para o mar aberto e largo, porque sentíamos que não teríamos sono bom, e aí ele começou a nos encorajar, com as palavras: “tranquilidade, não se preocupem, vocês vão se dar bem etc.” Mas na partida houve muito choro das mulheres e dos filhos e nós homens nos sentimos culpados, porque nos deixamos sermos seduzidos e decidimos nos entregar a vontade de Deus.

Viajando de Santos a Seint Paulo,<sup>20</sup> nos colocaram em um vagão de carga com barras e aqui nos fecharam como se fôssemos animais selvagens e viajamos assim do meio dia até as

---

19Moeda oficial do Império austro-húngaro, equivalente a mil reis brasileiros da época.

20A grafia original encontrada no texto que remete à cidade de São Paulo.

## Imigração como relato: experiências de viajantes croatas

dez e meia da noite até chegarmos em Sant Paulo onde nos a guarda levou para um prédio enorme perto da estação de trem, uma verdadeira fortificação, toda murada com portas de ferro e aqui nos fecharam.

Aqui ficamos presos por três dias, a comida vinha uma vez por dia arroz e couve fresca ou feijão e arroz e um pão francês para cada, o mínimo para te manter vivo. As crianças e mulheres esfomeadas berravam, aí que percebemos e sentimos decepcionados que fomos vendidos. Não podíamos sair dessa casa, e nela chegavam os barões que tinham a tarefa de comprarem nessa casa pessoas aprisionadas. O barão nos inspecionava de cabeça ao pé, querendo ver quem ele tinha comprado, nos tratando como se fossemos escravos.

Vendo que fui enganado, comecei a exigir, considerando que tinha algum dinheiro, para seja solto em liberdade e pedi a mediação do nosso consulado austríaco, mas me impediram a saída da casa.

Finalmente, depois de muitos suplícios meus e da minha família com seu choro conseguimos a minha liberdade e aí fui imediatamente pedir as instruções referentes ao nosso retorno à pátria.

Recebendo as mesmas, voltei com a minha esposa e três filhos para a pátria, passando no caminho muita fome, sofrimento e remorso pela minha ingenuidade, porque assim eu joguei fora todo o dinheiro e fiquei em casa e terreno que vendi para esta viagem, esperando uma vida melhor.

E assim fiquei exposto a maior miséria com a minha família, porque estou na casa de outros e eu sou já um homem de sessenta anos, enfraquecido para trabalho agrícola mais pesado, assim não poderei me sustentar e a família onde um filho ainda está na idade escolar.

Quando sai daquela casa desgraçada para a liberdade antes de voltar para a pátria, tive a oportunidade de ouvir dos nossos emigrantes que, por conta, da falta de condições

financeiras não conseguem se livrar do Brasil e os que tiveram que sobreviver foram escravizados, passando por maus bocados. Colocados em casebres antigos, completamente destruídos, tiveram que compartilhar o espaço com os inúmeros negros que vagavam pelas fazendas, fazendo trabalhos ocasionais.

Por isso o maior pecado seria que o Gregolet e seus companheiros, que levaram desse jeito hediondo tanta gente nossa, seguindo seus interesses pessoais, passassem ilesos, especialmente porque roubaram o nosso patrimônio para si.

Eu teria muitas outras experiências para relatar, mas espero que muitos outros que tiveram a mesma má sorte, ou até pior, contaram de modo mais detalhado e extenso às nossas autoridades, e por isso acho que esse meu depoimento será um relato insuficiente.

Acrescento que levei comigo para Estados Unidos 570 forintas e quando voltei para Rijeka tinha somente 5 forintas que usei com a minha família para almoçar e para a continuação da minha viagem até em casa, emprestei de Ivan Galanović a quantia de 5 forintas.

Assim ficou concluída e relatada a história de Nikola Kučan,

Assinatura do imigrante-regressado<sup>21</sup>

### ANEXO 3

“Os perspicazes brasileiros entenderam, finalmente, que a sua Pátria não pode progredir sem vigorosa e sadia ajuda do emigrante europeu. Para fazerem chegar os emigrantes, eles criaram leis muito liberais. Porém, no Brasil, as leis são explicadas e respeitadas de uma maneira totalmente original. O partido que está no poder e a oposição vivem numa contenda constante. Os governamentais servem-se das leis em seu prol e em detrimento dos seus opositores políticos. Em primeiro lugar, tentam enriquecer à custa de

---

21A assinatura foi feita em outra letra que representa várias dificuldades de escrita, indicando ser a letra do próprio imigrante.

## Imigração como relato: experiências de viajantes croatas

rendimentos estatais. Por isso, à falta de pretexto para gastar dinheiro, eles criam novas leis, determinando somas enormes para a aplicação das mesmas. Assim se procede, em grande medida, na capital, Rio de Janeiro, e, proporcionalmente, em todas as capitais dos estados federativos. Determinados municípios são tão autônomos que imitam o Governo central e os governos dos estados federativos. Muitas vezes, as leis federais estão em óbvia contradição com as leis de determinados estados, e os municípios interpretam tudo em prol de si, o que leva a uma grande confusão, ou, como dizem os próprios brasileiros: 'Todos mandam, nenhum obedece e tudo vai bem'. O Governo não tem tempo para tais frivolidades, o mais importante para ele é satisfazer os seus partidários e impedir a revolução dos seus opositoristas. É compreensível que, em circunstâncias como estas, cada uma quem se oferece a mínima oportunidade, explora tudo em seu proveito; é necessário assegurar-se a tempo, porque amanhã tudo poderia mudar. Territórios meio-civilizados e certos indivíduos podem agir a seu gosto. Para eles, o dever, o respeito da lei e o humanitarismo são apenas frases vazias. Confiando em promessas legais dos propagandistas brasileiros na Europa, os emigrantes ficam pasmados ao entrar no Brasil. O emigrante ficará feliz se encontrar emprego em cafezais. Porém, isso não seria o pior, se a jornada fosse paga honestamente. O dono de plantação vende tudo a crédito aos colonos, triplicando a soma. Quando se faz o balanço, demonstra-se quase sempre que o trabalhador está registrado no livro da dívida com grande soma de débito, Qualquer reclamação é inútil. Contra a força não há resistência! – Os trabalhadores empregados na construção do caminho de ferro, no interior do País, também não passam muito melhor. Alguns emigrantes são mandados pelo Governo para o interior; isto é, para regiões afastadas de qualquer meio de comunicação. Lhes é prometida uma casa já edificada e alimento até à primeira sega. Em vez da casa, eles encontram a selva, e em vez do alimento, os fornecedores governamentais dividem-lhes feijão mofento e carne defumada em que abundam vermes. Ai dos reclamadores descontentes: serão punidos como rebeldes e elementos perigosos. Muitos pobres morrem de miséria. Os que estão perto da fronteira fogem para a Argentina ou para o Uruguai. Alguns ficam no Brasil e, passando por

todos os males, asseguram a existência na nova Pátria, mas serão para sempre detestados pela população autóctone. Nos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande de Sul, as circunstâncias são um tanto melhores. Tendo passado por muitos desagradados, as colônias polacas, ucranianas, alemãs e italianas, afirmaram-se no País. Os brasileiros não têm confiança nestas, uma vez que os estrangeiros unidos poderiam lhes arrancar os dentes. Não há dúvida que a cultura, cada vez mais penetrante, com o tempo faz melhorar as circunstâncias brasileiras. Por enquanto, povo, não emigres para o Brasil! Quem deve deixar a Pátria, encontrará melhores circunstâncias na Argentina. Para o Brasil pode ir um artífice ou comerciante com um pouco de capital, mas é necessário que seja sagaz, precavido e de consciência bastante 'elástica' a fim de bem ponderar qualquer negócio antes de assumi-lo, senão fugirá para além da fronteira, assim como os desgraçados colonos...".

## A viagem de Thomas Russel Ybarra (1938-1939): *New York Times* e a política da boa-vizinhança<sup>1</sup>

Edson Bossonaro Júnior\*

**Resumo:** O presente trabalho analisa as imagens produzidas pelo articulista e viajante do *The New York Times* (NYT), Thomas Russell Ybarra, enviado para a América Latina em 1938-1939, no contexto da Política da Boa-Vizinhança, com o objetivo de averiguar a ameaça do nazi-fascismo para os interesses norte-americanos na América Latina e o grau de influência de seu país na região. Defendo que apesar da imparcialidade proclamada pelo jornal e por seu viajante, as imagens produzidas por Ybarra sobre os latino-americanos e a argumentação sobre as diferenças entre os EUA e os imperialismos europeus contribuíram para a concepção de um lugar imperial distinto para o país no novo cenário mundial.

**Palavras-Chave:** Estados Unidos. América Latina. Boa-Vizinhança. Imprensa norte-americana. Segunda Guerra Mundial. Relatos de viagem

### 1. Introdução

O presente trabalho discute as visões sobre a América Latina produzidas por Thomas Russell Ybarra e veiculadas pelo jornal *The New York Times* (NYT). O viajante percorreu diversos países das Américas do Sul e Central no final de 1938 e início de 1939, no contexto da Política da Boa Vizinhança.<sup>2</sup>

---

1O presente trabalho, realizado para conclusão da disciplina “História da Cultura II”, ministrada pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Stella Maris, é também parte da pesquisa de Iniciação Científica de título “O Brasil do *New York Times*: Segunda Guerra Mundial e Política da Boa-Vizinhança (1938-1942)” realizada sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mary Anne Junqueira. Agradeço ambas pelas conversas e discussões que mantivemos nos últimos três anos e pelas aprendizagens que me proporcionaram em todas as oportunidades.

\*Graduando em História pela Universidade de São Paulo. Pesquisador do Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial (LabMundi-USP). Contato: thomaz.fortunato@usp.br

2A Política da Boa-Vizinhança (*Good Neighbor Policy*) foi a política externa adotada pelo governo F.D. Roosevelt entre 1933 e 1945. A nova orientação afirmava que o passado de intervenções e conflitos com a América Latina havia sido superado, e que se abria uma nova era de respeito e amizade entre as nações do Hemisfério. C.f: Gerson Moura (1985), Antônio Pedro Tota (1990), Tânia C. Garcia (2005) e Mary Anne Junqueira (2000).

A citada orientação internacionalista, adotada pela Administração Franklin Delano Roosevelt e defendida pela primeira vez na Conferência de Montevideú, proclamava o abandono da política do *Big Stick* em prol de nova era de igualdade jurídica entre as nações do Hemisfério Ocidental.<sup>3</sup> Frente ao avanço da influência mundial do nazi-fascismo, entretanto, e à medida que os eventos europeus assinalavam a probabilidade de um conflito de grandes proporções, a Boa-Vizinhança reorientou-se para a tentativa multifacetada, nos campos cultural, político e econômico, de aproximar os latino-americanos dos EUA e afastá-los da Europa.

Assim, ao longo da década de 1930, enquanto os Estados Unidos mantiveram posição não-intervencionista em relação aos confrontos europeus, buscaram ampliar sua influência político-cultural sobre a América Latina e garantir o apoio desses países às políticas de defesa hemisférica debatidas nas Conferências Pan-Americanas. Em contexto de agravamento das tensões internacionais, e intensificando-se os esforços em prol da “solidariedade hemisférica”, em dezembro de 1938, Lima sediou a VIII Conferência Pan-Americana, na qual os EUA atuaram pela ratificação de uma declaração de princípios que condenasse conjuntamente as intervenções feitas pelos países do Eixo – Alemanha, Japão e, desde 1937, a Itália. Também propuseram a ampliação do sistema de consulta automático entre as nações americanas em casos de agressão “estrangeira”, instituto que já havia sido esboçado na Conferência de Buenos Aires (1936). Tratava-se, para o Departamento de Estado, da – agora necessária – consubstanciação da cordialidade da Boa-Vizinhança num alinhamento prático e, se possível, formal de todo o Hemisfério.

Em consonância com essas preocupações, o *NYT* acompanhou assiduamente, ao longo de 1938, a situação latino-americana, vista como fonte de insegurança crescente à medida que os conflitos recrudesciam. Em abril, o plebiscito do Anschluss, realizado na Áustria, – no

---

<sup>3</sup>Trata-se da *Big Stick Policy*, orientação de política externa adotada por Theodore Roosevelt que forneceu subsídios para intervenções militares na América Latina. A respeito do escopo da Política da Boa-Vizinhança, note-se que, para Alexandre Guilherme (2014), a correspondência de periodização, adotada pela maioria dos autores, entre a Boa Vizinhança e os mandatos de Roosevelt não deve obscurecer o fato de que a citada orientação remete a tradições pan-americanistas anteriores à década de 1930.

A viagem de Thomas Russel Ybarra (1938-1939): New York Times e a política da boa-vizinhança

qual muitos imigrantes vivendo nas Américas votaram a bordo de navios nazistas – resultou na anexação da Áustria pela Alemanha sem contraposição efetiva da Liga das Nações e, em setembro, os Acordos de Munique legitimaram a ocupação da Tchecoslováquia. Os acontecimentos impactaram as produções do jornal, que os descreveu com as sombrias cores de uma capitulação, a uma só vez, de todas as antigas potências democráticas europeias perante os nazistas. Em suma, para o jornal, as anexações demonstravam que a Liga das Nações era incapaz de proteger o mundo Ocidental, o que deixava “vago” – ou à disposição dos EUA – o posto de protetor das “nações fracas” do globo, algo que incluía, em sua perspectiva, a totalidade das repúblicas vizinhas ao sul do Rio Grande.

As produções do jornal ao longo do ano, assim, demonstraram preocupação em relação à crescente propaganda nazi-fascista na América Latina, tida por amplamente organizada e eficiente, bem como à agressividade das estratégias do mercado de compensação (*barter trade*), mediante o qual a Alemanha comprava grandes volumes de matérias primas latino-americanas em troca de produtos germânicos – atrelando-os a seu mercado e reduzindo, assim, as exportações dos EUA pela generalização da escassez de reservas em dólares.

Somada a isso, a própria situação da América Latina introduzia elementos que causavam insegurança. Em novembro de 1937, o governo Vargas estabeleceu o Estado Novo e uma nova Constituição, recebidos pelos primeiros articulistas do *NYT* como o possível nascimento de um Estado *fascista* em pleno “Hemisfério Americano”. Os temores atenuaram-se ao longo de 1938, o que é notável pela supressão, nos textos do jornal, do termo “fascismo”, e também pelo acompanhamento assíduo às medidas tomadas por Vargas contra militantes integralistas e imigrantes europeus ao sul do país. Ademais, a novidade brasileira, somada à expropriação das companhias petrolíferas norte-americanas por Lázaro Cárdenas no México e à vitória eleitoral da Frente Popular chilena, produziam uma conjuntura repleta de elementos, cujo desenvolvimento, para o *NYT*, parecia incerto, ao mesmo tempo em que a

crescente propaganda e o *barter trade* assediavam uma América que era imaginada como atavicamente suscetível a se mover por princípios abstratos (como o nazismo) e historicamente vacilante em sua relação com os Estados Unidos.<sup>4</sup>

Nessa perspectiva, é notável a ansiedade expressa nos artigos do jornal – o que provavelmente informou a viagem de Thomas Russell Ybarra, importante articulista do *NYT* enviado para a América Latina a fins de 1938, às vésperas da VIII Conferência Pan-Americana, em jornada cujo objetivo vinha redigido no rodapé de seus artigos: analisar a situação política latino-americana, conturbada pelos eventos perturbadores de 1938.

## 2. Thomas Russell Ybarra (1880-1971): um viajante da Boa Vizinhança<sup>5</sup>

Thomas Russell Ybarra nasceu em Boston em 1880. Foi poeta, escritor, jornalista e editor de revistas, tendo se tornado parte do corpo de funcionários do *NYT* em 1905, empresa na qual assumiu diversos e importantes cargos. Sua proficiência em muitas línguas, resultado de uma juventude em constante deslocamento, capacitou-o a se tornar correspondente em países centrais da Europa no pós-guerra: de 1924 a 1925, em Berlim; entre 1925 e 1926, em

---

<sup>4</sup>Ressalte-se que a *fragilidade* do continente – que pressupunha, agora, a necessidade de proteção por parte dos Estados Unidos, em substituição à “obsoleta” Inglaterra – não era pensada exclusivamente em termos econômicos, militares ou geoestratégicos, e tampouco de instabilidade político-institucional ou política exterior. Evoca-se como elemento explicativo uma suposta *fragilidade* de origem cultural ou racial que os levaria, tendencialmente, a se mover “apaixonadamente” (de maneira irrefletida) por ideias e ideologias, o que seria potencialmente perigoso. Assim sintetiza John White, importante articulista e correspondente do jornal em Buenos Aires, em edição dominical de 1939: “Os latinos ficam selvagememente excitados com ideias abstratas de uma maneira incompreensível para os anglo-saxões. Enquanto os anglo-saxões geralmente formam suas ideias racionalizando depois que os eventos ocorreram, os latinos estão prontos *a priori* para lutar por ideias abstratas em si mesmas. Isso explica a constante ocorrência de insurreições estudantis por toda a América Latina, em que jovens começam revoltas ou mesmo revoluções em defesa de alguma ideia que eles conhecem apenas por terem lido a respeito. Consequentemente, os governos sul-americanos estão determinados a fazer de tudo para postergar ao máximo possível qualquer conflito local a respeito de ideologias europeias” (WHITE, J. “South America is doubtful of staying neutral in war”. In: *NYT*, Nova York, 16/04/1939, p.90, tradução nossa).

<sup>5</sup>O texto biográfico a seguir foi elaborado a partir de fragmentárias informações coletadas em resenhas e comentários emitidos pelo próprio *NYT* a respeito de seu viajante-articulista em momentos diversos. Tomadas como um todo, forneceram indícios importantes para compreender o lugar proeminente, no jornal, conferido a Ybarra no contexto da Boa-Vizinhança. Sabe-se ainda que o autor produziu duas autobiografias, “Young Man of Caracas”, de 1941, e “Young Man of the World”, de 1942. Os documentos não se encontram digitalizados, o que impossibilitou seu acesso para o presente trabalho. O prefácio de seu primeiro livro, contudo, foi identificado, e será discutido brevemente.

A viagem de Thomas Russel Ybarra (1938-1939): New York Times e a política da boa-vizinhança

Londres e, em 1926-1927, período em que também foi o editor europeu da Collier's Magazine, assumiu o cargo de correspondente-viajante (*traveling correspondent*) do *NYT*.<sup>6</sup> Sabe-se ainda que, Ybarra seguiu empreendendo viagens como correspondente por longo tempo após isso.<sup>7</sup>

O viajante era descendente de duas famílias proeminentes em seus contextos de origem. Sua mãe, Ellen Taylor Russell Ybarra, norte-americana nascida em Boston, era filha de Judge Thomas Russell, Embaixador dos EUA para a Venezuela durante a Administração Ulysses Grant (1869-1877). Seu pai, por sua vez, era o Gal. Alejandro Ybarra, personagem de grande destaque na política venezuelana, pelo que se nota nos irônicos comentários do jornal – que o retratavam como o *caudilho típico* que ganhava postos elevados nas “irremissíveis” ditaduras latino-americanas. Assim, articulistas do *NYT* afirmavam que, além de comandante de artilharia da Venezuela, ele era “o favorito” do “Presidente-Ditador” Guzmán Blanco e “herdeiro presumível ao trabalho de ditador daquele país”.<sup>8</sup> Além disso, conta-se que, já após o nascimento de Thomas Ybarra, o general tornou-se governador de diversas províncias venezuelanas, além de Ministro da Guerra e Ministro das Relações Exteriores. Por ocasião de um conflito – não precisado pela bibliografia ou pelos documentos – com o governo da Venezuela, seu sogro Judge Thomas foi declarado *persona non grata*, e os pais de Ybarra partiram para o exílio.<sup>9</sup>

Tendo nascido em Boston, Thomas Ybarra viveu longos anos entre a Europa, os Estados Unidos e a Venezuela, país ao qual retornou com seu pai após algum tempo no estrangeiro. Note-se que a experiência do degredo marcou a juventude do viajante, que

---

6THOMPSON,R.“Books of the Times”.*NYT*, NY. 30/10/1941. e “T.R:Ybarra, writer, is married here”,*NYT*,NY. 08/01/1930.

7GELDER,R.“An interview with Thomas Russell Ybarra”. *NYT*, NY. 04/01/1942.

8GELDER,R.“An interview with Thomas Russell Ybarra”. *NYT*, NY. 04/01/1942.

9DANGERFIELD,G.“When Bostons Back Bay joined hands with Venezuela”.*NYT*,NY. 09/11/1941.

estudou em diversas escolas pelo mundo: em Caracas, Munich, Massachussets e Cambridge.<sup>10</sup> Por ocasião da decisão a respeito da universidade que frequentaria – o próprio viajante analisa em entrevista concedida ao *NYT* –, viu-se em conflito a respeito de sua nacionalidade: seu pai quis que o filho permanecesse na Venezuela, mas Ybarra optou por Havard. O viajante destaca esse momento como decisivo para os rumos de sua vida e identidade: “Ele me deu sua permissão [para ir a Havard], mas soube naquele momento que eu seria um norte-americano, e que, de alguma forma, eu estava perdido para ele”.<sup>11</sup>

Registra-se, portanto, que sua auto-identificação como norte-americano predominava, e era reafirmada insistentemente em suas produções – em geral, através da tomada de posição em prol dos EUA, e também pelo desdém claramente cultivado em relação à América Latina. Entretanto, ainda que também fosse reconhecido como tal por seus comentadores, sua origem venezuelana era recorrentemente apontada como um outro componente de sua identidade. Emblemático é o caloroso prefácio de sua autobiografia “Young Man Of Caracas”, escrito pela proeminente figura da Boa-Vizinhança Elmer Davis.<sup>12</sup> O jornalista, afirmando conhecer Ybarra há décadas e tratando-o por “Tom”, descreve-o como “metade *Caraqueño* e metade *Plymouthroqueño*”, asseverando que Venezuela e Plymouth constituíam verdadeiras *duas naturezas* em permanente conflito no viajante.<sup>13</sup> Afinal, Davis assevera, ainda que Caracas tivesse perdido a disputa para Manhattan, sua obra, publicada em 1941 – logo após sua viagem, portanto – indicava que seus pensamentos estavam se voltando mais para América do Sul e para a Venezuela.

---

10WILLIAMSON,S.“Ebulient Thomas Russell Ybarra continues writing his autobiography”. *NYT*. NY. 22/11/1942.

11GELDER,R.“An interview with Thomas Russell Ybarra”. *NYT*, NY. 04/01/1942.

12Elmer Davis escrevia editoriais para o *NYT* e se tornaria, durante a Segunda Guerra, o diretor do *Office of War Information (OWI)*, órgão de propaganda do Departamento de Estado. Também foi premiado em tempos de guerra pela Peabody Award por seu mérito em “serviço público” no campo da informação. Ou seja, Davis foi homem de grande importância para o Departamento de Estado, além de figura de destaque no *NYT*.

13“Foreword By Elmer Davis”. In:YBARRA,T.*Young Man of Caracas*. NY: Ives Washburn, 1941. Trata-se da colônia de Plymouth, fundada em 1620 pela seita protestante inglesa *The Separatists*. A referência aqui é a uma origem e genealogia mitificadas do povo norte-americano, que seria remissível aos Pilgrim Fathers. A esse respeito, ver a obra de Mary Anne Junqueira (2000, pp.74-93).

A viagem de Thomas Russel Ybarra (1938-1939): New York Times e a política da boa-vizinhança

Diante disso, o mais significativo é notar como a presença desses “dois componentes” na identidade de Ybarra – principalmente da maneira como era apontada por terceiros, comentadores, jornalistas e outras figuras de relevo no cenário político da Boa-Vizinhança – o colocava em posição privilegiada entre seus leitores e pares norte-americanos para produzir textos e imagens sobre a América Latina, o que provavelmente lhe conferiu até mesmo vantagens profissionais no contexto. Ilustrativa da autoridade que adquirira para descrever e traduzir as Américas é a resenha de sua obra “America Faces South”, publicada no jornal no ano de retorno de sua viagem:

Um **capaz e experienciado correspondente estrangeiro**, Mr. Ybarra abre caminho através das cortinas de ininteligíveis revoluções, propaganda e contra-propaganda, que levou muitos cidadãos desse país ao desespero ao tentar entender a América Latina. Ele **escreve de um balanceado e imparcial ponto de vista**, frequentemente empregando um humor delicioso para **ilustrar o caráter dos povos que ele descreve**, ou para tornar compreensível um ponto.<sup>14</sup> (grifo meu)

E afirma que, dessa forma:

[...] o autor **traz as vinte ‘repúblicas’ sulistas – e a América Latina como um todo – à vida perante nós.** / Muito foi escrito sobre esse território por pessoas com noções preconcebidas ou à ferro e fogo que é alivante encontrar um escritor que maneja sua caneta calorosamente em relação a seu assunto, mas **sem preconceito**. Mr. Ybarra **realmente conhece a América do Sul**, por onde ele recentemente viajou novamente, **e ele deve, porque seu pai era venezuelano, mesmo que sua mãe fosse bostoniana.**<sup>15</sup> (grifo meu)

14C.f: *A capable and experienced foreign correspondent, Mr. Ybarra cuts through the curtain of unintelligible revolutions, propaganda and counter-propaganda, which has led many citizens of this country to despair of ever trying to understand Latin America. He writes from a well-balanced and unbiased viewpoint, frequently employing a delightful humor to illustrate the character of the people he describes, or to drive home a point.* (KLUCKHOHN,F.“Twenty Republics South of Us”. NYT,NY. 05/11/1939,p. 99;106)

15C.f: *So much has been written about this territory by persons with preconceived notions or irons in the fire that it is refreshing to find a writer who wields his pen with warmth toward his subject but without prejudice. Mr. Ybarra really knows South America, around which he recently traveled again, and he should, for his father was a venezuelan, although his mother was a Bostonian.* (KLUCKHOHN,F.“Twenty Republics South of Us”. NYT,NY. 05/11/1939,p. 99-106)

É notável, portanto, que Ybarra gozava de particular autoridade para narrar a América Latina. Sua ascendência venezuelana, nessa perspectiva, fora elemento autorizador de análises que, como será discutido, estavam muito longe de serem *balanceadas e imparciais*.

### 3. A viagem

Ybarra partiu de Nova York em um momento paradigmático do século XX norte-americano, em meio à conjuntura de incertezas e temores do final da década de 1930. Percorreu, entre a segunda quinzena de novembro de 1938 e março de 1939 (menos de quatro meses, portanto), 13 países da América do Sul e Central, produzindo artigos despachados por correio aéreo a Nova York e publicados concomitantemente ao percurso, muitas vezes nos amplos e disputados espaços das primeiras páginas. Isso indica – assim como os comentários tecidos por editoriais<sup>16</sup> – a grande relevância atribuída pelo jornal à viagem e seus relatos.<sup>17</sup> Cabe destacar que seus artigos eram relativamente extensos, mas repletos de análises fragmentárias produzidas a partir de breves estadias nos lugares de passagem.

Tudo isso, aparentemente, deriva da especificidade de seu relato – em verdade, mais propriamente uma série de artigos jornalísticos –, e talvez da ansiedade, que caracterizava o jornalismo de guerra, por notícias diretamente dos “*fronts*”. Além disso, ainda que não se deva perder de vista que a edição do jornal interferia como intermediária no texto dos artigos – agindo como “co-autora” do relato – a simultaneidade viagem-publicação impediu que Ybarra

---

16 “A world trade war”. In: *NYT*, NY, 02/12/1938, p.22. “Topics of the Times”. In: *NYT*, NY, 09/12/1938, p.24; “Topics of the Times”. In: *NYT*, NY, 15/12/1938, p.26; “Topics of the Times”. In: *NYT*, NY, 21/12/1938, p.22.

17 O *NYT* é um dos jornais da grande imprensa que às vésperas da Guerra tinha maior alcance nacional – em contraste com a tendência da imprensa do país a restringir-se a localidades específicas – e sua tiragem média diária era de 485.036 jornais (dominical de 812.142), enquanto a média nacional, calculada a partir de dados obtidos pela bibliografia, era de apenas 28.376 (BURBAGE, CAZEMANJOU e KASPI, 1972; BERGER, Meyer, 1970). A opção pelo deslocamento de correspondentes e viajantes para os *fronts* da guerra – a América Latina também compreendida como um *front* –, ao invés de republicar artigos das Agências de Notícias, provavelmente conferiu ao jornal particular autoridade em matéria de política internacional (SARAIVA, 2015). Some-se a isso o fato de os artigos de Ybarra serem em sua maioria publicados entre as primeiras páginas do jornal, além da positiva recepção interna de seus artigos, e têm-se indícios significativos sobre o alcance das produções do viajante.

A viagem de Thomas Russel Ybarra (1938-1939): New York Times e a política da boavizinhança

reescrevesse e imprimisse, *a posteriori*, homogeneidade a seu relato, permitindo que o historiador entreveja algumas clivagens em suas análises.

Há que se considerar ainda que a incursão assumiu um caráter de “trabalho de campo”, explicável por seu objetivo informativo, no qual a possibilidade de *ver* e *escutar* eram os principais referenciais de legitimidade que Ybarra mobilizava, com o fim de persuadir seus leitores da veracidade do que escrevia. Eram comuns passagens como:

**Tendo visitado**, enquanto a VIII Conferência Pan-Americana estava em sessão em Lima, as três mais importantes repúblicas latino-americanas ao sul do Panamá [...] e a menor, o Uruguai, este correspondente **está em posição de ver** suas impressões dos quatro em perspectiva, e tirou delas as seguintes deduções.<sup>18</sup> (grifo meu)

Nessa mesma perspectiva, Ybarra recorria frequentemente ao fato de ter se encontrado – embora sem especificar quem seriam – com “fontes confiáveis daqui debaixo” e “muito bem informados especialistas no assunto”. Além disso, contava anedotas sobre encontros notáveis com “nativos” e experiências prosaicas – suas ou de terceiros –, que seriam facilmente reproduzíveis e, portanto, verificáveis por qualquer norte-americano de passagem pelas Américas, o que amplificava o poder persuasivo de seus textos.

A análise dos recursos que mobilizava para legitimar suas observações são importantes ainda por outro motivo. Ela fornece *indícios* a respeito de com quem o viajante conversou e quais circuitos frequentou, o que indica como sua experiência foi direcionada. Mas, sobretudo, dá indícios de quem ele – ou o jornal – *selecionou* e *autorizou* como os mais capacitados a produzirem visões sobre a América Latina. Assim, mesmo que Ybarra citasse algumas conversas com estudantes latino-americanos e anedóticos encontros com transeuntes nas ruas, não é de se estranhar que recorresse majoritariamente a altos oficiais

---

18C.f: *Having visited, while the Eight Pan-American Conference was in session at Lima, the three most important Latin-American Republics south of Panama [...] and the smallest, Uruguay, this correspondent is in a position to view his impressions of the four in perspectiva, and draw from them the following deductions.* (YBARRA, T. “Americas divided in opinion on U.S.”. *NYT*, NY. 28/12/1938, p.9).

do governo – “Esse correspondente foi informado por um dos mais proeminentes oficiais do governo em Montevideú” –, e, com frequência ainda maior, a “Americanos no local” (*Americans on the ground*). Por exemplo: “Este correspondente foi a um almoço no qual muitas lideranças empresariais americanas daqui estavam presentes – homens de experiência, visão larga e aguçada inteligência” ou “Vários caminhos para fora da presente confusão são sugeridos pela colônia empresarial americana em Montevideú”.<sup>19</sup>

Os latino-americanos, nessa perspectiva, apareciam na argumentação de Ybarra apenas como personagens intermediários de experiências às quais ele, enquanto autoridade, conferia significado. Muitas vezes, figuras anônimas surgiam brevemente para fazer afirmações que situavam os latino-americanos em posição secundária e passiva, por vezes mesmo suplicante, localizando o *elemento ativo e interventor* nos Estados Unidos: “Se ao menos vocês Americanos construíssem uma estrada aqui!”, um importante personagem exclamou para mim em Buenos Aires”.<sup>20</sup> Apareciam ainda para fazer declarações convenientes para os EUA, sugerindo consensos a respeito de assuntos extremamente polêmicos entre os próprios latino-americanos: “Se a Alemanha continuar a agir tão agressivamente [...] ‘aqueles meus compatriotas que agora se recusam a ver a necessidade da proteção americana [...] indubitavelmente serão curados de sua cegueira’”.<sup>21</sup> Ybarra era a autoridade, portanto, através da qual alguns poucos e convenientemente selecionados latino-americanos se destacavam da paisagem para adquirir validade por promoverem experiências que corroboravam as posições, crenças e preconceitos do autor, ou então por fazerem afirmações simpáticas a seu projeto político.

---

19YBARRA,T. “U.S. trade in Uruguay declines”. In: *NYT*, NY, 19/12/1938, p.2.

20YBARRA,T. “Argentines Typify Anti-Americanism”. In: *NYT*, NY, 20/02/1938, p.19

21A afirmação ganha especial relevância quando se considera o temor, entrevisto no artigo, de que a Argentina apresentasse na vindoura Conferência de Lima resistências análogas àquelas da Conferência de Buenos Aires (1936). (YBARRA,T. “Argentines Typify Anti-Americanism”. In: *NYT*, NY, 20/02/1938, p.19)

## A viagem de Thomas Russel Ybarra (1938-1939): New York Times e a política da boavizinhança

A curta viagem seguiu o seguinte percurso:<sup>22</sup> Ybarra permaneceu entre meados de novembro e início de dezembro no Rio de Janeiro; então embarcou para Buenos Aires, onde permaneceu até a metade do mês, com uma breve incursão a Montevideú. Deslocou-se, já com a Conferência de Lima em curso, para o Chile, visitando Santiago e, em seguida, tomando um trem para investigar as colônias alemãs da região de Valdivia. Em janeiro de 1939 partiu para Lima (Peru), onde permaneceu uma quinzena, para então deixar a América do Sul rumo à América Central. Após longa estadia em San José (Costa Rica) em fevereiro, deslocou-se até a Guatemala, onde tomou um automóvel e um motorista guatemaltecos para percorrer o único trecho asfaltado da Pan-American Highway, que levava a San Salvador (El Salvador). Percorreu por fim, em poucos dias, Tegucigalpa (Honduras), Manágua (Nicarágua) e Havana (Cuba), retornando aos EUA ainda na primeira quinzena de março.

A presente análise seguirá o trajeto do viajante, atentando para os temas mais frequentemente discutidos. Objetiva, enfim, compreender como, subjacente às diversas e fragmentárias produções, entrevem-se um sentido global, a partir do impulso totalizador de Ybarra enquanto viajante imperial num contexto paradigmático do século XX norte-americano. Ele percebeu e analisou a contenda por influência na América Latina como parte de uma batalha que, imaginava, viria ser a travada entre a Democracia e o Totalitarismo, batalha na qual apenas os Estados Unidos estariam capacitados a salvaguardar o mundo livre.

Nessa perspectiva, as análises de Ybarra podem ser divididas em três temas recorrentes, intimamente relacionados com seu objetivo principal de investigar a situação política ao Sul do Rio Grande. Em primeiro lugar, buscou precisar o estado da penetração do nazi-fascismo nos países que percorreu. Comparou ostensivamente seus quadros de

---

<sup>22</sup>Os artigos vinham com dupla datação e localização, uma referente ao dia e local da redação, outra da data e local da publicação. Na ausência de outras fontes sobre a viagem, não é possível asseverar que Ybarra não percorreu outros países e cidades além daquelas sobre os quais, e desde as quais, escreveu, e tampouco asseverar seu tempo de estadia em cada lugar. O que se segue, portanto, são apenas estimativas de tempo e espaço desenvolvidas a partir das datas de assinatura dos despachos e dos temas que foram objeto de análise.

comércio exterior, averiguando em quais regiões e em que grau os Estados Unidos enfrentavam uma maior ameaça à sua primazia comercial, o que talvez se traduzisse em ameaça a sua influência em geral. Ybarra quantificou ainda as comunidades de imigrantes locais, analisando as formas de coerção de militantes para arregimentar adeptos.

Em segundo, e de maneira complementar, o viajante procurou aferir sumariamente como os latino-americanos se sentiam em relação a um visitante norte-americano qualquer e aos Estados Unidos de uma maneira geral. Isso seria fundamental para especificar as possibilidades de aproximação em meio às aguerridas contendas por influência. Por último, atravessando toda a documentação, produziu análises essencialistas sobre a “natureza” dos latino-americanos, aceitas como importantes categorias explicativas para as distintas posições que assumiam, naquele momento decisivo, em relação aos nazistas e aos norte-americanos.

Nessa perspectiva, trabalha-se com a hipótese de que, contemplando esses três aspectos, Ybarra tomou parte dos que pensavam, no contexto, um lugar de hegemonia mundial para os Estados Unidos.<sup>23</sup> A viagem pelas margens do império produziu uma determinada versão do novo lugar que vinha sendo pensado para os norte-americanos a partir da Boa-Vizinhança. Em outras palavras, defende-se que Ybarra, naqueles espaços altamente férteis que são as *zonas de contato*<sup>24</sup>, reencontrou um sentido providencial para os Estados Unidos, produzindo seu significado em um complexo, e nem sempre confortável, “jogo de espelhos” que envolvia os *outros* aproximados latino-americanos, os antípodas

---

23É importante ressaltar que em nenhum momento Ybarra concorda que os EUA seriam uma nação imperial. Pelo contrário: a imagem que constrói para o país ironiza o temor latino-americano em relação ao “imperialismo yankee” e se sustenta na aberta contraposição com os alemães, que afirma serem imperialistas, e aos ingleses. Defendo que essa posição assemelha-se à *retórica da anti-conquista*, na acepção de Mary L. Pratt (1999), ou à *ilusão de benevolência* discutida por Said (2005).

24Na acepção de Pratt, *zonas de contato* são espaços em que operam encontros de culturas, advindos da mitigação temporária de descontinuidades históricas e geográficas. Nessa perspectiva, são zonas interativas e, portanto, instáveis e que envolvem improvisações, nas quais ocorrem trocas *assimétricas* de mão dupla e experiências múltiplas diante do *Outro* visitado, por um lado, e do *Outro* visitante, por outro. (PRATT, 1999)

A viagem de Thomas Russel Ybarra (1938-1939): New York Times e a política da boavizinhança

européus que encontrava no caminho e, enfim, seu anti-próprio, o “ultra-agressivo” terceiro Reich.<sup>25</sup>

### 3.1. América do Sul: Brasil, Argentina, Uruguai, Chile e Peru

A experiência de Ybarra na América do Sul foi marcada pela percepção de um pró-americanismo crescente, mas atravessada por tensões. A influência nazista no Brasil, o antiamericanismo na Argentina, as péssimas relações comerciais com o Uruguai e o nacionalismo chileno, de uma maneira geral, engendraram preocupações no viajante, e foram retratadas, em minha análise, como *provações* em meio a férteis elucubrações sobre o papel mundial do império norte-americano.

#### 3.1.1. Brasil: a disputa por um “bom vizinho”

Ybarra aportou no Rio de Janeiro a fins de novembro, onde permaneceu até dezembro e produziu três artigos predominantemente marcados pela preocupação com a influência nazista. Para o viajante, o Brasil era alvo de ofensiva extremamente eficiente por parte da Alemanha. Em sua perspectiva, a mais importante das repúblicas americanas encontrava-se no centro da organizada campanha dos Estados Totalitários para dominar a América Latina. Através do “contrabando” de ensino propagandístico, do rádio e do fornecimento de serviços jornalísticos gratuitos, uma investida cultural estaria em curso, e talvez desembocasse numa “infiltração política” que, no longo prazo, levaria ao completo triunfo do nazismo no país.<sup>26</sup>

É provável que seus primeiros dias no Brasil tenham aprofundado sua apreensão de maneira imprevisível. Seu segundo artigo, em contraste com o primeiro, é repleto de adjetivações hiperbólicas indiciárias de que o viajante pode ter se encontrado com uma ameaça que excedia suas expectativas. Assim, os alemães seriam dotados de “tremenda”

---

<sup>25</sup>HARTOG, François. *O espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro*. UFMG.B.Horizonte, 1999.

<sup>26</sup>YBARRA, T. “Brazil to garrison nazis’ stronghold”. In: *NYT*, NY. 25/11/1938, p.1.

força, contando com uma “massa compacta” de imigrantes de “inestimável” experiência, a maioria deles ocupando lugares de destaque em todos os âmbitos da vida nacional.<sup>27</sup> Ademais, as vantagens comparativas alemãs seriam *evidentes* e insuperáveis por qualquer nação, sendo o “mais formidável fator estrangeiro nesse país”. Tudo o que um visitante americano precisaria fazer para confirmá-lo seria percorrer a Av. Rio Branco ou a Rua da Alfândega, e observar as “luxuosas sedes de ricos alemães” e seus imponentes prédios bancários. Seu artigo, assim, assumia a feição de um alerta:

Subestimar o inimigo de alguém – como os americanos vivendo no Brasil, que tiveram oportunidades de testar a eficiência alemã de perto constantemente apontam – é tanto ingênuo quanto perigoso, e não fará para o Tio Sam o menor bem [...] em sua luta contra a gigantesca empreitada pela supremacia que os nazistas lançaram contra esta que é a maior [...] de todos as repúblicas latino-americanas<sup>28</sup>.

Mas o assédio alemão não se restringia a isso. Ecoando a longeva preocupação do jornal em relação ao mercado de compensação supramencionado, Ybarra esteve no Brasil a tempo de amargamente registrar a ultrapassagem alemã, em relação aos EUA, na disputa pelo primeiro lugar entre os exportadores para o país. Tratar-se-ia de uma batalha perdida em meio à “amarga guerra econômica agora sendo travada entre a grande democracia americana e as agressivas nações totalitárias de além-mar, especialmente o ultra-agressivo terceiro-Reich nazista, pela supremacia no mercado latino-americano”.<sup>29</sup> Guerra que vinha sendo conduzida pelos “cruéis métodos” que subsumiam as economias americanas aos *aski marks*, mas que não era enfrentada com equivalente esforço *por parte dos Estados Unidos*:

[...] **nós** precisamos **nos** preparar para uma batalha desesperada; **nós** precisamos entender que **nós** estamos enfrentando um sólido *front* de oposição alemã no qual apenas os esforços unificados dos exportadores

---

27YBARRA,T.“Germans in Brazil press trade drive”.In: *NYT*, NY. 28/11/1938, p.6

28C.f: *Underestimating one's rivals – as americans living in Brazil, who have had occasion to test German efficiency at close quarters, constantly point out – is both foolish and dangerous. And it will not do Uncle Sam the slightest good [...] in fighting the gigantic drive for supremacy that the Nazis have lauched in this biggest [...] of all Latin American republics.* (YBARRA,T.“Germans in Brazil press trade drive”.In: *NYT*, NY. 28/11/1938, p.6)

29YBARRA,T.“Germans recover Brazil trade lead”.In:*NYT*, NY. 01/12/1938, p.14.

A viagem de Thomas Russel Ybarra (1938-1939): New York Times e a política da boa-vizinhança

americanos, apoiados efetivamente por ajudas governamentais em Washington, podem levar a algum benefício apreciável.<sup>30</sup> (grifo meu)

A passagem é emblemática. Nota-se que Ybarra apresentava, desde o *front*, um confronto entre *duas potências*, marcadas por duas atitudes antinômicas: a *agressão* da totalitária Alemanha e o *auxílio* da “grande democracia Americana”. Nota-se ainda que, nesse confronto, a América Latina era situada passivamente como o *campo* em que a batalha se executava, mas sem capacidade de intervenção ativa em sua própria realidade.

Condizente com isso, e apesar da ofensiva alemã registrada por Ybarra nos primeiros artigos, representou os brasileiros como essencialmente democráticos e amantes da paz (*peace-loving*), naturalmente tolerantes, “de bem com a vida” e inclinados a gostar de estrangeiros. Acossado pelos vexatórios contratos do mercado de compensação e pela “falta de tato” germânicos, o Brasil manifestava inconfundíveis sinais de hostilidade aos alemães e o desejo de se livrar de sua subserviência, embora como nação economicamente fraca não dispusesse dos recursos necessários para tal. Essa ojeriza seria perceptível até nas mais prosaicas situações do cotidiano: os brasileiros, afirma, vaiavam e gritavam apaixonadamente todas as vezes que Hitler, Goering ou Goebbels surgiam nas telas dos cinemas. Seu temor e ansiedade, bem como os das demais nações fracas do globo, teriam se ampliado diante da “rendição” francesa e britânica na Conferência de Munique.<sup>31</sup> Para Ybarra, nesse momento de insegurança os brasileiros “escaneavam” o horizonte em busca de um parceiro para eventual ajuda. A Inglaterra, temiam, talvez protegesse apenas seu próprio Império, deixando o Brasil seguir o trágico caminho da Tchecoslováquia. Por outro lado,

Quando os brasileiros alarmados dirigem seu olhar para os Estados Unidos, eles são de alguma forma encorajados [...] Sempre fortemente pró-americano,

30C.f: *we must gird ourselves for a desperate struggle; we must realize that we are up against a solid front of German opposition in which only united efforts on the part of American exporters, backed by effective governmental aid in Washington, can make any appreciable dent.* Idem.

31Trata-se de acordo celebrado em setembro de 1938 entre Itália, Alemanha, Inglaterra e França que, objetivando a pacificação da região, acordava a cessão da região do Sudetos, na Tchecoslováquia, à Alemanha.

o Brasil tornou-se-o ainda mais desde que o Presidente Roosevelt e o Secretário de Estado Cordell Hull embarcaram em sua Política da Boa Vizinhança em direção à América Latina. [...] Eles sentem-se razoavelmente certos de que os Estados Unidos os protegeria eficientemente em caso de um ataque estrangeiro.<sup>32</sup>

Aqui fica claro, portanto, que a suposição de uma relação entre nações iguais, princípio da Boa Vizinhança, encontrava sua contraparte na localização do Brasil sob a necessária tutela dos EUA. O Brasil poderia ser essencialmente democrático e avesso ao nazismo, e ainda profundamente pró-americano. Mas no âmbito das relações de cooperação hemisférica, havia posições assimétricas bem delimitadas para Brasil e EUA: o primeiro deixava de ser uma *potencial ameaça* para se tornar um *bom vizinho*, enquanto ao segundo cabia a *salvaguarda do Continente* – garantindo até mesmo militarmente a soberania das Américas. Note-se ainda que, nessa mesma passagem, Ybarra declarou a incapacitação do Imperialismo do Velho Mundo, adstrito a seus particularismos, em proteger o mundo livre. Por conseguinte, emergindo do confronto com o nazi-fascismo expansionista, distanciando-se da velha Inglaterra e erigindo-se como protetora das nações fracas do continente Americano, emergia diante de Ybarra a única nação capaz de ocupar esse posto: a nação norte-americana.

O viajante voltaria a fazer referência ao Brasil alguns dias e artigos à frente, retomando de maneira amplificadora a boa imagem produzida tanto por sua breve estadia no Rio, quanto pela experiência antitética promovida pelos argentinos. Afirmaria, assim:

O Brasil é a mais pró-americana das Repúblicas visitadas por esse escritor. Os brasileiros, como um todo, praticamente jamais sucumbiram à *yankeefobia* tão agudamente quanto outros latino-americanos, até mesmo nos períodos da história latino-americana em que essa doença era mais intensa; nem eles deixaram o **medo do 'imperialismo yankee roubar o seu sono**.<sup>33</sup> (grifo meu)

---

32C.f: *When these alarmed Brazilians turn their eyes toward the United States they are somewhat encouraged [...] Always strongly pro-American, Brazil has become more so since President Roosevelt and Secretary of State Cordell Hull embarked on their Good Neighbor policy toward Latin America. [...] They feel reasonably sure that the United States would protect them effectively in case of foreign attack.* (YBARRA, T. "Brazil to garrison nazis' stronghold". In: *NYT*, NY. 25/11/1938, p.1.)

33C.f: *Brazil is the most pro-American of the Republics visited by this writer. The Brazilians, as a whole, have seldom if*

A viagem de Thomas Russel Ybarra (1938-1939): New York Times e a política da boa-vizinhança

### 3.1.2. Argentina: a amargurada “yankeefóbica”<sup>34</sup>

Ybarra tomou uma embarcação do Rio de Janeiro para Buenos Aires em 1º de dezembro. Em um artigo escrito em trânsito, afirma tentar organizar as notas e impressões tomadas em sua “curta, mas altamente instrutiva” estadia no Brasil.<sup>35</sup> O artigo é carregado de simbolismos: o distanciamento físico de seu barco do porto do Rio de Janeiro, narrado cuidadosamente pelo viajante, foi apresentado como um verdadeiro deslocamento entre dois mundos: um pró-americano Brasil e uma “yankeefóbica” Argentina que, antes mesmo de efetivamente visitada, já era retratada como muito menos afeita aos norte-americanos e dotada de uma “mente mais intranquila”. Assim, afirma que, ainda no Rio de Janeiro, tendo se encontrado com estudantes de relações internacionais, fora alertado:

‘Você precisa sempre lembrar que as relações entre os Estados Unidos e as outras vinte repúblicas americanas são complicadas e imprevisíveis’, alertou um particularmente bem informado analista das condições daqui debaixo. ‘Elas estão sujeitas a abruptas variações de temperatura entre os governos e indivíduos. Elas mostram uma alternância regular entre tempestades violentas e distensões ensolaradas de concordância internacional. Ultimamente, graças ao estável desenvolvimento da Política da Boa-Vizinhança de Roosevelt-Hull, os períodos de sol têm sido mais longos e mais ensolarados. Eles devem permanecer. Todos nós, do Norte e do Sul, esperamos isso. Mas fique atento às tempestades’.<sup>36</sup>

---

*ever succumbed to Yankeeophobia as acutely as other Latin Americans, even at periods of Latin-American history when that disease was most rampant; **nor have they let fear of ‘Yankee imperialism’ rob them of their night’s sleep.*** (YBARRA,T.“Americas divided in opinion on U.S.”. In: NYT, NY. 28/12/1938, p.9.)

34Note-se que a análise do autor sobre a *yankeefobia* latino-americana – assim como dos perigos de uma possível adesão às ideias nazistas – é muitas vezes pensada em termos de “idealismo” e “sensibilidade”, contrapostas ao “racionalismo” anglo-saxão. Assemelha-se às referências do “latinismo” de intelectuais do início do século, como de Rodó e da corrente arielista.

35Nota-se que emerge, apesar do caráter fragmentário dos artigos publicados, uma experiência repleta de sentidos para o viajante. (YBARRA,T.“Door open to U.S. in Latin America”.In:NYT, NY. 08/12/1938, p.18).

36C.f: ‘*You must always remember that relations between the United States and the twenty other American republics are both complicated and unpredictable*’, warned a particularly well-informed analyst of conditions down here. ‘*They are subject to abrupt variations of teperature in governments and individuals. They show a regular alternation of violent squalls with stretches of agreeable international sunshine. Of late, thanks to que steady development of the Roosesvelt-Hull good neighbor policy, the sunny spells have been longer and sunnier. They will probably tay that way. All of us, North*

É pouco relevante se o alerta ocorreu ou não desta forma. O interessante é notar como, a partir dele, Ybarra afirmou ter sido capaz de chegar a diversas conclusões que seriam “amplamente aplicáveis, aliás, não apenas para a maior das repúblicas latino-americanas, mas para o resto delas também”.<sup>37</sup> Note-se que ainda que tenha apenas visitado o Brasil, nesta viagem, o autor produziu um discurso que fixava determinadas características não só argentinas, mas do conjunto dos latino-americanos. A generalização produzida no início de seu percurso – e inúmeras vezes reproduzida em seus artigos –, é fruto de um olhar que tende a homogeneizar os “latinos”, num discurso em que o viajante se coloca como autoridade capaz de explicar e relatar o *outro* “interno”, e inferior, que compõe as Américas.

Ybarra promoveu, neste momento indicado por ele próprio como particularmente fértil, uma análise sobre o significado da Política da Boa Vizinhança. Afirmou que suas experiências ao sul do Rio Grande vinham demonstrando que a Doutrina Monroe, que um dia significara uma forma de “protetorado” dos Estados Unidos sobre o resto do continente, agora estava morta. De suas cinzas, ressurgira renovada e concretizada na Política da Boa-Vizinhança, já às vésperas da importante Conferência de Lima, como uma efetiva “parceria meio-a-meio entre a América Latina e os Estados Unidos”. Afinal, Ybarra acreditava que a vindoura Conferência iria “certamente lançar uma Era de amizade sem precedentes entre as Repúblicas Latino-Americanas e a *“the great Republic of the North*, como os latino-americanos têm enorme prazer em chamar os Estados Unidos”<sup>38</sup>.

Apesar disso, Ybarra estava certo de que as tempestades viriam, e já vislumbrava o encontro com o antiamericanismo argentino. Também antecipava um preconceituoso elemento explicativo para esse incômodo fenômeno, atravessado pela crença na superioridade anglo-saxã: se entre os brasileiros predominava o gosto pelos norte-

---

*and South, hope so. But-look out for the squalls!*. (YBARRA,T.“Door open to U.S. in Latin America”.In:*NYT*, NY. 08/12/1938, p.18)

37YBARRA,T.“Door open to U.S. in Latin America”.In:*NYT*, NY. 08/12/1938, p.18

38YBARRA,T.“Door open to U.S. in Latin America”.In:*NYT*, NY. 08/12/1938, p.18

## A viagem de Thomas Russel Ybarra (1938-1939): New York Times e a política da boa-vizinhança

americanos, isso se devia a sua ascendência portuguesa – seriam “conciliatórios e tolerantes, inclinados a ver o lado bom de todos os estrangeiros”. Nota-se que os brasileiros eram favoravelmente localizados como um terceiro elemento aproximado dos EUA, mas cujo significado era atribuído mediante o atendimento das expectativas imperiais: eles *deviam* ser, e eram, tolerantes e receptivos aos norte-americanos. Já os argentinos e os demais latino-americanos, das “*Spanish-speaking, Spanish-thinking republics*”, seriam pessoas “inflamadas e de pavio curto”, que seriam “facilmente ofendidos e inclinados a não-compreender os estrangeiros”, principalmente aqueles que, como os norte-americanos, tinham temperamentos e pensamentos “completamente diferentes” dos seus.<sup>39</sup>

Sua análise sobre o caráter latino progride, em diversos momentos, para a ironização dos “sensíveis vizinhos sulistas” dos brasileiros. Em suas palavras, os cariocas, ao lerem casos sobre o “ressentimento entre o “*el tio Samuel*” e o “Lobo do Norte”, alegadamente preparando-se para devorar algum frágil cordeiro hispano-americano”, davam de ombros e riam – “O perigo Yankee de novo!”.<sup>40</sup> Aliás, ironizar e desautorizar, em perspectiva essencialista, o antiamericanismo argentino, era uma constante nos artigos de Ybarra, como se poderá notar em seguida. Nessa perspectiva, é possível aventar que a Argentina emerge como um *problema* para o jogo de aproximações e distanciamentos que confere sentido à viagem, a ser resolvido para dar coerência ao projeto que dele emerge no interior da Boa-Vizinhança.

Afinal, o viajante permaneceu pouco mais de uma quinzena na Argentina, com breve incursão a Montevideú. Suas discussões gravitaram, durante todo o período e seis artigos, em torno do antiamericanismo. Para Ybarra ele poderia ser encontrado até no mais casual encontro com residentes nas ruas sinestésicas e agressivas da metrópole, onde afirma ter

---

39YBARRA,T.“Door open to U.S. in Latin America”.In:*NYT*, NY. 08/12/1938, p.18

40YBARRA,T.“Door open to U.S. in Latin America”.In:*NYT*, NY. 08/12/1938, p.18.

topado com um cartaz que trazia em letras garrafais: “Abaixo o imperialismo Yankee!”.<sup>41</sup> Para o viajante, o verdadeiro “preconceito anti-americanista”, cuja capital era Buenos Aires, seria explicado, para além da volatilidade temperamental atavicamente hispânica, também pela recalcitrante e desagradável memória do obsoleto intervencionismo de alguns “obscuros” norte-americanos<sup>42</sup>. Seria explicável ainda pelo fato de que a Argentina estava enriquecendo, o que teria tornado o cidadão comum pretensioso, insuflando sua arrogante e já característica *“I’m-as-good-as-anybody-and-better-than-most attitude”*.<sup>43</sup> Isso tudo se tornava particularmente preocupante para o viajante, uma vez que além de ser o “mais progressista e mais rico” entre os países latino-americanos, a Argentina era também a república que exercia maior influência sobre seus vizinhos. À capacidade de dobrar a provação que lhes era apresentada pela Argentina, enfim, atrelava-se o sucesso ou fracasso em aumentar a influência norte-americana no conjunto das Américas.<sup>44</sup>

Diante disso, o espectro era particularmente desestimulante: o comércio entre Estados-Unidos e o país havia sofrido quedas, como Ybarra descobre – a Inglaterra mantinha-se a principal exportadora, mas a Alemanha substituíra os EUA no segundo lugar entre os importadores do país. Para o viajante, isso poderia minar “desastrosamente” sua capacidade de influenciar as posições argentinas e “arregimentar sua cooperação”. Além disso, permitia que os ingleses, a tudo dispostos para manter sua supremacia comercial, juntamente com a Alemanha Nazista (“o mais formidável bastião do Totalitarismo”), incentivassem o antiamericanismo argentino e minassem ainda mais as posições da “mais poderosa cidadela da democracia no Novo Mundo” (EUA), que empenhava-se em convencer os latinos de que os “esforços de nossa parte, para conseguir uma ação acordada de todos os países desse

---

41YBARRA,T.“Argentina opposes any U.S. hegemony”.In:NYT, NY. 12/12/1938, p.12.

42YBARRA,T. “Argentines typify anti-americanism”. In: NYT, NY. 20/12/1938, p.19.

43YBARRA,T.“Americas divided in opinion on U.S.”. NYT, NY. 28/12/1938, p.9

44YBARRA,T. “Argentines typify anti-americanism”. In: NYT, NY. 20/12/1938, p.19.

A viagem de Thomas Russel Ybarra (1938-1939): New York Times e a política da boa-vizinhança

continente, são inspirados primariamente pelo desejo de impedir as nações totalitárias agressivas”.<sup>45</sup>

Mas nem tudo eram tempestades. Apoiando-se em latinos “otimistas”, Ybarra assume que, em virtude da Política da Boa Vizinhança, do temor advindo da capitulação das democracias europeias em Munique e da ojeriza à supremacia britânica na economia argentina, o preconceito vinha esmorecendo nos últimos tempos. Os latino-americanos, para Ybarra, estariam cada vez mais se questionando: “Que passos drásticos a América Latina poderia sequer tomar sem a orientação e a cooperação dos Estados Unidos? Qual voz latino-americana [...] pode sequer carregar o peso da voz do ‘Colosso do Norte?’”.<sup>46</sup> Ou então percebendo que “a América Latina talvez caia facilmente como uma presa para as invasões totalitárias, a não ser que seja protegida por todo o poder militar dos Estados Unidos”.<sup>47</sup>

É notável, nessa perspectiva, que sua estadia na Argentina reforçava os lugares antipódicos que vinham sendo produzidos pelo viajante: de um lado, o invasor estrangeiro alemão que se avolumava crescentemente ameaçador; de outro, os EUA, situados na posição de protetores dos latino-americanos pela retórica de *anti-conquista* mobilizada por Ybarra.<sup>48</sup> A Inglaterra surgia como uma espécie de particularismo ultrapassado, espelho invertido no qual os norte-americanos viam-se como o *novo*, e os únicos capazes de apresentar efetiva resistência à Alemanha por pensarem em termos globais e “desinteressados”. Tudo isso, entretanto, condicionava-se a sua capacidade de dobrar as resistências ingenuamente apresentadas pelos argentinos. De uma maneira geral, tudo parecia confirmar o diagnóstico inicial auferido pelo viajante em algum lugar entre Rio de Janeiro e Buenos Aires: “Pessoas

45YBARRA,T.“U.S. and Britain vie in Argentina”In: *NYT*,NY. 13/12/1938,p.16.

46YBARRA,T.“Argentina opposes any U.S. hegemony”.In:*NYT*, NY. 12/12/1938, p.12.

47YBARRA,T. “Argentines typify anti-americanism”. In: *NYT*, NY. 20/12/1938, p.19.

48Na acepção de Pratt, a *anti-conquista* é uma estratégia representacional recorrente entre sujeitos com horizontes imperiais de discurso, através da qual buscam eximir-se das responsabilidades de um discurso dominador, asseverando a inocência ou benevolência de suas intenções e perspectivas sem, contudo, subtrair-se às relações de dominação. Note-se a frequência desta prática em Ybarra. (PRATT, 1999)

nessas partes estão cada vez mais acreditando que o que o Tio Sam está carregando em sua mão **não é um grande porrete, mas apenas um guarda-chuva**".<sup>49</sup> (grifo meu).

### 3.1.3. O pequeno Uruguai e o Chile nacionalista

A 10 de dezembro – em meio a sua estadia em Buenos Aires – Ybarra produziu um único artigo a partir de incursão a Montevideú. Apoiando-se em comunidades empresariais norte-americanas no local, admitiu que o “pequeno Uruguai” não tinha tanta importância quanto os demais países que percorrera ou percorreria. Entretanto, o quadro que encontrara não era, mais uma vez, estimulante. Novamente, via-se obrigado a registrar que a Grã-Bretanha, a Alemanha e a Itália estavam “engolindo” sua parcela do comércio uruguaio devido, em parte, à tendência do país a importar apenas mediante exportações equivalentes de países parceiros. A nação foi chamada depreciativamente de uma “regular cidadela do bilateralismo”, um lugar não para o “arqui-inimigo do bilateralismo”, Cordell Hull, mas sim para Dr. Hjalmar Schacht – ministro da economia do Reich. Por outro lado, Ybarra afirma:

Os uruguaiois insistem que, em seu país, não há hostilidade em relação a nós [...] – nossos ideais democráticos são atrativos para eles, eles dizem aos visitantes americanos, e em seu meio nossos grandes homens comandam sua entusiástica admiração. O Uruguai faz acordos bilaterais com a Europa, eles explicam, unicamente porque são obrigados a fazer isso.

A Europa chama o tom para o qual o Uruguai precisa dançar. Como pode aquela pequena república ser cobrada a antagonizar nações europeias, agora as maiores compradoras dos produtos que ela precisa vender para viver [?].<sup>50</sup>

Nota-se que o Uruguai foi apresentado como nação fria com os europeus, mas que se via forçada pelas circunstâncias a abandonar seu comércio com a nação que admiravam em

---

49Referência à diplomacia da presidência Theodore Roosevelt (1901-1909), identificada com um porrete, que a Política da Boa-Vizinhança, identificada com um guarda-chuva, afirmava ter superado. YBARRA, T. “Door open to U.S. in Latin America”. In: *NYT*. NY. 08/12/1938, p.18

50C.f: *Uruguayans insist that, in their country, there is no hostility toward us [...] our democratic ideals appeal to them, they tell American visitors in theirs midst, our great men command their enthusiastic admiration. Uruguay makes bilateral agreements with Europe, they explain, solely because she is obligated to do so. /Europe calls the tune to which Uruguay must dance. How can that little republic be expected to antagonize European nations, now the heaviest buyers of the products that ir must sell in order to live [?]* (YBARRA, T. “U.S. trade in Uruguay declines”. In: *NYT*. NY, 19/12/1938, p.2)

A viagem de Thomas Russel Ybarra (1938-1939): New York Times e a política da boa-vizinhança

troca de práticas sinistras “à la Dr. Schacht”, nas palavras de Ybarra. Afinal, o viajante afirmou que altos oficiais do governo *urgiram* para que os Estados Unidos passassem a comprar mais produtos uruguaios, de forma a ampliar suas reservas em dólares e retirá-los da posição de proximidade excessiva com a Europa. Mais uma vez, a “filantropia imperialista” emergia, dotando o Império da capacidade interventora nas realidades latinas, possivelmente aliviando as situações desagradáveis em que se encontravam.

A questão comercial também emergiu com centralidade no Chile, agora menos em confronto com a Inglaterra, e mais através da disputa, que já vislumbrara no Brasil, com a Alemanha. Um quadro mais positivo, entretanto, foi obtido nesses termos: no Chile, os EUA permaneciam os principais parceiros comerciais; a ascensão germânica, aqui, se fazia principalmente às custas do conservadorismo britânico. Mais uma vez, Ybarra recorreu a anedotas, agora para ridicularizar a obsolescência inglesa, em métodos e pensamento, por sua incapacidade de se adaptar à disputa com a Alemanha – e, por conseguinte, de deter o avanço nazista. Ainda assim, o problema também seria norte-americano:

Resumindo, a luta alemã pelo comércio chileno é tão amarga e tão implacavelmente conduzida, quanto a sua luta pelo Brasil e pela Argentina e em todo o resto da América Latina. Isso foi vivamente provado pela experiência de um enérgico americano que, tendo acabado de chegar em Santiago, saiu de seu hotel, cheio de determinação, para reservar pedidos para sua firma. Ele voltou na hora do almoço num estado de profundo abatimento. / ‘Muitos alemães por aí?’, eu inquiri./ ‘Muitos?’, ele bufou. O quê, cara, eles são tantos quanto as moscas!<sup>51</sup>

Se no âmbito econômico a supremacia americana era pressionada por baixo pelos nazistas, Ybarra surpreendeu-se positivamente com o estado das colônias germânicas. O viajante tomou um trem para o Sul e, tendo visto ou ouvido a respeito de cidades como

---

51C.f: *In short, Germany's fight for Chilean trade is just as bitter and as ruthlessly conducted as her fight in Brazil and Argentina and all over the rest of Latin America. This was proved vividly by the experience of an energetic American who, having just arrived in Santiago, sallied forth, from his hotel, full of determination, to book orders for his firm. He returned at lunch in a state of deep dejection/ 'Many Germans around?' I inquired/ 'Many?' he snorted. 'Why, man, they're as thick as flies!'*(YBARRA,T.“German traders win more in Chile”.In:NYT, NY. 17/01/1939,p.7)

Osorno e Puerto Varas, e tendo visitado Valdivia, afirma que, em oposição ao quadro brasileiro, por maiores e por mais herméticas que fossem as colônias germânicas dali, seguramente o Chile seria um “solo infértil para o nazismo”<sup>52</sup>. A despeito da ação ativa de militantes e da adesão de alguns jovens das comunidades ao nazismo, assegura aos leitores que, naquelas lindas e diligentemente trabalhadas paisagens, os alemães eram felizes e sentiam-se orgulhosos do país que os abrigara. E como, afirma, o hitlerismo se construía do “descontentamento e desespero”, não deveriam esperar nada daquele lugar.

Contudo, a verdadeira preocupação do autor com o Chile era de outra natureza. Nas eleições presidenciais daquele ano vencera a Frente Popular, apresentando um programa interpretado por Ybarra como altamente perturbador pela insegurança que supostamente promovia entre os investidores norte-americanos e seus bilhões aplicados à mineração. De uma coisa estava certo: o Chile forneceria um sólido *front* contra nazistas.<sup>53</sup> Entretanto, as preocupações abundavam: ambiciosos programas sociais e discursos “violentos” do presidente Aguirre, além da presença de elementos “extremistas” de esquerda na coalizão governamental – o viajante descreveu preocupado, por exemplo, uma marcha socialista que, em “gritos-de-guerra”, comemorava o nascimento de um “novo Chile”. Ybarra explica, enfim, sua preocupação: na ausência de um amplo mercado consumidor e de dinheiro suficiente para levar à diante o projeto da Frente, tal projeto só poderia ser executado às custas dos Estados Unidos, possivelmente por medidas tão drásticas quanto a expropriação das petrolíferas norte-americanas no México, realizada meses antes pelo governo de Lázaro Cárdenas<sup>54</sup>.

Diante da busca por autossuficiência nacional no projeto industrializante da Frente, Ybarra assumiu uma posição desautorizadora semelhante à de quando descrevera o antiamericanismo argentino. Via o nacionalismo chileno como uma extravagância: uma

---

52YBARRA,T.“Chile held barren as soil for nazism”.In:NYT,NY. 13/01/1939,p.11.

53YBARRA,T.“Americas divided in opinion on U.S.”.In: NYT, NY. 28/12/1938, p.9

54YBARRA,T.“Americans in Chile uneasy on future”. In: NYT, NY. 30/12/1938,p.7.

A viagem de Thomas Russel Ybarra (1938-1939): New York Times e a política da boavizinhança

excentricidade ou contradição – de certa forma, algo cômico, como se pensasse: “isto não deveria estar aqui”. O discurso imperial passava, novamente, pela desautorização do *outro*. Mais uma vez, recorria a anedotas em seu auxílio.<sup>55</sup> Note-se a passagem a seguir, que integra artigo sobre o nacionalismo chileno:

Depois de barbeado, esse Americano [Ybarra] saiu e foi quase atropelado na rua por um carro que trazia em sua lateral, em grandes letras, a proclamação ‘Feito no Chile’. **Julgando pelos tinidos, chiados e rangidos com o qual ele avançada, ele estava a ponto de ser desfeito ali também.**<sup>56</sup> (grifo meu)

### 3.1.4. Peru: duas experiências.

A passagem de Ybarra pelo Peru marcou inflexão nos artigos. Boa parte da tensão e da preocupação que o acompanhara pelo Cone Sul, dissipara-se diante de um quadro estimulante:

Americanos estão se dando bem aqui. Nos negócios eles vão muito bem. Eles estão se tornando famosos entre os peruanos. Eles vendem muitos produtos e compram muitos deles. Na batalha com os competidores pelo mercado peruano – alemães, britânicos, japoneses – americanos estão mais do que segurando as pontas.<sup>57</sup>

Afinal, os EUA eram disparadamente os principais exportadores para o Peru, embora acossados, como sempre, por uma galopante Alemanha que apresentava as maiores taxas percentuais anuais de crescimento no comércio peruano. Sentia-se tranquilo, não tendo encontrado nenhuma das contradições que tanto lhe haviam perturbado anteriormente. Aliás, assegurou a seus leitores de que os nacionais, embora não fossem hostis com os

<sup>55</sup>Note-se que o humor é recorrente nas produções de Ybarra, principalmente quando se trata de retratar uma “América Latina risível”, o que aponta nitidamente para a posição de superioridade da qual escrevia Ybarra.

<sup>56</sup>Cf: *When shaved, that American sailed forth and was almost run down by a street car bearing on its side, in big letters, the proclamation ‘Made in Chile’. Judging from the clanking and wheezing and grinding with which it progressed, it was about to be unmade there too.* (YBARRA,T. “Autarchy in Chile faces obstacles”.In:NYT,NY. 05/01/1939,p.6)

<sup>57</sup>Cf: *Americans are sitting pretty here. In business they are doing well. They are getting along famously with the Peruvians. They sell them a lot of goods and buy a lot of theirs. In the battle with competitors in the Peruvian market – Germans, British, Japanese – Americans are more than holding our own.*(YBARRA,T. “U.S. holds its own in peruvian trade”. In:NYT, NY. 24/01/1939,p.9)

alemães, o eram com japoneses e italianos, mas de nenhuma forma em relação aos norte-americanos. Em verdade, entusiasmou-se ao constatar que sinais de lojas escritos em inglês, para seduzir turistas, multiplicavam-se, bem como revistas americanas e tirinhas do pato Donald.

É notável que seu entusiasmo com o Peru adviesse da constatação da circulação de produtos culturais norte-americanos pelas Américas – produtos estes que, sabe-se, eram de particular importância cultural, política e econômica para a Boa-Vizinhança. Ademais, em seus relatos sobre o Peru, destacam-se dois temas. Em primeiro lugar, o encontro que Ybarra teve com fascistas que militavam através da Missão da Aviação Italiana e da instrução à polícia de Lima. Os italianos seriam espalhafatosos em sua tentativa desesperada de penetração propagandística, despertando tanto o riso, quanto o ressentimento dos peruanos. Em oposição a eles, os americanos da Missão Naval, que também se encontrava na cidade, se atinham a seu trabalho, eram diligentes e cumpriam funções sociais, não performando extravagâncias em público. Aqui fica claro como a gozação aos atrapalhados fascistas enaltece os EUA.<sup>58</sup>

Em segundo lugar, o viajante afirma que, em Lima, entrou em contato com um “documento extraordinário”, que traduz e transcreve num artigo. Tratava-se de uma carta de um trabalhador peruano que buscava ajuda dos EUA para combater a dominação japonesa e a “subserviência” de seu governo. A carta afirmaria que os asiáticos eram a mais perigosa presença totalitária no país, acumulando *plantations*, empregando miseravelmente os nacionais, tomando mulheres como servas e oprimindo os trabalhadores do campo. É notável que, antes mesmo de transcrever a carta, Ybarra desautorizou flagrantemente seu autor: alertou seus leitores de que não havia nenhum perigo japonês no Peru; que a comunidade de imigrantes era pequena, composta de pessoas humildes, trabalhadoras e indiferentes à política. Aliás, assegurava, novamente assentado na ironia, que os japoneses no Peru “não se reúnem em nenhum submarino ou base aérea na costa peruana. Eles não

---

58YBARRA,T. “U.S. holds its own in peruvian trade”. In:NY7, NY. 24/01/1939,p.9

A viagem de Thomas Russel Ybarra (1938-1939): New York Times e a política da boavizinhança

estão arregimentados, militarizados, esperando uma chamada de clarinete para lutar por seu imperador.”. E então:

Aqui está a tradução, de alguma forma condensada, da carta, na qual o escritor tenta expressar, em muitas vezes mal escrito e não-gramatical espanhol, a animosidade e o agouro despertado pelos colonos de longínquos assentamentos japoneses, aborrecendo ele e seus amigos peruanos de todos os lados, na **patética esperança de que o que ele disse venha à atenção do Secretário de Estado Cordell Hull e do resto da delegação da Oitava Conferência Pan-Americana e leve eles a fazer algo sobre isso**.<sup>59</sup> (grifo meu)

É emblemático que, apenas oito dias depois disso, tenha escrito outro artigo em que relatava, agora sem ironia, as ações do governo peruano para restringir à “intricada maquinaria da penetração japonesa no Peru”.<sup>60</sup> Aliás, essa passagem parece ter um significado mais amplo. A construção (ou confirmação) do significado do Império norte-americano para Ybarra, através da delimitação de um espaço de tutela e hegemonia nas Américas, passava não apenas pela autopromoção de sua autoridade em narrar, mas também pela *desautorização explícita* das narrativas do *outro* que eventualmente viessem à luz. Por isso, a carta foi expurgada, de antemão, de qualquer capacidade explicativa da realidade peruana que pudesse conter independentemente do filtro de Ybarra, ressurgindo controlada (e domada) como mera curiosidade, exótica e ingênua. Tendo desautorizado o subalterno peruano, procedeu à análise do estado da penetração japonesa como ela *de fato* seria: curiosamente, praticamente idêntica à relatada pelo “extraordinário” peruano.

### 3.2. América Central: um triunfo

Suas últimas experiências nas Américas foram atravessadas por descobertas positivas. A presença ostensiva dos nazistas era uma realidade desagradável, mas a posição comercial

59C.f: *Here is a translation, somewhat condensed, of that letter, in which the writer tried to express, in often misspelled and ungrammatical Spanish, the animosity and forebodings aroused by the settlers from far-away Japan besetting him and his fellow-Peruvians on all sides – in the pathetic hope that what he said might come to the attention of Secretary of State Cordell Hull and the rest of our delegation to the Eight Pan American Conference and make them do something about it.* (YBARRA,T. “Japanese ‘menace’ seen by a peruvian”. In: *NYT*, NY. 22/01/1939,p.30)

60YBARRA,T.“Peruvians check japanese inroads”.In: *NYT*, NY. 28/01/1939,p.7.

hegemônica dos Estados Unidos no sub-continente tornava-se fonte de segurança inestimável.

### 3.2.1. Costa Rica: a ilha democrática no mar de ditaduras

Não se pode precisar seu tempo de permanência na Costa Rica, mas é certo que suas experiências foram notáveis: como porta de entrada da América Central, introduziu uma parte da viagem em que Ybarra se sentia, em linhas gerais, confortável. A república foi retratada como antítese democrática dos outros quatro países, terras de ditadores caricatos e do atraso. A Costa Rica, um verdadeiro “oásis de tranquilidade” em meio a um “deserto de turbulência”, foi representada positivamente pela *exuberância*. Note-se que essa forma de descrição, aqui, recaia no exótico, tanto eliminando do país suas contradições, quanto estabelecendo um referencial a partir do qual o viajante pensava depreciativamente os demais centro-americanos. Mas o que, enfim, explicaria o excepcionalismo da “pequena ilha modelo”?

Quando as pessoas aqui tentam explicar a notável diferença entre seu país e o resto da América Central, elas dão especial importância para o fato de que a Costa Rica é **habitada principalmente por povos europeus, com pouquíssima mistura com índios ou outro sangue**.<sup>61</sup> (grifo meu)

Segundo o viajante, os “brancos puros” (sic) descendentes de espanhóis, eram maioria esmagadora no país, o que inusitadamente permitira à Costa Rica “escapar das desvantagens” advindas da “mistura de raças que trouxe tantos problemas para países como o México, Peru, Cuba e outras”.<sup>62</sup> A pequena minoria de negros, em geral caribenhos “importados”, estaria restrita às plantações de banana da costa, nas quais os trabalhadores nativos supostamente não suportavam trabalhar *devido ao clima quente* das baixas altitudes. A sutil clivagem racial, que Ybarra introduzira na discussão sobre o caráter latino, agora

---

61C.f. *When people here seek to explain the remarkable difference between their country and the rest of Central America they attach special importance to the fact that Costa Rica is inhabited overwhelmingly by European peoples with scarcely any admixture of Indian or other blood.* (YBARRA,T.“Costa Rica boasts liberal tradition”. In:NYT, NY. 12/02/1939, p37)

62YBARRA,T.“Costa Rica boasts liberal tradition”. In:NYT, NY. 12/02/1939, p37

A viagem de Thomas Russel Ybarra (1938-1939): New York Times e a política da boa-vizinhança

ressurge fornecendo explicações racialistas não só para a inexistência de conflitos na Costa Rica, como também para a maioria dos conflitos que assolavam a América Latina.

A outra nota específica que distanciava a Costa Rica da América Central, enfim, seria seu particular quadro social, composto de uma maioria de pequenos proprietários, o que impedia que a oposição entre a “servidão de nativos” e a “casta de famílias privilegiadas” desembocasse, como nas demais centro-americanas, em revoluções sucessivas e caos. Aqui, a crítica social de Ybarra imprimia aos demais centro-americanos um atraso e uma desordem atávicas, cujo efeito – situando os *outros* em lugar estático – era o de *reforçar* a confortável superioridade posicional dos EUA.<sup>63</sup>

De qualquer forma, a própria Costa Rica era, ela também, estática e inferior: “Entra ano, sai ano. A Costa Rica vende café e bananas, embolsa todos os lucros que ela consegue e se preocupa com suas questões”; ela tinha um “genuíno desejo de gostar dos estrangeiros” e resguardava poucos preconceitos. Afinal, ela também simplesmente *era* algo.

### 3.2.2. Costa Rica, Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicarágua: o terreno americano

As análises do viajante a respeito das demais repúblicas da América Central eram muito semelhantes, e enfocavam as mesmas duas questões que culminaram na análise triunfal produzida em Manágua: por um lado, a ostensiva presença nazista; por outro, a segura e inigualável supremacia comercial dos Estados Unidos.

Em relação à influência totalitária, apenas na Costa Rica ela assumia colorações distintas, dada sua *proximidade* do Canal do Panamá. Por esse motivo, a preocupação com a penetração totalitária abriu espaço para declarações mais alarmistas – e dificilmente críveis –, tais como a de que 100% dos colonos germânicos da região colaboravam com os nazistas.<sup>64</sup>

63A prática discursiva de fixar características supostamente atávicas aos povos e subtrair aos *Outros* subalternos sua historicidade e capacidade de transformação é frequente. C.f: Said (2005 e 2007)

64“Japan, Reich make gains in Costa Rica”. In: *NYT*, NY. 13/02/1939, p.4.

Além disso, Ybarra mostrava-se preocupado com uma possível base aérea japonesa camuflada de plantação de algodão, situada em Puntarenas a somente 250 milhas do Canal, e com a constatação de que a Alemanha estaria comprando massivas safras de café e *plantations* costa-riquenhas. Ademais, para o conjunto de todas as outras repúblicas – Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicarágua – o *modus operandi* nazista seria o mesmo e evidenciaria seu real objetivo: além da simples influência econômica, a infiltração política.<sup>65</sup>

Entretanto, a percepção igualmente obtida por Ybarra, no breve percurso nas citadas repúblicas, era a de que a agressiva infiltração “ainda que amplamente espalhada e ativa, não é em nenhum lugar, por enquanto, uma ameaça à influência dominante dos Estados Unidos”.<sup>66</sup> Isso porque nesses lugares, para ele, “o comércio fala mais alto”, e os Estados Unidos eram seguramente a presença econômica mais formidável. As imagens a respeito disso eram repetitivas e atravessadas de entusiasmo: os EUA eram os “líderes compradores de mercadorias guatemaltecas, e os principais provedores das necessidades guatemaltecas”<sup>67</sup>; “Os Estados Unidos vendem para El Salvador mais do que qualquer nação, e se avolumam tão grandes no horizonte nacional que inteligentes salvadorenhos [...] sem hesitar admitem que sem nós El Salvador não poderia existir”<sup>68</sup>, ou ainda que “A batalha contra a *sigatoka* [praga das plantações de banana] é de nosso especial interesse porque nós dominamos o comércio exterior de Honduras”.<sup>69</sup> É perceptível aqui que o viajante, sem volteios, constatava uma verdadeira dominação econômica norte-americana na América

---

65YBARRA,T.“U.S. prestige high with guatemalans”. In:*NYT*, NY. 19/02/1939, p.28.; YBARRA,T. “Nazis influential in El Salvador” In:*NYT*, NY. 21/02/1939, p.4.; YBARRA,T. “Honduras warring on banana blight”. In:*NYT*, NY. 26/02/1939,p.31.; YBARRA,T. “Central America inert to fascists”. In: *NYT*, NY, 27/02/1939, p.8.

66YBARRA,T. “Central America inert to fascists”. In: *NYT*, NY, 27/02/1939, p.8.

67YBARRA,T.“U.S. prestige high with guatemalans”. In:*NYT*, NY. 19/02/1939, p.28

68YBARRA,T. “Nazis influential in El Salvador” In:*NYT*, NY. 21/02/1939, p.4.

69YBARRA,T. “Honduras warring on banana blight”. In:*NYT*, NY. 26/02/1939,p.31.

A viagem de Thomas Russel Ybarra (1938-1939): New York Times e a política da boavizinhança

Central. Notavelmente, a constatação seguia sendo acompanhada de ironias em relação ao “Imperialismo Yankee”.<sup>70</sup>

Ademais, talvez o mais interessante aspecto a se observar a respeito de sua passagem por essas repúblicas seja o próprio itinerário que escolheu. Ybarra, saindo da Costa Rica no extremo sul, pula as demais repúblicas até a Guatemala, para então descer e concluir a breve visita ao continente na Nicarágua. Em relação a isso, emergem dois elementos particularmente ilustrativos. O primeiro dele é aquele que provavelmente explica o trajeto.

Ybarra quis percorrer o único trecho concluído e asfaltado da Pan-American Highway, aquele que conecta Guatemala e El Salvador. Chegando em San Salvador escreveu um artigo relatando sua travessia.<sup>71</sup> Em seu caminho em meio às montanhas, emergia uma América Central “muito mais real e intocada” do que a que seria conhecida pelos turistas nos circuitos tradicionais. Não obstante, visualizava um futuro totalmente moderno para a estrada, que, por ora, seria praticamente “intocada e primitiva”. Ybarra relatou detida e ironicamente – em um misto de desprezo pela falta de higiene e hábitos primevos dos locais e curiosidade pelo exótico – suas estranhas experiências gastronômicas em um restaurante indígena, seus encontros com policiais rodoviários autoritários, os rangentes carros de boi atravessando a estrada e as “cabanas indígenas com tetos de palha caindo aos pedaços”. Aqui, a retórica da anti-conquista desaparecia para dar lugar à ironia explícita ao “atraso”.

Ao final do artigo, enfim, elogiando a qualidade da rodovia percorrida, pontuou entusiasmado: “Virtualmente todo o asfalto usado pelos bandos de construtores de estrada de El Salvador, assim como a maioria da maquinaria de construir estrada, foi comprada dos americanos”. Há um efeito simbólico em percorrer este trecho – primeira centelha, construída

---

70YBARRA,T.“Costa Rica boasts liberal tradition”. In:*NYT*, NY. 12/02/1939, p37

71YBARRA,T.“American highway open in 2 nations”. In:*NYT*, NY. 23/02/1939, p.14.

com tecnologia norte-americana, da estrada idealizada para conectar o conjunto das Américas.

O segundo elemento de seu trajeto a produzir efeitos particularmente notáveis é o próprio fato de concluí-lo em Manágua, aquela em que, presumivelmente, a presença ostensiva dos *marines* norte-americanos teria deixado marcas de ojeriza entre os locais. O quadro apresentado por Ybarra, entretanto, não poderia ser mais diferente: os nicaraguenses guardavam, segundo ele, *boas memórias da ocupação norte-americana*, e mesmo entre os menos amigáveis aos EUA, a tendência geral era *deixar o passado para trás (let bigones be bigones)* e voltar os olhos para as novas relações do presente.<sup>72</sup>

Seu último artigo da América Continental, dessa forma, simbolicamente coroava sua viagem com impressões triunfantes sobre a recepção latina aos norte-americanos: se *nem mesmo* na Nicarágua eles estavam em baixa, a *viagem do Império por suas margens* fora bem-sucedida. Afinal, Ybarra podia assegurar-se de que as portas realmente estariam abertas para os EUA na América Latina. Se diversos obstáculos podiam ser impostos, por parte dos “agressivos nazistas”, do “obsoleto Império inglês” ou da “ingênua Argentina”, ao benevolente anti-império do qual imaginava ser parte, o viajante podia estar certo, à luz da experiência nicaraguense, que o Hemisfério aceitaria, cedo ou tarde, a Boa-Vizinhança.

### 3.3.3. Cuba: enfim em casa.

A passagem de Ybarra por Cuba, ao final de sua viagem, não introduziu grandes novidades às conclusões obtidas no resto da América Central. Mais ainda do que em qualquer lugar, Cuba representaria para o viajante uma nação crescentemente “americanista”, de tal forma que os norte-americanos se sentiriam muito pouco estrangeiros nesse país, ademais de sua natureza latina e hispânica: “Em nenhum lugar na América Latina esses dois Polos Norte e Sul de caráter, mentalidade e visão de vida, os Norte Americanos e

---

72YBARRA,T. “Central America inert to fascists”. In: *NYT*, NY, 27/02/1939, p.8.

A viagem de Thomas Russel Ybarra (1938-1939): New York Times e a política da boa-vizinhança

os Sul Americanos, se tornam tão próximos um do outro quanto nessa ilha”.<sup>73</sup> Outro tema, talvez mais ilustrativo em seus artigos sobre Cuba, era o do mercado açucareiro. Em seu primeiro artigo no país, Ybarra discutiu a crise econômica cubana advinda da queda do preço do açúcar. Afirmou que: “Cuba é um país de uma planta e um mercado [...] açúcar e Tio Sam – essas são as fundações gêmeas de toda a estrutura econômica de Cuba”.<sup>74</sup> Diante disso, afirmou que os cubanos pediam aos EUA que resolvessem seu problema derrubando o protecionismo ao açúcar de outros lugares sob sua tutela. Argumentou, entretanto: “fazer algo pelas firmas cubanas de açúcar não é uma coisa fácil para o Tio Sam. Ele tem que considerar também os competidores dos cubanos, o açúcar de cana e beterraba produzido pelos estados continentais dos Estados Unidos, os plantadores de cana de Porto Rico, Hawaii e Filipinas, e também atender seus pedidos”.<sup>75</sup>

O mais notável dessas passagens talvez seja a naturalidade com que Ybarra registrou a supremacia norte-americana na ilha e em outros territórios, apesar da repetida oposição que tecera aos imperialismos totalitário e britânico ao longo de toda sua viagem. A imagem, tantas vezes repetida, traz elementos que nos remetem à hipótese inicial deste trabalho.

#### 4. Conclusão

É com naturalidade, portanto, que Ybarra constatou a profunda dependência cubana da compra de açúcar pelos Estados Unidos, e com igual naturalidade registrou a dominação sobre as colônias norte-americanas de Porto Rico, Hawaii e Filipinas. Mais do que isso, desde as margens do Império, a constatação da dominação econômica norte-americana e da possibilidade de influenciar decisões políticas que dela decorria são *celebradas* – não apenas no caso cubano, como foi visto, mas na totalidade das Américas – como garantias do não-distanciamento das margens em relação ao seu centro.

---

73YBARRA,T. “Influence of U.S. strongest in Cuba”. In: *NYT*, NY, 07/03/1939, p.10.

74YBARRA,T.“Cuban concerned over sugar prices”. In: *NYT*, NY, 05/03/1939, p.32.

75YBARRA,T.“Cuban concerned over sugar prices”. In: *NYT*, NY, 05/03/1939, p.32.

Num contexto em que, no jogo de espelhos que moldava o Império, a Alemanha era situada – acompanhada da decadente Inglaterra e das mais fracas Itália e Japão – num polo oposto aos EUA, Ybarra foi bem sucedido na imaginação de um Tio Sam benevolente pela aproximação da América Latina, vista como subalterna e dependente. Mais do que isso, a intensificação da presença econômica norte-americana na totalidade do continente era defendida pelo viajante, direta ou indiretamente, *justamente* como o melhor instrumento para combater os impérios de além-mar e o próprio imperialismo – algo que, para ele, se algum dia existira na história norte-americana, situara-se em um passado longínquo que deveria ser esquecido, dando lugar à nova era de compreensão e auxílio que a Boa-Vizinhança tornara possível.

Os EUA seriam, nessa perspectiva, não apenas não-imperiais, mas efetivamente os únicos capazes de liderar o mundo livre e democrático em sua contenda contra o Totalitarismo. As descobertas de Ybarra introduziam um quadro positivo: cedo ou tarde, aparentemente, a Boa-Vizinhança seria vitoriosa. Entretanto, um longo caminho a percorrer também parecia ter sido descoberto pela viagem. Cabia à *the great Republic of the North*, com apoio passivo dos latinos, dobrar todos os obstáculos, europeus ou americanos, já experimentados pelo viajante, em pequena escala, ao longo de seu percurso: as resistências ingênuas apresentadas por *alguns* impulsivos e amargurados latinos, principalmente os argentinos, a agressividade e eficiência germânicas disseminadas por todo o continente e o esquerdismo e instabilidade chilenos, por exemplo. Diante disso, caberia ao Tio Sam, mais uma vez, superar as *provações* que se-lhe-apresentavam, de forma a alcançar o lugar que lhe parecia de *dever* naquele sombrio contexto às portas da guerra.

A hegemonia mundial norte-americana – do republicanismo e da cooperação, metonimicamente enunciadas pela Boa-Vizinhança desde as Américas – já era vislumbrada por Ybarra, na medida em que viajava pelas margens do Império e se reencontrava com o sentido de *seu* país, contraposto, sobretudo, ao Totalitarismo, mas delimitado a todo

A viagem de Thomas Russel Ybarra (1938-1939): New York Times e a política da boavizinhança

momento em relação a seus vizinhos ao sul. Afinal, resta claro que o venezuelano optara por *Plymouth*.

## 5. Documentos

Edições do *The New York Times* dos anos 1938 e 1939. Disponível mediante assinatura na plataforma online *Times Machine*.

## Bibliografia

BERGER, Meyer. *The Story of The New York Times: The First 100 Years*. New York: Arno Press. 1970. 2ªed.

BURBAGE, Robert, CAZEMANJOU, Jean e KASPI, André. *Os meios de comunicação nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Agir, 1972.

GARCIA, Tania da Costa. *O it verde e amarelo de Carmen Miranda (1930-1945)*. São Paulo: Annablume, 2005.

GUILHERME, Alexandre. *Discurso Americano de cooperação no contexto da 2ª Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*. Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

JOSEPH, Gilbert. *Close encounters*. Toward a new cultural history of U.S.-Latin American Relations. In: *Close Encounters of Empire*. London: Duke University Press, 1998.

JUNQUEIRA, Mary Anne . *Ao Sul do Rio Grande*. Imaginando a América Latina em Seleções. Oeste, Wilderness e Fronteira (1942-1970). Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2000.

\_\_\_\_\_. *Velas ao mar*. São Paulo: Intermeios, 2016.

KAPLAN, Amy. *Left alone with America*. The absence of empire in the study of American Culture. In: *Cutures of United States Imperialism*. London: Duke University Press, 1993.

LIMA, Luciana. *O Rio de Janeiro dos viajantes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MONTEIRO, Erica G. Daniel. *Quando a Guerra é um negócio*. F.D. Roosevelt, Iniciativa Privada e relações interamericanas durante a II Guerra Mundial. Curitiba: Prismas, 2014.

MOURA, Gerson. *Estados Unidos e América Latina*. As relações políticas no século XX. São Paulo: Contexto, 1991 (2ªed).

\_\_\_\_\_. *Tio Sam chega ao Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985 (2ªed).

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 2ªed.

\_\_\_\_\_. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 1ªed.

SARAIVA, João Gilberto. *Todo nordeste que couber a gente publica*. Tese de Mestrado. UFF, Rio de Janeiro, 2015.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império*. Relatos de viagem e transculturação. Bauru: Edusc, 1999.

SANHUEZA CERDA, Carlos. *Chilenos em Alemanha y alemanes em Chile*. Viaje y nación em el siglo XIX. Santiago: LOM, 2006.

SOUZA, Maquilândes Borges. *Rádio e Propaganda Política*. Brasil e México sob a mira dos EUA. São Paulo: Annablume, 2004.

Entrevista com  
Fernando Novais

Por  
Jean Gomes de Souza  
Luccas Eduardo Castilho Maldonado  
Paulo Roberto Marques de Oliveira

**Epígrafe\_** Professor, a nossa seleção de perguntas, mais do que focar em aspectos teóricos da sua obra, visa priorizar a sua trajetória e formação pensando no nosso público leitor. Nossas questões irão muito no sentido dos seus caminhos enquanto historiador, tendo em vista que nós temos contato com a sua obra logo no primeiro ano nos cursos de História do Brasil Colonial e História Ibérica, ministrados no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; o senhor se configura e se constitui como um grande mito para nós no começo da graduação. O senhor poderia nos contar como era a graduação no período que a realizou, aqui, no Departamento?

**Fernando Novais\_** Faz um bocado de tempo, lá na Maria Antônia. Cursei a graduação de 1952-1953 a 1956, quando me formei. Em primeiro lugar, vamos explorar o cotidiano e o clima. Esta época na Maria Antônia era diferente da Cidade Universitária. Havia muito mais contato entre as partes, sobretudo no domínio das Ciências Sociais, mas também nas Ciências Exatas. Tudo estava lá. Para terem uma ideia, quando veio para a Cidade Universitária, após 1968, com a reforma, a faculdade tornou-se Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Saíram todas as Ciências Exatas as quais constituíram vários institutos, o da Química entre eles, mas não só, a Faculdade de Educação era um departamento da Faculdade de Filosofia, como também a Psicologia.

Havia alguns cursos que eram na Glete e algumas que, nos anos 1950, começaram a virem para cá. A Geografia foi uma das primeiras, ela e a História. Primeiro mesmo veio o prédio lá de cima: o da Biologia, acho que é o da Genética, uma coisa assim. Essa Cidade Universitária é meio caótica por causa de sua formação. Viram como a História é importante para entender as coisas? Este espaço estava fora da cidade, parte da periferia. O Butantã trata-se de um

lugar que as pessoas traziam as crianças. Quando eu era novo, eu vinha. Longe da cidade, ninguém queria vir até aqui, chegar era difícil.

Os Reitores, no entanto, desejavam mostrar serviço ao governo, dizerem que estavam fazendo algo. A primeira coisa a ser construída foi o prédio da reitoria. Faziam força para os cursos virem, mas eles não queriam. Alguns nunca vieram, a Faculdade de Direito nunca, não é? Aliás, lá no Largo São Francisco até hoje, quando tem que fazer alguma coisa aqui na reitoria, falam: "Vamos para a Universidade". Não dizem: "Vamos para a Cidade Universitária", mas sim, "Vamos para a Universidade". Os reitores ofereciam para quem quisesse se instalar a possibilidade de escolher o lugar. A Biologia optou pelo melhor: o mais alto no meio das árvores. História e Geografia ficaram nas duas alas da reitoria. Uma lá e outra aqui. Nesse tempo, eu já era professor.

Quando fiz o curso, havia essa integração maior, mas com poucos alunos. As classes tinham quinze, vinte alunos no máximo, eram pequenas. Esse é um dado porque havia mais convívio. Curioso como era, eu fazia o curso formal à tarde e à noite ia assistir aulas das Ciências Sociais, da Sociologia, algumas da Filosofia e das Letras. No final de semana, estudava muito na Biblioteca Municipal. É melancólico quando volto lá, não tem mais aquela sala de leitura, os livros que a gente lia.

Havia um grupo que ficava em torno da estátua, daquela que está no *hall*. Discutiam se a estátua era Diana ou Minerva: os adoradores de Minerva e os adoradores de Diana – estes tinham mais prestígio. Existia um clima de esquerda nos anos 1950. Lembro-me que, às vezes, saía da faculdade e ia para a biblioteca. Lá, a seção de leitura fechava às 23h. No sábado e domingo, ia cedo. Coabitavam os grupos antagônicos, contra e pró Faculdade, no setor de Letras e no setor de Filosofia, porque ela havia sido criada para integrar escolas profissionalizantes. Conseguiram isso parcialmente: quando se dividiu a antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Não foi um desastre total, mas também não conseguiram fazer tudo que se queria.

Tenho mania de sair do assunto, já perceberam? É uma técnica pedagógica sair do assunto. Quando proferirem uma conferência ou uma aula, temos que sempre sair do assunto para prender a atenção do público, ninguém aguenta ficar uma hora e meia ouvindo sobre historiografia, não há quem suporte. Ao sair, o pessoal pensa “quero ver onde que esse sujeito vai parar?”. No entanto, é preciso fazê-lo com atenção. A pior coisa que pode acontecer a um professor é ele perguntar: “Do que que eu estava falando?”. Se perguntar isso aos alunos, eles ficam furiosos. Perde o respeito deles.

Lembro-me, por exemplo, do primeiro ano da faculdade lendo a *Histoire grecque*, de Gustave Glotz. Havia um capítulo longo intitulado “*Du genss à la cité*”, “*Die Geinas à la cité*”, com umas cem páginas. Naquela época, havia um rapaz muito bonito. Ele estava falando com algumas alunas que eu conhecia, provavelmente da Letras ou da Pedagogia – onde havia as meninas mais bonitas. O camarada dizia assim: “Por que a burguesia não é capaz de cumprir a sua missão histórica”. As meninas ficavam atentas. Isso me fez pensar comigo: “Meu Deus do Céu, o que é esse negócio de burguesia? A sua missão histórica? Quem que deu essa missão histórica? Se eu não entender disso, elas nunca vão olhar para mim”. Você não escapava da situação, o clima mudou, é claro.

Essa transformação muitas vezes é criticada nos estudos de história da historiografia, de história da cultura brasileira e de história da universidade. Algumas críticas são verdadeiras, mas outras são anacronismos. Por exemplo, quando se fala que a Escola Sociológica de São Paulo, centrada em Florestan Fernandes, desqualificou Gilberto Freyre, isso só está parcialmente correto. Foi só nos anos 1970-1980, porém, que começamos a descobrir a grandeza de Gilberto Freyre, um gênio! Acontece que qual Freyre se estava renegando? É verdade que não se viu nele, naquele momento, os estudos sobre o sexo e a família. Não se percebeu essa grandeza, não era isso o enfatizado. Centrava-se na democracia racial, isso que o pessoal atacava.

Freyre tinha publicado um livro chamado *Aventura e Rotina*, sempre teve títulos maravilhosos, que trata sobre as viagens que fez a Angola e a Moçambique para ensalsar o Salazarismo. É

que ninguém lê mais Gilberto Freyre, ele é um gênio e não há dúvida nenhuma. Há um livro interessante chamado *Sociologia: introdução aos princípios e métodos* com dois volumes enormes que são apenas a introdução. Era para ser sete, a reunião de seu trabalho teórico, mas que nunca foi escrito, parou na introdução. Ele ficava falando o que está muito na moda atualmente: a Sociologia não é exatamente uma ciência. Nesse texto de teoria, você lê aquilo, quer dizer, lemos a introdução, o prefácio tem 120 páginas, e pensamos: “fiquei sabendo o que a Sociologia não é. Eu quero saber o que é a Sociologia”. Há outra obra sua chamada, essa foi mais famosa ainda, *Como e porque sou e não sou sociólogo*. Olhem se isso é título de livro! Florestan falara assim: “padrão científico do sociólogo brasileiro” pois ele estava tentando implantar esse padrão da disciplina no país. Trata-se de um diálogo.

A observação de que Gilberto Freyre não foi vista pela Sociologia Paulista como tendo a grandeza que ele tem é correta. Contudo, é preciso por essa afirmação no clima geral da época. Isso também para ler a obra imensa de Gilberto Freyre, toda repetitiva com algumas coisas brilhantes, outras insuportáveis! Veja, os dois tinham um pouco de razão, mas o historiador deve ultrapassar essas coisas. Isso nem sempre é feito quando se trabalha com história das ciências sociais e da historiografia. Como veem, estou misturando as coisas e as pessoas para dar uma ideia do clima da época.

O curso de História para mim foi bom, mas teve uma série de percalços. Era apaixonado por História. No colégio, no último ano, comprava por assinatura uma coleção que saia pela Editora das Américas. Essa casa de publicação não existe mais e na sua existência ela mudou bastante. No começo, era de direita e meio religiosa – publicou as obras completas do Plínio Salgado –, mas também editava coisas boas, por exemplo, *História Universal* de Cesare Cantù em 32 volumes, aliás, com uma péssima tradução. Saíam dois volumes por mês, relativamente baratos. Os comprava e lia, isso no colégio. Estava mais ou menos na Idade Média, no volume 13, e apaixonado por aquilo, apesar da tradução miserável, era uma beleza!

No primeiro ano da faculdade, os cursos de Geografia e História, que eram unidos, mostravam-se, digamos, razoáveis. A matéria de Idade Média era pior do que o manual de Malet & Isaac que tinha lido. Li Malet & Isaac inteiro para fazer o vestibular porque uma professora que era do cursinho do Grêmio falou para mim: “Você sabe razoavelmente francês, faça o seguinte: pega o Malet & Isaac, que é um manual em francês – melhor do que todos esses modernos –, e lê assim se prepara para o exame de História Geral e para o exame de francês ao mesmo tempo”. Foi o que eu fiz. Então, a situação na faculdade foi uma decepção. A disciplina de História Antiga, de Antiguidade Oriental, era dada pelo professor Paulo Pereira de Castro, um grande que, na época, não percebíamos. Era um péssimo professor: gago e falava monotonamente; trazia anotações e ficava andando de um lado para o outro enchendo a lousa com nomes do Egito e da Mesopotâmia. Quem aguentava? Começamos a conversar com ele quando saíamos para o café e descobrimos um grande sujeito. Isso depois!

Havia um professor muito erudito, muito competente, que dava Grécia. Seu nome era Pedro Moacyr de Campos, um insuportável e arrogante. Depois da aula, fiz uma pergunta para ele, não me olhou de cima porque era baixinho, e falou algo assim para mim: “O senhor sabe alemão?”, respondi que não. Continuou assim: “Sobre isso que o senhor está perguntando só há bibliografia em alemão”, me deu as costas e foi embora. Fui estudar alemão. Não sei falar, mas leio os livros de história, não literatura, não leio Goethe, para você ver.

Tinham bons cursos de Geografia. Terminei o ano e ponderei: “Acho que vou ser geógrafo”. Quando então, no segundo ano, uma quarta-feira, fui à primeira aula de História Moderna com o professor Eduardo D’Oliveira França. Todos os cursos de História eram de história política ou econômica, às vezes, misturavam-se as duas sobre a Grécia ou a Idade Média, mal explicavam Henri Pirenne. Quarta-feira, primeira aula de História Moderna, vi no programa: “Renascimento: Florença no século XV”. O professor chegou meia hora, quarenta minutos, atrasado e falou assim para os 10-15 alunos: “Temos que nos entender, vamos trabalhar juntos, queria dizer para os senhores o seguinte: sou o último que entra, o primeiro que sai e,

enquanto eu não sair, ninguém pode fazê-lo sem autorização". Continuou: "Em segundo lugar, tenho que dizer aos senhores que, em matéria docente, os senhores devem desconfiar dos professores muito pontuais. A pontualidade britânica é característica dos medíocres! O professor que não tem nada a oferecer aos seus alunos, oferece a sua pontualidade!". Vejam a disposição da classe: o pessoal queria esganá-lo. Depois, ele me contou, tornei-me amigo dele, foi o meu Mestre, que fazia isso de propósito porque era um desafio que lançava para si: "ponho essa turma em má disposição contra mim e depois a conquisto". Dizia assim: "Perguntas só depois que eu terminar de falar e perguntas de esclarecimento. Perguntas não podem interromper o professor! Perguntas depois que eu terminar e autorizar". Começou a dar a aula comentando o programa e a bibliografia, falou uma hora e meia e não mais. Quando terminou, só faltou aplausos! Fui falar diretamente com ele: "Professor, vamos conversar", aí voltei para a História.

**Epígrafe\_** Pegando o gancho dessa informação que o senhor estava nos contando, gostaríamos de saber a respeito do seu trabalho como professor assistente, tanto com a professora Alice Canabrava, quanto com o professor França.

**Fernando Novais\_** Quando estava no último ano, era muito amigo de uma professora de Antropologia, Gioconda Mussolini, fantástica, excelente professora. Ela dava Antropologia Física e Antropologia Cultural. Havia dois semestres de Antropologia no curso de História. Normalmente quem ministrava Antropologia Cultural era o professor Schaden, mas às vezes Gioconda dava Antropologia Cultural. Gioconda gostava muito de mim, era muito minha amiga, havia dois: eu e um colega de Ciências Sociais, Amadeu Duarte Lanna, que depois se tornou professor de Antropologia e já se aposentou. A professora Gioconda era da geração de Alice Canabrava e do professor França, a segunda na faculdade. A primeira era de Eurípedes Simões de Paula e Astrogildo Rodrigues de Mello. Alice Canabrava, que tinha perdido um concurso aqui escandalosamente, foi para a faculdade recém-criada de Economia e logo se tornou catedrática. Teve vários assistentes, homens e mulheres, formados em

Ciências Sociais, História e Economia e brigou com todos. Então, ela procurou Gioconda, sua amiga, e disse que queria ter um que fosse jovem e da História pois estava com uma vaga. O penúltimo a ser despedido chamava-se Fernando Henrique Cardoso, substituído por José Albertino Rodrigues, um sociólogo importante. Ela tinha uma vaga de auxiliar de ensino, ganhava pouquíssimo e era para carregar a bolsa. Nunca carreguei uma bolsa. Isso era o que se dizia, pura maldade! Era mais ou menos assim: assistia as aulas, anotava e depois discutia. Fiz alguns comentários do que achava do curso dela e ela ficou bravíssima.

Para vocês terem uma ideia, o horário de trabalho era das oito da manhã às seis da tarde na faculdade, todos os dias! Eu ficava fazendo ficha e lendo. Então, Gioconda me indicou, por isso digo que sou uma invenção da Gioconda. Indicou-me para várias coisas. Não sei se já falei isso em entrevistas, mas foi ela que me aconselhou dizendo para assistir cursos de Antonio Candido de Mello e Souza e Florestan Fernandes. Para mim, esse contato foi muito importante. No curso de História, havia uma formação predominante em História Econômica e História Política. Como vocês sabem, tem aquele livro, que é um dos melhores de Peter Burke. São três períodos: o primeiro, até o fim da Segunda Guerra, quando se dialoga com as Ciências Sociais em geral, predominantemente com a Sociologia, mas não só, também com Letras, Arte e Psicanálise – nesse há o domínio do pensamento de Lucien Febvre. O segundo período, de Fernand Braudel, deu-se até o fim dos anos 1970. Enquanto durou, houve diálogo com todos os lados, mas dominou com a Economia. O terceiro é, se vocês quiserem, a Nova História.

Entrei, na cadeira de Alice, em contato com historiografia americana e inglesa e li muito sobre Economia. Como, na mesma época, se discutia marxismo para mim foi bom. Tinha uma formação razoável de História por causa do professor França. Aliás, Braudel, esse também deu muitas entrevistas, não é? Não estou querendo me comparar com Braudel evidentemente. Ele tem algumas entrevistas na qual diz coisas engraçadíssimas. Fala que acha que se tornou inteligente no Brasil; enquanto ele não passou pelo Brasil, não era muito inteligente. Isso foi uma sacada maluca. Tem outra afirmando que o seu discípulo aqui no

Brasil era o professor França, isso criou uma série de problemas, ciúmeira e esse tipo de coisa.

Minha relação com Alice foi conturbada, não era uma pessoa fácil e fiquei na Faculdade de Economia três ou quatro anos. Quando me desentendi, na verdade ela que se desentendeu comigo, ficou claro que não iria renovar o meu contrato. Havia deixado de ser auxiliar de ensino, era assistente e ganhava muito bem por causa do curso noturno. Naquela época, ganhava um salário extra quem dava aula no noturno, hoje não tem mais isso. Fui procurar o professor França e coincidiu que naquele ano, 1960, iria nascer o meu filho. Casei em 1959 e o meu primeiro filho nasceria comigo desempregado. Falei com o professor França e me disse: “que loucura!”. Frequentava muito a sua casa e ele ficou muito contente quando fui trabalhar com a Alice, pois, ela era brigada com o Departamento assim como com ele. Eles também tinham os seus desentendimentos, mas se falavam, a questão era Eurípedes, o chefão. Naquele momento, França era meio brigado com Eurípedes, antes se falavam muito, amigos, compadres, iam na casa um do outro. No entanto, romperam por causa de uma briga de Eurípedes com Astrogildo. Esse tirou a cadeira dele do Departamento, naquela época, Cátedra. França acompanhou Astrogildo. Dessa forma, ficou as partes da história separadas. Costumo dizer que Eurípedes está para a faculdade, assim como Dom Porfirio Díaz está para o México. Enquanto Eurípedes viveu era o regime do porfiriato. Eurípedes ficava quatro anos na direção da faculdade, fazia sucessor e ficava quatro anos como chefe do Departamento de História, terminados os quatro anos, voltava para a direção. Isso significa que, no período de briga, a cadeira de História da América e do Brasil não tinha verba nenhuma. O professor França vivia dizendo: “Eu não posso contratar”. Quando conversei com ele, falou-me: “meu filho, por que você foi brigar com Alice?”, respondi: “Professor, ela que brigou comigo!”. Depois, ele foi lá e conseguiu me ajudar. Quem fez pressão foi Gioconda, da Sociologia. Nessa época, estava começando o seminário d’*O Capital*. Fernando Henrique Cardoso estava despontando na universidade, não só como intelectual, isso também, mas porque ele entrou

para o Conselho Universitário. Um lance notável, até hoje me lembro! Vale a pena sair do assunto nesse caso.

O Conselho Universitário era dezessete pessoas ou um pouco mais: os diretores de todas as faculdades e o Reitor, mais um representante da Congregação, outro dos alunos e um último dos ex-alunos. Fernando Henrique, que ainda não era doutor, portanto, não tinha título nenhum – naquela época não havia Mestrado – estava fazendo o doutoramento como todos nós. Descobriu que o representante dos ex-alunos era sempre da Faculdade de Direito. A Faculdade de Direito, a Medicina e a Engenharia sempre dominaram lá. A Faculdade de Filosofia, que era a mais importante, é a mais importante, foi lutando para conseguir transformar isso aqui em uma universidade.

Nós, historiadores, sabemos o que é uma universidade. Uma universidade pode ter muitas escolas, mas não pode deixar de ter três: Teologia para falar com Deus, Ciências para estudar a natureza e Letras para estudar as Humanidades. Essas três são obrigatórias. Não podem faltar, pode ter mais cinquenta. No começo do século XIII em Bologna e em Paris, isso foi constituído sem comunicação entre as duas cidades. Até hoje, discute-se quem foi a primeira, uma diferença de meses. O esquema foi e é o mesmo: as três faculdades do conhecimento juntamente das duas escolas de apoio: Direito e Medicina. Por isso que no *Quartier Latin* há a Rue des Écoles que cruza o Boulevard Saint-Michel, o coração da Sorbonne. Foi notável essa mudança. Concebe-se o conhecimento para falar com Deus, entender a natureza e pensar as artes. Para fazer isso, precisa-se estar vivo, logo, se deveria estudar Medicina. Tudo isso, em uma sociedade juridicamente organizada, pois quem não vive dessa forma é bárbaro.

Zeferino Vaz, criador da Unicamp, sempre disse que queria fazer uma universidade melhor do que a USP. Isso porque nunca foi Reitor aqui. A Unicamp tem o nome de universidade, mas se não tem Direito... Tenho muitos amigos lá de Campinas, vão querer me matar! Até hoje não tem, o plano original da universidade tinha, só que Zeferino não implantou em tempo e acabou que ninguém fez, mas está no currículo.

O notável é que concomitantemente o mesmo esquema foi adotado em Paris e Bologna sem comunicação mútua. As universidades eram pensões. Tinham as várias escolas ligadas ao bispado e resolveram fazer um lugar onde podiam morar os estudantes. O aluno ia e escolhia o curso no qual havia alguém para orientar e um local para morar e aprender. Existiam várias condições: entrou para a escola, virou clérigo – podiam não ser padres ordenados, mas eram clérigos; mulher era proibido; tinha que ser cristão e saber latim, só se falava essa língua, por isso o vestibular. A pensão selecionava quem morava lá. Isso foi feito inicialmente em Paris e quem organizou essa era um padre, chamado Robert Sorbon, conseqüentemente a frase “vou para Sorbonne”. Em seguida, ocorreu algo próximo em Oxford. O que em Paris é pensão, eles chamam *college* na Inglaterra. Sinteticamente morada. A diferença entre Bologna e Paris é que, na França, essa morada, chamada universidade, resultou em um conjunto de professores que ofereciam a residência para os alunos. Em Bologna, deu-se o contrário: uma associação de estudantes oferecia a morada e coordenava a contratação de professores. Assim, na Itália, as escolas profissionais sempre foram mais importantes, não por causa do Direito Romano, pois a universidade foi criada por uma reunião de estudantes. “Vamos organizar onde é que vamos habitar e coordenamos o espaço. Está faltando professor disso, contrata! Quem vai ser chamado deve fazer uma tese”. Com isso, saímos muito do assunto, voltemos então.

Fernando Henrique descobriu que era sempre ocupado pela Faculdade de Direito, porque na eleição quem que votava? Aquele que provar ser ex-aluno, pouquíssimas pessoas faziam isso. Os juristas sempre estavam lá e escolhiam o membro do Conselho. O que Fernando Henrique fez? A Faculdade de Filosofia tem uma quantidade significativa de membros no estado entre os seus ex-alunos que dão aula nos colégios, é só mandar uma carta para cada professor. Só na cidade de São Paulo, reunimos mais de setenta pessoas. Recordo-me que fui à Reitoria, ficava em um prédio na rua Helvétia, hoje o coração da Cracolândia. Estava na fila para votar no Fernando Henrique. Na frente, tinha uma pessoa e a outra em seguida era uma moça muito bonita que conversava com um senhor: “Quanta gente que está vindo aqui votar hoje!”.

Era Lygia Fagundes Telles, que ia lá escolher um desembargador para ser o representante. Perderam de lavada, nós tivemos mais de cem.

Alguns meses depois, Fernando Henrique já era a pessoa mais importante no Conselho Universitário. Então, ele foi ao Eurípedes e falou que conseguiu uma verba, mas era uma por tempo parcial. Quando vim para a Faculdade de Filosofia, perdi mais da metade do meu salário. Meu pai teve que me ajudar a pagar o açougue, foi uma desgraça. Até que Fernando Henrique conseguiu uma verba para mim e, então, esse período foi melhor, que coincidiu com a formação do grupo de estudos de Marx, entre 1958 e 1964, seis anos. Havia a ideia de o marxismo ser sinônimo de interpretação econômica da história.

Sobre esse propósito, muitos anos depois, já aposentado aqui na USP e professor no Instituto de Economia da Unicamp, houve um concurso que era para contratar um docente de História Econômica. Inscreveram-se uns quatro ou cinco candidatos formados em Economia, História ou Ciências Sociais. Como havia vários candidatos e havia uma aula teste, vimos os currículos e era necessário pelo menos doutoramento. Após a análise da trajetória, a entrevista era decisiva. Lembro-me que fiz a mesma pergunta para todos: uma coisa do currículo, mas queria saber qual a distinção entre materialismo histórico e interpretação econômica da história. Ninguém respondeu precisamente! Todos falavam dislexias, não entenderam nada! Essa pergunta não discriminou. Entrou o que foi melhor que o outro. Acho que ninguém deveria ser contratado porque iriam ser professores de História Econômica e não sabiam a distinção entre uma coisa e outra.

Clareza mesmo sobre isso, acho que comecei a ter com o estudo de Marx no grupo de estudos d'*O Capital*. Na introdução que eu fiz com o Rogério da Silva na antologia *Nova História em perspectiva*, há, acho, uma explicação razoável diferenciando marxismo de interpretação econômica da História. Isso foi muito mal assimilado. As pessoas vivem querendo que eu explique e procuro explicar. Não está muito claro, mas é difícil! São problemas complicados.

Ainda agora, Osvaldo Coggiola, diretor do Departamento de História da USP, me telefonou dizendo que vai ter, no segundo semestre, um evento sobre o centenário da Revolução Russa e quer que eu fale em uma mesa sobre historiografia tratando sobre Eric J. Hobsbawm. Aceitei e virei dar a palestra, mas começarei dissertando sobre a complexidade de um historiador marxista. O marxismo é uma teoria da história, uma! O que se entende por teoria da história? Sendo assim, temos os textos clássicos de Marx e Engels que nenhum é de História propriamente. Aliás, de História especificamente, componente do corpus da historiografia, só tem um trabalho dos clássicos, que é *As guerras camponesas na Alemanha* de Engels. Um belo livro de História!

A formulação inicial é um problema filosófico, o ponto de partida é filosófico. Temos que entender o porquê da Alemanha ser assim. Só podemos entendê-la nesse estado por causa da guerra dos camponeses. Por que que a França teve a Revolução Francesa e a Alemanha não? Não temos nem sequer a forma do Estado, há de entender onde se perdeu a luta de classes. Pode-se discutir isso. Para formular um texto de História, é necessário que tenha alguma coisa na sua vida, na vida do historiador, na sua época, na forma como se interesse pelo assunto tratado. Em Engels, a questão está clara, se for outro escritor a situação será distinta. Benedetto Croce quis dizer isso quando falou “toda a história é contemporânea”. Engels a partir daí faz uma reconstituição da guerra dos camponeses fantástica. Tinha vocação para ser historiador!

Marx faz uma análise estrutural do capitalismo como um modo de produção, aliás, ele não usa a palavra capitalismo. Vocês sabem que Braudel tem uma nota, em *Civilisation matérielle, économie et capitalisme*, na qual afirma assim: “Karl Marx nunca usou a palavra capitalismo”. Fala algo de capitalismo que é muito complicado e põe assim: “Aliás, Karl Marx nunca usou a palavra capitalismo, confirmam na edição MEGA”. MEGA é Marx-Engels-Gesamtausgabe, obras completas de Marx e Engels com 51 volumes em alemão. Ele estava dizendo para conferirem. Quer dizer, explicitava: “Li os 51 volumes em alemão. Estou escrevendo isso aqui e sei do que

estou falando". Isso em Braudel é uma ironia porque diziam que ele não entendia nada de Marx, pois, raramente o citava.

Detalhe importante porque nós do grupo de estudos d'*O Capital* discutíamos o conjunto das obras de Marx com uma orientação filosófica, a partir da influência de José Arthur Gianotti. Eu era o único historiador. A análise do capitalismo de Marx é incompleta, só tem o primeiro volume. O resto que ele escreveu são panfletos políticos, os quais são geniais. Sobre o *18 Brumário*, não há texto mais profundo para entender o que foi a tomada de poder por Napoleão III, mas não é um livro de História.

Temos um colega, que está quase se aposentando, que dizia assim, como um marxista ortodoxo e rígido: "Para mim, o melhor livro de História sobre o Brasil Colônia é do Antonil, *Cultura e opulência do Brasil*". Antonil não é um livro de História! Antonil é um exercício de contabilidade! Vejam a gravidade: se você diz isso, que o melhor texto que interpreta uma época é trabalho de contabilidade, você desproblematiza a historiografia, a mata pensando que está abafando. Deixa de entender porque os historiadores do Brasil Colônia não foram capazes de ter uma visão da sociedade colonial como teve Antonil. Esse é o problema! Agora, se você diz que aquele é o melhor livro de História, todo mundo fica contente, porém, corre o risco de acabar desempregado. Porque quem faz história é o historiador.

É preciso ver isso para entender essa relação. Um dos trabalhos que pretendia fazer (não sei se vai dar tempo), chamo alguns ensaios que ainda quero fazer nessa última fase de *Tentações de Clio*. Um deles é uma análise, já fiz várias conferências sobre isso, que poderia chamar de "Anti-Furet", uma crítica a François Furet, historiador da Revolução Francesa, um grande historiador.

Um historiador marxista é diferente de um marxista historiador, meu caríssimo amigo Albert Soboul várias vezes disse isso. Às vezes que tentou me explicar foram uma confusão! Não explicava nada! Certa vez enquanto o fazia, disse-lhe: "Soboul, *arrête! Ça ne marche pas!*". Quando os alunos cobravam-lhe coisas, dizia: "*Je suis un historien marxiste, pas un marxiste historien*". Ele nunca soube explicar direito.

Sobre a Revolução Francesa, o que aconteceu você não consegue reviver. O historiador quer reviver na reconstituição, por isso, nosso texto é uma utopia, sabe que não conseguirá. Influenciado nisso, digo: em História existem aproximações! Consegue fazer aquilo mais próximo, só acha que pode ir mais além, mas não é a História em si. Muito bem, há o que aconteceu e nisso não podemos mexer: o Termidor venceu Robespierre, cortou-lhe a cabeça, não adianta torcer para Robespierre, já morreu.

Tratam sobre o evento os historiadores da Revolução Francesa. Entre eles, têm os marxistas historiadores da Revolução Francesa. Acontece que os marxistas estudiosos da Revolução Francesa, como Soboul e Hobsbawm, pesquisam com base nos documentos e nos outros historiadores, na bibliografia, no debate. Qual é a diferença entre os marxistas e os não-marxistas? É que os primeiros leem a documentação e debatem com os outros historiadores inspirados nos conceitos do materialismo histórico. Então, isso separa os que usam os conceitos e os que não. Pode-se afirmar isso a respeito de qualquer evento, no entanto, sobre a Revolução Francesa, há uma coisa ainda mais complicada: o conceito de Luta de Classes que Marx hauriu da historiografia conservadora desse próprio processo.

Vladimir Ilyich Ulyanov, mais conhecido como Lenin, tem aquele texto *Três fontes do materialismo histórico*, ensaio famoso no qual indica: a economia política clássica, chamada Escola Escocesa, de onde saiu a Teoria do Valor; a filosofia hegeliana, com a noção de contradição; e o pensamento socialista francês, sobretudo Pierre-Joseph Proudhon, em cuja crítica elaborou a noção de Luta de Classes. Creio que Lutas de classes, com a categoria analítica, provem sobretudo da historiografia da Revolução Francesa da primeira metade do século XIX. Trata-se de historiografia conservadora (Thiers, por exemplo). Mas, se tratando de Revolução, a reconstituição dos eventos põe a luz inexoravelmente a luta de classes. De acordo com o ponto-de-vista da história geral das historiografias, que formulamos juntamente com o professor Rogério da Silva, na Introdução à antologia da *Nova História*.

O conceito fundamental do marxismo é: modo de produção. Esse permite periodizar e dentro dele você tem que saber quais são as categorias e como elas funcionam. Há conceitos que

operam em qualquer modo de produção. Na economia, por exemplo, Utilidade Marginal vai desde Adão e Eva – a Utilidade Marginal da maçã, aliás, não havia maçã, até à da bomba atômica. Só que dentro do Feudalismo funciona de um jeito, no outro modo de outro. A ciência quer pregar quanto mais abstrato, mais científico. Esse é o problema, funciona de outro jeito. Então, como é que você funde as duas coisas? No Marxismo, há o modo de produção. Existe também a estrutura que muda, como é que ela se transforma? O primeiro é sincrônico, o outro é diacrônico. A dinâmica é a Luta de Classes. Se ler o livro de Marx sobre Proudhon, *Misère de la philosophie*, que é contra *A Filosofia da Miséria*, lá não fica claro o que ele retirou do francês. Proudhon, por sua vez, assumiu o conceito de Adolphe Thiers. Longa história. Marx leu muito Thiers, está na bibliografia de Marx. Lá que ele assume Luta de Classes. A diferença é que o Thiers fazia isso do ponto de vista da burguesia, o de Marx é o do proletariado, mas a ideia está lá. Veja como é difícil discutir o que é um bom historiador marxista. Isso eu vou falar aqui no evento sobre a Revolução Russa. Vai dar uma bela confusão.

**Epígrafe\_** O senhor desenvolveu sua tese entre 1961 e 1973. Quando a defendeu, havia passado um longo período para desenvolvê-la. Poderia comentar um pouco de como concebe os prazos estabelecidos hoje?

**Fernando Novais\_** Olha! Acho horrível essa coisa, mas é difícil combatê-la. Muito difícil, porque essa questão dos prazos e do curriculum é um ponto de um processo global, que é a globalização. Devemos combater ao mesmo tempo o geral e o particular. Na universidade, isso dito por mim fica ruim porque parece coisa de velho, que está dizendo que no seu tempo era melhor, mas não há dúvida nenhuma que é um declínio, uma degradação da cultura em geral.

Se pegar a literatura, há no Brasil algum escritor comparável com Guimarães Rosa? Não há! Faz mais de meio século, ele morreu em 1956. Se pegarmos outros... Não é ser a favor do academicismo, todavia, não há nenhum pintor tipo Picasso. Não existe! Tome a historiografia,

os Annales – alguém se compara com Marc Bloch, Lucien Febvre? Isso é a globalização da cultura, isso é produto da vitória do capitalismo.

Marx, com o materialismo histórico, tenta resolver o problema. É uma tentativa, uma aproximação, do paradoxo do conhecimento: como você pode, ao mesmo tempo, conhecer e saber como transforma? É a discussão do estruturalismo, como Sartre inclusive ponderou. O que é uma totalidade? É um conjunto cujas partes são interdependentes umas das outras e todas dependem do conjunto sendo também a totalidade independente das partes. Não são todas as coisas. Isso é uma estrutura. Estrutura é o desvendamento da totalidade. Isso é possível conhecer. Isso é o que faz a ciência. Agora leia a polêmica de Lévi-Strauss com Braudel, o artigo de Lévi-Strauss está em *Anthropologie structurale* e o de Braudel em *Écrits sur l'histoire*. Um belo debate entre eles. Os dois foram colegas aqui nesta faculdade. Lévi-Strauss dizia assim: “Não tenho nada contra a História. Adoro. Só que acho impossível explicar como é que se move, isto é, como uma estrutura se transforma em outra”. Marx intenta através da Luta de Classes, mas não sei se resolve. É a melhor aproximação.

Algo próximo apareceu uma vez em uma entrevista de Caio Prado Júnior. Uma de professores da Unesp de Assis chamada *Transformação*, era assim *Trans-Form-Ação*. Ulysses Telles Guariba perguntou para ele: “Como é que o senhor escreveu, em 1942, o livro *Formação do Brasil Contemporâneo* sendo membro do Partido Comunista e sem fazer as citações de Marx, Engels, Lenin... Um trabalho nunca assimilado pelo partidão”. Prado respondeu a mesma coisa que Soboul, só não usando as mesmas palavras porque pertencia ao PC e, se dissesse aquilo, iria criar problema, no partidão francês entraria na maior tranquilidade: “Eu sou um historiador marxista e não um marxista historiador”. Os franceses têm nível para isso. Aqui no Brasil, ser historiador antes de ser marxista é estar fora. Caio disse assim: “Meu assunto sempre foi Brasil, acho que o materialismo histórico é a melhor teoria da história para entendê-lo por isso sou marxista. Se alguém me convencer que há uma teoria melhor, eu mudo. O meu problema é entender o Brasil para saber como é que eu vou atuar aqui dentro”.

Na realidade, tem que combinar. Lucien Goldmann afirmou: “Marx aposta no proletariado como Pascal apostava em Deus!”. Uma vez para entender qual era a aposta do Pascal, utilizei a descrição em linguagem figurada com Marx. As pessoas não entenderam, todo mundo ficou falando de Marx e Pascal. Não se pode mais falar em linguagem figurada. Há de se ter apostas porque sem elas ocorre o determinismo. Ganha-se ou perde-se. Aí constitui-se um problema: por que o marxismo ortodoxo teve de negar isso? Porque, quando você chega no poder, Marx não poderia imaginar, torna-se conservador. Se você ganhar, se a Revolução ganhar, virará conservador no dia seguinte, uma vez que precisa manter o poder, conservá-lo mesmo que com os melhores objetivos, com as melhores intenções. Marx, que lia Dante Alighieri, fez-lhe referência no prefácio de *Contribuição à crítica da economia política*: “para esses que ficam me criticando, eu continuo seguindo o lema do grande florentino: ‘*Segui il tuo corso e lascia dir le genti*’”. No Brasil, inventaram uma forma grosseiríssima: “Os cães latem e a caravana passa”, uma ofensa chamar o outro de cão. Há um problema: o que fez Lenin: “Você só quebra o domínio da burguesia tendo uma organização de força semelhante à do governo. Ele é a polícia, o exército, a marinha e a aeronáutica. Só se quebra isso com um partido com uma disciplina religiosa”. Para executá-lo, terá uma ditadura e uma revolução e como abre depois? Não teve tempo de pensar nisso. Tentou-se e não conseguiu, fechou mais do que tudo. Marx, no *Manifesto*, diz que o capitalismo tem uma dinâmica de classe contraditória a qual se destrói e leva ao socialismo, no entanto, o socialismo não é um destino. Diz: “Se não chegar ao socialismo, dá barbárie”. Deu a barbárie!

Com a queda do Muro de Berlim, o pensamento conservador, como ponderou Marx, deu em barbárie. O que que é a barbárie? O totalitarismo soviético – isso está certo, o totalitarismo soviético é uma barbárie! Isso está certo, mas não é só isso que Marx estava dizendo – “o capitalismo sem freio, capitalismo infrene, é outra barbárie” e esse que venceu e aí está.

Tal situação que leva ao declínio da cultura, que faz a universidade passar a ser escola exclusivamente profissional. Como se luta contra isso? No nosso caso, é mais complicado porque essa universidade é a primeira do Brasil, apesar de ter havido outras no Rio e em

Curitiba. Desde 1934, a USP é a única que continuou até hoje. Por isso, dizemos que é a primeira universidade do Brasil. A nossa universidade é a principal universidade do país. Não é a maior, a maior é a UNIP com duzentos mil alunos, é a principal universidade do Brasil. A Faculdade de Filosofia foi criada como uma faculdade gigante. A Faculdade de Filosofia é a antiga Universidade, tirando Engenharia e Medicina que são profissões técnicas. Na Europa até hoje, essas duas não existem como faculdade. Não há Engenharia em nenhuma universidade europeia, na França, na Itália etc., isso é coisa de norte-americano. Tanto que, quando observamos os nossos queridos amigos portugueses, você pode notar que eles não chamam um engenheiro de doutor, ele não o é. Quando aquele Guterres do Partido Socialista era o primeiro-ministro – um sujeito simpático até –, ele era engenheiro e veio no Brasil umas duas vezes, quando falaram: “Doutor”; eles corrigiam na hora: “ele não é doutor”. Ele era engenheiro, então, devia-se falar: “Senhor engenheiro...”, pois, engenharia não é faculdade, é escola.

A faculdade de Filosofia conseguiu fazer uma certa integração, não total, que tem uma série de problemas. Os problemas gerais do capitalismo infrene ficam mais evidentes a partir da década de 1980, quando há uma guinada para a direita. Margaret Thatcher e Ronald Reagan desmontaram o Estado de bem-estar social. Por que que existia o Estado de bem-estar social? Porque tinha a União Soviética. Podia ser horror que fosse, a existência da União Soviética podia ser um inferno, mas o fato de sua presença significava uma coisa: capitalismo não é sinônimo de natureza humana, não é o fim da História, há alternativa. Pode ser ruim, mas há alternativa. Então, vamos dar férias para os trabalhadores, vamos criar isso e aquilo. Quando caiu, perdeu a oposição. Você poderia falar: “E a China?”, ela aderiu ao mercado, não é um problema. Vende a exploração da força de trabalho para desenvolver a sua economia. Quando a URSS caiu, a atual situação foi se consolidando, avançando e se espalhando pelo mundo, no plano cultural, nas universidades, em todo o lugar. É uma desgraça!

No Brasil, esse problema geral é mais sentido na USP do que nas outras universidades e dentro da Faculdade de Filosofia mostra-se ainda mais candente. Nisso a única coisa boa é já

estar aposentado: não estou dentro do quantitativismo, das loucuras. Dei aula de 1985 a 2003 na Unicamp. Em 2003, fiz 70 anos aí saí de uma vez, mas peguei as primeiras reformas, esse negócio de avaliação. Há coisas que não é possível estarem sendo ditas. Um diretor de faculdade afirmou uma vez: “Temos que nos ajustar ao MEC”. Algo trágico. Começou nos anos 1980, atravessou todo o período petista e está sendo retomado agora sem modificação. Lula não fez nada contra essas coisas, embora houvesse avanços. A gestão Fernando Haddad no Ministério da Educação não foi má, mas são pós-capitalistas. Veja bem, dizem assim: “Tem que publicar tantos artigos em revistas especializadas. Há um elenco publicações. Quanto mais importante, vale mais o texto. O que mais conta é estar impresso em uma revista estrangeira, ainda mais quando em inglês norte-americano!”. Vocês acham que tenho de aceitar uma coisa dessas? Se não fizer assim, não ganha bolsa e diminuem o prazo.

Isso está ligado a uma série de outros processos no ensino secundário e na História. Eu vejo pelos meus netos, é horrível, é História em migalhas. Acham que para ser contra a discriminação racial, tem que deixar de estudar a História da Europa em prol da africana. Eles não veem que você tem que se debruçar sobre a História da Europa para entender o colonialismo e a África atual, o que não quer dizer que você não tenha que estudar a África antes do colonialismo. Há de se estudar também. Daí pegamos programas que tem escrito assim: “em vez do colonialismo, o sistema colonial...”. Isso não existe, essa coisa de impérios... Isso é *Social Science History*, ciência social retrospectiva. No meu texto com o professor Rogério da Silva, na antologia *Nova História em perspectiva*, tratamos da diferença entre História e Ciência Social retrospectiva, nuance que só aparece claramente em História Econômica. Economia retrospectiva e História, a diferença é clara uma vez que só em História Econômica pode existir *Counterfactual history* – história do que não aconteceu –, somente em História econômica. Como Economia seria retrospectiva?

Está horrível a coisa das citações. Vejo colegas e ex-alunos: “Ah, você precisa me citar”. Escreve um trabalho e no Currículo Lattes aparece quantas vezes foi citado. Não importa se foi mencionado para dizer que é ruim, foi cinco vezes. Todos disseram que é um trabalho

contestável, não importa. Cinco vezes e é isso que conta. Temos que nos dar os parabéns, entramos em uma fase realmente de declínio.

**Epígrafe\_** O que o senhor pensa a respeito do papel da História e dos historiadores nesta nova conjuntura?

**Fernando Novais\_** Acho que, para quem tem uma formação ligada ao Marxismo e à posição de esquerda, é esclarecer cada vez mais. A questão fundamental encontra-se na mediação entre estrutura e acontecimento. O exercício da História está no nível acontecimental, o que é possível explicar são as estruturas. Como que passa de um para o outro, tanto para a História, para você entender a queda do Robespierre, como para a História imediata.

Quando em outubro, que lá era novembro, Lenin tomou o poder, ele teve de fazer uma decisão tática, que deu certo, mas não sabia se ia ser bem-sucedida. Não estava dito, podia dar errado. Outras falharam depois. Temos que, cada vez mais, sofisticar o conhecimento das mediações para tomar posição e participar no que der. Uma das coisas que gosto em Perry Anderson – tenho discordâncias com ele sobre o Estado Moderno e em outras coisas – são os seus trabalhos sobre o Marxismo Ocidental no qual faz a seguinte previsão, a qual está correta: com o declínio da União Soviética, o Marxismo criativo vai continuar sendo o ocidental, porque o soviético não produziu nada realmente que valha a pena ser lido. Haverá um declínio do marxismo na França e uma ascensão do marxismo na Inglaterra, pois o francês é sobretudo filosófico, predominantemente filosófico, Louis Althusser por exemplo. Na Inglaterra, haverá continuidade entre os historiadores. Isso é verdade! O Marxismo na França está praticamente abandonado, não tem mais ninguém, e na Inglaterra ainda existem os historiadores.

Vejam, temos que lutar, não só como cidadãos na política, mas também como historiadores. Por exemplo, qual é o grande problema da globalização? É o seguinte: configura-se pós-capitalismo ou hipercapitalismo? Acho que é hipercapitalismo, não pós-capitalismo. Continuemos com o materialismo histórico. Aquilo que Roberto Schwarz (Bob Black) falou

depois da queda do Muro de Berlin: “O Marxismo vai voltar à crista da onda porque o capitalismo ganhou a guerra”. Quem entende de capitalismo é Marx, isso até o senhor Roberto Campos (Bob Field) sempre disse. Ele vai voltar! Agora, como historiadores, temos um debate interno. As tendências da *Social Science History*, da História em migalhas. Há dois limites: de um lado, Hayden White, que diz que não existe diferença entre a narrativa do historiador e a narrativa ficcional; do outro, um alemão chamado Hans Ulrich Gumbrecht que identifica a verdadeira História como os documentos. Publicou um livro sobre a *Belle Époque*, uma coletânea de textos de jornais. Perante esses “argumentos”, sobretudo, os do alemão, só tenho um, o argumento sindical: não haverá emprego para historiadores, nem para professor no ensino secundário, não terá curso de História!